



JOSÉ EDÍLSON DE AMORIM

ERA UMA VEZ NO NORDESTE

FICÇÃO E REPRESENTAÇÃO REGIONAL I

Editora da Universidade Federal de Campina Grande

José Edílson de Amorim

Era uma vez no nordeste
(ficção e representação regional)

1ª edição



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

Campina Grande
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Biblioteca Central da UFCG

A524c

AMORIM, José Edilson de.

Era uma vez no nordeste (ficção e representação popular
/ José Adilson de Amorim. – Campina Grande : EDUFCG,
2008.

290 p.

ISBN 978-85-89674-39-3

1. Literatura. 2. Literatura Brasileira. 3. Análise Literária.

I - Título.

CDU - 82-3(81)



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Reitor

Thompson Fernandes Mariz

Vice-Reitor

José Edilson Amorim

EDITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE -
EDUFCG

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Diretor Administrativo

Prof. Benedito Antonio Luciano – CEEI
Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo – CTRN
Prof^a Consuelo Padilha Vilar - CCBS
Prof^a. Edjane E. Dias da Silva – CCJS (Sousa)
Prof. José Helder Pinheiro – CH
Prof. José Wanderley Alves de Sousa – CFP (Cajazeiras)
Prof. Onaldo Guedes Rodrigues - CSTR (Patos)

Edição eletrônica e Capa
Teófilo Viana

EDUFCG

Rua Aprígio Veloso, 882 - Bodocongó - Caixa Postal: 10024
Campina Grande - Paraíba, CEP 58109-970

<http://www.ufcg.edu.br/~edufcg>

DEDICATÓRIA

Para Silvana, Juliana e Inara, pelo tanto que sofremos e brincamos juntos.

Para Toinho, Geraldo e Nenen:

Irmãos, entre tantos outros, que tomaram os caminhos do Sul. O primeiro não consegue mais olhar para aqui sem os olhos de lá; para ele, a volta tomou o sentido contrário. O segundo voltou; mas, indeciso, parece andar cá e lá, entre a memória lírica e o exercício concreto das esquinas de São Paulo; a terceira ainda não pôde voltar embora seu sonho esteja guardado nas malas que, há tempos sem conta, mantém arrumadas.

Para os outros, que ficaram sonhando por aqui mesmo.
Para Li - Elizângela, minha filha -, Presença silente que me lembra, a cada instante, a vida que poderia ter sido... e que não foi.

AGRADECIMENTOS

Devo a muita gente uma contribuição inestimável durante a pesquisa para a consecução deste trabalho. Em primeiro lugar, devo aos colegas do Departamento de Letras, Centro de Humanidades, na época pertencente à UFPB – Campus II, Campina Grande, por terem compreendido a necessidade da pesquisa, me liberando para cursar o doutorado; entre eles, destaco os amigos Luiz Francisco Dias, que comigo iniciou a trajetória acadêmica em Campina Grande; Ariosvaldo Araújo Guimarães, o primeiro diálogo sobre literatura e inutilidades aqui na serra, amigo que sofre como o diabo porque é daquelas raras criaturas – desesperadamente lúcidas – que nos dão a impressão de terem o mundo nas mãos, embora tudo se lhes escape entre os dedos; Antônio Morais de Carvalho, amigo de muita ciência e de igual afeto: sobre a ciência, vive tirando onda de que nada sabe somente para, provocado, fazer que cada um de nós entenda o quanto é precário o que pensamos saber; sobre o afeto, é o “amorável cão só plumas” do poeta Assunção; Hélder Pinheiro Alves que, de São Paulo principalmente, me proporcionou o envio de textos importantes para este trabalho; Aloísio Dantas, que saiu junto comigo, embora noutra direção; José Mário, sempre disposto a uma conversa proveitosa, sempre gentil na providência de um livro. Destaco também os colegas do curso de História - Fred, Benjamim, Gervácio e o grande Luciano, com os quais iniciei a discussão que resultou no primeiro projeto desta pesquisa; a eles devo a troca valiosa de textos e de idéias. Incluo os amigos Adeildo,

Deusimar, Hélio e Wellington que me ensinaram, entre um chorinho e outro, que o mundo poderia ser maior – por exemplo, começar no Zepa, passar pelo Alto da Bela Vista e terminar no Alto da Palmeira.

Meus agradecimentos se estendem ao colega Nivaldo Rodrigues, da escola secundária à pós-graduação, amigo de muito saber, que me ajudou a decifrar o latim estropiado do sargento Getúlio; se estendem também às amigas de curso Terezinha Carlos e Socorro Vilar pelas discussões que tivemos. Da mesma maneira que se estendem aos amigos da *Pelada dos Atletas Mortos*, de todas as sextas-feiras que, conquanto pias, são todas de paixão, sofrência e alegria; poetas de poesia inconha, brigando, cada qual, por seu quinhão de palavra: entre eles, Milton Marques, amigo de infância acadêmica que eu pensava ser o mais apolíneo dos homens até chegar Marcos Nicolau que – grata contradição! – se encoleriza com as idéias que a bola não obedece; Hildeberto – esse aboiador de palavras que vive olhando para a estante, indeciso entre Nietzsche (para ser lido Nít's) e o manual de zootecnia; Edônio, que publicou um livro mirrado de poesia e, agora, vive a pretensão de inventar uma obra-prima em cada gênero – do poema épico ao roteiro de cinema; não discutamos; Wellington Pereira, inventor de frases que ninguém entende, mesmo quando fala de Sumé – imaginem agora, que foi para a França! Jorge, craque de infância tardia que, hoje, se enrola com o drible que adiou; Magno Meira, silencioso, à beira da poesia. Vilfredo Maldonado, que curte a ilusão da falar português tão bem quanto canta; Maryson, Rinaldo,

Mozart, Manuel Fernandes e Lúcio Lins, este que, em termos de arte e de vida, resume a contingência de todos nós – aprendiz de tudo, profissional de nada.

Fora da grei, lembro o amigo Dutra, com quem converso desde os tempos de Cajazeiras: um exemplo de paciência e de tolerância convertidas em sabedoria. A todos devo um empréstimo de livro, uma sugestão de trabalho, alguma lição para não esquecer, enfim, mesmo (e principalmente) quando involuntariamente transmitida.

Agradeço, com especial gratidão, ao professor e historiador Ibarê Dantas, da Universidade Federal de Sergipe, que me presenteou com o seu livro sobre a vida política deste Estado; este trabalho, além do mérito da pesquisa histórica rigorosamente documentada, me economizou um tempo e uma energia enormes ao me servir de roteiro para as buscas que fiz, em Sergipe, sobre o período representado em *Sargento Getúlio*. Da mesma forma, agradeço ao romancista Antônio Torres pela gentileza e prestimosidade com que me enviou cópias de trabalhos sobre sua obra, além de outras indicações importantes. Sem me conhecerem, eles acreditaram nas intenções da solicitação que lhes fiz.

Sou grato, também, às pessoas que fazem a PRPG e a CAPES pela concessão da bolsa que me facilitou viagens e compra de material de trabalho; ao lado destas, estendo o meu reconhecimento a todos que integram a Coordenação de Pós-Graduação em Letras, sempre dispostos ao atendimento do que precisei solicitar.

Registro, no campo da discussão acadêmica, os meus agradecimentos aos professores Andrea Ciacchi e Moema Selma D'Andréa que aceitaram a tarefa de discutir, no exame de qualificação para o doutorado, a parte inicial do presente trabalho. A contribuição de ambos, pelas sugestões de leitura e pela indicação de lacunas importantes, foi significativa para a continuidade da pesquisa. Da mesma maneira, reconheço a contribuição, às vezes involuntária, do professor Zenir Campos Reis (USP) que, em muitas conversas informais, foi abastecendo minha pesquisa com indicações valiosas de leitura. A todos renovo minha gratidão pelas contribuições que deram durante a defesa do trabalho final em forma de tese, momento em que contei, também, com a competente argüição do professor Neroaldo Pontes de Azevedo, amigo desde a infância acadêmica.

Finalmente, o meu especial reconhecimento à professora Sônia Lúcia Ramalho de Farias, orientadora, pela sinceridade na concordância e honestidade na divergência. Sua contribuição, quanto ao caminho escolhido e quanto aos acertos de rota da pesquisa, não é, de forma nenhuma, responsável pelos tropeços que ainda permanecem. Estes são todos meus.

Em tempo, e já agora na preparação deste trabalho para publicação, agradeço com especial gratidão ao amigo Cauby Dantas que, voluntariamente, se dispôs à tarefa ingrata de revisar o texto em sua versão final. Meu muito obrigado pela leitura generosa e pelo rigor da revisão.

RESUMO

Buscamos compreender, no interior da tradição regionalista na literatura brasileira, particularmente no tocante à representação regional nordestina, o papel de obras recentes como *Sargento Getúlio* e *Essa terra*. *Nesta tradição, destacamos uma vertente de *invenção mítico-nostálgica* dos temas nordestinos e outra de *desinvenção crítica* dos motivos regionais. A partir, então, da leitura dos romances de João Ubaldo Ribeiro e de Antônio Torres, caracterizamos a dinâmica de *permanência* e de *transformação* das formas de representação regionalista. Esta caracterização é construída junto com a análise que fazemos do lugar que as obras ocupam na nossa experiência histórica, por um lado, e, por outro, junto com a leitura que empreendemos do seu modo literário de representar. Um modo de representar fundado no diálogo com a tradição cultural; na reelaboração e na atualização crítica da *perspectiva regional*, em sua particularidade e em sua interação com o processo histórico do país; processo que, por ser geral, quer desconhecer a *diferença* e, por ser local, quer reconhecer-se numa *identidade* que se busca a todo tempo, mas que se esfuma no momento mesmo dessa busca.

*A leitura do Romance *Essa terra*, originalmente a segunda parte deste estudo, será publicado em outro volume a sair brevemente.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	7
AGRADECIMENTOS.....	9
RESUMO.....	13
ÍNDICE.....	15
APRESENTAÇÃO.....	17
PRÓLOGO.....	25
Cena 1: Sim, um castelo nos tópicos.....	25
Cena 2 - O rosário e a forca.....	31
Cena 3: O canhão e o campanário.....	37
CAPÍTULO I.....	43
Proposições: invenção, desinvenção.....	43
Notas.....	71
CAPÍTULO II.....	81
1. Viajar e punir: virtude e experiência.....	81
2. O lugar do livro, o não-lugar do personagem.....	131
3. Viagem a lugar algum.....	147
Notas.....	230
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	243

APRESENTAÇÃO

Com este trabalho, desejamos estudar a representação regional na ficção nordestina contemporânea. Nosso propósito é verificar a contribuição do discurso literário na tarefa de compreensão do espaço regional. Sabemos que a região Nordeste, além de complexo geográfico, é uma igualmente complexa elaboração histórica e cultural. Como recorte *regional*, o Nordeste tem sido matéria, ao longo da nossa história, de inúmeros ensaios de caráter científico, sendo ainda tema de vastíssima produção artística.

O *discurso regional*, desde o romantismo construído pela mitificação e pela hierarquização dos valores e do espaço *nordestinos* (no que diz respeito ao recorte regional do país, no período romântico não se falava em *Nordeste* mas em *Norte*) confronta-se, a partir de 1930 mais insistentemente, com uma reflexão crítica sobre sua validade. Com a mesma insistência, aprofunda-se, no mesmo diálogo, o questionamento da origem ideológica e do destino político desse mesmo discurso. No interior deste debate, *o romance de 30* se constrói como um complexo e plurivalente painel de representação literária da região e da discussão que sobre ela é travada, inaugurando, na ficção, uma vertente crítica que tem sido referência obrigatória, daí em diante, para as várias manifestações artísticas sobre o Nordeste.

O regionalismo, a partir de então de forma mais visível, se

transforma em uma prática que permanece e se reelabora. Esta prática é o motivo e o objetivo do nosso estudo. Para isto, escolhemos dois romances de temática regional publicados na década de 70: *Sargento Getúlio* (1971), de João Ubaldo Ribeiro e *Essa terra* (1976), de Antônio Torres.

Nos dois textos, está presente o diálogo com um espaço politicamente demarcado: no primeiro, o poder de mando e de desmando, no estado de Sergipe, como centro temático da narrativa; no segundo, o modelo centralizado de desenvolvimento e seu confronto com uma pequena comunidade no interior da Bahia. Em ambos, o desencontro entre percepções diferentes do espaço e, em consequência, das formas de sobrevivência e de convívio. Como cenário comum aos dois textos, está o descompasso de espaços e temas em desacordo – as ruínas do subdesenvolvimento.

Os impasses desse desencontro são analisados, nos livros escolhidos, a partir da representação que o texto narrativo faz das relações entre o espaço local e o geral, ou seja, o espaço da cidade e do estado referidos ao espaço nacional. Esta representação é entrevista na linguagem e na estruturação narrativa; na percepção do narrador e na avaliação das transformações históricas (políticas, econômicas e sociais) tematizadas. Como instrumento indispensável de leitura, buscamos a colaboração interdisciplinar, recorrendo a outras áreas de conhecimento com vistas à compreensão dos problemas históricos nos textos representados. Da mesma forma, quando necessário à leitura, recorreremos a outras áreas de conhecimento visando ao esclarecimento de questões que

possam ser melhor entendidas com dados oferecidos pelas condições em que os livros foram produzidos.

A vertente regionalista da literatura brasileira não é uma manifestação linear e evolutiva. Nem do ponto de vista temático nem formal. Temas vão e voltam no tempo: o que se imaginava superado de repente reaparece, enriquecido pelo questionamento às vezes; empobrecido pela mera repetição em outras ocasiões. Da mesma maneira, soluções formais inovadoras acabam, por força da imitação exaustiva, se vulgarizando e perdendo a potencialidade discursiva. Do mesmo modo que, vez por outra, alguma obra nos surpreende pelo vigor da linguagem e da composição. É essa variação de temas e maneiras de dizer que responde pelos vários modos de expressão da literatura regionalista.

Mas, pelo menos no caso da literatura de temática nordestina, mesmo com as diferenças de época e de autor, é possível encontrar traços que aproximam algumas obras de outras: a produção literária tem, no nosso caso, uma participação significativa no processo histórico de construção do *discurso regional*, aqui entendido como elaboração de uma imagem mítico-nostálgica do Nordeste, como resgate simbólico de um espaço hegemônico perdido, o espaço original da identidade nacional. Isto por um lado; por outro, e muitas vezes caindo no apelo ao pitoresco, surge, nesse mesmo discurso, a imagem de um nordeste isolado, retirante e pedinte, exposto à comiseração do país. Tais imagens, funcionalmente complementares, são constantemente apropriadas e realimentadas pelo discurso regional, ajudando as elites na sua

percepção conservadora e patrimonialista do espaço nordestino.¹

Visível nos períodos de crise, em que geralmente se entrechocam parcelas locais dominantes, com opositores e aliados junto ao poder central, esse tipo de discurso regionalista constitui, no entanto, uma prática cotidiana. E hoje com grande capacidade de influência, se pensarmos que as desigualdades do país estão a todo instante nos veículos de comunicação, dividindo paixões e opiniões. Dessa forma, a mitificação e a hierarquização dos *valores regionais* ainda mobilizam a prática cultural e a imaginação política de importantes parcelas de brasileiros. Como a literatura é parte significativa dessa realidade em debate, desejamos investigar, a partir dos romances referidos, a representação do espaço regional no duplo diálogo que eles provocam – o que já é uma hipótese: o diálogo com a tradição regionalista e com a conjuntura em que foram produzidos.

Em rápida síntese histórica, verificamos que os anos 30 significam um esforço enorme em busca da centralização do poder político nacional, intenção republicana sempre travada por seu compromisso com as oligarquias locais. Na esteira deste esforço de unidade nacional no plano político e administrativo, surgem importantes iniciativas com vistas à modernização do país no plano das conquistas técnicas, preocupações desenvolvimentistas que se desdobram nas décadas seguintes, principalmente nos anos 50. Tais problemas, caracterizadores de outros momentos da nossa conjuntura, ganham peculiaridades nos anos 70, o que nos interessa, de maneira particular, em razão dos romances escolhidos para leitura.

Conjuntura de forte pressão política e de grande apelo ideológico, os anos 70 foram marcados pelos problemas acima colocados e por mais: os governos militares se pautaram pelo caminho da rigorosa centralização do poder, ao lado de um programa acelerado de desenvolvimento dos setores que mais interessavam ao capital internacional. Com isso, voltaram às imagens grandiosas de um Brasil gigante; criaram o discurso do milagre econômico; implementaram uma “modernização sem mudança”, brutalmente controlada pela força, mas vendida como programa de salvação nacional pela propaganda nacionalista militarmente reabilitada.²

Sargento Getúlio (1971) e *Essa terra* (1976) se inscrevem nesta conjuntura. O que eles tematizam, no entanto, é justamente o contraste da propaganda oficial, embora de maneira diferente da literatura-denúncia de caráter urbano que alcançou enorme interesse no período.³ O primeiro romance fala do desconcerto de um sargento da polícia de Sergipe, misto de policial e jagunço que, encarregado de uma missão policial da mais alta confiança, por sua implicação política, busca compreender por que estava tão por fora do processo histórico que vivia, estando mesmo no centro dos fatos. As conseqüências e as revelações que o episódio pode oferecer, no plano do conhecimento histórico da nossa realidade, são a matéria da nossa leitura. O segundo romance dramatiza outro aspecto da *tragédia do subdesenvolvimento*: o descompasso entre o planejamento técnico, de interesse do capital financeiro, e as necessidades de uma pequena comunidade – o

Junco, no interior da Bahia; o sonho da cidade grande e a migração das populações pobres; a dispersão familiar, a loucura e a morte. Ambos, por suas marcas textuais, claramente referenciadas em um espaço – o Nordeste – e em uma situação histórica – as relações conflitantes presentes no contato desse mesmo espaço com a *mudança* política e com o *desenvolvimento*, vindos de fora como discursos de aliciamento – dramatizam relações locais no seu ponto de contato com a realidade nacional.⁴

Com estas considerações, adiantamos como pretendemos analisar, nos romances citados, a especificidade de textos que, deixando o caráter programático – enquanto vertente literária regionalista e como discurso social presente no *Romance de 30* – abandonam a preocupação com a *autenticidade regional* para se fixarem na representação de aspectos sociais de grande dimensão mesmo na sua particularidade. (Embora sem a pretensão programática, tais romances retomam, nos anos 70, a melhor tradição crítica de 30, de alguma forma diluída na década anterior). Estudamos a linguagem e a estruturação narrativa nos seus elementos indispensáveis à nossa leitura; com a perspectiva do narrador, em relação às mudanças históricas presentes no enredo, desejamos estudar a representação literária da tensão entre os espaços nacional e local em transformação. Colocamos como hipótese que os romances em questão instalam a crise de um espaço local identitário; tematizam os impasses e as impossibilidades de uma busca identitária, assumindo, desta forma,

o discurso da *desinvenção* do mito regional que, desse modo, se desestrutura nas suas articulações de dependência com espaços mais amplos (seja o estadual ou o nacional, como acima referimos). Da mesma maneira que destacamos, com igual peso, o quanto do *nacional* está presente naquilo que nos acostumamos a ver somente como elemento *local*.

Para nossa leitura, é indispensável que verifiquemos, também, como são tratados, nos romances mencionados, alguns temas recorrentes no regionalismo literário e sempre presentes no imaginário social nordestino: o misticismo, o cangaço, a seca e o mandonismo local, tão caros à *ficção de 30*. Temas estes, como afirmamos, tomados por grande parte da produção literária pelo viés da mitificação e da hierarquização dos valores regionais, tratamento que se estende do romantismo à produção contemporânea; mas em confronto, esse tratamento, com uma percepção crítica de seu falseamento na representação da realidade, presente na melhor produção do período – na produção de Graciliano Ramos por exemplo.

Apesar de sua complexa e refinada elaboração nos anos 30, ao lado também do tratamento crítico que recebeu, o viés da mitificação e da hierarquização dos valores regionais não tem origem aí. Antes mesmo de procedermos à apreciação da tradição regional, decidimos marcar o seu primeiro lugar de elaboração, pela ficção brasileira, nas obras de José de Alencar e de Franklin Távora. Depois destes e seguindo percurso inverso (não o percurso único do Norte para o Sul, mas o percurso de mão dupla entre estes dois

espaços de poder), destacamos a contribuição crítica de Euclides da Cunha. Para flagrar esta elaboração crítica, mítica e hierárquica, recorreremos a um *Prólogo* que busca dialogar com alguns momentos privilegiados destes escritores. Este *Prólogo*, portanto, é uma espécie de *aquecimento* que propomos ao leitor como preparação para o debate.

Finalmente, ao reelaborar (é outra hipótese) temas da tradição literária, os romances que analisaremos propõem, também, o diálogo com a conjuntura em que foram produzidos, sem que tenham caído no exotismo ou no apelo ao imediato, riscos sempre presentes na recorrência à temática regional e na pressão ideológica de uma década – como foram os anos 70 – marcada pelo confronto político entre o governo e a sociedade.

PRÓLOGO

Cena 1: Sim, um castelo nos trópicos

“Com os olhos no horizonte, José de Alencar criava o princípio dos tempos.”
(Valéria de Marco)¹

A afirmação acima (*Sim, um castelo nos trópicos*) é uma resposta à indagação de Alfredo Bosi, feita em estudo sobre *O Guarani* (1856).² Mas é necessário dar um sentido a esta resposta: em 1873, José de Alencar volta ao Ceará, buscando melhor clima para a saúde já precária. É a sua última visita à *terra natal*, circunstância talvez entrevista no desejo expresso pelo escritor, investido de narrador em *O Sertanejo* (1875): “Quando te tornarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há tantos anos na aurora serena e feliz de minha infância?” (p.11)

É neste período que Alencar intensifica a busca de material da cultura popular, cuja reflexão, aparecida primeiro em correspondência, é depois publicada, em 1874, sob o título de *O Nosso Cancioneiro*. A viagem era, assim, aproveitada para o propósito intelectual além dos fins médicos. O material recolhido por Alencar será incorporado ao romance acima citado, a mais acabada ficção regionalista do período romântico - paradigma do “regionalismo mítico”³

Alencar empreendeu outras viagens, por estas cartografias

trançadas de histórias e versões, na aventura de conhecer e na ilusão de construir o Brasil. De *O Guarani* a *Ubirajara*, passando por *Iracema*, temos um caminho que vai da história ao mito. Partindo do mesmo *O Guarani* e passando, agora, por *As Minas de Prata* e indo até *Guerra dos Mascates*, vemos, na fascinante leitura de Valéria de Marco, que o horizonte mítico sumiu, sobrevivendo a “perda das ilusões”.⁴ Aí Alencar faz o percurso inverso: vem do mito à história. Dois anos antes de morrer, publica *O Sertanejo*, elaborado desde aquela última viagem ao Norte. No fim, o começo, o retorno ao mito fundador de um espaço, de uma região. Queremos lembrar algumas passagens desta narrativa, lembrança que não substitui a leitura do romance.

O Sertanejo começa por uma viagem de volta – do Recife ao sertão cearense – com um capítulo chamado “O Comboio”. Aí aparece, primeiro, a descrição dos integrantes da caminhada; mas, curiosamente, nos chama a atenção uma nota da editora ao pé da página. Pensamos que quem escreveu a nota, ao se iludir, quer levar o leitor também às ilusões que o livro propicia. Diz a nota: “Observe como o narrador procede na descrição. Primeiro, ele mostra a ‘imensa campina.’ Depois localiza um trecho dela. Em seguida, neste trecho, descreve o comboio como um todo. Finalmente, seus componentes: cargueiros, recoveiros, viajantes, os donos do comboio, até chegar D. Flor, o centro de sua atenção. Em outras palavras, é como uma câmara de filmar que vai de uma cena de conjunto aproximando-se gradativamente dos detalhes.”

Ora, se D. Flor é o centro da atenção do narrador, como quer ler o editor, tal destaque somente se refere à peripécia romanesca. No conjunto da narrativa, na verdade, o narrador constrói, aos olhos do leitor, um centro de poder em torno da figura do capitão-mor, que aparece, na mesma cena referida pela nota, gravemente trajado e ritualmente situado ao centro da cavalgada em clara demarcação de autoridade: serviçais, cargueiros e valentões acompanhavam “duas pessoas que eram sem dúvida os donos do comboio.”

Logo em seguida, encontramos mais razão para a certeza de que o narrador demarca em torno do capitão-mor o centro simbólico de uma rígida hierarquia, sendo este destacado *em close* como o senhor daquela gente e daqueles gerais. Destacado o senhor em impecável cena, outra descrição surge inescapável ao leitor: é a habitação daquele dono de terras, centro do poder local, imponente e dominadora construção de amplos espaços (ver páginas 12, 25 e 26). Alencar constrói a *herdade* do capitão Campelo, erguida no fim do século dezessete pelo pai deste último, um sesmeiro vindo de Pernambuco e que “a transmitia por sucessão havia já vinte anos ao filho, atual capitão-mor” (p. 25). Não há grifo a destacar na majestosa descrição, toda ela elaborada para fazer da casa a pedra angular de uma civilização em diálogo aberto com a natureza primitiva, como quer Alencar. Desde a naturalização do edifício, descrito como integrado ao (e extensão do) cenário natural, passando por sua localização privilegiada como o centro deste cenário, até culminar com sua predisposição para o confronto,

determinação esta sublinhada como indicativo de um período de “acumulação primitiva do poder” regional no sertão nordestino.⁶

Mas é preciso lembrar que existe mudança brusca na descrição. Da muralha formidável dos rochedos, o narrador passa à tapeçaria e alfaias da casa, arremate indispensável para compor a *etiqueta aristocrática* da corte portuguesa, transportada para as caatingas do agreste cearense: “suprindo assim em torno de si o deserto que os cercava.” Desta forma, o colonizador compensava, com ouro, prata e veludo, o deserto que ele mesmo forjava a ferro e a fogo. Irônica compensação.⁷

Como esta não é uma leitura de *O Sertanejo*, saltemos por sobre tramas e peripécias, entrevistos já o dono e sua casa, na verdade um misto de moradia e fortificação militar. Vejamos este cenário em movimento e seus personagens em ação: a segunda parte do romance começa com os preparativos para uma vaquejada, mistura de festa com obrigação pecuária; mas, aqui, importante cenário marcado pelo conflito entre poderosos fazendeiros. Conflito que não esconde a luta pelo controle do poder local, já iniciada nos preparativos que a família do capitão faz para assistir à festa rural. Conjunturalmente ameaçados, o poder e a força são exibidos no acampamento do capitão, que se apresenta protegido por vaqueiros armados e assistido por pagens solícitos; da mesma forma que a construção de sua *nobreza*, em que o narrador insiste, está na profusão de imagens da mitologia clássica que se esvaziam no meio da caatinga; na eloquência das frases latinas empostadamente recitadas mas quase sempre sem interlocutor; está, enfim, no

estranhamento causado pela diferença entre os versos camonianos e as tropelias de vaqueiros, decantadas em trovas sobre histórias de bois. Na verdade, tanta nobreza resulta em uma construção problemática que a forma romanesca se esforça por inflar a cada esvaziamento que sofre diante da luta mesquinha pelo poder no meio rural. Na cena, a exibição da força e o confronto do colonizador *nobre* com a *rudeza* do meio.

Como previsto, a vaquejada deriva em guerra entre fazendeiros, feita de vilanias de um lado e de ações grandiosas de outro, sob a diligência heróica de Arnaldo, o sertanejo, que termina por garantir a vitória ao seu patrão – o capitão-mor. No fim, após ser reconhecido pelo senhor como o herói salvador, como o mantenedor da integridade de sua propriedade, Arnaldo ainda *renuncia* à mão da amada, filha do patrão, num gesto heróico de amor cavalheiresco. Aí intercede a mão do narrador: Arnaldo é de origem pobre (até prova em contrário), não merecendo, ainda, entrar na herança do poderoso senhor colonial.

Apesar do contratempo, diversamente daquele outro castelo, o dos Mariz em *O Guarani*, que “se acabou em ruínas antes que a narração chegasse ao termo”, a herdade do capitão-mor Gonçalo Pires Campelo, senhor absoluto do sertão cearense, permanece intacta, sólida e predisposta aos desdobramentos do confronto pelo poder na região: seja no enfrentamento com *vagabundos* nômades, para garantir a hegemonia dos fazendeiros (p.98); seja na humilhação a pequenos sitiantes sem terra (p.99); seja ainda no massacre e no supliciamiento infligido aos índios,

submetidos a tratamento ridículo (p.157); seja mesmo na luta entre facções dominantes pelo poder no sertão, conforme a trama de toda a segunda parte do romance. Trama a que não falta a caracterização do inimigo como maus patriotas que não se fixaram de todo no interior da colônia. Sem dúvida, já se encontra aí a percepção do conflito entre espaços geradores de prestígio e de poder - o campo e a cidade, o sertão e a zona canavieira.

E a continuidade da dominação está garantida. No último capítulo, celebra-se, como rito final, a comunhão entre Arnaldo (o sertanejo meio índio, representante da natureza local) e o capitão Campelo, numa conversão em que o sertanejo é investido da *nobreza* que lhe *faltava* e de que dispunha o fazendeiro. O rito culmina com a incorporação do nome de família, conferido pelo senhor colonial e aceito pelo sertanejo, numa atualização dos rituais de *homenagem* feudal:

“Tu és homem, e de hoje em diante quero que te chames Arnaldo Louredo Campelo.”

São as palavras do capitão-mor. Logo depois, a história se fecha numa “conclusão” cheia de mistérios e promessa de continuidade; mas sempre como mito a ser glosado pelos vaqueiros sertanejos, mesmo “nos longos serões passados ao relento, durante as noites de inverno” (sic). Este é o horizonte de Alencar.

Alencar não pôde mais escrever o fim desta história, como promete. Morreu moço ainda, aos quarenta e oito anos. Mas seu horizonte e perspectiva eram tão claros, ao desejar uma origem nobre para sua região, que, mesmo passado quase um século,

Manuel Cavalcanti Proença reconhece não ser difícil continuar a história prometida, com a descoberta da linhagem européia do sertanejo Arnaldo e, finalmente, seu casamento com a filha do senhor de terras.

Mas seja em Alencar ou em Cavalcanti Proença, a imaginação não logra esconder a trapaça e a violência de uma colonização conflituosa: “O poético supera (conservando) o ideológico, não o suprime.” Concluimos com Alfredo Bosi, com quem começamos.⁸

Cena 2: O rosário e a força

“Se o romancista não é senão o arrolador (greffier) da vida de todos os dias, quero antes a vida em si mesma, que é a vida, e onde não me demorarei com a vista senão sobre o que me interessar.”

Esta é uma citação incluída por Franklin Távora na sexta *Carta a Cincinato*, publicada no periódico *Questões do Dia* nº 31, de 14 de janeiro de 1872, p. 162, e foi recolhida de um periódico francês.⁹ A simpatia com que o autor adota este pensamento nos levou a associá-lo a algumas cenas de *O Cabeleira* (1876). Antes, porém, gostaríamos de apontar a traição que o mesmo raciocínio encerra contra quem o adota. O romance é abandonado pelo romancista, que despreza uma visão das coisas *de segunda mão*; prefere a *observação direta*. Sem cuidar que compõe não a observação da vida, mas uma observação desta. E essa mesma

observação está sempre mediada por muitas circunstâncias que organizam o interesse de cada um a cada momento. Tal paradoxo é flagrado no Franklin Távora de *O Cabeleira*, sem que o narrador, “reflexo do autor”, obcecado pela observação da realidade, se dê conta do dilema que põe em circulação.¹⁰ Vamos às cenas do romance.

O capítulo final de *O Cabeleira* é um espetáculo público oferecido à curiosidade mórbida da população do Recife, cem anos antes da publicação do romance – 1776. Aí se afirma que a “junta de justiça criminal” de Pernambuco fora instituída por uma “provisão régia de data de 20 de outubro de 1735”; e que as últimas execuções, anteriores às do Cabeleira e seus seguidores, naquele ano de 1776, tinham ocorrido há trinta e oito anos: “tempo mais que bastante para que se oblitere da tela do pensamento a imagem de semelhantes representações”(p. 131). Afirma-se também que o povo esqueceu o fato, mas “lembrava-se porém ainda em 1776 do muito que custara a esse governador sentenciar à morte alguns criminosos”(p.131).

É difícil admitir que uma população de mascates, aventureiros e escravos por um lado; de algumas famílias fechadas numa formação cristã rigorosa por outro, e ainda marcadas pelo senso culpabilizante que a prática da pena de morte impunha, tenha perdido a memória do espetáculo público da punição para reter o desgosto do governador em lavrar uma sentença de morte. Memória somente admissível pela autopromoção do poder. Lembremos a epígrafe para que vejamos onde o narrador deseja

demorar a vista. Ele fixa a atenção na memória dominante para esquecer a sorte dos condenados. ¹¹

Voltemos a 1876. Depois de falar do sentimento de humanidade de Henrique Luís e da falta de sensibilidade do então governador, responsável pela sentença do Cabeleira, o texto oferece ao leitor lances comoventes. Primeiro, é a mãe desamparada que tenta pedir pelo filho ao mandatário de Pernambuco, a quem, aliás, sequer tem acesso, tendo, ao contrário, de fugir da polícia para não ser detida injustamente. A presença da mãe no cenário de execução do filho tem o significado da reconexão do Cabeleira com o sentimento cristão que um dia aquela lhe ensinara. O tênue contato, mantido à distância entre a mãe impotente e o filho preso, revela a conversão deste, confirmada pelo diálogo tragicamente interdito entre ambos.

Esta cena vem evocar um outro diálogo, igualmente interrompido de forma brutal, entre mãe e filho ainda na infância deste. O menino José (era assim que se chamava o Cabeleira), um dia, entrou em casa chorando; apanhara de outro menino por lhe querer tomar uma comida. Após o episódio, o pai lhe entrega um pequeno punhal com o conselho de que deverá usá-lo para não sofrer desaforos. A mãe, dias depois, chama o garoto à obrigação cristã: pede-lhe a arma e, em troca, oferece um rosário, mais tarde despedido por Joaquim, o pai. E o leitor fica avaliando a aflição infantil entre a reza e a arma; entre o pai *demoníaco* e a mãe *angelical*. É evidente, nas duas cenas, tanto no episódio doméstico da infância quanto no espetáculo público, promovido pela razão do

Estado, o cuidado do narrador em cercar de simpatias a figura da mãe e do filho infelizes, ligando-os pelo temor e pela fé cristã.

Simpatia, aliás, que até extrapola os limites do texto ficcional.¹² Mas que se esvazia quando atentamos para o foco de interesse do narrador que, por sua escolha, demora mesmo é no elogio que dispensa aos dirigentes da província, mesmo e, mais uma vez, exercitando o paradoxo de reconhecer a precariedade das condições de vida da população e, ao mesmo tempo, isentar a autoridade. Assim, contraditoriamente, caracteriza a época que narra: reconhece o espaço precário em que se movem as populações pobres, mas não passa a distância de um parágrafo e se desmancha na nobilitação do administrador (ver p.15).

A convivência incômoda com uma realidade social problemática e uma administração íntegra não somente circunstancia a simpatia do narrador pelo cangaceiro e sua família, como ainda põe em questão a legitimidade da censura feita em torno da pena de morte e dos males sociais. Com o espírito das luzes oitocentistas, o narrador assume a acusação da força com veemência panfletária; acusa que o crime continua, provando a ineficácia do exemplo capital. Instrumento iníquo, a pena de morte é, para o narrador, ponto de desonra para os nossos "códigos liberais". Fica, porém, intocada a despótica e estreita legislação escravista que reserva o teatrinho liberal à reduzida elite política e intelectual subsidiada: o teatrinho em que o discurso ilustrado critica a força para esquecer a senzala, o tronco e o açoite.

E prossegue categórico o narrador na precisa identificação

de todos os males – para ele, a ignorância e a pobreza patrocinadas pela sociedade (p. 134). Aqui, ele indaga e apõe uma notinha ao pé da página, presentificando, como interlocutor, o amigo a quem remete duas cartas, uma no início e outra no fim do romance. Diz a nota: “A seu tempo saberás, meu amigo, as minha idéias a respeito da organização do trabalho no Brasil.”

Não duvidamos da sinceridade e dos sentimentos que as palavras acima carregam; mas como nos reportamos a um período histórico em que as práticas sociais das elites – políticas e intelectuais – promoveram uma distância entre intenção e gesto, achamos melhor focalizar a notinha, quase confidência de amigo, que suspende o questionamento dos processos sociais, no seu jogo de dominação local, e coloca fora do texto do romance (e do debate público mesmo restrito ao livro) um juízo pessoal que vai, por estes e por outros procedimentos, se convertendo em retórica. Tal procedimento potencializa a leitura da professora Sônia Ramalho sobre a desarmonia, em *O Cabeleira*, entre a apropriação da temática popular e o tratamento preconceituoso e hierárquico com que o mesmo tema é abordado.¹³ Assim o narrador, demorando o olhar onde mais lhe interessa, conforme professa na epígrafe que inicia esta *cena*, vai compondo a hierarquização das forças sociais segundo sua escolha.

Insistimos ainda naquele episódio doméstico da permuta malograda do rosário pelo punhal. (p. 41/42). A tragédia do *Cabeleira* acaba por atingir também a sua mãe: à primeira vista, Joana parece não ter domínio algum sobre qualquer espaço, sobre

qualquer discurso ou sobre seu próprio destino. Não é respeitada em casa; sequer é ouvida pela justiça que executa o filho e o marido, sendo, ao contrário, insultada pela polícia. Não tem para si o filho, seja para exercer a afeição materna, seja para exercitar o ensino e o exemplo cristão, roubado que é o menino pelo pai andarilho. Não tem companheiro com quem ensaiar projetos ou mesmo administrar a miúda vida doméstica; não tem diálogo, tendo desqualificado até mesmo o seu imaginário religioso, sendo acusada de feitiçaria a sua prática cristã. Vive Joana, assim, sob os rompantes brutais do marido e as apreensões quanto ao destino do filho. Mesmo assim, demarca um lugarzinho para si, pela via do preconceito que a organização social escravista lhe propicia; o que, para o pensamento dominante da época, não era preconceito, mas sim um espaço possível mesmo numa situação de recursos tão exíguos: na tentativa de ensinar os princípios religiosos ao filho, catamos no meio da fala de Joana uma ressalva denunciadora de um juízo discricionário de sua época: “[...] ainda que seja um negro debes ter, embora não sejas de sua qualidade, respeito pela idade dele.”

A hierarquização do narrador imita a experiência social que o autor teve. Só podemos concordar com a singela proposição de leitura contida no *Suplemento de Trabalho* que acompanha o romance e é destinado ao público leitor. Entre as várias sugestões de trabalho que este suplemento traz, uma delas conduz o leitor à conclusão de que o autor *imaginou*, por não ter observado diretamente, os diálogos dos personagens.¹⁴ E expressamos nossa

concordância nos seguintes termos: não tendo podido observar os fatos vividos pelos personagens cem anos antes, o autor imaginou os diálogos que constroem o romance pondo na personagem a voz corrente da engrenagem social autoritariamente hierarquizada de que ele era participante.

Cena 3: O canhão e o campanário

Lendo as várias reportagens sobre a guerra de Canudos – que não é do fim do mundo, mas de muito perto de todos nós ainda – não é difícil anotar declarações confiantes, entusiastas e patrióticas umas; outras céticas e reticentes; muitas pragmáticas e catastróficas. E quase todas as imagens da guerra, dos jornais a *Os Sertões* (1902), são marcadas pela expectativa, pela tensão e pelo espanto. Muitíssimas ainda acrescentaram o preconceito mais descabido.¹⁵

Muitos relatos falam de uma cena marcante: o gigantesco *canhão 32* é estrategicamente deslocado do alto da Favela e se posta, a 23 de setembro de 1897, a duzentos metros do Arraial de Canudos, em frente da igreja nova. Eloqüentes ícones do conflito, ali predispostos entre escombros e ruínas. Cena, aliás, presente em muitos dos correspondentes que resistiram ao fim da luta. Mas nosso interesse é saber como Euclides da Cunha viu tão trágico espetáculo aí emblematizado.

Republicano de primeira hora, o repórter Euclides da Cunha não refreia seu entusiasmo diante das armas nacionais, preparadas para enfrentar os sertanejos de Canudos. Engenheiro militar, não

esconde o gosto pela razão técnica, motivo por que não poupa elogios ao chefe da comissão de engenharia da quarta expedição, o tenente-coronel Siqueira de Meneses, “o olhar da expedição.”¹⁶ Armado de disciplina e dedicação, o tenente Meneses é visto como o incansável desbravador e guia daquele exército atônito, embaralhado na amplidão de um terreno que desconhecia.

Munido de mapas, binóculos, bússola e podômetro, signos da moderna logística, o tenente engenheiro rabiscava croquis e traçava itinerários, após temerosas incursões pelas caatingas mais distantes. Com seu estudo, abria os caminhos mais curtos para o combate, inventando aquela insólita cartografia da catástrofe.

Honesto observador, porém, não escapou a Euclides o amontoado de extravagâncias, o absurdo desencontro daquela guerra, captado até no detalhe aparentemente insignificante mas simbolicamente expressivo: aqueles “dólmãs europeus de listas vivas e botões fulgentes, entre os gravetos da caatinga...” (p.335). E este contraste vai além do desencontro entre a etiqueta e o cacto.. Em crítica à morosa marcha do exército e às indecisões táticas face “as guerrilhas solertes dos jagunços”(p.333), Euclides surpreende um exército intrincado em “completa rede hierárquica”(p.333); tropas entaladas em “veredas flexuosas e emperradas diante de adversários fugitivos e bravos”(334). Nesse exato ponto se cruzam o estrategista militar e o cidadão que percebe a dimensão da tragédia, o seu sentido violento e iníquo. Euclides fala daquele mesmo canhão a que nos referimos – um *witworth* 32, pesando mil e setecentos quilos, penosamente arrastado por

dez juntas de bois, ajudados por soldados famintos e esfarrapados pelas caatingas ermas: “Era, porém, preciso assustar os sertões com o monstruoso espantalho de aço [...]” Ironicamente, a máquina iria representar papel pífilo no combate. Primeiro, no episódio em que onze homens de Canudos invadem o acampamento, num ataque suicida, para tomar ou inutilizar o gigantesco engenho, sendo dez deles mortos (p. 389); depois, vem assim descrita a segunda façanha do 32: “A grande peça detonou: viu-se arrebentar, com estrondo, o enorme schrapnell entre as paredes da igreja, esfarelado-lhe o teto, derrubando os restos do campanário e fazendo saltar pelos ares, revolteando, estridulamente badalando, como se ainda vibrasse um alarma, o velho sino que chamava ao descer das tardes os combatentes para as rezas[...]” (p.454). Imagetivamente perfeita a descrição. A cena é a materialização do embate de duas razões: a daquele engenheiro armado do mais moderno equipamento técnico-militar e a daquele sineiro anônimo que, debaixo da mais cerrada artilharia, subia diária e ritualmente ao campanário para tocar o sino que chamava os fiéis à contrição da ave-maria.¹⁷

Foi esse choque violento que estilhaçou a euforia e as convicções iniciais dos minimamente honestos; abalou as crenças e mesmo as reticências e dúvidas sobre Canudos. Quadro conflitante, dolorosamente sentido, antes mesmo de Euclides e de outros repórteres, pelos próprios soldados anônimos que, como está registrado em *Os Sertões*, inscreveram nas paredes das casas por onde passavam as muitíssimas faces do drama coletivo, narrado

nas reportagens e condensados na escritura de Euclides da Cunha. Os soldados sobreviventes são, assim, os primeiros cronistas da tragédia.

Estamos diante de uma aquarela poeirenta de cadáveres; assistimos a uma diáspora criminoso de semimortos, fantasmagorias semi-vivas de canudenses e soldados, misturados, deambulando por aquelas cartografias da agonia, impressas por uma guerra estranha e brutal. Pelas casas em que param, os soldados marcam a sua dor e a sua revolta contra a guerra insana; gravam, nas paredes, protestos, pornografias e impropérios: “E a empresa perdia repentinamente a feição heróica, sem brilho, sem altitude. Os narradores futuros tentariam em vão velá-la em descrições gloriosas. Teriam em cada página, indestrutíveis, aqueles palimpsestos ultrajantes.” (p. 468)

Quantas narrativas nessas letras tumultuárias, sem dúvida lacunares, interrompidas pela dor, pela fuga, pela morte. Aforismos da indignação! E é que o genocídio não permitiu que pudéssemos ler a escritura dos outros vencidos sobre sua experiência dolorosa durante aquele ano de assalto.

É de forma rude e bronca que essas inscrições aflitas entram, pelo menos como registro, na prosa culta de Euclides da Cunha, já como inevitáveis. E assim, com todos os problemas e impasses que o registro, em lugar da reprodução, pode implicar, Euclides vai convertendo em reflexão um complexo retórico erudito antes a serviço da República. Mais ainda: repõe na dinâmica do descompasso histórico, caracterizado pela exclusão, o que até então

era confinado à mera geografia – os espaços malsinados do Norte. Numa linha direta que vai do Rio de Janeiro a Canudos, navios e ministro da guerra, armas modernas e fios telegráficos contribuem para pôr a cara do país no espelho: encontram-se frente a frente *titãs* e moribundos que teimam em não se enxergar.

Ou, na cortante inversão de Euclides da Cunha: “A rua do ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização a dentro. E a guerra de Canudos era, por assim dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros por ventura mais perigosos.” (P.320) O autor de *Os Sertões*, convertido em *perigoso parceiro* dos jagunços, acaba por se inscrever, com uma lucidez desesperada, entre aqueles infatigáveis perscrutadores do futuro – os “antigos modernistas” de que fala Foot Hardman.¹⁸

CAPÍTULO I

Proposições: invenção, desinvenção

“Jó-joaquim, genial, operava o passado – plástico e contraditório rascunho. Criava nova, transformada realidade, mais alta. Mais certa?”

(Guimarães Rosa)¹

Desejamos falar de um confronto. Queremos compreender as muitas representações que se construíram desse confronto no espaço do imaginário social tematizado pela ficção sobre o Nordeste. Mas atento, também, aos discursos históricos que estão na base desse embate. O confronto a que nos referimos já ganhou vários nomes, sucessiva e concomitantemente. Já se chamou Norte e Sul; modernismo e regionalismo; modernidade e tradição; atraso e progresso; antigo e moderno; campo e cidade, entre outras oposições e distanciamentos. E também gerou muitas incompreensões. São estas grandes determinações que se desdobram em formas cotidianas de pensar e de agir, muitas vezes construídas como exclusões pelo planejamento técnico; ou acalentadas pela criação simbólica das várias formas de representação – todas elaboradas e reelaboradas, historicamente, pela memória social. Não esqueçamos tais antinomias.

As imagens construídas em torno da região Nordeste, na

ficção e também fora dela, quase sempre se realizam sob uma tensão discursiva, sob uma estratégia retórica de apagamento e revelação; entre o ocultamento e o desvelamento dos conflitos. Ou melhor, a tensão se expressa pelo esforço e pelas formas de ocultar e de revelar, construídas por cada discurso. Desde Alencar, em *O Sertanejo* (1875), por exemplo, está presente, como trama narrativa, a superação (mas que não logra a supressão) dos conflitos entre grupos étnicos e classes sociais diversas, sob a forma da sublimação mítica. Ou seja, o enredo romanesco converte a cena histórica em ritual de mitificação em que se eternizam relações para sempre harmoniosas. Em Franklin Távora de *O Cabeleira* (1876), o confronto é incorporado ao enredo para ser desfigurado pela hierarquização. Assim, a organização jurídica e policial detém a voz e submete ao seu modelo as manifestações populares que a incluam como termo do confronto. Em ambos, Alencar e Franklin Távora, o esforço discursivo e as formas narrativas do mascaramento.²

Em Euclides da Cunha de *Os Sertões* (1902), ao contrário, se instalam os impasses e a revelação do confronto em lugar do seu ocultamento. Mais que isso: ressalta a reflexão crítica e o dilaceramento de um narrador entre paradigmas em agonia, face ao vigoroso experimento histórico da guerra de Canudos. Portanto, o mascaramento ou a revelação dos conflitos, entre grupos e classes sociais, constituem opções ideológicas que delimitam o lugar do narrador na história. O mascaramento ou a revelação se expressam em formas narrativas que vão construindo, como

discurso dominante, ora o mito e a hierarquia ora a reflexão crítica; eles têm como temas, mais das vezes, as determinações opositivas que recebem o nome de atraso e progresso, antigo e moderno, entre outros, sem deixar de entrar pelas repercussões dramáticas que estas representam no cotidiano de coletividades e de indivíduos. Foi assim que começou o discurso de construção cultural e simbólica do Nordeste. Vejamos um pouco da reflexão sobre estes confrontos a partir de interessantes estudos sobre a literatura regional nordestina.

A leitura comparativa (e contrastiva), entre as manifestações regionalistas do Nordeste e o discurso do modernismo paulista, foi empreendida, primeiramente, de forma sistemática e monográfica, pelo trabalho acadêmico do professor José Aderaldo Castello, em fins dos anos cinquenta, ao estudar a obra de José Lins do Rego. Mas pensamos que, talvez motivado ainda pelo prestígio da obra de Gilberto Freyre, a análise de Aderaldo Castello conclui pelo rendimento crítico, na obra de José Lins, do aproveitamento que este faz da pregação regionalista daquele. Daí a insuficiência de sua leitura, argutamente complementada por importantes trabalhos acadêmicos posteriores.

José Aderaldo Castello coloca modernismo e regionalismo em termos de oposição estética, no contexto meramente cultural (assim entendemos sua proposta, embora duvidemos de que, nesses casos, o *meramente* exista!) dos anos vinte. Oposição que, não raro, se expressou em infundáveis debates em torno da disputa pela primazia da inauguração modernista. Algo assim personalizado

por Gilberto Freyre, de um lado, e os modernistas de São Paulo de outro:

“Nestas condições, se os escritores que estrearam nas províncias, no Nordeste, especialmente os que integraram direta ou indiretamente o movimento do Recife, não sentiram convictamente a Semana de Arte Moderna, teve razão José Lins do Rego em opor-se, colocando-se ao lado de Gilberto Freyre, à opinião de alguns modernistas do Sul, como Sérgio Milliet, que datavam de 1922 tudo o que de mais importante havia sido feito na literatura, naturalmente como uma decorrência daquele acontecimento histórico.”

Por tal orientação é que Aderaldo Castello, ao falar do modernismo e de *sua* vertente regionalista, incorpora a posição conciliadora que Gilberto Freyre vai assumindo até destacar, como fecho da primeira parte do seu livro, as palavras harmonizadoras (e pretensiosas) deste último:

“Esses dois movimentos ficarão, provavelmente, como os mais importantes que têm revolucionado as letras e a vida do Brasil no sentido não só da autenticidade como da espontaneidade na criação intelectual ou cultural e da autoconfiança entre os brasileiros. No sentido da libertação intelectual e artística do Brasil dos excessos de subordinação colonial à Europa e aos Estados Unidos.”

Pensamento retomado e ratificado, ao final do livro, pelas palavras, agora, do seu autor:

“Impõe-se, assim, a distinção inicial entre os dois rumos gerais tomados pelas manifestações modernistas nos centros de São Paulo-Rio de Janeiro e do Recife, como resultado da independência de atitudes de ambos, enquanto forçoso é reconhecer, por outro lado, os pontos em comum que eles apresentam. Daí a observação de Gilberto Freyre, segundo a qual os dois ‘movimentos’ terminam encontrando-se e harmonizando-se definitivamente, uma vez que realizam idêntico programa de compreensão da realidade brasileira e de estudo do caráter nacional.”³

É esta a conclusão de Aderaldo Castello, sem perceber, sob os *pontos comuns*, diferenças de perspectiva inconciliáveis. Mesmo tendo Antonio Candido, seu colega de universidade e trabalhando no mesmo campo de reflexão, já colocado a *tese*, em breve estudo sobre Franklin Távora, da literatura do Norte como expressão de um desejo de reconstrução simbólica; como tarefa de recuperação cultural de uma região que assistia à “passagem da hegemonia cultural e política do Norte para o Sul.”⁴ (Não é à toa que Gilberto Freyre, no Manifesto Regionalista, retoma as idéias de Franklin Távora contidas na carta-prefácio de *O Cabeleira*.) Esta tese será retomada e ampliada em estudos particulares que analisam, criticamente, o esforço do discurso regional para resgatar a imagem mítica de um Nordeste patriarcal próspero e harmônico. Mesmo e principalmente quando o discurso parece denunciar o poder central, ou o modelo invasor capitalista, como responsáveis pelo atraso e o abandono da região.

O desmonte deste discurso astucioso das elites tem recebido, o peso de importante pesquisa interdisciplinar, conduzida por historiadores, geógrafos e professores de literatura, com o aval de relevantes centros universitários. Vejamos alguns desses trabalhos, pelo menos os que importam diretamente à nossa proposição de leitura.

Lendo o livro de José Aderaldo Castello, Neroaldo Pontes de Azevedo toma como tarefa a cumprir uma observação que está no seu primeiro capítulo, incentivando futuras pesquisas. Assim pensamos porque Neroaldo incorpora, já na *Apresentação* de sua tese de doutorado (*Modernismo e Regionalismo – Os anos 20 em Pernambuco*, de 1984), aquela sugestão de pesquisa de Aderaldo Castello: “Ainda é assunto para ser investigado e estudado a repercussão do movimento modernista no Nordeste [...]”. Embora, na mesma observação, tal repercussão já seja vista como “afirmação crítica da Semana de Arte Moderna de São Paulo, realizada em 1922.” Visão apriorística e meio em contradição com a *independência* com que o trabalho do professor Neroaldo julga o movimento do Recife.

Mas Neroaldo assume a tarefa e, de fato, leva a termo importante pesquisa sobre o modernismo em Pernambuco, em face do movimento tradicionalista e regionalista aí desenvolvido nos anos 20. Sua pesquisa vai além da historiografia de idéias estéticas, vai além do mapeamento. Trabalhando no levantamento de copioso e indispensável material produzido no período estudado, o autor sistematiza e interpreta a partir de uma avaliação que o

distanciamento e a reflexão crítica permitem.

Logo na introdução, vemos a diferença de perspectiva em relação ao trabalho anteriormente comentado. Aí, dois tópicos principais – “Coordenadas históricas” e “Jornalismo e vida literária” – informam a preocupação metodológica com as muitas relações entre história cultural e história social. É assim que, em rápido tópico, é captada a face contraditória do Recife, palco das manifestações culturais que o livro estuda: o desejo provinciano e a contingência histórica; o ideal de primazia regional e a evidência do desprestígio no quadro nacional:

“Atrelado a estruturas arcaicas, sem prenúncios de ruptura, o Nordeste, no início dos anos 20, vivia um momento de falta de perspectiva, decorrente ainda da decadência da economia açucareira.”

E esta situação local, que dá lugar a enfrentamentos políticos, a embates intelectuais e querelas culturais, se insere num quadro regional mais complexo:

“Embora capital regional, Recife não escapava às conseqüências de um longo período de depressão econômica. As péssimas condições de trabalho, os salários baixos e as notícias dos sucessos da revolução russa de 1917 davam lugar a uma tomada de consciência por parte dos trabalhadores que, relegados à pobreza e à miséria, se sentiam cada vez mais ameaçados, criando-se uma ‘tônica de protestos políticos e conspiração permanente’” Isto de um lado, de outro – “A oligarquia local está dividida entre o ‘borbismo’ e o ‘pessoísmo’. A facção política liderada pelo

senador Manuel Borba, que já fora governador do Estado, lança a candidatura do usineiro José Henrique Carneiro da Cunha, com o apoio de Rosa e Silva, das bancadas estaduais e de Joaquim Pimenta. Os 'pessoístas', liderados pela família Pessoa de Queiroz, com o apoio de Dantas Barreto, de Estácio Coimbra, da Bancada Federal do Estado, além da retaguarda do presidente da República, Epitácio Pessoa, defendem a candidatura do coronel Eduardo de Lima Castro."

Por esta disputa do poder político, como se pode ver, ligam-se as questões locais a interesses mais gerais, com diferentes respostas dos grupos oligárquicos.

Com caminhos de leitura assim traçados, em que os aspectos culturais constituem produção e reflexão de um dado quadro histórico, não fica difícil ao professor Neroaldo concluir demarcando o movimento regionalista dos anos 20 como iniciativa cultural e política de *invenção* do Nordeste, como recorte regional a ser restaurado. Esta era uma estratégia de segmentos das elites regionais, defendida como forma de manter as estruturas de poder local e seu espaço de participação na ordem nacional. Deste modo, as manifestações regionalistas estudadas tinham um objetivo definido:

"Tratava-se, em última instância, de promover o fortalecimento da região, superando, assim, o esquema frágil das diversas unidades estaduais, para servir de sustentação ao confronto com o Sul, especialmente porque se tinha clareza suficiente sobre a decadência em que se encontrava a região. Tal perspectiva apontava,

também, na direção de um saudosismo, na medida em que o passado de glória da região, particularmente na perspectiva das classes dominantes, passa a ser evocado como mítico. Nessa linha, abre-se espaço para o conservadorismo, marcado pelo privilégio do rural sobre o urbano, acentuando-se, além do mais, aquela tendência bairrista de ver o Nordeste como a mais brasileira de todas as regiões do país. Dessa postura de conteúdo político é que derivam, em consequência, as orientações de ordem cultural, com o objetivo de se valorizar tudo o que fosse característico da região. A conservação dos valores tradicionais apresentava-se para os 'regionalistas' como uma forma de se defenderem contra a onda de 'modernismo', ou futurismo, contrária aos interesses locais, segundo eles. Daí as diatribes contra tudo que viesse do Sul,"

O trabalho do professor Neroaldo, como dissemos, é de 1984. Neste mesmo ano, no campo da pesquisa histórica, é publicado o livro *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*, de Rosa Godoy, que analisa o papel das elites locais na formulação de um discurso conservador como modelo de sustentação do poder e de participação na política nacional. Este livro baliza a discussão recente sobre o *regionalismo nordestino* e sua repercussão na cultura brasileira.⁵ Em 1987, a professora Moema Selma D'Andrea conclui uma pesquisa que volta ao tema desse confronto — modernismo paulista e regionalismo nordestino. Só que, aqui, a perspectiva se delimita com outro recorte, o que permite a leitura

mais detida de parte da produção literária marcada pelo período. Interessa à autora estudar a presença, enquanto ideologia incorporada ao texto, do pensamento regionalista e tradicionalista de Gilberto Freyre na literatura dos anos vinte e trinta. Assim a autora define seu trabalho:

“A contribuição que pretendo dar ao estudo da questão está em trazê-la para o terreno da crítica e da história literária brasileira através de uma seleção de matrizes discursivas que, intertextualmente, situam-se na confluência entre as manifestações culturais e literárias. Deparo-me simultaneamente com a tarefa de analista de dois discursos (o cultural e o especificamente literário), e com o desafio do historiador que se lança sobre determinado contexto. Dupla tarefa que comporta seus riscos: resgatar, na intertextualidade cultural, o discurso ideológico que influencia o literário sem desfigurar o caráter inerente à arte representativa.”

Portanto, a partir do ideário regionalista formulado em torno do pensamento de Gilberto Freyre, o trabalho em questão vai analisando as condições históricas que estão na base desse discurso, além de verificar como esse ideário é incorporado à representação literária. Nesta tarefa, o trabalho estuda textos de José Lins do Rego, Mário Sete e José Américo de Almeida, entre outros, construídos formal e ideologicamente pela reelaboração do pensamento tradicionalista, no empenho de “reivindicar para o regionalismo nordestino a expressão cultural mais autêntica da brasilidade.” Atenta a duplo movimento, a expressão cultural de

uma manifestação coletiva ou mesmo de um autor, por um lado, e, por outro, a articulação destas manifestações com a conjuntura nacional e local, a autora sintetiza:

“A partir do momento em que se constata que o Regionalismo nordestino – formalmente expresso através da criação do Centro Regionalista do Recife, em 1924 – emerge como expressão da crise que afeta economicamente a fração açucareira da oligarquia nordestina, procura-se demonstrar quais os mecanismos de que se valem os intelectuais tradicionais do Nordeste, buscando formas de representação cultural que mascarem esta crise. Dessa maneira, transfere-se para o terreno estrito da cultura a disputa pela perda da hegemonia socioeconômica diante do Centro-sul do país, em evidente supremacia.”

Com este método de trabalho – intertextual e interdisciplinar – em que o estético e o histórico são avaliados em suas relações, Moema Selma explicita sua contribuição à pesquisa do tema:

“Enfim, o saldo da pesquisa e os desdobramentos da síntese, o livro em questão, começam nas páginas seguintes, como tentativa de, ao cumprir um trabalho acadêmico, contribuir para a problematização dos vínculos entre as manifestações culturais e as representações literárias, naturalmente intercambiáveis. Como resultado desses fatores, temos, em suma, uma representação específica que absorve formalmente, e de maneira nada automática, nosso dia-a-dia cultural.”⁶

Praticamente no mesmo período, a professora Sônia Ramalho de Farias desenvolve importante estudo sobre o messianismo e o cangaço na ficção nordestina, em que se aplica a exaustiva e minuciosa leitura dos romances *Pedra Bonita e Cangaceiros*, de José Lins do Rego, e *A Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna. Na sua “Proposição de trabalho”, a autora começa por constatar a ausência de estudos sobre o messianismo no discurso ficcional, de forma mais sistemática e detida, a par da crescente preocupação que o fenômeno messiânico tem adquirido em outras áreas de pesquisa das ciências sociais. Pelos textos escolhidos para análise do fenômeno messiânico, colocou-se como imperativo o estudo também do cangaço, de tal forma os dois fenômenos estão neles aproximados “que se torna, senão impossível, ao menos arbitrário examiná-los isoladamente.”

A tese contida neste trabalho consiste na pesquisa histórica, na análise cultural e na interpretação literária de dois temas centrais. Nas palavras da autora: “A questão da representação do espaço na ficção nordestina e a questão da reapropriação da cultura popular pelo discurso da literatura erudita.” Com este objetivo, a professora Sônia Ramalho de Farias estuda as imagens do Nordeste que os ficcionistas escolhidos plasmaram; verifica como eles se apropriam das manifestações culturais das populações pobres; qual a ideologia que está na base dessas representações e dos vários modos de apropriação da cultura popular. Além disto, a pesquisa desenvolve, ainda, entendendo ideologia como noção e

pré-noção, uma acurada análise em que examina até que ponto a opção e a experiência histórica dos ficcionistas “informam suas respectivas obras”; e conduzem a escrita, resultado de uma leitura da temática popular, determinando o conceito de povo e de cultura veiculado pelos textos.

O lastro sobre o qual se desenvolve a reflexão deste trabalho, de largo alcance, consiste em verificar, ademais, a existência de um pensamento regionalista no intercurso que vai das manifestações histórico-culturais à realização literária, a partir dos textos selecionados. Sem perder de perspectiva que o texto literário é uma “prática ficcional” que nem se isola como fato estético em si, nem se reduz a mero “indicador do que se passa na sociedade.”

Uma metodologia claramente formulada, com base nas inter-relações de texto e contexto e nas tensões internas do texto literário enquanto linguagem; um material crítico abrangente da realidade cultural nordestina e brasileira; uma “abordagem cuidadosa dos textos ficcionais”, enfim, permitiram à pesquisa – “Desmontar as articulações inter(con)textuais nos romances *Pedra Bonita*, *Cangaceiros* e *A Pedra do Reino* a partir das temáticas do messianismo e do cangaço” (...), revelando “um compromisso dos textos com o solo cultural e ideológico que informa as suas concepções do Brasil e do Nordeste sob um ângulo tradicional.” E conclui a professora:

“Na ambigüidade específica à literatura, as narrativas problematizam, com maior ou menor intensidade, o ideário regionalista subjacente ao

‘chão histórico’ no qual se monta a cena ficcional, sem romper, todavia, com esse ideário. Ao invés, a abordagem cuidadosa dos três textos confirma a hipótese levantada na introdução: as perspectivas norteadoras da ideologia dos romances de ambos os escritores confluem para a revalidação simbólica das respectivas zonas rurais que elegend como depositárias dos legítimos valores brasileiros.”⁷

Conforme se pode verificar, nosso diálogo, até aqui, privilegiou obras acadêmicas recentes, produzidas no espaço universitário, com a chancela de instituições como UFPB, USP, PUC-RJ e UNICAMP. A escolha se dá por duas razões: primeiro porque, claramente calcadas numa leitura histórica de inspiração crítica, tais obras procedem ao esforço de desconstrução do aparato discursivo ideologicamente formulado para construir, como modelo, uma cultura regional identitária, ou seja, uma construção discursiva oferecida como identidade nordestina. Identidade esta forjada de mitos e hierarquias que mascaram o conflito presente nas formas tradicionais de mando e nas manifestações de inconformismo das populações pobres. Depois porque, como decorrência, esta opção crítica nos fornece escolha metodológica para a abordagem do texto literário nas suas relações com a experiência histórica de onde ele surge como representação que reelabora e reconstrói. Isto não quer significar que tomamos um caminho de leitura bíblica a ser repetida, mas sim que temos pontos de partida, sugestão de viagem, lições a refletir na apreciação de outros textos literários e de outros contextos sociais.

Como se pode constatar ainda, neste diálogo (breve, é verdade, mas se prolongado acabaria ele mesmo se erigindo em objeto de estudo), registramos os propósitos e algumas conclusões das pesquisas empreendidas sobre os temas de que tratamos. Não quer isto dizer que desprezamos o processo de leitura mesmo; apenas seria impossível, neste espaço, proceder a uma avaliação exaustiva das leituras que apontamos. Além dos trabalhos aludidos, vamos recorrer, sem dúvida, a outros textos que os antecederam e até os inspiraram de algum modo, seja no campo específico da análise e da crítica literária, seja no âmbito da crítica histórica ou da cultura.

Mesmo num capítulo introdutório como este, não podemos deixar de colocar a contribuição de outros textos, menos recentes mas igualmente importantes para o modo como pensamos a literatura regionalista; para a formulação do nosso método de análise e, como decorrência, para a leitura mesma dos romances que escolhemos como centro da reflexão deste trabalho. Registramos os livros - *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*, de José Maurício Gomes de Almeida; *O poder rural na ficção*, de Heloísa Toller Gomes, ambos de 1981; *Tal Brasil, qual romance?*, de Flora Sussekind, de 1984. O primeiro faz uma leitura abrangente do regionalismo, desde sua origem romântica até sua renovação neo-realista nos anos 30, além de perceber o estreito vínculo entre o pensamento tradicionalista de Gilberto Freyre e boa parte da produção literária regional. Neste particular, o livro faz retornar a Franklin Távora as origens do *discurso regional*

de reconstrução da hegemonia do *Norte-Nordeste* como berço da nacionalidade, base de elaboração do pensamento de Gilberto Freyre sobre a arte local.

O segundo livro é um estudo comparativo que se detém em dois autores – José Lins do Rego e o escritor norte-americano William Faulkner. A partir da leitura de *Fogo morto*, o livro sugere importante ângulo de avaliação dos textos do autor paraibano, seu vínculo com o pensamento tradicionalista, por um lado, e sua percepção crítica agudamente trágica das transformações na economia e na sociedade rural ligada à zona açucareira do Nordeste. Já o trabalho de Flora Sussekind, com a vocação da polêmica, é abrangente e arrasador no que tange à leitura da tradição crítica realista. É fina a sua percepção do viés tradicional e autoritário que muitos romances do nosso realismo-naturalismo acabam abrigando. Importa, sobretudo, no caso específico da ficção nordestina, o capítulo 5 – “o caso, o ciclo, a informação.” Todos estes textos referem o mesmo diálogo estudado nos textos anteriormente resenhados, qual seja, as relações entre a produção intelectual e os processos sociais, o pensamento e a história, os fatos e as versões (estéticas ou não).⁸

Agora voltemos ao tema do confronto na cultura brasileira – aliás, sequer saímos dele. Consideramos que as antinomias expressas em sul e norte, modernismo e regionalismo, atraso e progresso, etc., de tão largas podem acabar encobrando, elas mesmas, realidades históricas ditas menores, mas importantes e vitais para a compreensão do processo de construção da

convivência entre as pessoas. E quando trazidas para o campo da análise literária, é preciso que prestemos muita atenção a tais antinomias, para que não descartemos indispensáveis ângulos de leitura. Assim, devemos atentar para o fato de que a antinomia nem sempre quer dizer supressão de uma percepção por outra, mas uma correlação de forças que se expressa por superações conjunturais ou parciais, a par de uma tensão insuperável. Daí porque é preferível chamar de *pares* ao que comumente tomamos por antinomias. Ou então vamos correr o risco da redundância e chamar a esses pares em tensão de antinomias relacionais.⁹

O que fica desta discussão é que devemos estar atentos aos intervalos que medeiam esses pares em sua múltipla determinação, e à tensão, enfim, que os constrói, um nos limites do outro. Pensamos que isto está mais próximo do nosso objeto de estudo, delimitado na apresentação deste trabalho. Mas acrescentemos alguma reflexão como justificativa deste modo de ler que destacamos.

O regionalismo, pelo menos no caso nordestino, segue uma dinâmica de permanência e transformação, para aproveitar a sugestão de Alfredo Bosi. Permanência entrevista por Antonio Candido em função da dependência, derivação do atraso e do subdesenvolvimento.¹⁰ As tendências que se cristalizaram a partir de 30, da narrativa pitoresca ao romance de *tensão crítica*, têm todas um passado estético e histórico, numa direção, e, na outra, são reelaboradas a cada momento histórico, transformando-se ou permanecendo. Dentre essas retomadas da temática regionalista,

surgem, na década de 70, dois romances que, no nosso parecer, retomam com clara medida de atualidade a vertente crítica que se inaugura em 30. São eles *Sargento Getulio* (1971), de João Ubaldo Ribeiro, e *Essa terra* (1976) de Antônio Torres.

Falamos do romance de 30 como tendo inaugurado a vertente mais crítica do regionalismo, particularmente no caso do romance produzido no ou sobre o Nordeste. É bom anotar, então, que “a representação do Nordeste no romance de 30 não é unívoca.”¹¹ O romance de 30 está no ponto de confluência de, pelo menos, três ordens de discurso: vindo de uma direção, o discurso inovador do modernismo paulista, buscando plasmar *nova sensibilidade*, mais aberta à conquista moderna e propondo nova avaliação da nossa tradição histórica. De outro caminho, vinha a pregação regionalista, cujo resgate mítico-nostálgico do Nordeste constituiu a militância de grande parte da intelectualidade local. De outro ponto, ainda, vem o diálogo difícil (porque marcado pelo autoritarismo, pela cooptação e até pela exclusão) e privilegiado (porque controlado pelo poder) com as duas propostas acima, patrocinado pelo governo Vargas, com seu projeto nacionalista e centralizador de progresso. Projeto, aliás, assumido e defendido como modelo vitorioso do planejamento técnico-desenvolvimentista.

Pelo caráter programático que assumiu e pelo prestígio nacional que alcançou a produção ficcional dos anos 30, logo os escritores perceberam o poder de repercussão de sua obra. Por isso mesmo, não deixou a ficção do período de abrigar, em muitos casos, as imagens da tradição e de ratificar a ideologia nacionalista.

Mas também, como ponto de tensão entre vários discursos, o romance de 30 se erige como o lugar da crise do discurso regionalista e, em parte da produção, até de sua denúncia e de seu desmonte. Tem razão Antonio Candido ao identificar no romance de 30 um “precursor da consciência de subdesenvolvimento”, vendo que o regionalismo – “Na fase de consciência do subdesenvolvimento, funciona como presciência e depois como consciência da crise, motivando o documentário e, com o sentimento de urgência, o empenho político.”¹²

O empenho em responder aos apelos de uma conjuntura complexa se expressou em soluções estéticas e ideológicas diferentes. E vai este empenho, com José Américo de Almeida, do elogio ao patriarcado rural *esclarecido* à clara adesão ao modelo de progresso vitorioso em 30; da reconstituição mítica do passado patriarcal, em José Lins do Rego, ao melancólico dilaceramento da memória. Vai, ainda, da *oposição verbal e sentimental* dos primeiros romances de Rachel de Queiroz ao seu empenho com a *característica e pitoresca cultura nordestina*, e, enfim, à estilização sem novidades de uma *saga regional*, como em seu último romance. Vai, em Jorge Amado, da denúncia real-naturalista da vida de trabalhadores e desempregados, passando à revolta e à tomada de consciência do operariado, até à utopia desgarrada de uma revolução improvável; utopia desgarrada porque, se por uma ponta está ligada a uma tradição histórica, a de uma minoritária vanguarda militante, por outro lado, está despregada da maioria da população que desejava alcançar. Sem dúvida que as obras destes

romancistas integram, mesmo com as opções apontadas, a tradição crítica do romance de 30 e, pelas mesmas opções, vão diluindo, diversificando e se distanciando da vertente crítica mais aguda enquanto leitura histórica de nossa realidade.¹³

É quase unânime a posição de que a resposta estética mais afiadamente crítica, sem concessão aos apelos mais sedutores do período, sejam os do discurso regionalista, sejam os do aceno do poder central, está na produção de Graciliano Ramos.¹⁴ Este o ponto de contato dos romances que escolhemos para leitura, como a retomada de uma tradição crítica que se foi atenuando e diluindo, pelo menos na ficção, ao longo das décadas de 40, 50 e 60.

Como em 30, a década de setenta foi também marcada pela forte centralização política, pelo debate sobre o modelo de desenvolvimento e pela disputa em torno da legitimidade de projetos antagônicos. Claro que o debate e a disputa foram, por imposição ditatorial, atomizados a princípio, interditados a seguir e finalmente unilateralizados com o recrudescimento da repressão. Em comum, portanto, os dois períodos da história brasileira têm o fato de terem sido a cronologia de intensa mobilização social e da consolidação de regimes autoritários, com o controle absoluto das iniciativas populares pelo estado. Claro, ainda, que a reflexão crítica do período repercute entre os jovens intelectuais, envolvidos pelas transformações materiais visíveis na vida brasileira e pelas incertezas com relação às mudanças políticas e sociais.

Mas justamente por manterem pontos de contato com a tradição crítica da ficção de 30, os romances que desejamos ler

guardam sua diferença, atestando seu agudo senso de contemporaneidade. Serão, portanto, as especificidades que uma outra situação conjuntural proporciona que queremos verificar nessas narrativas; outras coordenadas que lhes dão forma ficcional e que por eles são reelaboradas.

Começamos por destacar que aqueles grandes motivos, as oposições flagradas pela crítica e tematizadas, com enorme rendimento, por parte da ficção de 30 (lidas criticamente nos trabalhos acadêmicos que atrás mencionamos), talvez, em si mesmas, não constituam o principal caminho para a leitura dos textos que vamos trabalhar, embora indescartáveis como ponto de partida e como referência que não se pode perder de vista. Falo em largas oposições e associações como Sul-progresso versus Nordeste-atraso. Pensamos que estas se prestam bem a uma leitura de desmonte de um discurso que constrói uma visão ideal e programática, saudosista, mítica e hierárquica dos valores regionais pretendidos como hegemônicos. Acontece que, aqui (e isto é uma proposição), os próprios textos escolhidos encerram um discurso narrativo de desinvenção, de desconstrução de um espaço regional identitário, numa perspectiva contrária ao regionalismo tradicionalista, regionalismo nunca abandonado e, vez por outra, atualizado em muitos textos literários calcados na tradição e na genuinidade cultural do Nordeste, como os romances de Ariano Suassuna, por exemplo, publicados nos mesmos anos 70.¹⁵ Muitos textos que, aliás, formam fecunda permanência epigônica do regionalismo inicial, clichêizados pela hipertrofia, pela invenção

folclórica, pelo exagero do pitoresco. Então, além das determinações apontadas, estaremos atentos aos intervalos, às muitas tensões que as informam.

Pode-se argumentar que os romances escolhidos para este trabalho não trazem novidade alguma, uma vez que, já nos melhores momentos de 30, a própria ficção assumiu o papel de desmascarar o falseamento ideológico e a mitificação do espaço regional tal como elaborada pelas elites locais. Entre outros romances, estariam aí *São Bernardo* e *Vidas secas* como exemplos acabados desta postura crítica.¹⁶ O que é verdade. Ocorre que não é nosso propósito indicar a *novidade* na representação regional que teriam *Sargento Getúlio* e *Essa terra*. Nossa intenção é ver a *atualização* da perspectiva crítica e as soluções formais em outro período. Atualização crítica como uma necessidade do escritor e do homem que viu o progresso passar do discurso à miragem; que viu as populações pobres passarem do atraso à margem de qualquer processo de desenvolvimento, mesmo com a proliferação de projetos dessa natureza.

Atualização ainda, porque, como vimos, o melhor da tradição crítica de trinta foi sofrendo um apagamento passadas apenas três décadas. É tanto que, nos anos 60, a denúncia e a crítica do *atraso regional* serão assumidas não mais pelo romance. Esta tarefa será empunhada pela poesia e pelo teatro (*Morte e vida severina*, 1956), *O pagador de promessa*, (1962); pela MPB (“Disparada”, 1966, “Arueira”, 1967, de Geraldo Vandré; “Carcará”, 1964, João do Vale); pelo cinema (de novo *O pagador*

de promessa, 1962; *Vidas secas*, 1963 – permanece Graciliano; *Deus e o diabo na terra do sol*, 1964;). Talvez a exceção seja o romance *Fogo!*, do paraibano José Bezerra Filho que, em 1967, ganhou o Prêmio Manuel de Almeida da Secretaria de Educação do Estado da Guanabara.¹⁷

Teria a fundação da SUDENE contemplado as reivindicações do romance de 30 e, assim, superado os problemas que este denunciara? A este propósito, escreve Silviano Santiago: “A descoberta do subdesenvolvimento pela geração de 30, que retirou o país do paraíso ufanista, era a garantia histórica para uma política de país-em-desenvolvimento a partir dos anos 50. O alicerçamento de um pensamento de esquerda nos anos 30 foi a garantia para a criação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). A SUDENE foi o romance do Nordeste no plano das realizações admissíveis pela oligarquia rural progressista.”¹⁸ Pode haver exagero na aproximação demasiada, mas a conjuntura dos anos 50 indica a incorporação do discurso crítico ao projeto desenvolvimentista e o amaneiramento do discurso regional, cada vez mais representado pelo pitoresco e pelo *característico* de uma identidade regional que se construía com este mesmo discurso. Pelo menos para a maioria dos romancistas de 30 este raciocínio é válido; não vale para Graciliano Ramos, por exemplo, que percebeu mais fundo a tragédia do subdesenvolvimento mesmo em meio às promessas do progresso.

Por outro lado, ainda na década de setenta, a pressão constante do estado e o apelo de uma conjuntura que se impunha,

inalternativamente, ao indivíduo, levou a ficção a uma busca desesperada e obsessiva da referencialidade; a um expressionismo ora brutal, ora subjetivamente agônico; quase sempre dentro das amarras de um realismo de finalidades pragmáticas. A literatura, aí, é encarada como testemunho histórico do imediato, em substituição à imprensa, controlada pelo autoritarismo do estado. Esta situação construiu uma armadilha para a produção literária, que teve enormemente aumentado o risco de cair nas malhas do diálogo, contemporizando, com grande desvantagem e prejuízo, com a ditadura militar e a repressão por ela instituída como forma de sustentação política incorporada ao cotidiano da vida brasileira. Em situação quase inescapável, sem encontrar caminhos, a literatura quis ser jornalismo, quis ser a *verdade*, a versão do país real, contraposta à farsa do poder. O romance-reportagem surge, nesse contexto, como uma das formas narrativas predominantes, ao lado do realismo mágico, como assinala Silviano Santiago em "Repressão e censura no campo das artes da década de 70". No geral, nossa produção literária ganhou a expressão do depoimento e do confessionalismo.¹⁹

No caso do romance de temática local, àquela altura, as malhas do diálogo eram duplamente arriscadas: havia o risco do enfrentamento a que se viu obrigada a prosa urbana; havia o risco da adesão: em termos do regionalismo, há sempre o apelo ao pitoresco como isca, tão recorrente em conjunturas de extremo controle ideológico. Acreditamos que *Sargento Getúlio* e *Essa terra* escaparam a esse ardil. Veja-se bem: escaparam às malhas,

sem recusarem o diálogo, enquanto formulação ficcional, com a realidade local e nacional em suas sutis articulações.²⁰

Creemos que, nestes romances, cessa o imediatismo programático e o empenho político militante, vicariamente impostos à tarefa do escritor, presentes em muitas obras de 30 e de 70. Isto sem que tenha cessado o compromisso com a história e a necessidade da denúncia. Só que a denúncia é diferente da de 30, em sua maioria uma literatura como a voz da região em apelo ao país; diferente também da ficção urbana dos anos 70, da literatura-verdade como denúncia do amordaçamento da palavra. A denúncia, desta vez, aprofunda a reflexão até ao nosso modelo histórico de gerência política e de progresso econômico, para além da conjuntura imediata.

Nos textos que analisaremos, portanto, muda de forma o apelo patético ou o sussurro desesperado. Entram em cena visões menos *gerais* e mais *particulares*; experiências individuais inconclusas; por isso mesmo, talvez, mais aprofundadas na sua articulação com a realidade histórica mais ampla. Em vez do conjunto, são os fragmentos que assumem o centro da cena narrativa. É assim que a “consciência dilacerada”, de que fala Antonio Candido, o é quase sempre, em termos de processos sociais, pela percepção que alcançou da dimensão trágica do subdesenvolvimento. Tal consciência, cremos, aprofunda-se e se torna bastante complexa nestes textos *regionalistas* dos anos 70, talvez pela incorporação da narrativa *mitopoética à velha* perspectiva crítica realista.²¹ Perspectiva crítica que passa por 30

e vai a Euclides da Cunha, em sua percepção do quanto estavam próximas, no interior do mesmo processo político já excludente, realidades sociais mantidas tão estanques. A este propósito, ao fazer um balanço do modernismo, Silviano Santiago pontua o *distanciamento* dos romancistas dos anos 70 que não mais *continuam* a herança modernista. Este ensaísta, voltando a Lima Barreto e a Euclides da Cunha, afirma: “Acredito mesmo que o espírito deles já perpassasse as obras de ficção mais impertinentes da década de 70.” E Silviano Santiago vai além, ao comparar os dilemas da realidade vivida por Euclides da Cunha com os desafios que se impõem ao jovem escritor dos anos 70, no tocante à percepção do caráter violento e excludente do modelo de progresso imposto ao país: “Fomos ousados ao afirmar que estamos vivendo momento semelhante e que estes também são os dilemas que os jovens valores do romance brasileiro, semilibertos das amarras modernistas, vivenciam na década de 70? Acredito que não”. No caso dos romances regionalistas de que tratamos, a presença euclideana é marcante; e será atualizada, na recorrência de temas que lhe são caros, a sua percepção *nacional* do atraso *local*; a sua visão do modelo de progresso como programa de exclusão; a sua atitude, enfim, de voltar “os olhos para os vencidos, enxergando neles uma verdade que escapa às diretrizes excludentes da modernização.”²²

Nesses romances, a perspectiva narrativa “*não carrega mais o antigo otimismo social que edificava* encontrado em toda a literatura política que lhe é anterior [antes de 64]. Por essa

razão também é que o texto literário deixa de se expressar pelos tons grandiloqüentes e pelos exercícios de alta retórica. A boa literatura pós-64 prefere se insinuar como rachaduras em concreto, com voz baixa e divertida, em tom menor e coloquial.”²³

Os romances de que tratamos marcam, pela temática regional, uma alternativa à narrativa-reportagem. Neles, a denúncia não é desentranhada da história como um recorte da realidade que o poder deseja esconder; ao contrário, o que se denuncia é a história mesma, tal como construída por todos os que pensaram a modernização do país. Não somente o poder escondeu essa história, mas o próprio intelectual militante custou muito a percebê-la. Talvez porque estivesse muito próximo do centro do poder.

Como observa ainda Silviano Santiago: “Paralelamente ao questionamento dos processos autoritários de centralização do poder, há um saudável retorno da prosa de caráter regionalista, onde se percebem as injustiças que são feitas em nome de um projeto de nação unitário, centrado no sul. São romances de grande vendagem e sucesso de crítica, como os de Antônio Torres e Márcio Sousa, ou ainda os de Benedito Monteiro e o *Sargento Getúlio*, de João Ubaldo.”²⁴

Em resumo, pensamos a literatura de temática regionalista como constante reelaboração; o que contribui para a permanência e a transformação das formas de imaginar a realidade local, em trânsito com a realidade brasileira; para a recriação e, ao mesmo tempo, o abandono do discurso identitário; para a busca de sua desconstrução, se instalando criticamente como diferença. É claro

que este movimento de invenção e desinvenção de uma identidade regional tem rendimento estético, cultural e ideológico diverso. E tal diversidade será incorporada à narrativa ficcional de acordo com a perspectiva que o escritor adotou ou de acordo com o lugar que o narrador ocupa na história.

São essas nossas proposições, que se justificam, quando nada, por participarem do esforço de reavaliação crítica do regionalismo acima apontado. Não sem o risco, também, de se chocarem com o mal-entendido que, na opinião de Antonio Candido, era moda à época de publicação dos romances que trabalharemos - “um anátema indiscriminado contra a ficção regionalista.”²⁵

Tais proposições se desdobram, para efeito de leitura, nos objetivos seguintes: queremos compreender o regionalismo literário, em seu processo de reelaboração pela ficção contemporânea, a partir dos textos selecionados para análise; desejamos flagrar, na linguagem, estruturação narrativa e perspectiva do narrador, nos romances em estudo, não apenas a representação de um *espaço regional* mas as suas interações e relações com o *espaço nacional*, o que dilui e mesmo dificulta uma percepção totalizante do espaço local como *região*; como decorrência, nossa leitura incidirá sobre o discurso narrativo que coloca em crise o mito da *autenticidade regional* e da região como *espaço identitário*; finalmente, buscaremos a significação que ganham, nos textos, as imagens do *atraso* e do *progresso*; as representações do *tradicional* e do *moderno*, procurando surpreender as possíveis articulações entre tais imagens e a situação histórica que elas

representam. Adiantamos que os objetivos aqui arrolados comparecerão no interior da leitura, e não necessariamente isolados como itens à parte no corpo do texto, à maneira de questionário a ser respondido.

Os procedimentos metodológicos que adotaremos estão presentes, assim acreditamos, ao longo da *Apresentação*, do *Prólogo* e do presente capítulo. Em resumo, pretendemos estudar a linguagem, a estruturação narrativa e a perspectiva do narrador, com vistas à análise da representação que o texto faz dos problemas que apontamos aí nos objetivos. E como o discurso ficcional, nos textos em estudo, dialoga com o discurso da tradição regional e, em consequência, com a conjuntura em que é produzido, adotaremos, além dos estudos de teoria, crítica e história literária, a pesquisa interdisciplinar. Recorreremos, desta forma, a textos de outras áreas de investigação necessários ao esclarecimento de temas e fatos representados nos romances. É este nosso percurso.

Notas

Apresentação

1. Para a leitura do *discurso regional*, na sua formulação histórica e na representação literária, partimos de trabalhos que, integrando uma tradição crítica da nossa produção universitária, buscam uma compreensão ideológica da formação regional nordestina. A seu tempo, estes trabalhos serão incorporados ao nosso texto com a devida referência.

2. Para uma caracterização dos anos 70, nas relações da conjuntura histórica com a produção literária, nos baseamos em textos voltados, na sua maioria, para a produção cultural de caráter urbano; utilizamos também muitos depoimentos dos romancistas que abordamos. Comparando as várias leituras do período com afirmações dos romancistas e com as situações que envolvem seus romances, pudemos fazer aproximações e, por outro lado, marcar a diferença com que os textos *Sargento Getúlio* e *Essa terra* integram aquele período. Quando pertinentes à reflexão, tais textos serão devidamente referenciados.

3. Referimos-nos aqui, a título de ilustração, a obras como *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão; *A festa*, de Ivan Ângelo; *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós; *Aracelli, meu amor* e *A infância dos mortos*, de José Louzeiro; *A república dos assassinos*, de Aguinaldo Silva; *Bar don Juan*, de Antônio Callado; *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca; *Confissões de Ralfo*, de Sérgio Sant'Anna. Além destes exemplos, é bom lembrar boa parte da produção de João Antônio; a produção teatral sobre a repressão política; e o sucesso editorial adquirido por grande número de lançamentos na área de memórias políticas sobre os abusos do regime militar no país. Para um quadro mais completo desta produção, indicamos os livros *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*, de Flora Sussekind; *Anos 70 – Literatura*, de Armando Freitas Filho e outros; *Os homens cordiais*, de Arturo Gouveia; *Gavetas vazias*, de Tânia Pelegrinni, e outros ensaios citados oportunamente, todos referenciados na bibliografia deste trabalho.

4. Para a leitura inicial dos romances *Sargento Getúlio* e *Essa terra*, serviram-nos de referência alguns estudos dispersos em jornais e revistas; poucos ainda são encontrados em livros. Quando da análise dos dois romances, essas referências serão anotadas.

Prólogo

1. A afirmação é de Valéria de Marco, em seu estudo *A perda das ilusões: o romance histórico em Alencar*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993, p. 21.

2. A indagação – Um castelo nos trópicos? – é o título da primeira parte do ensaio “Imagens do romantismo no Brasil”, publicado em GUINSBURG, J. *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985. pp. 239-256. Depois, o ensaio passou a integrar um estudo maior – “Um mito sacrificial: o indianismo em Alencar”, em BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 176-193.

3. José Maurício Gomes de Almeida afirma o seguinte sobre os estudos de Alencar à época em que escrevia *O Sertanejo*: “Podem-se constatar as preocupações dominantes de Alencar por essa época pela leitura das cartas a Joaquim Serra, reunidas sob o título de *O nosso cancioneiro* e publicadas pela primeira vez em 1874. Elas estão para *O Sertanejo* na mesma posição que as *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, de 1856, estão para *O Guarani*. ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. pp. 50-51. A expressão “regionalismo mítico” é do mesmo autor, neste mesmo livro, ao fim do estudo sobre Alencar.

4. Citamos o título do livro de Valéria de Marco acima indicado.

5. Referimo-nos à seguinte edição: ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. 5 edição, São Paulo: Ática, 1991. Esta edição traz uma boa “Introdução à leitura de *O Sertanejo*” de Hélio Lopes.

6. A expressão “acumulação primitiva do poder” é do historiador José Murilo de Carvalho, retomando Marx, em estudo sobre o poder imperial: *A construção da ordem: A elite imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

7. Sobre a importância conferida à etiqueta como linguagem do poder, como demarcação entre o público e o privado, e, ainda, como indicação de privilégios na delimitação dos espaços, é importante ver o trabalho de RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime – do sangue à doce vida*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Col. Tudo é História). Lembramos este estudo a propósito da distinção conferida pelo narrador a todas as atitudes do capitão-mor e ao lugar que este ocupa em relação aos demais personagens do romance de Alencar.

8. Cf. o ensaio citado de Alfredo Bosi, pp. 185-187. Bosi analisa o rito de nobilitação, na obra de Alencar, colocando a perspectiva mítica do romancista como forma de superação (mas que não alcança a supressão) das tensões históricas. Sobre o possível desenlace, prometido por Alencar, ver PROENÇA, Cavalcanti. *Estudos Literários*. 2 edição, Rio/Brasília: José Olympio; INL, 1974, pp.105-106.

9. Esta referência está em José Maurício Gomes de Almeida, livro citado, pp. 72 e 79. Sugerimos que seja comparada com as indicações de Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 6 edição, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981. 2º volume (1836-1880), p. 301.

10. A percepção do narrador de *O Cabeleira* como “reflexo do autor” está em estudo de Aleilton Santana da Fonseca e outros, em: *Caderno de Textos 3, Regionalismo e Literatura*. João Pessoa: Mestrado em Letras, 1990, p. 17. O estudo se chama “Uma leitura do romance *O Cabeleira*, de Franklin Távora. O trabalho (singelo mas muito bem construído) tem como base de argumentação a análise da professora Sônia Ramalho de Farias a seguir indicado.

11. Recomendamos, a propósito do lugar ocupado pela cultura popular na ficção regional, a tese de doutorado da professora Sônia Ramalho de Farias – *Messianismo e cangaço na ficção nordestina: análise dos romances Pedra Bonita e Cangaceiros, de José Lins do Rego, e A Pedra do Reino, de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: PUC, 1988. Nas páginas 183-190, introdutórias ao tema do cangaço, está uma leitura da posição de *O Cabeleira* com relação ao tema. No conjunto, a pesquisa analisa a mitificação e a hierarquização como processos de mascaramento dos conflitos regionais. Somos devedores das posições aí desenvolvidas.

12. Na carta escrita a um amigo, publicada ao fim do romance, Franklin Távora avalia: “A musa do povo não cantaria um tão grande assassino se nele não descobrisse algumas qualidades dignas. A musa do povo não é torpe, não exalta o sicário infame e no todo desprezível. Por este chora o povo uma lágrima ao passar por ele, e afasta-se triste e mudo, não lhe concedendo um lugar na sua imaginação, não lhe consagra uma nota de seu melancólico e suavíssimo instrumento.” Em *O Cabeleira*. São Paulo, Ática, 1988, p. 138.

13. Cf. o trabalho citado de Sônia Ramalho de Farias, pp. 189-190.

14. Referimo-nos ao *Suplemento de Trabalho*, uma atividade dirigida de leitura, elaborado pela edição citada de *O Cabeleira*.

15. Lemos as reportagens sobre a guerra de Canudos em GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos em jornais, 4ª expedição*. 2 edição, São Paulo: Ática, 1977.

16. Há, em *Os Sertões*, muitas observações sobre manobras militares com argumentos técnico-logísticos. Ver, com relação à referência que fazemos, os elogios à Comissão de Engenharia.

17. Manuel Cavalcanti Proença, em artigo intitulado “O sineiro de Canudos”, nomeia sugestivamente a este conselheirista de caboclovisagem. Ver “O monstruoso anfiteatro” do mesmo autor. Op. cit. p. 301.

Um bom estudo sobre a incorporação da cultura popular, em *Os Sertões*, foi feito por Moema Selma D’Andrea em “Euclides da Cunha e a poesia de Canudos: os olhos e os ouvidos da cultura hegemônica”, em *Caderno de Letras 3*, Mestrado em Letras, João Pessoa: 1990, pp.39-61. Neste texto, a autora estuda os impasses e os desencontros da elaboração erudita em Euclides, ao lidar com a cultura popular, mesmo com a compreensão que ele teve da guerra de Canudos.

18. Sobre a construção da nossa modernidade, ver o belo trabalho de Francisco Foot Hardman – “Antigos modernistas” – em NOVAIS, Aduino (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1990, p.289.

Capítulo I: Proposições: invenção, desinvenção

1. Ver ROSA, João Guimarães. "Desenredo" em *Tutaméia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

2. As noções de hierarquia e de mitificação foram estudadas, em sua representação literária, primeiramente por Silviano Santiago em "Liderança e hierarquia em Alencar". Ver do autor o livro *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Ver ainda FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de, op. cit. e D'ANDREA, Moema Selma, op. cit.

3. Cf. CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo: Edart, 1961, pp. 67, 198. Este trabalho foi apresentado à USP, em 1958, como tese de livre-docência do autor.

4. São sempre os lampejos antecipadores do professor Antonio Candido. Cf. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6 edição, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981, vol. 2, p. 301.

5. O trabalho de Neroaldo Pontes de Azevedo, a seguir referenciado, é indispensável tanto pelo material de pesquisa que incorpora quanto pela perspectiva crítica que adota. *Modernismo e Regionalismo (os anos 20 em Pernambuco)*. João Pessoa: SEC, PB, 1984. (As citações foram das pp.13, 19,173,174. É indispensável também, no campo da historiografia sobre a crise de dominação regional, o livro de SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984. As duas pesquisas são do mesmo ano e, em ambas, as conclusões são as mesmas no tocante ao pensamento regionalista de Gilberto Freyre e sua repercussão na cultura brasileira.

6. Cf. D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992, pp. 11,13, 15. A leitura que este trabalho faz da incorporação do ideário regionalista pela literatura é importante para o estudo das relações entre forma literária e formação da cultura regional. Embora nos pareça, na leitura de José Lins do Rego, que a autora incorre em generalização; parece estender à produção inteira do autor a ideologia tradicionalista freyreana. Com isso, oblitera-se o agudo senso de tragédia com que o

romancista acompanhou, na sua ficção, o processo de “modernização em mudança” operada na sociedade açucareira. Sobre este processo de alteração econômica e de domínio social, ver o livro de EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*; trad. de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1977.

7. Ver o trabalho citado de Sônia Ramalho de Farias, pp.4, 61, 517, 518.

8. Cf. ALMEIDA, José Maurício Gomes de. Op. cit.; SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance: uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984; GOMES, Heloísa Toller. *O poder rural na ficção*. São Paulo: Ática, 1981.

9. Conferir o minucioso estudo do historiador Jacques Le Goff – *História e memória*; trad. de Bernardo Leitão et. ali. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1994. Já no prefácio, à página 8, o autor coloca como pares as categorias que pesquisa, implicação que perpassa todos os ensaios.

10. Retomamos a sempre consultada *História concisa da literatura brasileira*, p. 478. Sobre regionalismo e dependência, ver “Literatura e subdesenvolvimento” em CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. pp. 140-162.

11. Esta é uma observação feita por Sônia Ramalho de Farias, orientadora deste trabalho, à margem do projeto inicial da presente proposta de leitura, apresentado para seleção ao doutorado em letras, em janeiro de 1994, junto à Coordenação de Pós-Graduação em Letras - CCHLA, UFPB, João Pessoa.

12. Cf. o instigante ensaio de Antonio Candido, acima citado, p. 158. Devemos muitas das idéias aqui incorporadas a este ensaio. De leitura obrigatória para a compreensão da literatura regional e a percepção do atraso e do progresso que ela tematiza ou de que emerge como resposta. Concordamos com a posição de que a literatura brasileira de 30 e 40 constituiu uma etapa que catalisou muitas tendências, estetizando velhas posições, mas também inaugurando nova sensibilidade e nova maneira de pensar e de dizer a realidade regional.

13. Para uma resenha crítica da obra dos autores citados, ver BOSI, op. cit., a partir de “O modernismo e o Brasil depois de 30”, pp. 429 e seguintes. Sobre a diluição e rotinização das propostas modernistas, nos anos 30, ver o livro de LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974. No caso particular de Jorge Amado, indicamos o livro de DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Natal: UFRN, Editora Universitária, 1995. Neste trabalho, tese de doutorado apresentada à USP, o autor compreende a forma rômnesca e a utopia dos romances de Jorge Amado como necessárias ao apelo militante de uma conjuntura bipolarizada, como foram os anos 30 e 40 no Brasil e no mundo. Sugerimos ainda, como reflexão sobre o acomodamento da produção cultural ao discurso do poder central e ao da dominação regional, a pesquisa abrangente de ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Unicamp, 1994 (tese de doutorado). Mesmo na trajetória do modernismo paulista, Silviano Santiago vai encontrar “A permanência do discurso da tradição no modernismo”. Em *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 94-123.

14. Remetemos, para a leitura do debate sobre as posições de Graciliano Ramos em 30, ao debate “Mesa redonda” em GARBÚLIO, José Carlos e outros. *Graciliano Ramos: antologia e estudos*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 417-454.

15. Sônia Ramalho de Farias estuda, em seu trabalho já indicado, a permanência de um discurso regional de caráter mítico e hierárquico, ao analisar *A Pedra do Reino* de Ariano Suassuna. Leitura de longo fôlego e análise minuciosa do discurso regional nordestino em sua representação literária. A autora estuda a hierarquização e mitificação do espaço e dos valores regionais dos anos 30 até sua permanência nos anos 70. Analisa também, a partir dos textos literários escolhidos, a incorporação peculiar que as elites fazem da cultura popular. Leitura necessária à reflexão sobre o Nordeste e sua representação literária.

16. Esta advertência nos foi feita pela professora Moema Selma D’Andrea, durante o exame de qualificação, ao discutir o primeiro e o segundo capítulos do nosso trabalho.

17. Sobre a *arte participante* deste período (anos 50 e 60), ver BERNARDET, Jean-Claude. *Brasil em tempo de cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; HOLLANDA, Heloísa B. de e GONÇALVES, Marcus A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982; GALVÃO, Walnice Nogueira. “MPB: uma análise ideológica” em: *Saco de gatos: ensaios críticos*. 2 edição, São Paulo: Duas Cidades, 1976.

18. Cf. Silviano Santiago, “Poder e alegria – a literatura brasileira pós-64” em: *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p. 19.

19. Esta posição aparece unanimemente em todos os textos que estudam nossa literatura, nos anos 70, em sua relação com o estado ditatorial. Sugerimos particularmente os trabalhos de Flora Sussekind – *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1985; de Armando Freitas Filho e outros – *Anos setenta 2, Literatura*. Rio de Janeiro: Europa Emp. Gráfica Ltda., 1979/1980; de Davi Arrigucci Jr. – *Achados e perdidos*. São Paulo: ed. Polis, 1979, particularmente o debate “Jornal, realismo, alegoria: o romance brasileiro recente.”

Lembramos que, nos textos referidos ao problema da literatura e estado repressivo no Brasil, a posição geral é a de que o texto literário perdeu em qualidade estética para se erigir como denúncia. Posição senão divergente porém diversa está em ARAÚJO, Arturo Gouveia de. *Os homens cordiais: A representação da violência oficial na literatura dramática brasileira pós-64*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1995. Neste trabalho, o autor coloca a literatura dramática de denúncia da tortura a presos políticos como forma de expressão adequada, enquanto forma literária, à representação literária do período de extrema violência por parte do estado.

Cf. ainda SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 53.

20. Lembramos, a este propósito, que uma posição lado a lado com o confessionalismo, mas marcada pela recusa ao diálogo e, com este gesto, à contemporização e ao risco, está num texto do poeta José Antônio Assunção, sintomaticamente intitulado “Alegoria”. Este poema foi publicado pela revista *Garatuja nº 4*, de agosto/setembro de 1978. Esta revista, editada por jovens escritores paraibanos, entre os anos de 1977

e 1982, em Campina Grande, PB, teve seis números de duração. Note-se que o termo alegoria, referido à arte dos anos 70, está presente no debate transcrito no livro de Davi Arrigucci, já citado, e ainda entra no título de um subcapítulo do livro de Flora Sussekind sobre o mesmo período. Eis o poema:

Alegoria

à pedra palavra, prendi / forte, uma extremidade / da corda; / a outra, em laço, / pus em volta do pescoço. / depois, / feito silêncio, caminhei / para onde o lago / era mais escuro / e, / num mergulho irreversível, / escapei para sempre / às malhas / do diálogo.

21. Cf. a formulação de Alfredo Bosi para o romance moderno: “Nas trilhas do romance: uma hipótese de trabalho”. Op. cit., pp. 437 e seguintes.

22. Ver o ensaio de Silviano Santiago “Fechado para balanço” em *Nas malhas da letra*, já referido, pp. 88 e 93.

23. Do mesmo autor, “Poder e alegria: a literatura brasileira pós-64 – reflexões”. Op. cit. p. 18.

24. Ainda Silviano Santiago no texto “Prosa literária atual no Brasil”. Op. cit. p. 37

25. O preconceito em relação ao regionalismo, como índice da rejeição generalizada ao discurso cediço, é apontado por Antonio Candido em “Literatura e subdesenvolvimento”. Op. cit. p. 157.

CAPÍTULO II

1. Viajar e punir: virtude e experiência

“Nessa história, o Sargento Getúlio leva um preso de Paulo Afonso a Barra dos Coqueiros. É uma história de aretê.”

(Resumo-argumento que serve de intróito ao *Sargento Getúlio*)

“Em escala descendente, a começar do Catete, onde pontifica o chefe assu, e a terminar no último lugarejo do sertão, com um caudilho mirim, isto é um país a regurgitar de mandões de todos os matizes e feitios.”

(Graciliano Ramos – *Linhas tortas*, primeira parte, I)

Queremos ordenar, aqui, o que nos conta o *Sargento Getúlio*, romance de João Ubaldo Ribeiro, publicado em 1971. Em torno do que se estrutura e, a partir daí, verificar as referências históricas nele presentes. Viajar e punir constituem, sem dúvida, grande parte da experiência atribulada do senhor Getúlio Santos Bezerra, sargento da polícia militar do estado de Sergipe. Abrindo a narrativa, em texto que não faz parte da fala do narrador, o autor situa uma trajetória e caracteriza uma experiência vivida. Caracterização feita por uma palavra pouco usual, aliás de raro

registro em português - aretê. Conceito pertencente à cultura grega antiga, aretê corresponde aos ideais de virtude e de honra, buscados e praticados como norma e conduta de vida.¹ Mas como, de forma assim resumida, ligar diretamente o bronco sargento de João Ubaldo à nobreza helênica dos tempos homéricos? Pensamos que insistir muito nessa aproximação seria fazer literatura comparada, o que não é nosso propósito específico. Melhor, então, é procurar entender a *virtude* e a *honra* tal como praticadas e pensadas por esse narrador brusco, vestido de sargento da polícia, às voltas com chefes políticos sagazes e com solertes pistoleiros, seus sequazes.

O sargento, falando o tempo todo, mete os pés pelas mãos e mistura considerável punhado de fatos, ora *de vante a ré* ora *de trás pra diante*. Por isso, vamos tentar um ordenamento linear. Busquemos os primeiros sucessos da sua vida, inseridos na narrativa sem o rigor do planejamento seqüencial, mas ao sabor da necessidade do narrador de contar ou lembrar os fatos.

As poucas referências à infância são registradas pelo sargento Getúlio com a lembrança de alguns fatos e de duas cidades. A primeira é Vila Nova, apenas acidentalmente aludida por aí morar uma irmã sua, trazida à memória por lhe ter ensinado a observar a natureza dos campos, especialmente a cana na floração. A segunda é Laranjeiras, também do estado de Sergipe, em que Getúlio fixa os fatos mais importantes da memória de infância, em cuja experiência as brincadeiras e os desafios infantis se misturam com o trabalho, ao ajudar a mãe nas tarefas da feira, onde vendiam louças e brinquedos de barro: cidade que chama a

atenção do menino pela quantidade de grades que tem, exibindo a importância das casas; mas “cuja decadência é narrada com uma força arrasadora”,² pontuada pelo sargento com indisfarçável melancolia:

“Vida de rapariga, hoje entendo. As putas, putas, putenças, que da minha padecença, são vacas do meu Brasil. Cada dia vai morrendo um pouco mais a laranjeira. Um dia morre toda e fica como caju seco, e vai passando.”(SG, p.31).

“Sinto uma ruma de coisas. Está aí um garajau se sacudindo na mula, um garajau cheio de boi. Aquelas grades, não volto. Mas um garajau, os caçuás, um garajau cheio de barro, um garajau cheio de boi, aí mãe, a laranjeira murcha, os pés de árvore, tudo morto, sacudindo pela rodagem velha de Laranjeira, (...)”. (SG, p.39/40).

Esses pedaços da infância, marcantes ainda que imprecisos, se completam com uma especulação sobre o *poder*. Conversando com o padre que o refugiara, após violento encontro com a polícia, o sargento Getúlio indaga, associa e recorda:

“Padre, ques homens são esses? Não sei, disse o padre, São graúdos, eu acho. São graúdos. Bem, primeiro é Deus nas alturas. Segundo, não sei bem. Quando eu era rapazinho, era o dono de um vapor de algodão que tinha. Quando eu era bem menino, era um moendeiro que tinha. Não sei direito, essas coisas dão uma confusão.”(SG, p.93.)

Meninote ainda, muda-se para Aracaju, onde trabalha de engraxate, antes de sentar praça na polícia militar, conforme se lê

à página 22: “Quando cheguei em Aracaju, antes de botar farda, fui engraxate. Era meninote, sem preocupação muita. Brigando só para malinar, briguinha besta.”

Essa a primeira referência à *formação* violenta que o sargento vai, depois, adquirindo com a vida militar, na cronologia do texto. E aqui colocada porque, se antecipando, o sargento já começa a narração expondo a bruta experiência de um profissional ardiloso e calejado. Mas o fato é que sua infância e sua juventude revelam uma pessoa devotada ao trabalho miúdo pela sobrevivência e, também, uma sensibilidade aberta à percepção da natureza.

A essa altura da narrativa, ocorre uma mudança considerável na vida do rapaz Getúlio Santos Bezerra – ele se casa. A partir daí, começamos saber a noção de honra que ele aprendeu e a visão de mulher que cultiva. Lembrando de Paulo Honório, o narrador de *São Bernardo*, poderíamos anotar, suprimindo a frieza deste, que aí se dá o primeiro fato *digno* de nota na vida do futuro sargento. Traído pela mulher, mata-a mesmo ela estando grávida. Paulo Honório, mais pragmático, tendo sido traído, esfaqueia João Fagundes, dá uma surra em Germana e anota a vantagem de ir para a cadeia, onde aprende a ler o suficiente para iniciar-se na vida. Não vê qualquer drama aí; não registra o menor remorso.³ Bem diferente o episódio vivido pelo jovem Getúlio. Primeiro, começa a narração do crime de mistura com o carinho que devotava à mulher, com o enleio com que tratava a gravidez. À brutalidade do crime, Getúlio contrapõe uma advertência, como a se precaver do julgamento apressado e severo

do leitor. O gesto da mulher foi definitivo, não tem perdão a sua culpa. Não vê saída o jovem Getúlio Santos Bezerra, que também arrasta em si a marca deste crime pelo resto da vida. E só deste, os outros muitos que praticou nada lhe pesam.

“Eu também já pensei de outras maneira. Ela estava de barriga na ocasião. Eu alisava a barriga quando tinha tempo, quando vinha um sossego, quando quentava, quando deitava, quando estava neblina, quando aquietava. Parecia um cachorro, ficava ali, os olhos gazos miúdos me assuntando. O barrigão me trazia satisfação, já se adivinhava bem ali e o embigo bem que já saía um pouco para fora e se podia sentir passando a mão. Pois ficava alisando de um lado para outro, numa banzeira, pensando no bicho lá dentro. Quando matei, nem pensei mais em matar. Matei sem raiva. Pensei que não, antes da hora, pensei que ia com muita raiva, mas não fui. Cheguei, olhei, ela deitada assim e ainda perguntou: que é que tem? Ela sabia, não sabia só disso, tinha certeza que não adiantava fugir, porque eu ia atrás. A dor de corno, uma dor funda na caixa, uma coisa tirando a força de dentro. Nem sei. Uma mulher não é como um homem. O homem vai lá e se despeja. A mulher recebe o caldo de outro. Que fica lá dentro, se mistura com ela. Então não é a mesma mulher.”(SG, p.38)

Tanto Paulo Honório quanto o sargento Getúlio enfrentam o problema da honra pessoal que *devem* defender publicamente. Os dois seguem caminhos paralelos: um como supliciado (porque é preso), o outro como supliciadador (porque vai para a polícia).

Ambos no mesmo campo da ordem e da punição. A ordem não oferece alternativa.

A idéia de traição como preceito moral de fundo religioso, alimentado pelo catolicismo laico, tem repercussão profunda no modo de vida e no comportamento das pessoas, porque rege o código de valores da sociedade. Vivendo com tais abstrações o sargento Getúlio – que até aqui, aliás, não é sargento ainda – passa a alimentar forte sentimento de raiva e de prevenção contra as mulheres; para ele, seres de suspeita e de submissão. E guarda o peso do seu ato como preceito de conduta: se, para a mulher, só é possível conhecer um homem, para Getúlio é impossível casar de novo; inconcebível outro filho: chega a arrenegar da própria virilidade incômoda, quando lembra do crime, e exclui do sexo qualquer sentimento ou afeição. Fecha o corpo a qualquer necessidade do outro, mulher ou filho. Getúlio cultiva como valor o que está em um dos *livros das leis*, o *Levítico*, no *Antigo Testamento*, sobre os deveres da mulher para com o homem; cultiva a idéia de honra tal como atualizada pelo *antigo regime*, como “avaliação pública do respeito que um homem merece e, por isso, valor que ele deve defender a todo custo”. Principalmente, quando a honra está ligada à vida sexual e à reputação das mulheres e das filhas; principalmente, também, em se tratando de um militar, porque é a partir desta *situação* social que o sargento narrador fala ao leitor. Por outro lado, o sargento Getúlio pratica “o celibato em nome da valentia”, que é a “regra de ferro” da vida de jagunço, conforme estabelecido por Joãozinho Bem-Bem no *Grande sertão*:

veredas: ⁴

“Eu tinha de fazer. Não gostava de pensar que ia atravessar a rua com o povo me olhando: lá vai o dos galhos. Isso eu podia dizer a ela. Mas não disse nada e, na hora que enfiei o ferro, fechei os olhos. Nem gemeu. Caiu lá, com a mão na barriga. Fui embora logo, nunca mais botei os pés lá, moro no mundo. Melhor morar andando, agora. Luzinete, ela me diz: me emprenhe. Não deixo mulher enxertada nesse mundo, não tenho como. Matado aquele filho, morreu o resto que podia vir. Ora, cipó do mato, arrenego de diabo de penca comigo, arreda. Fico assim no mundo. A mulher do homem é ele mesmo, tirante as de quando em vez, uma coisa ou outra, somente para aliviar, uma descarga havendo precisão. Minha mulher sou eu e meu filho sou eu e eu sou eu. É assim.”(SG, p.39)

Este episódio, além de determinar mudança de rumo na vida do sargento Getúlio, permanece como medida de avaliação, como privação incontornável, inevitável, mas da qual ele vive fugindo. Arranchado em casa de Luzinete, amante eventual que lhe dedica preferência e até muito gosto, começa a admirar a barriga da mulher, lembra-se de filhos mas logo afasta a idéia. Agora, já calejado e bronco, considera difícil até conviver com pessoas que sejam *suas* depois de matar tanta gente:

“Agora enxertar às vezes penso que é bom, às vezes penso que não é. Porque emprenhar mulher é bom, e ver a mulher inchando todo dia, inchando, inchando, e passar a mão em cima, mas depois nasce o filho e aí possa ser que não seja

bom, porque o raio do menino cresce e anda e faz perguntas, muitas que a gente não quer responder, porque incomoda. E vai querer uma porção de coisas, nem sei. Fica gente, não posso tolerar, não sei. Depois tem ela fazendo perguntas também e mulher depois que tem o filho fica como galinha choca, difere. Não sei.” (SG, p.113).

Essa experiência concreta, essa lição de honra e de moral que a atitude da mulher e o julgamento da comunidade lhe proporcionam; a dor funda e o peso da sanção pública marcam, para toda a vida, a sensibilidade e a percepção que o sargento Getúlio vai ter das mulheres – um ser para possuir, submeter e trazer sob vigilância. O velho sargento diz que já pensou de outras maneiras, antes do assassinato da mulher. Acreditemos nele. Agora diz que é diferente. Mesmo com Luzinete, por quem confessa viva admiração, mantém relacionamento porque exerce sua vontade; porque a independência dela, mesmo sendo uma mulher de iniciativa, está subordinada ao seu pensamento e ao seu desejo, pelo menos na presença dele. Daí porque pode, carinhosa e estranhamente, admirar o corpo de Luzinete e concluir apaziguado: “Eu fico pensando, taí. Olhai essa vaca, não é que essa vaca é minha, e acho ótimo.” (SG, p.111).

Há um episódio, somente narrado no capítulo 3, mas ocorrido logo no início da viagem de volta a Aracaju que explica bem como é determinante, na formação do sargento Getúlio, o fato de ter *sofrido* traição. Depois de apanhado o preso em Paulo Afonso, o sargento Getúlio recebe instrução do chefe para se

esconder na fazenda Boa Esperança, do senhor Nestor Franco. Aí arranchado, amarra devidamente o preso. O que não impede da filha de Seu Nestor Franco, uma mocinha de uns treze anos, buscar se agarrar ao camarada. Fato de certa maneira já previsto pelo sargento Getúlio, rigoroso na observação das atitudes da menina, criada sem a vigilância da família:

“Acho uma menina grande demais para estar andando de califon pela casa. Já está cheia de corpo. Amaro viu ontem e disse: Deus lhe crie, benza Nossa Senhora. E ficou de olho pregado no assento dela, pensando besteira.”(SG, p.42/43).

“Outras feitas, vem ela de timão, com os peitos se vendo por baixo. Não sei. Isso não gosto, dá sempre distúrbio. An-bem, não é comigo, filha sem mãe, sem irmão, o pai metido no meio das vacas.”(SG, p.43).

Pois bem. Num raro momento de descuido, a menina encontra um jeito de se aproximar do preso; livram-se da roupa como podem e são surpreendidos por Osonira Velha, empregada da casa. Punição à moça: subjugada pelo sargento e pelo motorista Amaro, é surrada pelo pai, com um manguá de amansar burro, até desfalecer. Como ainda achassem pouco, escutam todos o conselho de Amaro para internar a moça no convento para *depurar*, pois: “Mulher que viu homem nessas condições é rapariga.” (SG, p.55). Não é mais *inteira*. (SG, p. 59). E o pai ainda sentencia: “Por mim morria, seu Amaro. Por mim não existe.”(SG, P. 57). Juízo do sargento Getúlio:

“Carecia. Homem nenhum uma filha assim não apreceia, mesmo pensando que não foi ela. Diabo de mulher tem querer não, mesmo, pronto. Demais, vinagre e sal cura ligeiro, fica só uns vergões, manhã esquece, pode crer. Agora é não falar mais nada e agradecer ter pai bom, que não jogou logo no mundo, para seguir carreira de mulher dama.”(SG, p.55).

Primor de avaliação do mundo masculino sobre a mulher: ao homem cabe mandar, vigiar e punir; à mulher resta aceitar, submeter-se, esquecer, não falar, agradecer. Punição ao preso: primeiro, o infeliz é logo acusado de ter tido a iniciativa, sem qualquer entendimento, ainda que estando de mãos amarradas. (Aliás, um fato dessa natureza é tão grave que não se pode admitir que a mulher haja provocado; é inocentada da iniciativa, mas é mesmo assim punida por ter sido *maculada*). Depois, vem a discussão sobre toda espécie de suplício e tortura, buscando os homens, pelo fato do preso ter de chegar *inteiro* a Aracaju, encontrar o castigo ao mesmo tempo cruel e eficaz, para não denunciar maus tratos. Aí surgem, com incrível requinte técnico, além das pancadas efetivamente aplicadas nas partes baixas, a sangria e a castração. Sendo que esta poderia ser feita de várias maneiras: queima, corte, separação lenta prendendo-se com fio de rabo de cavado, esmigalhamento com mão de pilão. O infeliz termina com quatro dentes de menos, arrancados a alicate enferrujado, serviço feito pelo sargento. Ou seja, em caso de honra como estes, a justiça e a punição ocorrem ato contínuo, de forma privada e direta. O delito significa, automaticamente, que a parte desonrada dispõe do direito

e do poder de punição, dispondo, portanto, do corpo do acusado. Daí porque, quando o preso mal esboça o desejo de conversar, afirmando que aquele é um caso que se pode explicar, é em cima da hora agredido e obrigado a se calar. Praticando assim, assim vivendo, o critério de valor para o sargento Getúlio não é a fêmea, mas o macho. Razão porque, em delírio, compõe uma família ideal – só de homens. E até a terra, que ele fertiliza, é uma *terra macha*.

No comentário a esse episódio, quase metemos também os pés pelas mãos, adiantando os fatos, ao modo do sargento narrador. Mas foi para mostrar a importância do episódio na formação do seu comportamento, por ele mesmo avaliado, ao afirmar que já pensou e agiu de outra maneira, antes de matar a mulher. Episódio marcante, que cala fundo no seu pensamento, e bem se combina com esta reflexão sua: “Também sofro recordação (...)” (SG, p. 78). Mas já que antecipamos, é bom anotar que a avaliação sobre honra, crimes e punição nos é dada pelo calejado sargento, já incorporado à vida semijagunça. A este propósito, Antonio Candido caracteriza o mundo jagunço como normatizado pela conduta da violência. Conforme ensaio de Jaime Guinzburg sobre *Grande sertão: veredas*: “O respeito coletivo a essa norma se sustenta em uma ambigüidade, analisada por Walnice Nogueira Galvão – a violência se vincula às noções de honra, vingança, enfim, a um ideário de justiça; a destruição e a crueldade, nesse quadro, ganham caráter positivo.”⁵

Hannah Arendt, em *Sobre a violência*, fala de uma violência fora do poder, como potência de destruição, individual e

indiferente aos padrões de racionalidade, diferente, por isso mesmo, da violência instrumental para manutenção de determinada ordem. Na nossa opinião, desde o assassinato da mulher, em nome da *honra*, o sargento Getúlio vai cada vez mais se situando dentro de uma ordem, a ordem do poder. E é esta utilização da violência, em nome do poder, que trazemos para nossa leitura. No dizer de Alfredo Bosi, esta é uma “violência estrutural de raça sobre raça e, já agora, de classe sobre classe.”⁶ Diríamos mesmo que, no caso que estudamos, a escala começa na violência do indivíduo contra o indivíduo.

Não há, na narração do protagonista, notícia alguma de julgamento pelo assassinato da mulher. Getúlio entra na polícia. Agora sim, vamos vê-lo como o sargento Getúlio, curtido e inteiriço, narrando sua malvadeza como ofício necessário e indispensável, indissociável de sua vida. Importante assinalar que, mesmo em narrativa breve, que não cobre a vida inteira do personagem, encontramos uma tal densidade nos fatos que temos a clara sensação de conhecer bem o sargento Getúlio, cidadão Getúlio Santos Bezerra. Na polícia, sargento Getúlio adquire a confiança e se impõe diante do chefe Acrísio Antunes, vai acumulando tarefas delicadas, entre elas registra as mais de vinte mortes praticadas. Aí se torna homem de confiança, meio policial, meio caseiro, meio jagunço. Aprimora sua formação pela violência. Desfila as ações que, sem dúvida, lhe fizeram a fama. Por serem importantes enquanto entendimento da narrativa, arrolemos tais ações, buscando a cronologia histórica, em meio à distribuição acronológica com

que o sargento engendra sua narração. E, ainda, pelo fato de que foi o desempenho em tais ações que capacitou o sargento Getúlio a ser incumbido da tarefa de prender e conduzir, até Aracaju, importante liderança política de Ribeirópolis, o que faz o núcleo da ação narrativa.

Entre os crimes *confessados*, destacamos os mais comentados pelo narrador, aqueles de que ele oferece mais detalhes, talvez pela importância que tiveram na sua carreira. Todos a mando do chefe de polícia do estado, ou em atendimento à sua intenção. Começamos pelo massacre em Itabaianinha: encarregado de matar um homem, o sargento Getúlio liquida toda uma família, saindo ileso e sem qualquer processo (SG, p. 17). Da mesma forma que ocorre com os crimes de Buquim e Itabaiana, todos marcados pela mais cruel violência policial, contada sem qualquer censura ou reparo (SG, p. 24). Depois vem a quebra do jornal comunista, exemplo impressionante do poder privado de que dispõe a polícia pública, a liberdade de ação e o incentivo das autoridades. Inclusive, é importante assinalar, o sargento Getúlio conhece os limites e as manobras da ação da autoridade. Promove até atos de extrema violência e desrespeito, sem autorização expressa, porque conhece que depois receberá aprovação:

“Essa quebra ninguém mandou, mas o jornal aporrinhava o chefe, de sorte que um dia foi queimado e faltou água para os bombeiros.”
(SG, p. 18).

Além de quebrar e queimar o jornal, o sargento Getúlio, agora com ordem expressa do chefe de polícia, comanda a violência

que impede a realização de comício dos comunistas (palavras do chefe:

“Seu Getúlio, me compreenda uma coisa, me desça o pau nessa corja.” SG, p. 19).

“O jornal, depois o Chefe botou no outro jornal que os intregalistas era que tinha queimado. Prender os intregalistas, seu Getúlio, que é para eles aprender a não queimar o jornal dos outros. Me traga essa gente toda, pelo amor de Deus. Fomos buscar e daqui a pouco estava assim de intregalistas na frente da gente. Bonita coisa queimar o jornal, bonita coisa queimar o jornal dos comunistas.”(SG, p. 19).

Em seguida, é narrado o espalhafato que foi a prisão de um “comunista-udenista” em um bordel de Aracaju, com pancadarias, abusos e maus tratos aplicados a homens e mulheres. Abuso de autoridade ostentado como exibição de força.

Em conseqüência dessas arbitrariedades, surge a notícia de invasão (assim está narrado, nas páginas 19 e 20) da casa do chefe de polícia, por força armada vinda da Bahia, com ameaças de prisão. Getúlio participa da defesa a esse cerco previsto, mas não acontecido. Aqui termina o principal do primeiro capítulo. Getúlio deixa de recordar os seus feitos, volta ao presente, dentro do carro com Amaro, o motorista, e o preso que há pouco pegara em Paulo Afonso. Seguem a caminho de Ribeirópolis. Início de uma viagem insólita e brutal. Assim contado, o capítulo poderá ser entendido como a confissão de uma experiência de mais de vinte mortes e outros atos de coragem e de perigo, como defender, a bala, caminhão carregado de eleitor; como a narração, com detalhe

e requinte, de todos os modos de matar e todos os modos de torturar. Algo assim como a exibição orgulhosa de credencial para a grande tarefa que, no presente narrativo, o sargento Getúlio executava, da maior importância política e policial. No capítulo 2, ainda aparece a confissão de alguns crimes passados, mas a maioria se concentra no primeiro capítulo; nas páginas 32, 34 e 36 deste capítulo, o sargento conta as proezas da ação policial em Ribeirópolis, terra do preso, contra os udenistas locais. De um lado, a violência do sargento; do mesmo lado, o regozijo do chefe de polícia:

“Seu Getúlio, o senhor não vai deixar ninguém mais vivo em Sergipe, assim não podemos. Udenista safado, eu disse, e cuspi no chão a mascada que estava na boca. O chefe deu uma gaitada daquelas surdas, espiando o chão, com a biqueira cavoqueando.”(SG, p. 26).

A essa altura, começamos a compreender a natureza da tarefa atribuída ao narrador, o objetivo de sua *missão*. Mesmo antes do empreendimento, o narrador já pensava em se aposentar. Sonha até em comprar uma casa em Japaratuba, viver sossegado. Mas é incumbido, sem dúvida pela folha prestada, acima descrita, da missão de prender e trazer para Aracaju um líder da UDN de Ribeirópolis, que fugira para Paulo Afonso. (SG, p. 27 e 44). Serviço de confiança do chefe policial e político a um só tempo. Tudo parecia indo em conformidade: o homem é localizado e preso, inicia-se a viagem de volta. Mas as coisas começam a desandar. A meio caminho, o sargento Getúlio recebe um emissário de Acrísio Antunes, o chefe. Eivaldo traz a ordem para que Getúlio, o preso

e o motorista Amaro se escondam na fazenda do senhor Nestor Franco, correligionário e amigo do chefe. Pelas instruções, os três devem ficar na fazenda no aguardo de nova ordem. Ocorre que Eivaldo não volta mais. (SG, p.43,45,46,49).

Acrísio Antunes, em Aracaju, se vê acossado; a polícia descobre onde está o sargento, o motorista e o preso; o chefe, em entrevista no rádio, nega que tenha mandado prender o líder de Ribeirópolis; força policial chega à fazenda para buscar os *foragidos*; o sargento Getúlio é acusado de desertor da polícia (SG, p. 46, 72, 73). Os fatos não são claramente explicados na narrativa, mas há opinião de que Acrísio Antunes é quem arma todo o golpe que envolve o sargento Getúlio, para livrar-se da pressão contra si exercida pelo governo central e pelos udenistas. Aliás, mesmo querendo recusar a evidência, pela confiança que tinha no chefe, o sargento começa a desconfiar de que está só. A opinião de que Acrísio Antunes “entrega” o sargento Getúlio é de José Hildebrando Dacanal, ao resumir o conflito do romance. No texto deste, isto não está claro, mas a leitura se sustenta pelo comportamento de *ausentificação* que o chefe assume, interessado apenas em safar-se, pouco considerando, naquele momento, a sorte de um sargento substituível e, portanto, descartável.⁷

Nestor Franco, seus homens e o sargento Getúlio enfrentam a força policial, impedindo sua entrada na fazenda. Na luta, sargento Getúlio degola o tenente, comandante da operação e, adiante, justifica a degola: “– O tenente me chamou de corno,

seu Padre. Era ele ou eu.” (SG, p. 83). (Pelo que já assinalamos sobre a percepção de honra que tem o sargento, essa acusação tem fundâ repercussão em seu espírito). Favorecido pelo combate que se generaliza, fogem Amaro e o sargento, conduzindo o preso. Chegam à igreja do Padre de Aço da Cara Vermelha, em Jopoaã, este também correligionário de Acrísio Antunes, homem do PSD, onde se escondem por algum tempo.

Aí escondidos pelo padre, recebem a visita de outros policiais, pistoleiros enviados pelo chefe Acrísio Antunes para negociar com o sargento, pressioná-lo e convencê-lo da necessidade e conveniência política dele soltar o preso e sumir. Aliás, a negociação somente ocorre pela firmeza do sargento, armado e prevenido, com a retaguarda de Amaro; por sua esperteza em manter o preso devidamente ausente da conversa; e pela simpatia que ganha do padre, dificultando maiores hostilidades. Na verdade, a intenção dos emissários era a eliminação do sargento e a soltura do preso, para livrar o chefe dos apertos políticos em que se encontrava na capital. Isto se percebe pelo clima tenso da reunião; isto mesmo percebe o calejado sargento Getúlio. Por isso manobra, afiança soltar o preso, desde que os homens se retirem. Todos vão embora, mas o sargento, após breve dúvida, em que consulta os seus botões, teima em levar o homem sob sua guarda até Aracaju a todo custo. Quer cumprir a tarefa delegada pelo chefe e, a essa altura, tirar a limpo as disposições deste para consigo. Quer entender, diretamente, o que se passa na capital. Apesar das advertências do padre, que lhe previne de que dificilmente teria

sustentação junto ao chefe. (Ver pp. de 92 a 101)

Sargento Getúlio retoma, com Amaro e o preso, a viagem de volta, agora por um traçado inusual, para não ser surpreendido. Falta gasolina no carro, seguem viagem a pé. Chegam nas imediações de Japaratuba e se hospedam na casa de Luzinete, companheira eventual do sargento Getúlio. Aí vivem breve momento de descanso e até relaxamento. Dão-se até ao disparate de assaltar a delegacia de Japaratuba, em busca de uma metralhadora que terminam não encontrando. Esse episódio, pensamos, marca uma virada nas disposições do sargento com relação à realidade política e às suas simpatias pela vida policial, além de consolidar a decisão de levar o preso à capital de Sergipe: por sua própria iniciativa, decide assaltar a delegacia, mesmo sabendo, como experimentado policial, que a reação seria imediata pelo tamanho da provocação – um homem caçado, conduzindo um preso irregularmente, desrespeita a instituição policial mais uma vez. É tanto que, daí por diante, os fatos se precipitam e não há mais retorno para o sargento. Com pouco tempo, a casa de Luzinete é cercada pela polícia do destacamento de Japaratuba. Na luta, morrem Amaro e Luzinete, esta em decorrência da explosão de algumas dinamites, o que propicia a fuga do sargento, mas sem largar o preso.

Momentos tocantes, no capítulo sétimo, o delírio em que o sargento constrói uma família de machos dominadores, bravos e malvados; constrói um exército imbatível no Nordeste; comove-se lembrando as mortes de Amaro e de Luzinete, curte a perda

daqueles que aprendera a ter como seus. Chegamos ao último capítulo, o oitavo. Só, sem saber direito como escapara ao cerco à casa de Luzinete, vai pelo Rio Sergipe até Barra dos Coqueiros, à beira de Aracaju. Amarra o preso e estuda uma maneira de atravessar a barra e cumprir a missão. Enfrenta força policial; ao mesmo tempo, imagina um diálogo que teria com o chefe Acrísio Antunes, quando chegasse a Aracaju. E o enredo atinge rara tensão pela densidade da linguagem com que Getúlio conclui sua própria tragédia. É o fim.

Esta é a história narrada pelo sargento Getúlio, aí arrumada de forma mais ou menos linear. Mas existem histórias e versões, conforme advertência com que o próprio autor do romance abre o seu famoso livro *Viva o povo brasileiro*: “O segredo da Verdade é a seguinte: não existem fatos, só existem histórias.” Então, pelas referências a histórias da vida recente do país; pela alusão direta a agremiações políticas históricas, como o PSD e a UDN; pela citação de personalidades que tiveram participação real na vida pública do país e, particularmente, do estado de Sergipe; enfim, pelo enredamento com que tais elementos são tematicamente incorporados ao romance, temos o dever de verificar as histórias que o *Sargento Getúlio* contém. Como revelação ou como ocultamento; como aceitação ou como indignação. Porque em parte concordamos com a advertência do romancista, mas acreditamos que existem os fatos e a luta pelo monopólio de sua versão, durante a qual se operam os esquecimentos com a invenção de fatos que nunca existiram. Até que a luta recomeça pelo resgate

de outras versões obliteradas. A esse propósito, servem de modelo as palavras do senhor Leandro Maciel, ao tomar posse como governador de Sergipe, em 1955: “Não quero e não devo rememorar a campanha. Prefiro silenciar para não abrir cicatrizes. Tudo passou.” Sabemos o quanto de revelação e de ocultamento aí se condensam. Falamos até aqui somente da *narrativa*, deixemos falar, a partir dela, a *história*. Ou algumas versões.

Há uma *gênese histórica* do *Sargento Getúlio*. Primeiro, recordemos que *o chefe* de polícia é um termo constante e indispensável para as ações e para o pensamento do protagonista. No seu desespero para compreender as mudanças na conjuntura política, Getúlio tenta organizar, em sua cabeça, como o poder se acha distribuído. Impacienta-se e liquida, para o momento, a equação complicada: “Campe-se, se eu for pensar, não vou entender mesmo, de maneiras que o mundo é assim: é o chefe e sou eu” (SG, p. 94). Gostaríamos de juntar essa ligação quase simbiótica com outras observações, tiradas do personagem e de declarações do autor, feitas à imprensa: no romance, Getúlio, como policial preferido do chefe, é ainda uma espécie de caseiro e guarda-costas. Leva o filho deste para tirar retratos da primeira comunhão e lhe conta história nas horas vagas (SG, p. 65 e 153). E, na verdade, existiu um sargento Getúlio na infância de João Ubaldo Ribeiro. Aliás, é o preferido do menino João Ubaldo, entre os *sargentos do seu pai* (é assim que o autor fala dos policiais, funcionários públicos do estado), deputado e duas vezes Chefe de Polícia em Sergipe, cargo hoje correspondente ao de Secretário de Segurança.⁸

O próprio autor confessa que o sargento Getúlio é uma “figura compósita”, tirado de sua vivência entre sargentos na infância, até os dez anos (1951, pois João Ubaldo nasceu em 41). O modelo físico apontado para o personagem é o sargento Tárccio, outro sargento *do* senhor Manuel Ribeiro, pai do autor. É interessante verificar essas preferências e reduplicação de modelos. Para o menino João Ubaldo, Getúlio é o sargento preferido; mas seu modelo para compor a figura física, e quem sabe muitos traços psicológicos do seu personagem, é o sargento Tárccio, que também é aproveitado como personagem e figura, no romance, como modelo de homem para o amigo Getúlio. Este, até ingenuamente, tenta esconder a confissão repetida da saudade que sente do amigo: “Se eu sentisse saudade de homem, sentia saudade dele.” “Se não fosse homem, eu sentia saudade” (SG, p. 33 e 36).⁹

Dessa maneira, em declarado cruzamento de ficção e experiência pessoal, o amigável sargento Getúlio é o preferido do filho; enquanto o truculento sargento Tárccio parece ser o preferido do pai, ambos alagoanos na realidade. De ambos (Getúlio e Tárccio) surge o Getúlio do romance – ingênuo e sagaz, afável e brutal. Há também um outro sargento, citado na narrativa em episódio igual ao lembrado pelo autor em entrevista. É o sargento Cavalcanti. Vítima de atentado em Paulo Afonso, é mandado buscar pelo Chefe de Polícia Manuel Ribeiro, chegando a Aracaju ainda vivo, apesar das dezessete balas que alojava no corpo (na ficção, as balas aumentam para vinte e seis – SG, p. 23). Essa viagem de resgate, feita por um grupo de policiais sob as ordens do chefe Manuel

Ribeiro, é que serve de motivação inicial à trama do *Sargento Getúlio*, na confissão do seu autor, em entrevista à *Folha de São Paulo*: Aliás, esta inspiração histórica é reiterada em outras afirmações de João Ubaldo Ribeiro, que declara, categoricamente, ter conhecido “todo o povo que faz os personagens”. Para espanto despropositado dos seus interlocutores.¹⁰ Argumento de autoridade com que vai rebatendo qualquer julgamento do seu personagem como sendo inverossímil ou tendo uma personalidade absurda. Na verdade, sua *estória* tem profundo enraizamento histórico. Convicção reafirmada em síntese crítica da ordem política e social que o autor viveu, e onde finca pés a sua invenção narrativa:

“Eu simplesmente retratei um tipo que existe e cuja função social era tão reconhecida quanto a do padeiro ou a do farmacêutico.”¹¹

Com tanta motivação histórica reconhecida, a narrativa de João Ubaldo Ribeiro incorpora estética e criticamente as marcas de uma conjuntura histórica com que dialoga: alguns acontecimentos políticos do início dos anos 50, no estado de Sergipe, e seu vínculo com a situação política nacional. Neste período, como dissemos, o pai do romancista foi Chefe de Polícia daquele estado, na gestão do Sr. Arnaldo Rolemberg Garcez, do PSD. Talvez se referindo à natureza política deste cargo, tal como era exercido pelas elites, João Ubaldo, jocosamente ou não, solta o verbo, ao falar de seu nascimento em Itaparica e de sua infância em Aracaju, e diz que o *coronel* Ubaldo Osório, seu pai, era *pretor* em Sergipe, daí a mudança da família para este estado. Coronel, mas intelectual;

adverte o filho, ao defender o pai.¹² Continuemos com as aproximações entre os fatos tematizados em *Sargento Getúlio* e os acontecimentos políticos de Sergipe. O PSD e a UDN, como no resto do país, se organizaram em Sergipe, após a queda do Estado Novo, para agrupar, pelo lado do primeiro, a velha oligarquia agarrada ao aparelho de estado getulista, e apoiada em conservadora classe agrária, de poder inquestionável nos seus municípios. Do lado da UDN, formaram alguns setores dirigentes, conjunturalmente excluídos do governo e, de alguma forma, identificados pela pouca simpatia em relação ao longo poder de Getúlio Vargas. De qualquer maneira, pelo menos no caso estadual de que tratamos, estamos falando de facções políticas sem muita diferença programática. Marcadas mais pela disputa de chefes locais em torno dos cargos públicos, seja no campo ou na cidade. Mesmo porque alguma diferença ideológica entre estas agremiações, possivelmente identificada no centro do poder, sede do governo federal, entre, por exemplo, os setores urbanos *esclarecidos* e a oligarquia rural *atrasada*, nem sempre é motivo de diferença no plano local. Este, sim, mais definido pela briga crua, pelo mando imediato para o controle do Estado. Esta a razão da hegemonia dos grupos locais: direção política preservada pelo favor e pela sucessão da parentela; poder de mando garantido pela força.¹³

Voltemos à nossa leitura. O chefe do sargento Getúlio, chefe policial e chefe político, é nomeado como Acrísio Antunes (uma única vez é chamado de Zé Antunes à p. 13). Existe, na vida

política de Sergipe, no mesmo período trabalhado pelo romance, um personagem histórico chamado Acrísio, e em função muitíssimo próxima à do chefe todo poderoso, a quem o bronco sargento segue fielmente. Aliás, há logo dois Acrísios como referência política, em Sergipe, que atuam no período histórico imediatamente posterior ao fim do estado novo: um é Acrísio Dávila Garcez, proprietário rural e membro da primeira diretoria do PSD, por ocasião de sua fundação no estado, em julho de 1945. O outro tem tudo para auxiliar como *modelo* do chefe-personagem de João Ubaldo Ribeiro. Chama-se Acrísio Cruz e foi Secretário do Interior e Justiça, no segundo governo do PSD (1951 -1955), sendo governador o Sr. Arnaldo Rolemberg Garcez. Esta existência histórica serve para reforçar o grau de tensão que a narrativa estabelece enquanto, ela também, vai se constituindo como discurso que deseja intervir na tarefa de pensar a história recente. O discurso da ficção intervém na história como discurso de desvelamento: “Uma estrutura romanesca, nos seus aspectos mais nitidamente estéticos, tem como primeiro autor o complexo histórico, social, psicológico, ideológico, de que o escritor é testemunha. O escritor não instaura uma forma, revela-a”. São palavras de Michel Zerrafa que bem se aplicam à tarefa de reelaboração da matéria histórica pelo romance de João Ubaldo Ribeiro que estamos lendo.¹⁴

Vejam que primor de ação patrocinada pelo secretário de governo acima mencionado, e sua *coincidência* com a *ação* do *Sargento Getúlio*: “Em maio de 1952, o Secretário do Interior e Justiça, Acrísio Cruz, seu colega da Secretaria de Segurança, Pedro

Barreto [este substituto do Sr. Manuel Ribeiro, pai de João Ubaldo, na mesma pasta] e o deputado Airton Teles, com o fim de evitar a aprovação de um projeto de abono do funcionalismo, decidiram impedir, de qualquer forma, o *quorum* da Assembléia. Atraíram para uma reunião o deputado Nunes Mendonça, narcotizaram-no, induzindo - o a ingerir bebidas alcólicas e seqüestraram-no, levando para o interior (Tobias Barreto e depois Rosário), em viagem intencionalmente acidentada até que, passado o temporal da votação, trouxeram-no de volta.”¹⁵ Com secretários dessa natureza, usando o poder público para construir e aumentar seu poder privado, sem qualquer escrúpulo em lançar mão da violência, não é difícil imaginar a atribuição de poderes delegados a policiais de fato. Até porque estes podem agir pelos chefes, sem que estes se enxovalhem diretamente, uma vez que são usados como instrumentos fáceis de descartar. Pelo menos até que surja um velho sargento bronco pela frente, topando tudo. Tomando o *seu* destino nas mãos e levando tudo a eito, desvelando as tramas do poder despótico.

Além destas motivações históricas, muito próximas da narrativa de *Sargento Getúlio*, e por ela trabalhadas com complexidade e ambigüidade bastante exigentes, verifiquemos outros fatos narrados, a partir da ordem como aparecem no romance. Começemos pela confusão partidária, aparentemente formada apenas na cabeça do narrador (fato, inclusive, visto com estranheza pela leitura crítica desavisada.) Depois de estranhar o que chama de confusão do sargento Getúlio, José Hildebrando

Dacanal, diz que o militar “nada podia entender de tais cabalas, pois chega a confundir comunistas com udenistas (sic!)”. A exclamação de espanto, como a denunciar um disparate, é do ensaísta. Tal opinião, no nosso entender desatenta em relação às articulações históricas presentes no texto ficcional em estudo, passa apressadamente para outras leituras do romance. Nesta linha de interpretação, há muitos palpites atestando a ignorância, a infantilidade e o lado bruto do sargento Getúlio. Tais opiniões serão a seu tempo revistas ao longo deste trabalho.¹⁶ A rigidez e a fidelidade partidária, motivo aparente de terríveis contendas, não estão de todo isentas das injunções conjunturais, dos acordos de interesses eleitorais. A situação de ambigüidade se inicia com a formação de uma das principais agremiações partidárias representadas no romance: O PSD de Sergipe, grupo político formado ainda nos anos 30, antes, portanto, da reforma partidária patrocinada como uma das saídas para o fim do Estado Novo, será justamente o agrupamento que dará origem à UDN na nova conjuntura dos anos 40 e 50, intervalo histórico no qual se situam os fatos que tecem a narrativa do romance que estamos lendo. Ora, na cabeça de quem está de fora de qualquer articulação política – a maioria das pessoas –, a confusão já começa a se estabelecer pela apropriação das siglas. Tem mais: uma das prisões feitas pelo sargento Getúlio, narrada até com certos pormenores, pela importância na sua carreira de policial *político* (ver p. 24), é aquela em que o preso é um comunista-udenista, para o espanto de certos críticos que querem ver nisso a alienação do sargento

Getúlio em relação à realidade histórica de que era parte. Não é bem assim. Veremos que os fatos históricos, correspondentes ao período narrado no romance, justificam esse aparente disparate político. Aliás, udenistas e comunistas juntos formam mesmo um disparate, mas noutra sentença, noutra forma de análise. Não em relação à conjuntura a que se refere o sargento Getúlio. Voltemos à página 17 do romance. Aí, o narrador debulha a experiência que foi adquirindo na vida policial. *Confessa* o crime que cometera em Itabaianinha:

“Assassinato misterioso em Itabaianinha. Massacre de família. Essas alturas, todo mundo leso e eu dormindo em Arauá.”

O jornalista Joel Silveira escreve, em fevereiro de 1950, um artigo em que denuncia a violência patrocinada pelo Governo do PSD em Sergipe, acusado como prepotente “Oligarquia” (título do artigo). Curiosamente, ao comentar o inescapável domínio da parentela, afirma que o promotor de Itabaianinha é justamente o primo do governador, Dr. Luis Garcez. Crime político em Itabaianinha, executado a mando do chefe policial pedessista: assim ocorre na ficção; promotor de Itabaianinha, homem do PSD, assim está na história de Sergipe. Não vemos como mero acaso estas aproximações.¹⁷ Não queremos imprimir uma correspondência direta entre os fatos históricos e os episódios mobilizados pela ficção do *Sargento Getúlio*; mas tão somente informar sobre as marcas que as “condições de produção” deixaram no texto, promovendo, pelo imbricamento entre motivação histórica e

elaboração estética, uma representação discursiva ambígua e complexa, como são as histórias e versões dos acontecimentos sociais. Imbricamento que sintetiza o “processo de produção” do texto como atividade ideologicamente permeada.¹⁸

Não é demais lembrar o domínio absoluto do PSD, por quem o personagem Getúlio é tão obcecado que desenvolve em, torno da legenda política, uma proteção quase sagrada; obedecendo, cegamente, à sua chefia e sendo levado a pensar e a agir tendo, como inimigos mortais, quaisquer cidadãos que se opusessem à sigla partidária do seu chefe.

Voltando à aparente confusão partidária, o PCB instala comitê estadual em Sergipe em julho de 45, ato político prestigiado por mensagem de Prestes e precedido de vários comícios nos bairros, convidando e chamando a atenção para o fato. Ou seja, queremos afirmar que o PCB, pelo menos nas cidades, era uma presença política notável, além de estar ligado, na memória popular, a façanhas como a Coluna Prestes e a Intentona Comunista. Em Sergipe, apesar das perseguições locais sofridas pelo PCB, patrocinadas pelas forças tanto da UDN quanto do PSD, sem que os culpados tenham sofrido qualquer punição, nas eleições estaduais de 47 o PCB faz aliança com a UDN, seguindo a política do partido de apoio aos setores *progressistas* da burguesia nacional. Em janeiro deste ano, houve grande comício da aliança, contando com a presença de Luís Carlos Prestes, recém saído da prisão e a maior referência do partido. Esta aliança foi fortemente combatida pela Igreja de Sergipe. Posicionando-se, incondicionalmente, ao

lado do PSD, a Igreja desenvolve feroz campanha anticomunista; condena a aliança e proíbe os católicos de votarem na composição UDN/PCB, em nota divulgada na imprensa em janeiro de 1947. Sem dúvida, com isso ganha incrível verossimilhança a simpatia do Padre de Japoatã para com o sargento Getúlio, a quem empresta hospitalidade e proteção armada (Capítulos IV e V). Sem contar que, para aumentar a confusão no seio das classes populares, dois anos antes, comunistas e partidários do *queremismo*, nesta ocasião contrários à UDN, que desejava a saída imediata de Getúlio Vargas, tentam tumultuar comícios deste partido. Argumento histórico bastante para conferir à narrativa de João Ubaldo a premência do diálogo com as versões que a história oferece.¹⁹ É desta forma que, no romance, ganha relevo uma versão escondida como segredo pelos donos do poder – as manobras policiais que quebraram o jornal comunista num dia e, no outro, prenderam os integralistas como culpados pelas vicissitudes de uma conjuntura política em mudança, na qual o exercício incipiente da democracia, após anos de ditadura, abrigou experiências desencontradas. (ver p. 18 e 19). Por tudo isso, a confusão partidária não foi invenção pura de um bruto policial *alienado*; ao contrário, é fruto de uma conjuntura de autoritarismo e de mandonismo, numa situação de rearranjo do poder estadual em Sergipe, em confronto e, ao mesmo tempo, de acordo com o quadro nacional de mudanças da ditadura para estreito e precário exercício democrático. Claro que esse quadro não significa uma passagem rápida nem em marcha segura sempre adiante. A transição foi patrocinada com a decisiva intervenção

dos dirigentes do Estado Novo, o próprio Getúlio Vargas como importante protagonista. A conjuntura que precedeu a eleição de Gaspar Dutra, em dezembro de 45, não é muito diferente das cenas narradas pelo sargento Getúlio, ao falar da repressão às manifestações populares (capítulo I principalmente). Nesse período, a interventoria em Sergipe dominava em nome do PSD. Os udenistas, então perseguidos, denunciam violências como fechamento de jornal oposicionista, prisão de jornalista e uso da máquina do estado em favor da candidatura pessedista.

Voltando à ficção: após quebrar e queimar o jornal dos comunistas, o sargento Getúlio, com ordem expressa do chefe, invade a praça para impedir a realização de comício do partido:

“Foi o fim dos udenistas comunistas. Ô gente mofina só é comunista, embora estime a perturbação. Na hora que arrocha, se vão-se todos para cachaprego. Levei diversos. Luiz Carlos Prestes. Luiz Carlos Prestes. Faziam mítingue na praça Pinheiro Machado gritando isso e uma vez perturbaram toda a rua da Frente, não deixaram ninguém passar.”(SG, p.18/19)

As versões históricas, pluralizadas, implicadas entre si, ambíguas, reticentes e lacunares, formam a *verdade* da narrativa, que não é outra senão o esforço por trazer à cena um quadro social complexo. Para Tânia Pellegrini, “é necessário encarar a produção da literatura como uma prática específica da prática social de escrita e leitura, ela está inserida num processo de criação de mundos imaginários, como princípio constitutivo do real e não

apenas como reflexo dele. Não existe uma relação causal entre realidade e obra, mas uma relação dialética, apreendida no plano estético.”²⁰ É com esta compreensão que devemos ler o diálogo que o romance de João Ubaldo estabelece com as versões históricas sobre os fatos políticos de Sergipe, que se tornam presença narrativa formalmente problematizados. Vejamos: o PCB, que em janeiro de 47 fizera aliança com a UDN, tem o registro cassado em maio do mesmo ano. Desenvolve várias ações de protesto, tentando anular o ato de força do governo. O então deputado Manuel Ribeiro, pai de João Ubaldo e futuro Secretário de Segurança, se pronuncia na Assembléia justificando a cassação. Enquanto secretário, em 1951, demonstra notável intolerância para com o movimento sindical, comunista ou não. Em maio, manda prender cidadãos, autoriza cercar a praça para evitar concentração operária promovida pela União Geral dos Trabalhadores – UGTS. Como é fácil de ver, segue lição do seu colega anterior, o Sr. João de Araújo Monteiro, Secretário de Segurança por ocasião dos protestos do PCB contra sua extinção. Este partido organiza um comício de protesto marcado para 01 de dezembro de 47. O Sr. Secretário manda desmanchar o palanque e faz circular carro de som pedindo ao povo para não ir ao comício. O PCB insiste na realização, transfere o local; a polícia investe com cavalaria. Além das prisões e da pancadaria, um militante comunista é morto a tiro. O *Diário Oficial* atribuiu a morte “a um tiro de revólver, partido do grupo de vermelhos.” (Impecável a retórica da intolerância, da repressão e da violência: na mesma e curtíssima frase – *partido*,

grupo,vermeho). Segundo depoimento de um dos militantes presos, dado posteriormente, falava-se na época que o autor do disparo fora o Cabo Jonas, da polícia militar, que desapareceu de Sergipe, com a ascensão da UDN, em 1954. Na versão do Secretário de Segurança, acima mencionado, em depoimento bem posterior, o tiro foi dado por um investigador da polícia, cujo nome não é revelado.²¹ No romance, as manobras, as evasivas, os silêncios e as versões falsas estão presentes como denúncia veemente. Continuando com o *Sargento Getúlio*:

“Não teve gueguê nem gagá. Seu Getúlio, me compreenda uma coisa, me desça o pau nessa corja. Eles lá muito monarca no distúrbio e nós destaboquemos pela praça Fausto Cardoso e casquemos a lenha. Cambada de cachorro, não acha vosmecê? Não teve essa cabeça boa, na hora do derrame de cavalaria, que ficasse livre de bordoada.” (SG, p. 19)

Citação que deve se juntar à próxima, para verificarmos como a denúncia da arbitrariedade policial, numa realidade política brutal, é encenada pelo romance com o apelo à *simpática* auto-justificativa dos protagonistas. Acossado por policiais mandados pelo chefe para negociar a entrega do preso, o sargento Getúlio reflete:

“Esse grande careca, esse eu já vi, uma vez quando mataram Arnaldo na feirinha de Natal e tivemos um grande movimento e ele estava no meio do bolo na Chefatura, dizendo: ele foi levantar o copo de cerveja e quando levantou o copo de cerveja foi só dois tiros, um em cima do outro.

Vão dizer que é Mario Barreto, vão dizer que é Mário Barreto. Eu que estou sabendo que não foi Mário Barreto, que estou sabendo quem foi mesmo mas não estou com vontade de dizer porque não á para dizer, fico calado, olhando ele.” (SG, p. 95).

O Secretário de Segurança, em versão histórica, não revela o nome do policial assassino; o policial Getúlio se cala, mesmo sabendo. Fatos que migram entre realidade e ficção, sob a tensão do cruzamento dos dois discursos, num duplo percurso de ida e volta. Ainda Tânia Pellegrini, estudando a relação entre realidade e literatura, em ensaio que analisa as implicações entre “ficção e política nos anos 70”, anota que “a linguagem remete sempre ao mundo e isto leva a pensar em que sentido se pode dizer que a literatura é especificamente ficção. Ela o é, não apenas como criação de uma certa imagem do real (nunca independente e original), mas também como produção de uma determinada realidade material (o texto) que provoca, por sua vez, determinados efeitos sociais e ideológicos (ligados ao consumo e à produção de outros discursos ideológicos, como os da crítica, por exemplo). Em suma, são os mesmos conflitos ideológicos, resultado das mesmas contradições históricas que produzem a forma do texto e da sua crítica.”²²

Sigamos o romance e, nele, as marcas da história impressas em seu enredo. Ainda no primeiro capítulo, há um episódio que merece atenção. Na página 26, o narrador fala de um tiroteio que

travou para defender um caminhão de eleitores que os cabos eleitorais da UND queriam tomar. Com efeito, segundo o historiador Ibarê Dantas, a luta aberta nos municípios sergipanos, existente mesmo na estruturação local do poder, é acirrada em períodos pré-eleitorais e culmina com eleições fraudulentas e tumultuadas. Os udenistas não deram trégua ao governo de José Rolemberg Leite (PSD, de 47 a 51), daí porque os ataques de lado a lado proporcionaram uma campanha eleitoral, nas eleições de 1950, mais violenta que a anterior, em 1947. O PSD novamente ganha com margem apertadíssima de votos, e as eleições se fizeram com fraudes, batalhas judiciais, anulação de urnas, explosão de urna, eleições suplementares em alguns municípios, atraso na posse do governador eleito – Arnaldo Rolemberg Garcez.²³ Os fatos narrados impõem à leitura do romance de João Ubaldo Ribeiro a necessidade do diálogo com a história, a todo momento problematizada.

Aqui, é necessário reforçar que a década de 50 é decisiva na configuração da narrativa do *Sargento Getúlio*. Por isto mesmo, merece que insistamos mais sobre alguns fatos do período, historicamente importantes para a vida política nacional, como também para o estado de Sergipe; ficcionalmente decisivos para o trecho narrativo do romance, compondo mesmo o aspecto central da tensão narrativa que o perfaz. Em dois momentos, de forma bastante significativa, o sargento Getúlio busca expressar sua dúvida e sua inquietação quanto ao centro de mando que parece escorregar de sua compreensão; ele, em cuja experiência de vida

se habituara a ver, com clareza, quem mandava nas diversas situações. No primeiro momento, a certeza e a tranquilidade em identificar o centro político a ser seguido e defendido: “Cristiano Machado, o homem é Cristiano Machado. Brasileiro. Presidente é presidente. Udenista é udenista.” (SG, P. 20/21). Aqui, estamos no período imediatamente anterior às eleições de outubro de 1950, em que Cristiano Machado, pelo PSD, Eduardo Gomes, pela UDN e Getúlio Vargas, pelo PTB, disputavam a presidência. No segundo momento, a situação começa a se complicar, para além da polarização entre o PSD e a UDN, conforme aparece nas palavras do narrador acima transcritas. Agora, entram na cena política elementos novos que também invadem as preocupações do sargento Getúlio, que desejava tudo conforme a ordem a que se acostumara – o chefe mandando, ele executando sem obstáculos.

Do capítulo I saltamos ao capítulo V: o Padre de Japoatã, que já começava a temer pela segurança dos seus hóspedes (o sargento, o preso e o motorista Amaro) e pela sua também, adverte Getúlio da situação embaraçosa por este criada, ao degolar *inoportunamente* um tenente da polícia militar, sendo agora caçado como desertor. O sargento especula sobre a quem deve ouvir, sobre quem manda afinal:

“Talvez seja o padre, parece um padre importante. Talvez seja todos os padres, depois de Deus. Sei não. Tem Cristiano Machado e o Brigadeiro e Getúlio Vargas. O Governador. Não, tem as amizades. Não sei como isto está disposto.” (SG, p.93/94).

Antes, Getúlio deixara falar a memória. Quando criança, o mandão era um moendeiro; quando rapazinho, era o dono de um vapor de algodão. Todos proprietários de bens que geram trabalho e riqueza. Agora, a realidade confunde o personagem. Em relação ao trecho citado anteriormente, vemos que o narrador, desta vez, acrescentou novos elementos. No primeiro, se refere apenas ao udenismo, agora cita o Brigadeiro (Eduardo Gomes, candidato a presidente pela UDN); Cristiano Machado comparece numa gradação que tem como termo Getúlio Vargas; o governador aparece isolado; recorre a relações mais próximas, aos amigos e, por fim, persiste a irresolução. Mas em termos do tempo histórico que queremos identificar na narrativa do *Sargento Getúlio*, notamos que a situação se modifica, promovendo a mobilidade conjuntural do poder político que tanto perturba o narrador. O que quer representar a natureza lábil da vida política naquelas eleições. Vejamos: o apoio do PSD a Cristiano Machado foi apenas formal, em Sergipe e em grande parte dos estados – dessa adesão inicial, o PSD mudou para o apoio efetivo a Getúlio Vargas que, por sinal, esteve em Aracaju, em grande comício realizado na praça Fausto Cardoso. (Por esta mesma praça, o sargento Getúlio irrompera e desmanchara a pau um comício dos comunistas – SG, p. 19: na realidade, os comunistas realizaram manifestações de protesto contra sua cassação, em 1947, de maio a dezembro, sendo reprimidos pela polícia de Sergipe conforme já comentamos antes.

Continuemos com a verificação dos anos 50. Um pouco antes da última citação, há importante reflexão do sargento Getúlio

que bem demonstra a noção de poder que o ele tem, inclusive circunscrevendo sua faixa de mando e autonomia. Sua percepção diz muito da situação política de crise verificada nos primeiros anos da década em Sergipe e, talvez, em outros estados, como conseqüência e como fator da crise nacional:

“O padre disse você não tinha nada que cortar a cabeça do tenente, agora você é desertor e não tem muito jeito para você. Ora, estou estranhando isso, nunca vi tanta besteira por causa de uma merda numa cabeça de tenente cortada. Nem que fosse patente mesmo, que ninguém anda respeitando galão mais.” (SG, p.93)

Falamos já que o segundo governo do PSD, gestão do Sr. Arnaldo Rolemberg Garcez, de 51 a 55, foi marcado, desde a campanha eleitoral, pela mais acentuada violência. Logo depois da posse, vinditas e perseguições se tornaram rotina em vários municípios de Sergipe. Cada vez mais, a UDN ganhava importância e espaço junto à opinião pública, principalmente nas cidades maiores, chegando a vencer eleições municipais, em 1952, na capital e em outras localidades. O avanço da UDN em Sergipe não é mero episódio local, antes corresponde a uma situação de desprestígio do PSD no país, pela sua inserção na máquina governamental e na estrutura política de sustentação a Vargas. No mesmo ano de 1952, a ala nacionalista do exército sofre uma derrota para os antivarguistas, dentro de uma forte campanha, no seu interior, para desmoralizar as bases militares de apoio ao governo. Em Sergipe, esta conjuntura traz conseqüências desastrosas: a pressão sobre o

governo Arnaldo Garcez leva até a que este ceda a pedido de setores do exército para realizar sindicância no Estado, “dentro da onda repressiva promovida por militares antivarguistas.”²⁴ Este quadro, de iniciativa do exército, cercando o governo Getúlio e seus aliados nos estados, gerou uma situação de desprestígio das forças policiais locais, constantemente envolvidas no uso da força em favor de chefes políticos, sob acusação de crimes violentos. Neste processo de pressão sobre o governo Vargas, dá-se o fortalecimento da oposição local ao PSD. A UDN toma a iniciativa política e capitaliza este processo em seu favor.

Para justificar a *intervenção* em Sergipe, o exército cria a farsa segundo a qual estaria em curso uma revolução comunista. Interroga militares do próprio exército e da polícia militar. O governo Arnaldo Garcez marca presença no processo somente no momento em que as investigações ameaçam auxiliares diretos, como o seu então Secretário de Segurança, Pedro Barreto. Mas o pior mesmo é para a militância sindical e para os comunistas. Não bastasse a própria intolerância do governo do PSD, que desde o início perseguiu as oposições, a intervenção do exército representa intensa *caça às bruxas*. Já em 51, o Secretário de Segurança, na ocasião o Sr. Manuel Ribeiro, desenvolvia toda espécie de repressão para impedir a realização do Primeiro de Maio, programada pela União Geral dos Trabalhadores (UGTS) e outras organizações sindicais: “prendeu cidadãos como Robério Garcia, Antônio Muniz e outros, ao tempo em que cercava com a polícia a praça General Valadão, onde seria realizada a concentração.”²⁵ Pois bem; com a

sindicância militar a repressão aumenta. São presas mais de cinqüenta pessoas (a maioria do diretório estadual do PCB, além de prisões de militantes comunistas durante as eleições municipais de Aracaju. Depoimentos indicaram torturas aos presos, ao mesmo tempo em que o comércio de Aracaju amargava prejuízos de compras (jamais pagas) feitas por militares arrogantes.²⁶

Essa sanha anticomunista, politicamente construída, corresponde ao isolamento de Vargas e, no caso de Sergipe, ao desprestígio do governo do Sr. Arnaldo Rolemberg Garcez. É neste quadro de transição – enfraquecimento do PSD, avanço da UDN – que o cenário político exhibe situações reveladoras da estrutura de mando local. Exacerba-se a violência; dá-se o famoso seqüestro do Deputado Nunes Mendonça (aqui lembro que, à página 95, o sargento Getúlio se encontra, em momento tenso de negociação, com emissários do chefe Acrísio Antunes. Ao olhar para um dos homens, reconhece um policial que tinha visto, por ocasião do crime contra um certo Arnaldo. Como se especulasse sobre a autoria do crime, diz o narrador que a culpa seria atribuída a um tal Mário Barreto; mas ele, Getúlio, afirma saber quem foi o responsável. Lembramos isto pelo nome do suspeito, um Barreto também como o Secretário de Segurança ameaçado pelas investigações do exército, ameaça que reclama a intervenção do governo estadual no processo).

Em meio a esse clima de violência e insegurança, ocorre a morte do Sr. Agapito José da Silva, cidadão udenista, numa praça de Aracaju. Consta que este cidadão vivia em questão com

pedessistas. Recaem suspeitas sobre autoridades situacionistas. Inclusive com forte indício sobre a participação dos senhores Manuel Ribeiro e Pedro Barreto, tendo tido ambos desentendimentos com a vítima, durante as suas respectivas gestões como secretários de segurança.²⁷

Apesar das prisões de alguns pistoleiros e de alguns chefes políticos do interior, nenhum dos grandes chefes de qualquer partido foi preso. Nessa situação, a UDN toma a iniciativa de mandar caravana de parlamentares ao interior do estado, com o objetivo de relatar e denunciar a insegurança e a violência praticada por policiais ligados a lideranças políticas. O relatório desta caravana teve ampla repercussão, sendo lido na Câmara Federal pelo presidente nacional da UDN, o Sr. Afonso Arinos. Interessante observar, no debate travado na Câmara Federal, a intervenção do deputado Amando Fontes, o mesmo romancista de *Os corumbas*. O Sr. Amando Fontes justifica os crimes com uma argumentação igual à que serve de acusação, no romance, ao sargento Getúlio. Os policiais assassinos são “desertores da polícia”. Com tal argumento, resume a maus policiais a responsabilidade de crimes políticos encomendados. Neste relato, está presente o rol de crimes praticados por policiais militares, entre estes muitos sargentos. Nenhuma punição; em muitos casos nenhum processo, como nas façanhas narradas pelo sargento Getúlio (“O homem que matei na cama, matei a raça toda. Assassinato misterioso em Itabaininha. Massacre de família. Essas alturas, todo mundo leso e eu dormindo em Arauá.” SG, p.17). Casos assim, como assalto a residência e massacre de família, estão denunciados no relatório.²⁸

Pela dimensão que a violência política assume em Sergipe, em 1953 o governo federal envia ao estado um assistente da Procuradoria Geral da República com o objetivo de verificar a situação e apresentar relatório. Fica patente, neste episódio, o desprestígio do governo estadual, cercado por todos os lados pelas denúncias de violência. As denúncias aparecem na imprensa do Rio de Janeiro; a sociedade civil sergipana desenvolve ação objetivando buscar entendimentos para a guerra partidária, livrando o estado da imagem de violência a que estava associado em escala nacional. Instaura-se, em função do desprestígio do governo Arnaldo Garcez e ainda mais em seu prejuízo, um “dualismo enfraquecedor”, com a influência e o poder adquiridos pelo deputado federal Leite Neto (aliás, declarado inimigo político do deputado Manuel Ribeiro, pai de João Ubaldo, apesar de serem da mesma agremiação).²⁹ Destacamos esta avaliação da conjuntura pelo clima tenso que ela representa e pela reelaboração que ela merece no *Sargento Getúlio*, trabalhada com os elementos da certeza seguida da dúvida, da violência e do abrandamento, da coragem e da covardia. A disputa política, na narrativa, gera a superposição de poder, em transição de um grupo para outro. Essa complexidade se internaliza na tensão que se estabelece nas relações do sargento com o chefe, com Amaro e com o preso.

Sergipe atinge um clima insuportável de violência e de intolerância política. Autoridades envolvidas em crimes; o poder judiciário envolvido em fraudes eleitorais; policiais assassinos e pistoleiros impunes; recurso à intervenção de forças federais como

tentativa de coibir a violência. Isola-se o governo do PSD e a UDN avança. Começam as defecções no PSD. Mas aí se dá o chamado “último golpe” de Getúlio, o hábil presidente. Isolado, sem o apoio do exército, com a derrota dos setores nacionalistas que lhe davam sustentação, Vargas é pressionado à renúncia e se suicida. (O outro, também Getúlio e sem o aval da instituição policial que lhe dava imunidade, sem a proteção do chefe, agora em dificuldades políticas, está acochado. Encurralado pela polícia em Barra dos Coqueiros, enfrenta-se com a morte. Mas as aproximações param por aqui). O suicídio do presidente desencadeia intempestiva reação do PSD, então alvejado por acusações de toda ordem. Contando com o ânimo da comoção popular, o PSD responsabiliza os udenistas pela morte de Vargas; em manifestação contra os opositores do caudilho morto, um homem é assassinado na Praça Fausto Cardoso, criando um clima de confusão que culmina com a tentativa de invasão da Rádio Liberdade (da UDN) e do sítio do Sr. Leandro Maciel, candidato deste partido ao governo de Sergipe. Ações somente evitadas pela intervenção do exército. Mesmo assim, o jornal udenista *Correio de Aracaju* é depredado, só voltando a circular em dezembro, após as eleições. O PSD em declínio lança seus últimos ataques, numa versão local do último golpe de Vargas contra os inimigos do seu governo.

Stella Costa Mattos chega a uma aproximação mais *direta* entre ficção e história: “No Rio de Janeiro, como na Aracaju fictícia, a imprensa denuncia irregularidades. Num e noutra, forças políticas

diferentes se associam para mudar a ordem dos acontecimentos. Na Capital da República, um assassinato erra a vítima e detona a tragédia pessoal de Vargas. Em Sergipe, uma detenção erra de hora e sela o destino de Getúlio.” Na sua leitura, Stella Mattos amarra ao romance uma curiosa coincidência: “Uma notícia da ‘Folha da Tarde’ de 19 de agosto de 1954 informa sobre um ‘Hudson misterioso de São Paulo’ detido em Vacaria, onde um sargento daquela Força ‘deu voz de prisão a dois misteriosos passageiros’. Na ficção, é num Hudson que se realiza grande parte do projetado trajeto Paulo Afonso-Aracaju.” Finalmente, a leitura é arrematada com a identificação embrulhada de Getúlio, o sargento, Gregório, “conhecido como ‘tenente’” e o próprio Vargas, teimoso e renitente em manter-se na presidência, desconsiderando a conjuntura e contrariando conselhos até de seu vice-presidente: “O problema de deixar ou não o Governo parece-me secundário. A questão está em sair com honra. Não posso sair do Governo enxovalhado, com essa pecha de condescendente com o roubo e o homicídio. Tenho de ficar no Governo enquanto for necessário para defender o meu nome.” Apesar de sedutora em algum momento, esta aproximação pode levar a generalizações sobre o romance que, com isto, correria o risco de passar a pretexto para a análise de uma conjuntura histórica. O percurso entre ficção e realidade pode ser mais correto passando pela história recente de Sergipe em sua articulação com a história do país. Aí, sim, podemos ver que a experiência do sargento Getúlio “está longe de representar apenas o problema individual de um sargento nordestino para

ampliar-se como desafio cultural e ideológico que se formula à nacionalidade.”

Temos, então, que a matéria pré-ficcional do *Sargento Getúlio* é a experiência histórica vivida (e confessada) por João Ubaldo Ribeiro, referenciada na história política e social de Sergipe, estado em que viveu por algum tempo. Dificilmente este autor buscaria como *referência* do seu personagem um sargento da Força Aérea Brasileira, em diligência pelas terras do Rio Grande do Sul, em busca dos implicados no atentado em que morreu o Major Aviador Rubens no Rio de Janeiro. Não são os Getúlios que se aproximam, mas a experiência histórica denunciada pelo protagonista do romance e a situação política nacional; e aqui eles se antagonizam. Mas este é assunto para as próximas partes desta leitura; não a comparação entre estes *atores* e sim o que singulariza o sargento em sua obstinação.

Em relação a este trabalho, marcamos nossa diferença quanto à representação histórica em *Sargento Getúlio*. Conforme resumimos nas citações acima, Stella Mattos vai além na aproximação da tensão narrativa do romance com o clima tenso dos últimos dias do governo de Getúlio Vargas, o que identifica demais os destinos dos dois personagens – o histórico e o ficcional. Sem descuidar do período Vargas e, ao contrário, pontuando sua representação no romance, analisamos seu enredo – repetimos – em comparação mais próxima com os fatos políticos e policiais da história recente de Sergipe, em contato, claro, com a situação nacional.³⁰

Termina o domínio do PSD. Em 1955, assume o Sr.

Leandro Maynard Maciel, eleito em outubro de 54 pela UDN. Mudou a situação? Leiamos no *Sargento Getúlio*. No capítulo III, Getúlio conta que estava na fazenda de Nestor Franco, amigo do chefe, refugiado contra as especulações sobre o destino do preso que conduzia sob as ordens da autoridade policial. Imprecava porque, em rara descontração deixara o homem solto, e calcula seus modos desenvoltos e até cordiais:

“É uma finura. Como se nunca tivesse dado uma ordem de morte, como se nunca tivesse anulado uma urna, como se nunca tivesse um pecado nas costas, que tal ?” (SG, p. 45).

Fica dito, naç palavras do narrador, que o preso – udenista e comunista para o sargento Getúlio – era responsável por crimes contra correligionários do PSD, daí porque tivera sua prisão ordenada, com um caráter dubiamente privado, pelo chefe policial. Verifiquemos, então, a situação histórica sob o mando da UDN. Mesmo antes da posse de Leandro Maynard, e ante à expectativa de substituição da máquina de governo, prática usual dos partidos, vários delegados de polícia ligados ao PSD se afastam. Revela-se a truculência do novo governo, exercendo aberta violência na apuração de crimes imputados a membros do PSD, comprovando o quanto as palavras de Leandro Maciel, citadas no início desta leitura, referiam verdades. Violência policial, a mando de chefes políticos, ocorre na mesma *geografia* representada em *Sargento Getúlio*, destacadamente em Itabaiana e Ribeirópolis, cidades que comparecem tanto na ficção quanto na história. Nos limites dos municípios, desse modo, o confronto permanece, indicando

que a vitória eleitoral no estado nem sempre significa a conquista política da hegemonia local. O PSD persiste e revida as retaliações sofridas, chegando a atos de extrema ousadia para quem estava de fora do poder político instituído.

Em Ribeirópolis (a mesma cidade do preso no romance de João Ubaldo), no início da gestão da UDN, ocorre um crime de grande repercussão, o que é classificado pelo governo como provocação intolerável do PSD: “Quando Leandro Maciel assumiu o governo do Estado e mandou substituir o destacamento local [de Ribeirópolis], a nova força policial, sob o comando do tenente Argolo, prendeu um membro dos Ceará. Espancado barbaramente, a responsabilidade do fato é atribuída ao novo prefeito. Alegando que ‘em homem não se bate, se mata’, os Ceará vingaram-se. Em meio à indignação geral dos udenistas, o governo desencadeou a busca dos criminosos numa perseguição desenfreada e, por si, arbitrária. Com a ação de uma polícia despreparada, ocupando o município de forma abusiva, estabelecendo a insegurança entre pedessistas e/ou quem tivesse algum tipo de ligação com a família dos envolvidos. Prenderam três irmãos Ceará, mas a maioria dos suspeitos fugiu, inclusive alguns dos mais visados, refugiando-se numa fazenda no município de Geremoabo (Bahia), sem que jamais a força policial conseguisse detê-los, apesar de muitos esforços. Cerca de um ano depois do crime, abriu-se uma vaga para um suplente de deputado da família Ceará que estava foragido. Apesar da objeção dos udenistas, estes não conseguiram evitar a posse de Baltasar Santos, que se realizou em ambiente de grande tensão, havendo até um tiroteio em plena capital, Aracaju.”³¹

A perseguição policial e a mudança de *cidadania*, com a investidura de dirigentes de cargos públicos na vida parlamentar (deputado que passa a chefe de polícia e volta a deputado em tempo muito rápido, ou mesmo criminoso que vira deputado e se torna imune à ação judicial), já constituem matéria-prima suficiente para ação narrativa nuclear do *Sargento Getúlio*, em que se misturam e se igualam as siglas partidárias no que concerne ao uso da violência e abuso do poder: tanto o PSD quanto a UDN oferecem material de sobra ao trabalho de composição literária de João Ubaldo Ribeiro. Fatos que o sargento narrador do seu romance, no diálogo unilateral a que obriga seu interlocutor, vai referindo, inclusive os ocorridos em Ribeirópolis. O sargento Getúlio está com uma força policial aquartelada na casa do Chefe Acrísio Antunes, pronta à defesa contra investida de udenistas. Isto após a quebra do jornal comunista, a invasão do seu comício, e a prisão tanto de comunistas quanto de integralistas. Aí o sargento diz:

“Plantado ali. Mas a udenê – veio vosmecê? assim veio ela. Sabia que o pecidê estava pronto para qualquer política que viesse e podia vir como viesse. Isso em Aracaju, porque se fosse no interior a gente fazia com eles o que eles fizeram em Ribeirópolis, aliás sei que vosmecê tem parte nisso, quando eles até fogo em bezerro vivo tocaram e espalharam sal na terra e inda por cima arrancaram as portas e janelas das casas das famílias e botaram um homem em cada buraco, espiando para dentro. Isso eles não se alembam de contar.”(SG, p. 20).

O nome da cidade permanece na ficção de João Ubaldo, mas a família – assunto delicado – aparece com outro nome. No romance, os Ceará viram os Paraibas, que não aparecem, pelo menos nos episódios político-criminais que temos mencionado, na história de Sergipe. O que não invalida a idéia do aproveitamento, pela ficção, da experiência histórica recente daquele estado. Ainda mais quando, como confessa o autor, essa experiência histórica foi por ele vivida tão de perto, a ponto de se converter em parte integrante de sua experiência pessoal. Tem razão Silviano Santiago quando assinala, justamente a propósito da “Prosa literária atual no Brasil”: “Esta explicitação do comportamento memorialista ou autobiográfico na prosa não só coloca em xeque o critério tradicional da definição de romance como fingimento como ainda apresenta um problema grave para o crítico ou estudioso que se quer informado pelas novas tendências da reflexão teórica sobre literatura, tendências todas que insistem na observância apenas do texto no processo de análise literária.”[] “Pode-se pensar hoje, e com justa razão, que o crítico falseia a intenção da obra a ser analisada se não levar em conta também o caráter de depoimento, se não observar a garantia da experiência do corpo-vivo que está por detrás da escrita.”³² Mesmo que, num texto como *Sargento Getúlio*, a explicitação dos elementos autobiográficos não seja propriamente uma explicitação, mas uma transformação da complexa experiência pessoal e histórica em matéria narrativa, mesmo assim devemos levar em consideração a advertência acima.

Permanece, ainda no texto de João Ubaldo, até a circunstância da fuga do acusado para o estado da Bahia – Paulo Afonso no romance, Geremoabo na versão histórica (ou Serra Negra, segundo depoimento do líder da bancada do PSD, Manoel Cabral Machado, também advogado dos Ceará, acusados do crime). Ao buscar, na sua requintada ciência em assuntos de suplício, adquirida na polícia, uma punição para o preso, sargento Getúlio afirma:

“É um cabra ruim. Primeiro: deu veneno a Ocridolino, no hospital, matando na hora, quando ele já estava na beira de sair. Segundo: mandou atirar em Anfrísio, na porta de casa, quando ele estava sentado numa cadeira de vime e de pijama. Terceiro: secou Ribeirópolis, afrontou os Paraibas. Botou sal no chão, jogou tudo no mato, deu fim na bezerrada. Inda hoje não esqueci, quando cheguei com a sereia da viatura desembestada.”(SG p. 32)

E assim, para lembrar Antonio Candido, “o externo se torna interno” e os fatores históricos, neste processo, são incorporados esteticamente como “formadores da estrutura” narrativa: conturbada a situação histórica, perturbada a trajetória do protagonista; intrincada a conjuntura política, tortuosa a reflexão do narrador; radicais as iniciativas para resolver os conflitos de interesse, crucial a resolução inarredável do sargento; lacunares, interessadas e obliteradas as versões históricas; especulativa, interventiva e reveladora a fala do cidadão Getúlio Santos Bezerra.

Seja sob o domínio da UDN, seja sob o do PSD, a realidade política não oferece mudança de qualidade. A violência, o crime e a impunidade permanecem como marcas da hegemonia oligarca. Na memória histórica recente da vida sergipana, o governo Leandro Maciel (55/59), o primeiro da UDN, patrocinou o período mais violento.³⁴ Mas em 58, para desanuviar o terror político e tirá-lo de foco, temos uma grande seca no Nordeste; temos o Brasil do desenvolvimentismo moderno de JK. O Nordeste se acentua como região-problema; gesta-se a Sudene; a dominação oligárquica reflui, mas sem ter conseguido impedir a ação de alguns getúlios que, de corajosos, se descobrem também honestos para consigo mesmos e para com os outros.

Pelos fatos aqui comentados, muitos deles representados (narrados ou mencionados) no *Sargento Getúlio*, temos que a experiência contada pelo narrador deste romance se situa na “era dos partidos”, entre o fim do Estado Novo (1945) e a ascensão da UDN ao poder estadual em Sergipe (1951). Nesta virada de desprestígio do PSD, de extrema violência policial e, em consequência, da intervenção federal em vários municípios, se concentra a tensão narrativa. Portanto, é nos primeiros anos da década de cinquenta que o sargento Getúlio, num mês de janeiro principiando inverno, caminha *esporando* o seu preso, sonhando estar na festa de Nossa Senhora da Saúde, na cidadedezinha de Tacaratu, município pernambucano fronteiro a Sergipe.³⁵

2. O lugar do livro, o não-lugar do personagem

“Sergipe é um sertão só, mesmo que não seja”

(Fala do sargento Getúlio)

“Em *Sargento Getúlio* – um romance igualmente bastante engajado – persegui esta espécie de autobiografia fantasmagórica, mas com maior distanciamento. É um pouco um retorno à minha infância, ao universo de Sergipe (um pequeno estado ao norte da Bahia), sua brutalidade, seu primitivismo, ao qual dei um alcance mais amplo – ético, político.”

(João Ubaldo Ribeiro)

Diríamos que *Sargento Getúlio* é um romance bem situado, pelo sucesso que alcançou de venda e de aceitação crítica. Talvez seja mal situado na leitura que esta tem feito dele. Intentamos fazer, aqui, alguma reparação de equívocos e entusiasmos exagerados no nosso entender. Antes, voltemos a Alfredo Bosi: na sua importante *História concisa da literatura brasileira*, Bosi fala de “permanência e transformação do regionalismo”, expressão que deseja captar as variações e a continuidade da ficção regionalista. Aí, o autor identifica uma produção ficcional verista, espécie de segunda linha em relação à melhor tradição do realismo de 30; e algumas criações que “têm ensaiado sínteses formais novas que procuram dar ênfase nos aspectos humanos universais que a matéria provinciana ou rústica lhes propicia.” Ou seja, um realismo de segunda mão e algum acréscimo inventivo. Mas cremos

que a *classificação* de Alfredo Bosi será melhor entendida a partir das colocações que faz sobre a obra de Guimarães Rosa. Ele destaca a capacidade de *transformação* narrativa e de reinvenção ficcional operada pelo “artista-demiurgo” de Minas Gerais, e fala com todas as letras numa metamorfose que recoloca o regionalismo no “centro da ficção brasileira.” Temos, então, a permanência *por causa da* transformação, uma *seguida da* outra. E, arriscamos, a formulação de Bosi quer dizer mais, quer dizer ainda que temos a permanência *na* transformação, com ela e dentro dela. Assim parece-nos dito que, com Guimarães Rosa, a invenção *mitopoética* “toca a poesia e a tragédia” mas, nos limites do romance, mesmo forçando esses limites; além de manter forte vinculação com a tradição realista de compromisso com as verdades do homem, o que reporta à melhor realização crítica, a do século dezenove ou a dos anos 30. Consideramos pertinentes as observações levantadas pelo professor paulista, ao tratarmos de livros do tipo de *Sargento Getúlio*.¹

Uma tentativa de situar este romance é a de José Hildebrando Dacanal, no seu livro *A nova narrativa épica no Brasil*, de 1973. Talvez seja a primeira reflexão com este objetivo, apenas dois anos depois de publicado o romance de João Ubaldo. O autor estuda obras em que encontra afinidades *épicas* e alinha livros como *Grande Sertão: Veredas*, *O coronel e o Lobisomem*, *A Pedra do Reino* e *O Chapadão do Bugre*. Falar de épico é reportar a uma idade de mitos e deuses, a uma outra realidade histórica, daí porque é vaga e imprecisa a *classificação* de tais

textos nessa categoria sem uma explicação do seu uso hoje. De qualquer maneira, salta a aproximação plausível entre o romance que estudamos e outros livros já bem conhecidos da literatura brasileira, talvez pela retomada, naquele, da temática regionalista com o mesmo vigor verbal e narrativo destas grandes obras; talvez, também, porque tal vigor venha desacompanhado do apelo fácil à reelaboração do folclore alheio e ao pitoresco localista, tempero que pôs a perder muitas tentativas de romance regional.²

Mas a idéia de Dacanal seguiu rumo. E mesmo tendo João Ubaldo Ribeiro advertido de que seu livro não tem heroísmo nenhum, e que os problemas nele contados são do cotidiano e de *agora*, tem gente que viu nele até Shakespeare. Numa mitificação do livro e do espaço nele representado, a articulista americana Barbara Salomon o chama de romance épico e generaliza ao dizer que o narrador oculto é o sertão brasileiro, disparate difícil de compreender, somente admissível pela distância em que se encontra a autora da *realidade* que o romance tematiza. Ela vai além e diz uma imprecisão, pensando elogiar a singularidade do livro, ao vé-lo desgarrado da série literária brasileira, por não se *filiar* nem ao realismo social nem às tendências de transformação do regionalismo. É nisso que dá essa vontade apressada de classificar as coisas. Classificações como esta ganharam terreno até adquirirem a forma bombástica de opiniões como as que vêm no romance “uma saga da velha mística nordestina”, de “trama odisséica” de “ambiência trágica”, inexoravelmente talhada por uma “natureza inclemente”, tudo compondo o “trágico destino do

herói.” Afirmações desta natureza podem até ajudar a pensar o livro como integrante de uma grande tradição clássico-ocidental, mas pecam, enquanto caminho de leitura, pela mitificação generalizante.³ E esta atitude leva a dois desvios: o desaproveitamento do texto no seu conjunto, no que ele comunica através de sua tensão narrativa, por um lado e, por outro, o esquecimento de suas motivações históricas. Não pretendemos ter encontrado o lugar do romance, nem imaginamos que isso seja fundamental; mas esperamos, ao longo da discussão que iniciamos, conduzir uma leitura que ajude a entender a singularidade estética e o lugar histórico do livro. De qualquer maneira, cremos que, em algum momento, é bom voltar às palavras de Bosi acima referidas.

Por enquanto, é preciso passar do lugar *do* livro ao lugar *no* livro, ou seja, à representação que a narrativa faz do espaço que lhe serve de coordenada, sendo esta uma de nossas proposições iniciais. Acreditamos ser esta a primeira motivação que deve chamar a atenção de qualquer leitor deste romance, até mesmo porque as palavras que lhe servem de intróito já o definem como a história de uma viagem entre lugares – de Paulo Afonso, na Bahia, a Barra dos Coqueiros, em Sergipe. As cidades e os estados mencionados na ficção existem na realidade, podem ser visitados para que se possa mesmo comparar nossa visão com o olhar do sargento Getúlio, um apaixonado pela cartografia de sua experiência duplamente terna e bruta.

Vimos ainda há pouco que, entre as opiniões sobre o romance, encontramos o espaço erigido à condição de narrador

oculto do texto, espécie de super-personagem com uma consciência determinante – a chamada terra inclemente. Esta opinião vaga deriva, como conclusão inescapável, da caracterização generalizante que se fez da narrativa. Isto só leva a naturalizar o espaço para, depois, atribuir-lhe o fatalismo fetichista. Retira do espaço o papel de sujeito que o indivíduo exerce e as relações que as pessoas mantêm entre si e com esse mesmo espaço. Os interesses que estas relações engendram na organização e utilização dos lugares. Ou seja, é excluída a percepção individual e social do espaço, já que é a natureza que sobredetermina o destino do homem. Mesmo percebendo o conteúdo trágico ligado ao espaço nordestino, a opinião não deixa de ser mitificadora. A mitificação, aliás, serve à valorização nostálgica e também à lamentação trágico-catártica.

Vários trabalhos – de ensaio literário ou histórico – já analisaram o papel da idealização e mitificação do espaço nordestino na conformação ideológica da região, concluindo os melhores pelo aproveitamento dessa perspectiva no escamoteamento das formas de dominação e de exploração locais, quase sempre baseadas na força. Muitas destas análises já foram referidas no primeiro capítulo deste trabalho. Ressalto aqui a tese da professora Sônia Lúcia Ramalho de Farias: nos três romances que analisa, destaca o rendimento ideológico que a percepção mítica do espaço regional nordestino representa no falseamento da realidade social enfocada, especialmente no caso de *A Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna, romance publicado exatamente no

mesmo ano de publicação do *Sargento Getúlio*. No campo da história, lembro a tese do Professor Durval Muniz de Albuquerque: partindo da mesma percepção crítica, porém com um caminho de leitura um pouco diferente, conduz a argumentação de que Nordeste é, sobretudo, uma construção imagético-discursiva, uma invenção estratégica das elites locais que tem servido, ao longo deste século, como justificativa de sua dominação e continuidade. Para seu ensaio, o professor percorre por vários discursos, do político ao artístico e, neste terreno, da música à literatura.⁴

Claro que não é apenas de falseamento ideológico que vivem as elites políticas regionais. Pensar assim seria contrapor dois espaços: o espaço da verdade histórica e da democracia política, situado abstratamente na esfera federal; e o espaço da farsa histórica e do autoritarismo da oligarquia, localizado nas regiões. Isto equivale a anular a dinâmica do velho e do novo, de que se compõe a sociedade brasileira no seu conjunto. Este o dilema que os trabalhos acima citados enfrentam quando buscam a desconstrução do discurso das elites regionais. Dilema que é resolvido, com referência neste método crítico, no estudo das narrativas de José Lins e de Ariano Suassuna, em cotejo com as “condições de produção” presentificadas nos romances, no primeiro trabalho citado; mas nem sempre resolvido no trabalho panorâmico do professor Durval Muniz, de inestimável contribuição à história crítica do Nordeste e do país. Sem dúvida, a idealização que as elites locais promovem do seu espaço serve muito à continuidade do seu mando; mas não explica inteiramente sua dominação.

No que toca à nossa leitura, porém, não é assim, mítico e ideologizado, o espaço representado em *Sargento Getúlio*, pelo menos no nosso modo de ler. Embora o livro seja exatamente sobre uma das mais brutais entre as manifestações da dominação oligárquica – a dominação pela violência. Como dissemos, o narrador-personagem do romance é um apaixonado pela geografia que vive; se isto for exagero, digamos que ele é um homem atento ao detalhe de cada lugar. Até mesmo pela profissão e trajetória – policial de confiança do chefe – mostra-se uma pessoa que conhece onde pisa, sabe ler os sinais dos vários terrenos; em proveito de sua atividade criminosa ou para seu desfrute contemplativo em alguns momentos permitido. Dissemos, ainda, que o livro narra uma viagem, seu espaço principal é um entre-lugares, um espaço provisório, portanto, ao lado de outras notações espaciais específicas. Vejamos como cada um destes espaços é apresentado pelo narrador, única voz de que lançar mão, único olhar a seguir, entre crédulos e desconfiados que devemos ser para sermos leitores.

Primeiro, a referência geral ao espaço físico concreto; depois, alguns lugares importantes para a narração; por fim, o percurso, a viagem do narrador. Começa o livro e o leitor é jogado de imediato no meio dos carrascais da caatinga, mas o espaço não surge de forma descritiva, o que se lê não é a caracterização valorativa de uma região, não é a notação telúrica ou pitoresca, como em *O Quinze* entre outros. Os lugares aparecem vinculados à ação, numa ligação absolutamente necessária. Em vez da

descrição solta e verista, como exercício de observação e virtuosismo lingüístico, por exemplo, o que ocorre é a integração do espaço, junto com o narrador, à ação narrada. O lugar está em movimento, como os personagens. O lugar é ínvio e agressivo, a ação é a caça, a violência e a morte. Logo nas primeiras páginas é isso que se conta – a inospitalidade agressiva do espaço, a brutalidade do homem:

“É sertão do brabo: favelas e cansações, tudo artiloso, quipás por baixo, um inferno. Plantas e mulheres reimosas, possibilitando chagas, bichos de muita aleiva, potós, lacraia, piolhos de cobra, veja. Matei uns três infelizes assim, pelo cima de uns quipás, sendo que um chegou devagar no chão, receando os espinhos sem dúvida. Assunte se quem vai morrer se incomoda com conforto.”(SG, p.9)

Num espaço desses, a alternativa é nenhuma: o criminoso-policial, o criminoso-caça e a natureza hostil perfazem uma cena só, cada um faz sua parte complementar à outra: punição e absorção, conforme anota o narrador, ao declarar logo sua atividade: “Depois os urubus, que a tarefa aí já não é mais de punição, é de limpeza.”(SG, p.10). Talvez seja neste sentido que João Ubaldo Ribeiro recusa para si o lugar de escritor regionalista. A contar pelo prestígio do regionalismo à época em que escreveu e publicou este seu romance, prestígio em baixa para uma percepção mais crítica da realidade histórica, o escritor tem razão. *Sargento Getúlio* escapou a um apelo perigoso. O pitoresco e o folclórico serviram, durante muito tempo, a uma representação caricata e interessada

da realidade regional nordestina no campo da literatura. Na política, as imagens de um nordeste ressequido e pedinte chegaram à saturação para embasar o discurso falsamente crítico, mas verdadeiramente clientelista e conservador – o das elites locais. Em outras palavras, não vejo que este romance tenha incorporado, como preocupação narrativa, a “cor local e os valores telúricos básicos” como querem alguns argumentos.⁵

Não há, no romance, concessão à idealização do espaço. Aqui, o lugar é marcado como o espaço da disputa direta pelo poder, na sua forma mais brutal, que é o enfrentamento físico, sem mascaramento ou adorno atenuantes. Alguns exemplos desta representação do espaço *atópico*, em que a marca é a hostilidade e em que qualquer lugar tudo é tenso: o sargento vai falando e logo sabemos, após marcar o espaço da forma que vimos, que ele está dentro de um carro, acompanhado do motorista, que se chama Amaro, e de um preso cujo nome desconhecemos (aliás, em todo o romance, o narrador mantém em segredo o nome do preso que conduz, usando os mais diversos tratamentos nas freqüentes vezes em que lhe dirige a palavra). Mesmo apertados no carro, em estrada precária, o sargento pontua o espaço pela presença de sua autoridade vigilante, não descuida e fala o tempo todo para não dormir, o que propiciaria possibilidade de fuga ao preso. Vai contando seus crimes e suas maldades. Sabe que anda em terreno minado e adverte a Amaro: “Ô Amaro, porventura onde estamos? Me avise-me quando chegar em Curitiba Velha, arreceio tocaias.” (SG, p. 14). Parte da sua *experiência* como policial, o suplício aos

presos é com freqüência empregado, como no relato abaixo, de onde se extrai importante noção de espaço como lugar de mando indisputado:

“Casos mais graves requer a expulsão do alguém. Meia libra de bacalhau cru quando haja, quando não haja possa ser jabá mesmo, gorda ou não, sem escaldo. Segue um copo de óleo de rício, esse gordo que chega as bolhas a se abrir em cima, recindendo mamona. Bem, criaturo: se fizer efeito no Município, estamos acertados, vai dessa pras profundas. Quem diz? Arriba até mesmo de cavalo, achando cavalo, ou então numa boa carreirinha, e vai se aliviar longe das divisas. De Barracão a Simão Dias, sei lá. Bosta derretida onde marquei terreno, isso não. Nunca. Dessas fiz diversas, que era para não fazer pior.”(SG, p. 12)

Dáí se pode retirar bom exemplo da compreensão que o sargento Getúlio tem do espaço. Primeiro este não é uma abstração, é o lugar ocupado pelos homens, que nele se enfrentam. Provavelmente na qualidade de delegado, o sargento afirma se livrar de um preso e o intimidar, ao mesmo tempo; mais ainda, impõe-lhe castigo e humilhação, como aviso de que ali não deve mais voltar. Transmite rigoroso conhecimento do seu espaço de atuação. Carrega exata noção da circunscrição de mando sob sua vigilância policial. Reconhecendo-se da parte dominante no município, *marca* os limites de seu domínio. Sua autoridade, então, deverá nesses limites ser respeitada. É esta, por sinal, a forma mais antiga de posse territorial, de domínio sobre o espaço.⁶ Pelos

dois exemplos de reconhecimento espacial, já dá para perceber no sargento Getúlio um homem rigorosamente atento ao seu lugar. Sua compreensão vai do mero cuidado profissional ao mais sofisticado das atribuições que os donos de algum poder incorporam para si, das relações entre estes e as demais pessoas. Esta compreensão contraria, novamente, a idéia de que o romance promove a ruptura com as fronteiras de tempo e de espaço, como quer Malcolm Silverman. Creio que ele confundiu a *desorganização* da fala do narrador, pura oralidade a que falta o adjutório do diálogo e dos gestos complementares, com a ruptura de que fala. Pior ainda é que este mesmo crítico afirma que o sargento Getúlio não tem a menor noção de geografia, dando uma prova de que leu muito mal aquelas situações de pura brincadeira com a linguagem e com os lugares que o sargento promove. Ou, se não, o crítico americano quer estender a todo o romance a imaginação sem freios do narrador, como está presente em seu delírio de grandeza nos capítulos VI e VII principalmente. Na nossa leitura, fica claro que, para quem conhece com rigor e detalhe o traçado da viagem que empreende, buscando mesmo lugares de seu particular conhecimento, livrando-se de emboscadas, a especulação sobre a geografia só pode parecer conversa para matar o tempo, expressar juízo de simpatia ou desdém por alguns lugares, ou até mesmo empulhar Amaro, seu interlocutor, como é fácil verificar nos exemplos que seguem:

“Buquim é Brasil? Porto da Folha é Brasil?, com aqueles alemãos falando arrastado? Aracaju não é Brasil. Socorro não é Brasil, é? A

Bahia não é Brasil. Baiano fala cantando.”(SG, p. 14).

“Coveiro, profissão miserável. Todo paraibano é coveiro. Paraíba é Brasil.” (SG, p. 23). “Esse hudso é americano, hem Amaro? Vi dois americanos uma vez, uns vermelhos. Tem preto lá, hem? não existe. A Bahia não fica na América. A América fica para lá da África, é bastante longe. E fiquemos nisso um tempão (...)” (SG, p. 52/53).

Esta conversa se dá na fazenda de seu Nestor Franco, onde o sargento fora aconselhado a permanecer, ocultando-se com o preso e com Amaro. Aí permanecem largo período, sem ocupação, prosando para matar o tempo. Ocorre que Amaro *não fala*, sua participação é anotada pela voz do narrador único, o sargento Getúlio; falta a fala do interlocutor, presumida mas não expressa. Faltam os gestos, sobrando apenas o discurso dominante do narrador, por estas circunstâncias *cheio* de vazios. Amaro não fala, mas fala o crítico, que é quem termina sendo empulhado. Ou seja, conclui pela ignorância completa do narrador inculcando o velho sargento pela barbárie social patrocinada pelas elites políticas locais em disputá. Diz o crítico: “Getúlio é um sicário ignorante e animalizado, ‘um abominável bruto segundo qualquer padrão de decência’. Seu desprezo pelo que ele não é capaz de entender, ou pelo menos por tudo com que não pode se identificar, de há muito fez dele uma personificação da barbárie e do primitivismo que o rodeiam.” Vejam que o ensaísta inculpa o sargento, como se isolado do mundo, pela barbárie social patrocinada pelas direções políticas.

José de Sousa Martins, estudando a linguagem nos movimentos do campo, assinala a importância dos aspectos não-verbais na experiência das populações que estão fora do aprendizado oficial e, atento a isto, aponta o desencontro entre o código do sociólogo e a fala do camponês. Vemos, na opinião colocada acima sobre o sargento Getúlio, o mesmo desconcerto apontado por este estudioso dos movimentos populares. A desatenção aos silêncios da fala, ao duplo código em que o dito nem sempre corresponde ao feito; aos gestos que corrigem ou negam as palavras pode levar não só à derrapagem intelectual mas também a violenta injustiça. E é inegável que o sargento Getúlio mescla, em sua fala, silêncios e negaceios.⁷

A propósito, é na fazenda Boa Esperança, de Nestor Franco, que ocorre boa demonstração das duas formas de domínio territorial acima comentadas, mas fundidas numa situação única: o espaço de domínio da autoridade pessoal e o espaço de defesa da propriedade territorial. Como vimos na primeira parte da leitura, Nestor Franco era um aliado político de Acrísio Antunes, homem do PSD e chefe de polícia a quem o sargento servia. Com a repercussão, em Aracaju, em torno da prisão de uma liderança udenista de Ribeirópolis, que era justamente o preso conduzido pelo sargento Getúlio, manda o chefe que este se refugie nas terras do correligionário. Espera-se mudar a situação política, já que política fora a prisão. Mas a conjuntura não muda, o PSD vê-se acusado e responsabilizado pela retaliação contra os adversários. A imprensa entra em cena, tropas federais intervêm buscando o

controle da violência; Getúlio, o preso e Amaro são procurados. A polícia, que já tinha o sargento por desertor, cerca a Fazenda; seu dono e seus protegidos são abordados pelo tenente que comanda a operação:

“Mas porém Nestor, que achava uma desconsideração que aquele povo chegasse pelas terras dele adentro, resolveu que todo mundo esperava até que a força desse na encruzilhada. Aí fazia resistência, até dar tempo da gente buscar guarida com o Padre de Aço.”(S.G., p. 70)

No momento mais tenso do encontro, com os dois grupos divididos pela porteira da fazenda, anota o narrador:

“Essas alturas, nunca pensei em degolar o tenente, até nunca pratiquei uma degolação antes, só que ele chegou com um lenço branco e falou com Nestor como se estivesse dando ordem num meganha daqueles lá dele. Me olhou: o senhor está fora de uniforme, sargento. Nisso, eu estou conhecendo ele, que chama-se Amâncio e é por demais perverso, todo mundo sabe, e é udenista.”(SG, p. 71).

É bom registrar que esta narração é feita ao Padre de Aço, depois do fato acontecido. O sargento começa logo antecipando o desfecho de sua participação no confronto. Anota o poder de Nestor sobre as suas terras, fechadas ao inimigo político, bem como a solidariedade deste para com os correligionários, indo ao ponto de enfrentar a polícia para dar cobertura à fuga dos seus protegidos. Registra a falta do tenente em não observar, ao chegar,

a posição superior do proprietário, tratando-o como um subalterno. Finalmente, recebe a notícia peremptória de que lhe haviam tirado a farda, sendo, portanto, um desertor: o UDN serrava de cima no jogo do poder estadual.

“Ele disse, olhando para minha cara, esse sargento desenquadrado retirou um homem de Paulo Afonso e se homiziou na sua terra e eu vim buscar o homem, o sargento e o chofer, o governo não tolera essas bitrariiedades. O homem vai.” (SG, p. 72).

O uso privado do poder de polícia é invocado pelo tenente, marcando o desrespeito pela autoridade e apontando o *lugar* que o sargento devia ocupar, o de desenquadrado que tinha de, agora, entregar o preso e se entregar. Mas a relação complexa entre espaço e poder não é, nesse momento, compreendida pelo tenente. Consideram o sargento e Nestor que, por não concordarem com o governo de então, não têm deveres nenhum para com a autoridade dele derivada. E, ademais, afirma Nestor, seu poder de controle sobre suas terras é absoluto e inquestionável. Está dito claramente, como argumento definitivo que, quanto ao poder da autoridade, o tenente está errado: o preso fora tirado de Paulo Afonso, portanto não cabia ao governo de Sergipe vir cobrá-lo; e estava em terras com dono que não tolerava invasão. Pois é assim que Nestor Franco julga a atitude policial de querer levar de suas terras pessoas sob sua proteção quando a ordem, e isto é agravante, parte de uma decisão política contrária aos seus interesses. O que explica tais atitudes é a disputa, em franco curso, pela hegemonia: a conjuntura era a da transitoriedade e do jogo de forças.

“Nestor cuspiu um fuminho mastigado e ficou fazendo poit-poit com a boca, até tirar todos os pedacinhos de fumo. Aí perguntou ao tenente: o senhor é do governo da Bahia? Porque, se aborreceu porque tiraram um homem de Paulo Afonso, é porque é do governo das Bahia, não é fato? Não, disse o tenente, eu sou é desse governo mesmo daqui, o governo do senhor e desse sargento. Meu mesmo não, disse Nestor; só às vezes; às vezes nem é.” (SG, p. 72)

“Nestor encostou a porteira e disse o senhor está vendo esta porteira, não está, pois essa porteira é a porteira do caminho de minha fazenda, que vai dar na minha casa, a minha casa que só entra quem eu convido, e ninguém convidou o senhor. Quase que dava para sentir um cheiro de defunto, tinha mais homem ruim espalhado ali que nem sei. Não tenho nada com isso, disse o tenente, vim aqui buscar três homens e só saio com eles. Ques homens, meu filho. Eu já disse ao senhor, já expliquei muito bem explicado, é o sargento, o chofer e o preso. Bom, disse eu, eu é que não vou, você vai, Amaro? Eu não, disse Amaro, eu não estou com vontade de viajar. Pois an-bem, disse Nestor. Apos está. O senhor escutou bem direito que eles não estão com vontade de sair e não sou eu que vou botar as visitas para fora, meu pai me deu educação. Agora, uma coisa eu pedia ao senhor, que é para não entrar, porque se entra vira visita e eu nunca dei um tiro numa visita, não sabe o senhor como é, disse Nestor e bufou mais.” (SG, p. 72/73)

Não há dúvida alguma sobre o *lado* em que se encontra Nestor Franco: do lado de dentro de suas terras, onde não admite intromissão de autoridade fora de seu controle; do lado do PSD, para o qual trabalha o sargento Getúlio, a mando do chefe de polícia, (e também político) Acrísio Antunes. Claro está que tanto Nestor Franco quanto o sargento tinham notícias das mudanças na ordem política do Estado, e desconfiavam de que as mudanças se davam em seu desfavor; mas não tinham certeza, e eram homens de manobras, acostumados com a prática sua e do inimigo. Por isso prevalece o argumento da força, o enfrentamento direto.

Dissemos que estes fatos são contados depois de acontecidos. Se o livro seguisse uma narração cronologicamente linear, deviam ter sido narrados no Capítulo III, onde *ocorreram*. São narrados no Capítulo IV, estando Amaro, o sargento e o preso arranchados na casa do padre de Japoatã, também aliado político de Acrísio Antunes. Inclusive os fatos são *confessados* ao padre, que devia ficar a par dos acontecimentos como autoridade aliada. O sargento Getúlio, que já havia recebido um emissário do chefe, com recado para se esconder na fazenda de Nestor Franco, agora, em casa do padre, recebe uma *comissão* de policiais para *negociar* sua fuga e a soltura do preso. A prisão, evidentemente com um caráter de vingança privada e de demonstração de força, em decorrência da violenta disputa política em Ribeirópolis, era insustentável na capital. Ora, na casa do padre o ambiente já era de tensão. Fica claro, com a chegada do sargento, o preso e Amaro, que a autoridade ali naquela espaço exíguo era precária, apesar

do respeito pela igreja e pela função sacerdotal que o sargento demonstrava. O sargento, a essa altura, desconfiava de que estava sendo logrado, já não abria mão de sua missão. O padre não dispensava o uso de pesada arma. O clima tenso atinge o limite com a chegada dos emissários do chefe. Getúlio desconfia de que, se brincar, soltam o preso e lhe matam. Conversam de armas engatilhadas. Getúlio fica *sabendo* que o chefe não lhe pode *sustentar*. É aconselhado a soltar o preso e sumir, ao que responde:

“– Não posso sumir. Quem pode sumir é os outros, como é que eu posso sumir, se eu sou eu? Do mais, se vosmecês estão querendo que eu solte o homem e suma, é porque depois ele e vosmecês vão atrás de mim, me arrancar do inferno para me botar a culpa do negócio.”(SG, p.97).

É quando o sargento conduz a negociação a seu favor para o momento. É impressionante a habilidade com que negocia, claro que confiado nas armas – na sua e na de Amaro, que lhe dá cobertura com a garrucha do padre. E o final do Capítulo V se converte numa excelente narração. Getúlio afirma que os homens podem ir que ele irá soltar o preso; pura manobra. Os homens se vão, ele reflete:

“Não gosto dessa folia de recado, não é meu jeito. Mas possa ser que é verdade tudo, e então eu estou só no mundo, eu mais Amaro. Agora veja, por Amaro eu respondo não, respondo por mim. Que foi que ele me disse? Me disse, me

traga esse homem aqui, pelo menos meio inteiro. Vai somente com quatro dentes faltando, isso ele bota depois uns pústicios, e menos um pouco de banha, que até nem é bom por causa do calor. Agora, se eu tomo o recado e não levo o homem, fico sem graça e possa ser que nem seja verdade. Se eu levo, pelo menos vejo com meus olhos, e morrer assim ou assado é a mesma coisa. Mas o chefe pode não gostar. Não sei. Não gosto.” (SG, p. 99)

Com a saída dos homens, o sargento tem que tomar uma decisão e confessa: às vezes, acredita no recado do chefe; às vezes, duvida dos emissários: eles poderiam estar a serviço da UDN. Mas o dilema era ou cumprir a palavra empenhada há pouco, ou desconsiderá-la e completar a missão que aceitara do chefe – levar o preso a Aracaju. Decide-se por esta opção. Decide mas sabe que perdeu espaço, aquele complexo formado por sua capacidade de enfrentamento, pelo exercício da violência policial, pela acobertamento político do chefe. Ou seja, perdeu o espaço do *eu mando aqui*. Para ele há o eu e o *outro*, intruso e inimigo. Ele aprendeu que há dois lados: os que estão consigo e com seu chefe, os do PSD, os que agem de acordo com uma vontade, a vontade do poder que detêm; e os que estão fora desse círculo, estes são adversários, não devem ter o tratamento de um igual, podendo ser tratados como dispõem os que mandam, porque nem como gente são reconhecidos (melhor nem proliferar):

“Eu mesmo nada vejo demasiado que um udenista chegue em Aracaju roncolho. Isso mesmo, mas tem quem repare nisso, tem quem repare em

qualquer coisa. Para mim é bicho, não faz diferença.” (SG, p. 59).

Fora assim a experiência de vida do sargento Getúlio. Mas sente, agora, que vai perdendo terreno naquela situação política adversa. Sente-se só e invoca a fidelidade de Amaro que, por sinal, começara até a pegar em arma. Getúlio perde o espaço do amparo político, um espaço de tensão, mas em que ele exercia com largueza a força bruta. Ao deixar a casa do padre, segue um itinerário meio errante, que ele confessa não usual; se esconde por contra própria. É certo que nem sempre o velho sargento se sente à vontade. Lembra da irmã que lhe ensinou observar o campo e devaneia, mas só um instante. Logo conclui:

“Peste, não existe lugar para morar. Usina de açúcar é bom, ninguém tira um cabra de lá. Não gosto disso, não sabe vosmecê. Ninguém entra numa usina para tirar um cabra. Não gosto disso, é contra a lei. Devia ser contra a lei. Por que um homem tem o direito de passar a vida corrido, atocaiado numa usina? É privilege.”(SG, p. 22)

Chama atenção a veemência com que o narrador se coloca contra a proteção da usina a criminosos. Principalmente, quando já sabemos que ele ficou sob a proteção de Nestor Franco, em sua fazenda, de lá somente saindo em fuga protegida, tendo sido a polícia impedida de lá entrar. Mas não esqueçamos de que, sob a aparente confusão no raciocínio, o sargento Getúlio delimita um duplo espaço: o espaço da lei, em cujo terreno se encontra, na

qualidade de policial, e o espaço do indivíduo, desconfortável e exíguo. Mesmo sendo esse mesmo indivíduo o responsável pelo cumprimento da lei. No geral, o exemplo atesta a delimitação de dois espaços de mando em disputa, o poder da lei e o poder da propriedade. No meio, o indivíduo e seu desconforto. O sargento está em dois lugares: num, pela experiência social que a profissão lhe dá; noutro, pelo desejo de parar, no momento adiado por aquela viagem penosa. Instala-se o desencontro entre a missão e o desejo que talvez o faça, sob aparente contradição, superpor estes dois lugares; contradição aparente para quem julga que o normal, o correto seria soltar o preso e desertar. Mas o sargento tem sua opinião, tem sua preferência; também pensa no seu mundo. Nem sempre o lugar é o do mando e o da luta direta pelo poder violento sobre os outros: há também espaços afetivos. Além dos espaços da punição, há os espaços da afeição. Getúlio elege alguns lugares e desdenha de outros. Antes mesmo de empreender a viagem que ora faz, desejava se aposentar e se fixar num lugar. Sua vida tem sido uma errância, uma viagem só. Não considera Muribeca um lugar bom, queria uma terra mais desenvolvida. Escolhe Japarutuba. É mais salubre, tem rio corrente e mora perto de lá sua amante Luzinete. Não há saudosismo na sua escolha. Não há mitificação de qualquer lugar. Apenas tem preferências.

E assim, após sair da casa do padre de Japoatã, se encontram os três – o sargento, Amaro e o preso – em casa de Luzinete. Isto depois de penosa viagem percorrida em parte a pé e por dentro dos matos. O carro ficara sem combustível, impossível

de obter longe de cidade e pela opção que o sargento fizera: um itinerário por onde não fossem surpreendidos. Em notável *antecipação* narrativa, o narrador atesta com certa melancolia:

“Eu fiquei olhando esse carro, que é novo mas já ficou velho faz muito tempo, eu fiquei olhando ele assim frio. Ficou lá morto. Amaro ainda levantou a tampa e espiou para dentro, uma ruma de partes que tinha dentro, tudo parado, até os hudsos morre.”(SG, p. 102).

Feliz imagem do novo e do velho, do antigo e do moderno, tudo no mesmo lugar. Imagem do novo logo feito ruína; imagem de largo aproveitamento crítico na reflexão sobre nosso modelo de desenvolvimento social. Depois, o sargento ainda volta a lembrar do carro, lembra como uma estranha ruína no meio do agreste, morada de insetos e enxames de abelhas. Significativa imagem do exato encontro entre o novo e o velho, o primitivo e o moderno, ambos exatamente no mesmo lugar. Chegam à casa de Luzinete, se arrancham e passam a viver no bem-bom – comida e descanso. O sargento retoma a idéia de se aposentar e parar num canto. Mas sabe que, talvez, seja tarde; seu espaço livre diminui: é perseguido pela polícia e não conta mais com a imunidade que o chefe lhe garantia. Aí, pratica uma aventura por sua própria conta e risco. Assalta a delegacia de Japarutuba, sob o pretexto de se apossar duma metralhadora para melhor resistir. Tem a clara consciência de que está do outro lado, ou seja, não é um policial, não tem mais aliados. Em compensação, ganha a disposição de Amaro e a dedicação de Luzinete. Aquele, por sinal, perde o carro

mas ganha a garrucha que fora do padre, de motorista passa a disposto atirador. Com isto, ganha por inteiro a afeição do amigo Getúlio. Ocorre que a aventura do assalto à delegacia o que fez foi apressar o cerco policial sobre o grupo. A casa de Luzinete é cercada, dá-se um tiroteio. No meio da confusão provocada pela explosão involuntária de uma dinamite, o sargento escapa com o preso. Morrem o amigo e a amante. Frustra-se uma relação quase familiar que se formara. Agora, o sargento Getúlio sabe que perdeu este outro espaço: ao sair de Japoatã, percebe que está sem o espaço de mando; ao deixar a casa de Luzinete, sente claro que perde o espaço afetivo, a casa em que conheceu breve convivência compartilhada. (Mais adiante, fala que “não tinha tantos que eu matasse que pudesse descontar Amaro nem meus filhos, nem a cara de Luzinete avoando pelos ares (...)”, (p. 140). Isto confirma o seu desejo de parar e se fixar em família). Para reparar a primeira perda, persegue uma geografia diversionista, precisa se esconder. Para a segunda, inventa paragens:

“Último caso, me arrumo por qualquer caminho, vou e volto, faço um camin-sem-fim, saio daqui, arroteio por Muribeca, subo por Malhada dos Bois, me bato até Gararau, volto para Amparo de São Francisco, me enfio por Aquidabã e Cumbe, me lasco para Feira Nova e Divina Pastora e Santa Rosa de Lima e, Malhador e Rosário do Catete e Maruim e entro em Santo Amaro das Brotas e me despacho pelo rio abaixo e quero ver ninguém me pegar (...) e nesses lugares todos não tem prefeito nem delegado nem pretor que bote as mãos em mim, muitos deles não tem delegado nem prefeito, que não é nem

idades, de formas que eu vou.” (SG, p. 100)

“Está vendo aquilo brilhando no escuro, peste? Aquilo brilhando meio azul, aquilo se chama-se uma planta por nome cunanã, que é como cipós. Aquilo é seu inferno, sempre foi. Mas meu, meu é minhas estrelas e por ali sei para onde eu vou, porque nasci aqui e essa terra é minha. E agora é minha só, porque morreu todo mundo que prestava.” (SG, p. 137)

E com as paragens que inventa constrói uma cosmogonia macunaímbica, na qual Amaro é reverenciado como o Bom Senhor Amaro e Luzinete, com a cara de lua, paira nos céus. É o recurso final: o sargento, acossado e com poucas possibilidades de resistência, busca o auxílio de forças inexistentes. Pode-se argumentar, por outro lado, que a preferência por determinado lugar se estende à hierarquização entre o litoral e o sertão, entre a capital e o interior. E isto delimita uma percepção atrasada: a do homem rude inadaptado à vida urbana. É esta a posição defendida pelos que consideram o romance *Sargento Getúlio* a história do choque entre dois mundos, entre o arcaico e o moderno. Getúlio pertenceria a outro tempo e a outro mundo. Tal posição – a de duas *geografias antagônicas* –, que o romance não sustenta, é colocada pela maioria das opiniões sobre o livro. Dos textos que vimos citando, os que defendem este ponto de vista com maior ênfase são o de Dacanal e o de Malcolm Silverman. Esta leitura conduz à inexorabilidade trágica, à noção de vida como destino inescapável sob o discurso de crítica social. No concernente ao romance em questão, coloca o sargento Getúlio como um ser

primitivo, sem qualquer consciência da situação política em que se encontrava envolvido. Parece pouco *histórica* esta conclusão, principalmente parcial em relação ao romance. Mas verifiquemos a visão do narrador por este *percurso*.⁸

Começemos pelo sertão: não há qualquer passagem que faça uma descrição mítica ou idealizante do sertão, fora das circunstâncias profissionais em que o sargento se envolve. Este espaço é, em certos momentos, o cenário adjutor da atividade de perseguidor que o sargento desempenha (pode-se ver isto no último trecho citado): visão aberta para quem persegue, proteção rasteira e difícil para quem é perseguido. Mas continuemos: o sargento era pistoleiro experimentado para serviço especial de enfrentamento e tocaia, homem de confiança. Talvez por tais qualidades, logo no primeiro capítulo (p. 13), declara: “Não gosto desse serviço. Não gosto de levar preso.” Mais na frente, a viagem já adiantada, começa a se lembrar de Laranjeira, cidade em que viveu na infância. Surge recorrente a imagem das muitas grades que a cidade tinha e ele compara: “No sertão não tem grade, também não tem muita coisa mais.” (p. 31) A viagem prossegue um pouco e ficamos sabendo por que as grades aperreiam tanto o juízo do sargento Getúlio: numa interessante antecipação narrativa, o romance vai construindo o bronco sargento com um faro afinadíssimo para a conjuntura política, para a mudança de situação na qual ele se encontrava. Prenuncia tempestade: lembra, com declarado mal-estar, de algo que aconteceu em Laranjeiras, de algo que ele fez; esforça-se por esquecer, esforço em vão. Lembra o fato e a

conseqüência, que seria a prisão, da qual escapara mas que lhe persegue agora na lembrança e na realidade. E não podemos deixar de associar o episódio ao assassinato da mulher, junto ao temor de ser surpreendido e preso. O sertão surge, aí, como o espaço da fuga, o espaço sem grades, o distanciamento do crime:

“Assunto isso porque não sei por quê, arrumando aqui me vem essa coisa na cabeça, essa coisa de Laranjeira. Se fosse só o sertão, entendia mais. Perdido nesses agrestes, dá mesmo para ficar como em casa. Mas Laranjeira não, aquelas grades. Não sei por quê. Só se é que vai chover e o peso do tempo me dá essa idéia.” (SG, p. 32)

Logo depois, o sargento olha para o preso, insulta-o e narra as ruindades praticadas por este no município de Ribeirópolis, bem como sua ida com a polícia a esta cidade para garantir um banquete do PSD. Violência e tensão marcam estas páginas (32/35). É assim o sertão do narrador: utilitário para sua atividade de perseguidor porque agreste; bem vindo por lhe distanciar de crime incômodo.

Agora Aracaju, a capital. Getúlio decide ir até o fim na sua missão, chega a Barra dos Coqueiros, às margens do rio Sergipe, esperando uma oportunidade (a esta altura muito difícil) de atravessar com o preso. Contempla Aracaju e diz: “E mais, quero espionar bastante Aracaju. Eu, nunca me dei bem com Aracaju, de verdade.” (SG, p. 152). Afirmo que não se dera de verdade com a cidade, mas o que diz fazer lá, logo em seguida, em nada justifica a incompatibilidade: passeia de bonde, joga bozó na Chefatura de

Polícia, prosa com algum companheiro; vai à casa do chefe onde, às vezes, faz refeição e faz mandados, brinca com o cachorro ou conta *histórias de Trancoso* ao filho dele. Não podemos acreditar que atividades tão rotineiras e ingênuas criem desprezo por uma cidade, principalmente para um policial acostumado a diferentes lugares. Então, temos de buscar noutros fatos o motivo dessa indisposição. Ora, o sargento Getúlio praticou crimes no estado e na própria capital, sede do poder político, administrativo e também judicial: fez prisões arbitrárias, bateu em comunistas, integralistas e udenistas, queimou jornal. Enfim, mais de vinte mortes nas costas, como ele mesmo confessa ao leitor. E acrescentemos que, ao fazer esse juízo excludente, Getúlio está encurrulado, é um fugitivo que seqüestra um preso. Na sua própria avaliação Aracaju tem muitas testemunhas (p.149/150). Tudo, na sua lógica, faz de Aracaju um espaço hostil; mas com uma motivação histórica concreta, ou no mínimo razoável: “Aracaju é mais difícil do que no interior, cidade grande tem testemunha por demasiado.” (SG, p. 16) Leiamos o narrador, que parece dialetizar a percepção do espaço no romance, mesmo a partir de sua escolha interessada. Confia na impunidade e planeja. Nem tanto ao mar... nem tanto ao sertão. Vale a pena o tamanho da citação:

“Me aposento-me. Uma casa em Japarutuba, que é lugar fresco e assossegado, junto ao rio Japarutuba, que o único defeito é nascer lá naquelas brenhas de Muribeca, hem Amaro? E fico encostado, comendo caranguejo. Assino a orelha dum par de cabras de leite, hum? Chu. Vida mansa, não sabe vosmecê. E eu de

vinte mortes nas costas. Mais de vinte. Olhando para mim não se diz. Mas se eu não sou um homem despachado ainda estava lá no sertão sem nome, mastigando semente de mucunã, magro como o filho do cão, dois trastes como possuídos, uma ruma de filhos, um tico de comida por semana e um cavalo mofino para buscar as tresmalhadas de qualquer dono. Espiando o dia se São José aquelas secas espóticas, nuncão. Aquela chuva que antes de chegar embaixo já está subindo de novo, de tão queimosa a excomungada da terra, lembra labaredas. Japaratus é menos agreste. Compro um binoclo, na tenção de olhar as paragens. Gosto de binoclos.”(SG, p. 14).

Poderia ser a fala e o desejo de Fabiano, se ele tivesse matado o soldado amarelo, deixado o grupo familiar e se integrado, posteriormente, à atividade de jagunço. Mas Fabiano compreende a ação solidária: “Solidariedade talvez seja o valor essencial dessa comunidade de viventes, consciente ou não. Por solidariedade, Baleia deixa de devorar sozinha o preá que havia caçado, repartindo-o com os retirantes (p. 14); é o mesmo sentimento que impede Fabiano de entrar no cangaço, saída individual, revolta sem conseqüências. ‘Cadeia’ termina com a conquista ainda nebulosa da consciência de Fabiano: poderia entrar num bando de cangaceiros e matar, não o soldado amarelo, um infeliz pau mandado, mas os ‘donos dele’: ‘Mas havia a mulher, havia os meninos, havia a cachorrinha’”. Compreenderá isto o sargento Getúlio? ⁹

Na linha do mesmo juízo, Getúlio diz de Aracaju; “Quando falo ninguém entende lá, quando um fala lá eu não entendo. É,

depois disso, nunca mais eu piso lá.” (SG, p. 153) E estas palavras são lidas como exemplo acabado da oposição inconciliável de dois mundos – o do sargento rude e o da capital moderna. Mesmo com a confusão momentaneamente causada na imaginação do sargento, não podemos dizer que ele perdera a lucidez. Esse *um* pode ser qualquer pessoa, de forma indeterminada, ou pode ser um certo alguém, uma pessoa determinada que não se revela por cautela e conveniência. E se é assim, no caso de Getúlio, isto somente é compreensível naquela situação desfavorável que enfrentava.

Não consta em todo o romance uma só afirmativa sua que indique dificuldade de compreensão da fala de alguém. Apresenta, sim, e isso está presente no seu monólogo, misturas e torneios no raciocínio, buscando interpretar e compreender as coisas que lhe acontecem. Mas este é um procedimento de qualquer pessoa que pense. Mesmo quando o jornal do governo divulga versão mentirosa de fatos em que esteve envolvido, ele reconhece a fraude, entende sua utilização política (p. 19). Ademais, é em Aracaju que recebe e cumpre tarefas as mais perigosas e politicamente delicadas; é no interior deste espaço que atua e ganha prestígio profissional. Adquire faro e prestígio suficientes para até se dar ao luxo de praticar ações *ad referendum* do chefe, tão certo está da aprovação deste, tão a par está de suas conveniências políticas (a quebra do jornal dos comunistas e as atrocidades do crime de Itabaiana Grande, com o conseqüente regozijo do patrão, são exemplos suficientes – ver páginas 18, 25 e 26). É no interior da própria casa do chefe que circula o sargento, e de onde parte

para as missões que eles combinam. Num depoimento curioso, o próprio autor reconhece que o seu personagem é “um herói tirado da infância”: “Os sargentos – segundo João Ubaldo, ‘fascinantes facinoras’ – freqüentavam sua casa e cumpriam ordens de seu pai, político de Aracaju. Faziam, ele lembra, indiferentemente o matador ou o pajem.”¹⁰

Outro viajante, igualmente tangido por contingência histórica, registra, dramaticamente, a natureza estrutural da sociedade brasileira: um sertão só, do agreste à mata. Trata-se de Severino, de João Cabral de Melo Neto. Sendo esta a mesma constatação de outro narrador, também viajante envolto na ambigüidade entre lutar luta própria e lutar por causa dos outros. Trata-se de Riobaldo, de Guimarães Rosa.¹¹

O espaço hostil, como o não-lugar que vai solapando a identidade, não é, como querem fazer acreditar alguns ensaístas da pós-modernidade, um fenômeno de agora. O percurso da solidão existiu sempre que o homem, excluído, luta contra a violência dessa exclusão. Consideramos, a este respeito, a leitura muito lúcida de Júlia Kristeva, ao historicizar o não-lugar do outro na sociedade. Poderemos aplicar à *atopia* vivida pelo sargento Getúlio esta palavras da ensaísta: “Não pertencer a lugar nenhum, nenhum tempo, nenhum amor. A origem perdida, o enraizamento impossível, a memória imergente, o presente em suspenso. O espaço do estrangeiro é um trem em marcha, um avião em pleno ar, a própria transição que exclui a parada. Pontos de referência, nada mais. O seu tempo? O de uma ressurreição que se lembra da morte e do

antes, mas perde a glória do estar além: somente a impressão de um *sursis*, de ter escapado”¹²

Voltando ao sargento Getúlio, temos que preferir um espaço porque se quer *pertencer* a ele não significa, em si, mitificação ou hierarquização de valores. As dúvidas e a reivindicação do sargento, quanto a um espaço para o pleno exercício da cidadania, são justas porque lhe tiraram o direito de estar: “O homem não é um ser abstrato, que viva em levitação, mas se enraíza em espaços determinados, espaços que vêm assim a funcionar como suporte de comunicação, de inter-relação, de organização de sentido e, enfim, de fecundidade: terra matiz e motriz. O homem ‘pertence’ a um espaço. ‘Ser de um certo lugar’ não expressa vínculo de propriedade, mas uma rede de relações. [...] Se com a memória se explora a dimensão temporal do homem, com a ‘pertença’ está em cena o conteúdo espacial da existência. Ora, sou o que sou num espaço ocupado, habitado e, numa palavra, apropriado por muitos antes de mim”¹³

Pensando desta forma, fica mais fácil entender a fala do sargento que abre esta parte de nossa leitura. Fala, aliás, retomada em insistente pergunta, carregada de ansiosa busca: Amaro dorme, o preso também parece dormir, e a pergunta do narrador só pode mesmo estar sendo dirigida ao leitor: “Me diga-me, Sergipe não é um sertão só? Não é? Ô terra, ô vida, siô.” (SG, p. 69)

O sargento não era um homem inteiramente bronco, rude e incapaz de mediações. Sua decisão de levar o preso a qualquer custo não é fruto da pura teimosia. Nem tão somente da abstrata

noção de honra que ele aprendeu a cultivar. Ele pensa em alternativas. Primeiro, avalia o *lugar social*; reconhece que não tem sido um homem absolutamente sujeito à vontade de um patrão, conquistara sua autonomia, pela desenvoltura na profissão, e cobrava respeito a este espaço conseguido. Era co-participante da cena histórica que vivia. A certa altura reflete: “Sendo eu cabresteiro, já tinha me livrado de tudo isso. Não tem ninguém por trás de mim, essas alturas.” (SG, p.136). Mas não deseja, agora sobretudo, submeter-se ao cabresto de ninguém, da mesma forma que cobra o reconhecimento do seu lugar, o direito à sua liberdade. Pensando assim, decide enfrentar Aracaju, pois pior que morrer é viver subjugado: “Pior é ser pataqueiro em qualquer engenho.” (SG, p. 136).

E o sargento pensa no cangaço, para logo concluir que o cangaço não existe mais, pelo menos na forma mítica que imagina. É certo que Lampião vai crescendo na sua imaginação, e passa a alvo de admiração e simpatia, termo de comparação para quem já reconhecia que a polícia estava de um lado e ele do outro. Ocorre que Lampião ficara lá atrás, com a cabeça cortada, em exposição na Bahia, como diz o narrador logo no primeiro capítulo, à página 13. O que resta é somente o delírio: maior que Lampião, o sargento sonha ser o Dragão Manjaléu, à frente de um exército fantástico assoberbando Sergipe inteiro. Por outro lado, é importante anotar que a identificação com Lampião, figura crescente no conceito do narrador, vai se dando na medida em que aumenta o cerco da polícia; na medida, portanto, em que vai ficando cada vez mais

claro para o sargento que ele não tem saída pela via institucional ou semi-legal, não conta mais com a cumplicidade protetora do chefe. Ou seja, ele está de um lado, a polícia do outro. Ele sabe disto e sabe, mais ainda, que sonha quando imagina um poder de que não dispõe. Mas alguma identidade com forças de resistência ao poder policial aparece bem antes, mesmo quando o sargento não estava do lado oposto: as improvisações do amigo Tarcio pintam um valentão que desmoraliza a polícia, nem por isso são menos admiradas pelo narrador, assim como os versos do padre sobre Canudos vencendo o exército. A resistência se insinua, portanto, como antecipação de uma vocação para o confronto com o poder.

O Dragão Manjaléu pode significar, na imaginação do sargento Getúlio, o outro nome dado ao bicho-papão, atemorizador imaginário, como, aliás, é usado no Nordeste. Pode, ao mesmo tempo, referir-se a Manjolão, usado também na região, particularmente em Pernambuco, como sinônimo de “Galalau (o Ganelon da *Chanson de Roland*).” “Homem de estatura elevada”. Esta referência é absolutamente plausível quando, pensando com Câmara Cascudo, verificamos a intensa rede de produção e de transmissão da literatura popular no Nordeste exatamente no início dos anos 50. Importante lembrar, ainda, que Ganelon, ou Galalau, foi tido como traidor dos cristãos, sendo por isso condenado. Ora, o sargento vive em meio a uma situação em que traição é a moeda: é traído pelo chefe que o abandona à própria sorte; pode ser acusado de traição por não ter atendido aos apelos do chefe para desistir da missão e soltar o preso que conduzia.¹⁴

São Paulo poderia ser uma saída, mas só poderia. É uma cogitação logo afastada. Significaria mudar de vida, buscar outra profissão na velhice. Era, sobretudo, admitir-se um fugitivo, penoso fim para quem a fuga era uma contingência, não um modo de vida: “E demais que não quero viver me escondendo pelaí ou ir ser chofer em São Paulo, nem sei onde isso é (...)” (SG, p. 101). Getúlio vive a *atopia*: literalmente, procura terra nos pés e não acha, como diz o ditado popular. Adquire a clara consciência de que a situação que vive lhe tira o direito de ir, vir ou estar. Seu lugar é um não-lugar. Só lhe resta uma alternativa, que é tirar isto a limpo, encarar para conhecer melhor a trama política que o envolve. Sua decisão, em vez de teimosia burra, assume a exata dimensão da exigência para recobrar o espaço usurpado. Não quer fugir porque reconhece um direito: “nasci aqui e essa terra é minha. E agora minha só porque morreu todo mundo que prestava.” (SG, p. 137). E a vaga noção de honra vai ganhando a dimensão da luta pela dignidade. Sobre isso, é interessante anotar o balanço melancólico que o sargento faz da sua vida: pensa na resolução de levar o preso e declara coisas interessantes: entre essas, confessa uma curiosa descrença religiosa, trazida da experiência popular. O importante, contudo, é admitir a inutilidade daquela honra antiga, em nome de que matou a mulher. Para ele, isto fora ato vão que nada resolveu, vez que o velho sargento ainda remói a dor:

“Porque a vida é comprida demais e tem desastres. Quem agüenta a velhice que vai chegando, os espotismo e as ordens falsas, a dor de corno, as demoras em tudo, as coisas que não se entende e a ingratidão quando a gente não

merece, se a gente mesmo pode se despachar, até com uma faca? Quem é que agüenta esse peso, nessa vida que só dá suor e briga? Quem agüenta é quem tem medo da morte, porque de lá nenhum viajante voltou e isso é que enfraquece a vontade de morrer. E aí a gente vai suportando as coisas ruins, só para não experimentar outras, que a gente não conhece ainda.” (SG, pp. 99/100).

Sem dúvida, é num balanço destes que temos a figura mais inteira do sargento, frágil mortal com medo da morte. Retrato que devemos reter, melhor que o dragão invencível, o super-macho que imagina ser em seu delírio. O sargento compõe, na mesma figura, o dócil serviçal andando pela casa do chefe e o indesejável bandido matando pela rua. Lembra um pouco a dialética da ordem e da desordem entrevista por Antonio Candido, só que aqui a labilidade criminal que sanciona está na mesma pessoa. E no mesmo lugar. Só assim compreendemos os apertos deste velho sargento, ensandecido e só, invocando forças invisíveis, com um preso amarrado a um coqueiro, na beira do rio, até ser alvejado. Não foi a sina que assim traçou sua vida, como destino fatalista e inexorável. Há razões históricas que nos convencem de que o mundo do atraso não morreu ali com o infeliz sargento, morto em Barra dos Coqueiros. Portanto, não há dois mundos opostos, irreconciliáveis. O que há “é o mundo à revelia”, sob o desmando que se escuda na impunidade que o poder garante. O poder da força mesmo; às vezes, quando a conveniência ensina, disfarçado de poder político. É esta a dinâmica da conjuntura representada

no *Sargento Getúlio*.

Aquele sargento de milícias, tal como estudado por Antonio Candido, combina em si, e no mesmo espaço, a ordem e a desordem da vida colonial brasileira. Este que analisamos, de uma milícia nada romântica, também combina em si a herança estrutural de uma sociedade calcada na violência: uma desordem historicamente construída no interior da ordem patriarcal. Acrescentamos que os movimentos que levam do campo da *desordem* ao campo da *ordem* (dominante) são amiúde interrompidos para os despossuídos: se não são inteiramente vetados àquele sargento do tempo do rei, fica por conta do viés romântico do narrador das memórias alheias. Quanto a este sargento do tempo dos coronéis – os *modernos* anos 50 – o veto é brutal.¹⁵

Nesta situação de história em curso visível, tudo se movimenta. Não há lugar fixo, principalmente para quem, como o sargento, é mandado em vez de mandar. Daí deriva o desconforto do personagem, seu desassossego, o descompasso entre o desejo de parar e a necessidade real de seguir. O sargento Getúlio é um homem em trânsito, um ser provisório que é preciso passar para que as coisas permaneçam, por que essas coisas têm outros donos. O velho sargento adquire consciência disto, assim cremos e esperamos explicar no correr da leitura que estamos fazendo. O *agora* que fecha sua próxima fala não é dito à toa:

“Eu moro no mundo. Moro andando. (...) Melhor morar andando, agora.” (SG, pp. 29 e 39)

3. *Viagem a lugar algum*

“Digo franco: feio o acontecido, feio o narrado.”

(Guimarães Rosa, GSV)

“Posso me esconder de mim?...”

(Indagação de Riobaldo, GSV)

“O passado não está morto: nem passado é ainda.”

(Paulo Sérgio Pinheiro)

O sargento Getúlio é um profissional violento. Logo na primeira página do livro *confessa* algumas mortes que praticou, além de dedicar quase todo o primeiro capítulo à narrativa de muitos crimes, pelos quais se responsabiliza, como numa confissão ao leitor. Não falamos que ele é somente um homem violento, mas um profissional violento. Não que separemos arbitrariamente o indivíduo e sua experiência, mas porque lembramos que o sargento, antes de narrar seu primeiro crime, justamente aquele que o atormenta durante toda a narração, diz ser um homem que já pensou diferente (pp. 37/38). Ele se refere ao assassinato de sua mulher; praticado, segundo diz, por não suportar o julgamento público da traição que ela lhe fizera. Digamos, então, que ele aprendeu a ser violento com a *exigência* e o *requite* que a atividade policial lhe cobrava. Sua trajetória, no entanto, não autoriza a caracterização, muitas vezes dissociada da situação por ele vivida, de uma pessoa totalmente fora de qualquer padrão de civilização. Porque se ele

está fora, precisamos perguntar – de que civilização? Além de infiel à experiência narrada, uma interpretação destas oblitera as motivações históricas que o romance incorpora e representa.

Como vimos na primeira parte deste capítulo, a violência que o *Sargento Getúlio* representa tem raiz histórica; é a violência praticada com a instituição pública e em nome da ordem policial. Não queremos dizer, repetimos, que o protagonista do romance que estamos lendo não seja violento, desejamos somente ressaltar a formação violenta que a instituição policial incorpora ao seu exercício. E a instituição policial é um dos principais elementos de sustentação da ordem dominante. Aliás, é o principal elemento na conjuntura política que estrutura, pela fala do narrador, o romance de João Ubaldo Ribeiro.¹

Elizabeth Cancelli, estudando a violência no governo de Getúlio Vargas, ressalta o papel de sustentação política exercido pela polícia, aparelhada e fortalecida enormemente no período do Estado Novo. A violência, incorporada à natureza e à constituição do contingente policial, passa a instrumento de dominação do estado sobre a sociedade. O executivo se fortalece e centraliza sua ação a partir da domesticação vigiada pela polícia, tática absorvida como lógica de estado para justificar seu domínio ditatorial, como atestam as palavras de Francisco Campos, ministro da justiça de Vargas: “O uso da violência, como instrumento de decisão política, passou para o primeiro plano, relegando os processos tradicionais de competição, e onde quer que se abra a perspectiva dessa luta, torna-se imprescindível reforçar a

autoridade executiva, única, cujos métodos de ação podem evitar ou impedir que ele assuma a figura e as proporções da guerra civil.” Ou seja, para reforçar a autoridade executiva, o uso político da violência é trazido para o controle centralizado do estado. Refletindo sobre o mesmo período histórico, Graciliano Ramos denuncia o arbítrio que vira norma, que se transforma na ordem que leva o policial a dispor, pela violência, do poder de supressão do outro: “Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anuviava as almas, tínhamos a impressão de viver numa colônia alemã. Pior: numa colônia italiana. Mussoline era um grande homem, os escritores nacionais celebravam nas folhas as virtudes do óleo de ricino. [...] Uma beatice exagerada queimava incenso defumando letras e artes corrompidas, e a crítica policial farejava quadros e poemas, entrava nas escolas, denunciava extremismos.”²

Caracteriza-se pela violência o período referenciado na narrativa do *Sargento Getúlio*. Traz a marca da violência policial a conjuntura histórica de elaboração do romance, a que não podia estar desatento o jovem escritor e jornalista João Ubaldo Ribeiro que, inclusive, já havia escrito um romance sobre a iniquidade do período imediatamente depois do golpe militar de 1964, com o título, historicamente motivado, de *Setembro não tem sentido*. Sem dúvida, que a violência policial do estado era termo indispensável à reflexão e à prática militante dos intelectuais desse momento. Nos anos 70 (lembramos de que *Sargento Getúlio* é de 1971), a violência e a tortura, nunca desaparecidos do mundo policial, voltam a ocupar o centro da cena; fica clara a sua incorporação à lógica

de dominação do estado; o aparato policial é integrado à idéia de segurança nacional, abstração formulada pela ditadura militar: “a violência oficial é uma instituição social. A classe hegemônica, que detém o poder, necessita da violência sistemática para manter seus privilégios e a estratificação da sociedade. Assim, a violência não nasce do acaso nem é opção pessoal. É antes fruto de um planejamento, de uma ordem. É instância de um modelo político e econômico.”³

Da mesma maneira como ocorreu com o espaço narrativo, muito exagero e julgamento parcial também é dirigido ao sargento Getúlio, fragmentado em leituras mais das vezes desatentas ao *ambiente* histórico que o livro mobiliza e questiona. Assim, o sargento aparece como “jagunço que tentava sustar a murro o progresso”, caracterização somente plausível numa alegorização de sua ação narrativa, em que ele representaria um pensamento político explícito; é visto como a “vítima de uma violência que fez dele um aleijão capaz só de brutalidade.” Outras vezes é posto no lugar do homem que virou suco ... “espremido pela máquina social em que vive até virar bagaço sem uso, um violento.” Existe até este juízo conclusivo no seu estigma axiomático: “Getúlio é um sicário ignorante e animalizado, um abominável bruto segundo qualquer padrão de decência.” Ora, as leituras encaminhadas por estas vias conduzem a uma interpretação parcial, nos dois sentidos que este termo comporta: destacam apenas uma ou umas partes do texto, além de serem leituras interessadas *numa* visão da realidade representada no livro, visão muitas vezes marcada,

mesmo involuntariamente, pelo estereótipo quando não pelo preconceito etnocêntrico. Pensam revelar mas, na verdade, ajudam a esconder, porque perdem, no conjunto, o romance e a dimensão do seu conteúdo crítico. Lembramos o que escreve Walnice Nogueira Galvão: “É possível, e fácil, ver no jagunço uma força do mal, um delinqüente aquém dos requisitos de humanidade. Também é possível, e sedutor, ver nele um herói, um revolucionário, um Robin Hood caboclo. O problema é que essas duas visões são contraditórias e se erigem em impasse.” Trabalhar com o impasse tem sido nosso objetivo nessa leitura; mas com muito cuidado nas sobras das arestas para não cair nas soluções que pensam ter resolvido o impasse quando, na verdade, o estão alimentando pela contradição que é incluir um ser *bruto e primitivo* dentro da *tradição épica de heróis exemplares*; um ser de outro tempo e incompatível com o mundo moderno. Afirmamos o contrário: o sargento e o seu mundo são, historicamente, contemporâneos e nem são passado histórico ainda.

Pelo ângulo contraditório, o velho sargento é apenas encarado como um solitário anônimo, marcado pela violência como se a carregasse em si como imanência. Do ponto de vista histórico, é tido por um não-sujeito, a quem se atribui uma alienação e uma ingenuidade que ele em verdade não tem, se lido o texto em conjunto. Consideramos que há um senso histórico no personagem, há nele uma consciência de sua própria experiência. Há, na narrativa de si mesmo, uma aguda elaboração mental. Seria ingenuidade, esta sim do leitor e não do protagonista, supor que a

compreensão deste narrador se restringe à entrega do preso como cumprimento da palavra empenhada. Sua percepção de honra vai além do cumprimento desta missão. Há um percurso de reflexão e de reelaboração de perspectiva na sua densa experiência. Pensamos em seguir este raciocínio, de superação de algum juízo parcial, por um lado, e demonstração de uma leitura de conjunto por outro, começando pela linguagem do romance, num de seus aspectos fundamentais e ordenadores da narrativa, que é a oralidade, em que se estrutura o discurso do narrador. Ou levamos em consideração este aspecto relevante, ou concluímos pela classificação mais fácil de que o romance é um caos, do ponto de vista da técnica narrativa. Ou então caímos na generalização da *frase caótica, invenção* da narrativa contemporânea, *característica* do livro e coisas desse gênero. Talvez até tenha sido a inobservância da fala do narrador, sua experiência densa com a linguagem, que levou a afirmações tão parcializadas. O que faz pensar na incapacidade da crítica em lidar com personagens que não conhecem e não aprendem pelo código escrito, que aprendem e se expressam com o código oral. Parece até que, para a crítica, tudo fora da escrita resvala para o atraso, para o conservadorismo, para a tradição emperrada. Visão pouco histórica essa, quando se olha para a realidade que o romance *Sargento Getúlio* tematiza, que não é outra senão a brasileira mesmo. Por essa leitura parcial, o mundo da violência é empurrado exclusivamente para o mundo do personagem, que seria dono de uma personalidade doentia. Vemos nessa atitude a repulsa em

encarar a realidade histórica que o livro referencia, como se a violência não fosse nossa, da nossa sociedade mesmo. E isto é uma posição ideológica, queiram ou não os que assim analisam.⁵

Ainda quanto à capacidade de compreensão do sargento Getúlio, o próprio autor parece confundir-se ao dizer, em entrevista de 1978, que o sargento: “Conduz pelos sertões o carrego de uma missão – transporta um preso de um lugar para outro – cuja razão e objetivos ele não entende.” cremos que o romancista quis esquecer o discurso que engendrou na fala do seu personagem. cremos mesmo que foi contra uma avaliação desta natureza, em que o sargento figura como um alienado estereótipo do homem bruto, isolado no sertão; como matéria para tiradas folclóricas e pitorescas, que o mesmo autor, em conjuntura política anterior, dirige sua irritação. É contra essa leitura do homem e dos lugares pobres como apêndices da história, quando, na verdade estão integrados a ela, que o romancista fez do sargento um narrador tão vigoroso; contra tal interpretação, acreditamos, João Ubaldo Ribeiro desentranhou do romance cinco dos filhos inventados pelo sargento Getúlio para fazer *Vencecavalo e o outro povo*, livro composto de narrativas em que a violência e o absurdo estão na base da dinâmica histórica passada e presente.

Antes, no entanto, uma lembrança indispensável para a leitura que empreendemos: imperdoavelmente, apenas de maneira accidental, como mera alusão, é que aparece, nas leituras que vimos apontando, a figura do chefe de polícia Acrísio Antunes, líder político e mandante das principais tarefas do sargento narradas por este. Centro da ação, ao lado do sargento Getúlio, sua fala

direta está *ausentificada* no romance, presente através da fala única do sargento narrador. Está ausente a sua fala, mas não o está sua *ação*, muito menos sua responsabilidade frente aos crimes que encomenda. O narrador afirma, no interior mesmo da intriga em que está envolvido, ao buscar compreender quem manda em meio às mudanças na ordem: “É o chefe e sou eu” (SG, p. 93), estabelecendo uma identidade cúmplice entre ambos. Veremos depois sua presença indisfarçável, ao analisarmos o percurso de reflexão do seu co-protagonista.

A cultura do sargento Getúlio é o acúmulo de sua experiência com a linguagem oral. Ver, ouvir e *falar*, de forma verbalizada ou com várias outras expressões físicas, constituem uma maneira de compreender e de dizer o mundo com o empenho corporal por inteiro. É o corpo que é inteiramente solicitado nessa experiência. Talvez daí resulte a quase obsessão do narrador pelo corpo ou partes deste, ele um profissional a quem se impõe que disponha do corpo alheio, de quem se exige competência em vigiar e em punir usando o corpo dos outros, e empenhando as habilidades do seu próprio corpo. Resulta daí, sem dúvida, a preocupação com o conforto e o desconforto do corpo num nível de satisfação que funde o concretamente físico ao impreciso das disposições emocionais. É claro que, neste tipo de experiência radical com a linguagem, fazer, pensar e falar não são coisas separadas. Constituem o mesmo trabalho de compreensão e de expressão do mundo, ambas misturadas:

“Vosmecê me desculpe eu ficar prosando o tempo todo. É para não dormir. Não sei nem o

que eu estou falando, ou o que estou pensando. Quando estou pensando, estou falando, quando estou falando, estou pensando, não sei direito.” (SG, p. 26)

Começamos a verificar a presença da oralidade no romance. Ela começa pelo registro mais elementar, ou seja, a prosódia do sargento, ao nomear instrumentos de sua familiaridade, por exemplo. Até chegar à importância, para o conjunto da narrativa, da oralidade como elemento da estrutura fundamental no romance. Cremos não haver mais dúvida de que o sargento era um homem que conhecia bem o seu ofício. Ele, ademais, conhecia bem o lugar que ocupava nas relações de mando que envolviam suas atividades de policial da confiança do chefe – policial-jagunço. Antes mesmo, sabia do espaço social que lhe convinha: não quis ser vaqueiro pobre mandado por proprietários ricos; como sabia também do lugar onde devia se fixar quando aposentado. Tinha, portanto, uma leitura inteligente dentro dos seus interesses e dos espaços que conhecia: na parte em que tratamos deste aspecto narrativo, vimos a exata medida com que ele avalia as dificuldades fisiográficas, no mesmo nível do mando político e econômico, ao repassar sua opção pela atividade policial em vez do trabalho nas fazendas (veja-se a parte anterior deste capítulo). Conclui-se daí que o sargento Getúlio *não era lido mas era corrido*, conforme diz o ditado popular. Assim, não podemos duvidar de sua argúcia no trato de armas, do seu conhecimento neste terreno por exemplo. No entanto, ao falar o nome de algumas marcas de armas, escapa-

lhe o registro escrito. Pronuncia como certamente ouviu e aprendeu: o seu revólver é um *chimite*; e, mesmo à distancia, identifica um rifle *vinchesta*, atestando sua intimidade com tais instrumentos (ver páginas 98 e 116).

Partindo desta simples anotação prosódica, poderemos verificar a importância da aprendizagem oral para a experiência e a visão de mundo que o sargento tinha. Getúlio aprecia os versos que o amigo Tárccio canta, decorados ou de improviso. Vê neles uma forma importante de *conhecimento* de que se utiliza, uma forma de *dizer* sobre as coisas e sobre os acontecimentos. Humilde ou dissimulado neste terreno, diz que não decora muito porque é de pouco aprendizado, mas é inegável que tem boa memória e bom ouvido: afirma várias vezes repetidas que seu nome é um verso, constatação de que se envaidece duplamente, pelo ser e pelo dizer. E, na verdade, seu nome enfeixa um verso de sete sílabas, uma redondilha maior, igual aos versos que ele escuta do amigo Tárccio sobre um valentão que enfrenta a polícia (SG, p. 35, 36); igual ainda aos que ele ouve do Padre de Japoatã sobre as derrotas da polícia contra os camponeses de Canudos. Tipo de verso, aliás, mais usado na literatura popular, seja o cordel impresso, seja a cantoria de viola ou as cantigas romanceadas. Compõe, este tipo de verso, a absoluta maioria das formas composicionais da literatura oral. Medida do *aprendizado*, os versos também são jogo, passatempo e emoção; tocam a emoção do bronco sargento, descobrindo-lhe a sensibilidade inerente às pessoas, mesmo que estejam envolvidas em atividades brutais como as dele:

“Tárccio tirava verso quando queria, ou

então decorava. Eu mesmo decoro pouco, que não sou de muito aprendizado, mas se eu fosse eu decorava mais, porque aprecio, todo mundo aprecia, e quando não se trata de negócio, mas se trata de amizade, quando é de tarde ou de madrugada e se pode conversar sem pensar no que vem, um verso que se tira, uma calma que se dá e uns jogos de cabeça, sentindo a hora, sentindo aquela hora mesmo”(SG, p.35)

Nesta mesma função de entretenimento e jogo infantil, mas também de busca das possibilidades da linguagem, está o registro da brincadeira de Amaro, ao colocar o preso em marcha, atrás do carro, e se pôr a variar sobre a cantiga de roda infantil. Parece mesmo que, também, o que é brincadeira vira patética *canção de trabalho*, para abreviar a marcha e aliviar a tarefa:

“Na primeira vez, disse marcha soldado cabeça de papelão, depois disse cabeça de macarrão, depois cabeça de mamão, depois cabeça de camarão, depois cabeça de capão, depois cabeça de manjelão, e assim foi até que se chegou em casa (...)” (SG, p. 49)

Aliás, o aproveitamento da cultura poética popular nesta função, entre o lúdico e a invenção, que ajuda a aliviar o peso do trabalho custoso, mesmo que seja pela comicidade patética, aparece em pelo menos mais duas situações do romance: quando o sargento Getúlio corta a cabeça do tenente, na fazenda de Nestor Franco e quando, na casa de Luzinete, combate uma força policial. Neste caso começa a inventar nomes e apelidos cômicos e depreciativos,

à medida em que estuda a melhor situação para atirar. No primeiro caso, ele afirma:

“E então arrastei ele para dentro da
 porteira. Uma visita, uma visita, seu Nestor, uma
 visita de cara torta
 pois ô de casa
 abre essa porta
 tem uma visita
 de cara torta
 e fui assim cantando baixo e com ele
 arrastando pelo cabelo e cheguei na porteira (...)”
 (SG, p. 76)

Com a mesma função, ainda aparecem pedaços de contos populares, como o aparecimento do diabo a uma tia do narrador e a história da velha que engoliu um macaco (pp. 47 e 105 respectivamente), embora se deva anotar que, ao referir a história do diabo Erundino, o narrador logo o associa ao preso que, neste momento, estava amarrado a uma árvore. Tal identidade cria demarcada separação entre o narrador e o *outro*, o estranho inimigo a quem só cabe castigo. O diabo medonho e asqueroso entra como justificativa das judiações que o sargento imagina aplicar ao preso. Na opinião do sargento, ele está com Deus, o outro com o demônio; por conclusão: “Deus é contra os udenistas, sempre digo, comunista não tem Deus.” (SG, p. 64). Identificado com o diabo, o preso não é tratado como gente. Sendo assim, a narrativa popular ganha um caráter de alusão exemplar, estratégia, sem dúvida, da experiência oral de falar sobre as coisas. Nesta linha, até mesmo o juízo moral aparece sob a forma rímica da sentença popular, talvez mais fácil

de decorar e de ser ouvido, conseqüentemente: “Afinal, homem nu com mulher nua um vai cair na pua, está dito.” (SG, p.56.) Mas o sargento não só ouve as história já sabidas. Escuta, reconta e também inventa. E é a partir do imaginário popular que constrói, de maneira delirante, duas histórias fantásticas: numa, inventa uma família de filhos super-machos, nove gigantes invencíveis, sendo ele mesmo o Dragão Manjaléu (p. 122); na outra história, ele cria um exército com três regimentos, comandados por iguais supercomandantes, dominando implacável sobre Sergipe (ver pp. 141/146).

O problema da presença da cultura popular e da experiência oral de aprendizagem e expressão, na literatura erudita, é um problema, entre outros, de ponto de vista narrativo e ideológico. Na cultura brasileira, a cultura popular tem sido encarada como discurso do outro, dos excluídos da produção oficial, esta, sim, prestigiada com distinção intelectual. Quando comparece na cultura letrada, vem escrita ou falada pela voz do intelectual que, com isso, pensa legitimá-la. Esse modo de apropriação tem conduzido à folclorização da produção do povo, ao lado da seleção mais das vezes preconceituosa e jocosa, que transforma o produto cultural em matéria pitoresca ou sentimental. É um aspecto do “texto seqüestrado” que promove o silenciamento, na nossa cultura, da fala do colonizado e dos oprimidos.⁷ Em síntese, o problema se coloca nos seguintes termos: existe a produção popular, com seu modo próprio de expressão; e existe uma produção que quer falar da cultura popular, que quer buscar uma expressão para ela. Na

avaliação da produção cultural que está fora do círculo de prestígio e de difusão oficial, cumpre dar ênfase aos métodos de abordagem que busquem compreender, na cultura do povo, o seu grau de resistência e a sua capacidade de transformação, a par de sua vinculação aos processos sociais em mudança.⁸

As observações acima ajudam a compreender a experiência do narrador. A leitura que o sargento Getúlio faz do seu mundo inclui a experiência vivida. Como a de Riobaldo, por exemplo, é um tipo de leitura partilhada com outros, a experiência acumulada através dos tempos e da observação da natureza e das coisas: “A admiração que Riobaldo tem pela leitura não se restringe à ‘leitura e doutoração’ acadêmicas. Ela se manifesta com igual vivacidade nas ‘leituras’ dos rastreadores que sabem dizer, a partir de traços imperceptíveis para homens comuns, a regras e leis do comportamento alheio.” (Queremos entender que os rastreadores não estão acima do comum e, em consequência, que os “homens comuns” são os que não conhecem a experiência de rastrear).⁹ A capacidade de leitura do mundo, presente entre os vários povos, é o ponto central da reflexão de Carlo Ginzburg sobre o método de investigação histórica: “Essa ‘intuição baixa’ está arraigada nos sentidos (mesmo superando-os) – e enquanto tal não tem nada a ver com a intuição supra-sensível dos vários irracionalismos dos séculos XIX e XX. É difundida no mundo todo, sem limites geográficos, históricos, étnicos, sexuais ou de classe – e está, portanto, muito distante de qualquer forma de conhecimento superior, privilégio de poucos eleitos. É patrimônio dos bengaleses

expropriados do seu saber por *sir* William Herschel, dos caçadores, dos marinheiros, das mulheres. Une estreitamente o animal às outras espécies animais.”¹⁰

Uma primeira leitura poderia concluir pela aderência do sargento a um mundo arcaico, a uma visão pré-moderna do mundo. Esta leitura comprovaria sua conclusão, porventura, na preferência que o sargento tem pelo rádio (escolha da oralidade), frente a seu desprezo pelos jornais – expressão escrita da civilização moderna (ver p. 17). Já temos apontado a parcialidade dessa leitura. Ora, ocorre que o reparo que o sargento faz ao jornal condiz com as formas de percepção que ele tem das coisas: pela observação, pela participação efetiva, pela ação direta. Ademais, desconfia, com razão, das versões que os jornais publicam. A opção pelo rádio, antes significa a ampliação das suas possibilidades de leitura do mundo a partir de um veículo lingüístico que ele podia *dominar* melhor. Por outro lado, comparando o rádio e o jornal, em termos de conquista técnica, o rádio significava, no início dos anos 50, no Nordeste, a incorporação de moderno instrumento de comunicação e poder, mais ágil, mais abrangente e mais próximo da experiência oral das populações pobres. Ou seja, o sargento é um homem do seu mundo, que também é nosso.

O sargento, por outro lado, não desconfia só dos jornais. Duvida do que ouve também; desconfia da linguagem, de seus truques, de suas muitas possibilidades ou mesmo precariedade: em mais de uma situação, se resguarda com a ressalva que o isenta das armadilhas que as versões escondem, acrescentando

às afirmações – “Dizem, nunca vi.” (pp. 14, 21, por exemplo). E sua dúvida exige mais. Na sua fala dissimulada, diz não saber conversar direito, mas vai impondo seu ponto de vista. Mesmo no mais delicado da viagem, em momentos decisivos sobre o destino do preso e a sorte de sua própria sobrevivência, o sargento ruma versões: “An-bem, fico, mas só até amanhã, depois eu vou, não sei conversar direito mesmo e só devo satisfação a uma pessoa, graças a Deus, e dessa pessoa nada ouvi até agora, a não ser o que ficam me dizendo, só que eu não emprenho pelos ouvidos. Tenho que ver, ali, pronto.” Além das conversas, o sargento exige a participação direta nos acontecimentos, como elemento central dos fatos, arcando com enorme responsabilidade quanto aos desdobramentos da tarefa que executa. Não emprenhar pelos ouvidos significa isto e mais: significa pensar, comparar fatos e versões, analisar as várias situações. Sua ação atesta, na verdade, o contrário do que afirma, dissimulado, o velhaco narrador. Diz que não sabe conversar direito para, com este artifício, desconversar e ganhar tempo para pensar e decidir melhor. É uma demonstração da capacidade de expressar sua vontade; é uma exigência radical de espaço para sua compreensão e sua linguagem.

O sargento conhece que a linguagem tem um uso social, sabe o que o poder é capaz de fazer com a linguagem, atento que está às manobras que levam o chefe de polícia a divulgar versões interessadas nos jornais. Em um de seus sonhos de poder, o sargento se imagina deputado, em breve quadro que, no entanto, não lhe

impede a observação crítica quanto ao uso adequadamente posição da linguagem do poder. Insiste com Luzinete, sua companheira: “Se eu fosse deputado, você ia, não ia? Para ficar toda lorde, e aprendia a falar difícil, não aprendia?” (SG, p. 123). As palavras, ditas e ouvidas, preenchem em muito a viagem, em alguns momentos monótona, que os três homens fazem. Não escapa ao atento narrador o gosto que o motorista Amaro tem pelas palavras, fazendo delas puro jogo, como se, inventando palavras, estas inventassem coisas, referissem realidades. O que não deixa de ser verdade, além de ser uma maneira de buscar o entendimento da língua, as possibilidades do dizer: “Amaro gosta de palavras. Fica repetindo uma porção sozinho, feito maluco, acho que só para sentir o gosto.” (SG, pp. 50/1). Para o narrador esperto, porém, as palavras encantam talvez mais que a Amaro, encantam porque contentam e porque iludem e escondem. Para ele, o mundo existe *com* as palavras e não *nas* palavras. Isto explica porque elas, mais das vezes, se surpreendem precárias. Então, da mesma forma que narra fatos, inventa histórias; assim também inventa palavras, além das que escuta e estuda para o uso corrente: porque sua raiva do preso e a culpa deste não têm limites para ele, solta o verbo:

“Seu peste, puto, peste, peste, peste, seu pirobão. Perde a força os nomes que eu lhe xingo e por isso vou inventar uma porção de nomes para lhe xingar e de hoje em diante todo mundo vai xingar esses nomes. Cruzento da pustema, violado do inferno, disfricumbado firigufico do azeite. E invento mais.” (SG, p. 138).

O trato do narrador com a linguagem está próximo da aprendizagem da profissão, do conhecimento das armas ao manejo das palavras. Ele constrói fatos e cria versões, faz parte de seu aprendizado com o poder de que é inseparável. Em dois momentos, testa o poder e o alcance das versões: para mais incriminar o preso, o sargento diz ter sido este quem teve a iniciativa no episódio do quase encontro amoroso com a filha de Nestor Franco, mesmo estando o preso em situação lastimável, amarrado e sob a tensão da vigilância constante (ver p. 54). Adiante assegura, durante as negociações com policiais enviados pelo chefe, que não foi ele quem degolou o tenente, no confronto na fazenda Boa Esperança. O responsável teria sido um cabra, difícil de identificar no meio da confusão provocada pelo tiroteio (ver p. 97). A verdade ele conta ao padre, em casa de quem se escondia, e diz que contará ao chefe, para observar sua reação e, com esta, avaliar sua situação no interior de acontecimentos que provocam tamanha repercussão política. As atitudes do sargento levam o leitor a desconfiar, por sua vez, do narrador arguto que ele é. É preciso estar atento para perceber na sua fala as modulações que ele utiliza: ele narra fatos, inventa histórias e cria versões. É necessário atentar para seu discurso ora exuberante ora fragmentário; para seus preenchimentos extravagantes e para os seus esquecimentos. Ele mesmo adverte para isto. Uma única vez refere o vazio da identidade do preso, preenchido por incontáveis desqualificativos:

“Ninguém se lembra mais do nome dele,
ninguém se lembra mais nem do nome da gente,

quer dizer eu me lembro do meu nome e me lembro do nome de Amaro e se quisesse me lembrava do nome do peste, mas não quero e esqueci. E pronto.” (SG, p. 103)

Ressalta, do que temos visto até aqui, sobre a linguagem do sargento Getúlio, que ele mantém íntimo e constante exercício com as palavras, ora lúdico ora tenso. Alguns destes exercícios nos inquietam sobremaneira. Sem alternativa à opção a que escolhera, que é levar o preso a Aracaju a qualquer custo, o sargento parte com sua comitiva da casa do padre de Japoatã. Tem certeza de que foge e de que será perseguido; percorrem caminhos ínvios, enquanto contam histórias para aliviar a cansaça e matar o tempo:

“Amaro conta histórias de Trancoso, depois que a gente amarremos o bicho bem amarrado e demos água a ele e ficamos lá e Amaro diz: foi um dia uma vaca vitória, deu um peido se acabou-se a história e a gente damos muitas risadas e, como não temos mais o que dizer, só ficamos repetindo foi um dia uma vaca vitória deu um peido se acabou-se a história, mesmo porque Amaro se esquece do começo ou do fim das histórias, às vezes esquece do meio, às vezes esquece do fim, às vezes esquece do começo e diz assim: essa eu começo do meio, essa eu começo pelo fim, conforme. Tem umas que só se lembra uns pedaços ali, outros pedaços lá. Nos princípios não dá vontade nem de contar nem de ouvir, mas depois não tem diferença, contato que tenha história, que depois a gente vai botando o meio ou depois o fim, ou então bota nada e fica e fica lá.” (SG, pp.104/105)

Antes, logo ao chegar a comitiva à igreja de Japoatã, o sargento Getúlio fica admirado por Amaro saber tantas rezas que ele não entende. Da mesma maneira, não entende o padre, não entende sua fala nem sua posição no jogo do poder, mas especula sobre isto. E o padre leva os três homens à reza, “falando língua de padre”, fora do entendimento do narrador atento e desconfiado. A reza precede imediatamente a narração que o sargento fará ao padre dos acontecimentos violentos ocorridos, pouco antes, na fazenda de Nestor Franco, durante a qual irá *confessar* a morte do tenente. Aliás, o padre interrompe abruptamente a narração, que o sargento mal iniciara, para as orações, como se introduzisse indispensável ritual que antecederesse a *confissão* de grave feito. Assim o narrador registra as palavras do reverendo:

“Oremus confitodéu ominipotenté beaté Mariê sempervirgi beatomicaéli arcanjo beato Jones Batista sânquitis apóstis Pedro é de Paulo ominibussântis etibipate cuia pecaviminis cogitane verbetópere mea culpa mea culpa orare promé adidómino deunostri amein. O coisa fez sinal de duas mãos, porque estavam amarradas juntas, quer dizer, um sinal saiu pelo avesso, não estou nem aí nem vou chegando, se amaldiçoe sozinho. Indugentum absolutônein, é de remissione pacatorum nostroro tributinóbis omnipotes é de misericórdia dóminus. Muitas rezas.” (SG, p. 65)

Antes ainda, instalados na fazenda Boa Esperança, de Nestor Franco, o sargento fala da pasmaceira, de quanto o tempo

demora quando não se tem nada a fazer. Tira o seu bicho-de-pé e fica espiando Amaro mexer no motor do *hudson*, o carro em que viajam. Amaro conserta o carro, assobia e canta; o sargento observa e procura escutar:

“Não entendo direito, porque Amaro enrola a língua, não sei o que é: até o sol (isso entendo: até o sol). Até o sol ipiaça invadiu a vidraça e o retrato dela icoiou, que merda e essa não sei. Perguntei a ele. Até o sol ipiaça, que vem a ser? Não sei, disse ele, aprendi assim. E o retrato dela icoiou. Acho que as músicas devia de ser feitas para entendimento, assim não.”

“Bonequinha linda
dos cabelos louros
olhos tentadórios
lascos de lubila.”

Perguntei que vem a ser lascos de lubila, também não soube, parece mesmo que não gosta que eu pergunte. Acho despropósito cantar uma coisa que não se entende e disse isso a ele, mas ele não quer saber, lascos de lubila, lascos de lubila, nunca ouvi isso.” (SG, p. 50)

Nos três trechos selecionados, existe a marca do fragmento, do conhecimento incompleto, da comunicação lacunar. E isto é traço da cultura oral, em elaboração coletiva constante. Esta é uma diferença em relação ao conhecimento fixado no código escrito, que dá a sensação (e às vezes a pretensão mesmo, embora vã) de solidez e durabilidade, de verdade canônica. No exemplo das histórias incompletas, com pedaços inventados, o vazio é preenchido ludicamente, pelo acréscimo ou a modificação própria

da invenção popular. A comunhão entre os narradores ocorre quando ambos inventam e completam os pedaços de narrativas. No segundo trecho, porém, a distância é maior entre a fala do padre e a expectativa do narrador: Amaro ainda consegue acompanhar o padre, provavelmente decorava rezas como aprendia as músicas, estrofiadas, como está no registro prosódico do latim macarrônico transcrito no romance. Nem mesmo o ritual religioso consegue preencher os vazios desse diálogo ruidoso e falho. Não há fé o suficiente que mude o ato em comunhão: o preso, com a boca em lastimável ferida, apenas se benze meio pelo avesso; Amaro parece contrito; o sargento não entende a fala do padre e mentalmente maltrata o preso. Há níveis diferentes de contato com o conhecimento religioso; seu entendimento e, portanto, sua expressão resultam diferenciados para aqueles quatro homens naquela situação. A oração figura um ritual caricato, da mesma forma como ocorre no terceiro exemplo dado, no caso das músicas incompletas. Quanto às narrativas populares, Amaro e o sargento estão no mesmo patamar, não sabem mas inventam e completam. Na igreja, Amaro acompanha as orações, mais próximo da fala do padre, de que o narrador se distancia. Mesmo gostando das músicas ouvidas no rádio, Amaro reproduz apenas pedaços delas, criando palavras estranhas à letra mal ouvida. O sargento, por seu turno, declara não conhecer a música, mas indaga, quer conhecer e censura o companheiro por este cantar o que não sabe. Os dois não se entendem neste particular. Para o sargento, aquela forma de comunicação é nova; não são os versos que ele ouvia do padre

e do companheiro Tárccio, improvisados mas também decorados, como ele mesmo diz. Provavelmente, ouvidos e modificados por muitos outros cantadores, que a criação oral não tem dono, é matéria cantante e vertente, para lembrar o pensamento de Riobaldo. Já as músicas aparecem como criações acabadas, com uma autoria juridicamente assentada, reproduzidas por um instrumento técnico para uma platéia grande mas solitária, com pouca ou nenhuma capacidade de intervenção direta e de participação na atividade artística ainda nova. Então, a dúvida do sargento somente pode ser entendida como exigência cética e ética, ao mesmo tempo. Duvida e quer conhecer para refletir; cobra o exato conhecimento de uma *fala* que desconhece, de um código artístico que não domina. Sem dúvida, é principalmente por esta razão que diz precisar de um rádio: precisa *ler* mais e melhor. Quer estar atualizado, na moda: “Preciso comprar um rádio. Dá chique.” (SG, p. 16).¹¹

Existe, na experiência histórica do povo, uma desconfiança secular em face da linguagem dominante. Na literatura brasileira recente, lembro o estudo de Alfredo Bosi sobre as dúvidas de Fabiano: “O último ponto será crucial: o enfezamento do narrador com palavras que não remetem a coisas e atos verazes. A palavra escrita, por exemplo, sob cujo limiar se exprimem Fabiano e os seus, é para o sertanejo causa de angústia e de opressão.”

“É a cifra misteriosa rabiscada na caderneta do patrão, são aquelas letras taxativas que se impõem na hora do acerto de contas com o cabra. Ou aqueles livros pateticamente inúteis do

seu Tomás da bolandeira, que, com todo o seu mundo de papel, não resistiu à penúria da seca.”¹² Nos movimentos de luta pela terra, por exemplo, que exige tomada de consciência do poder do grupo e do poder do *estranho*, indígenas e camponeses sabem que a aceitação da linguagem dominante, sem o seu pleno domínio, quase sempre significa a derrota. Por isso desconfiam: “Além disso, não é na simples conversação que se pode captar tudo o que está acontecendo, porque a fala com o estranho é regulada pelo código da duplicidade: o que é dito nem sempre corresponde ao que é feito e o que é feito nem sempre se espelha no acontecido. Esse um problema importante para a reflexão sociológica, pois é problema de ordem metodológica. Quando se quer estudar os movimentos sociais, em sua particularidade, é preciso ter em conta singularidades como essa, do duplo código de expressão que marca a existência das populações camponesas e indígenas no Brasil. O sociólogo não vai ouvir deles senão aquilo que eles decidiram que devem dizer-lhe.”¹³ Problema metodológico para a sociologia, a experiência oral de aprendizagem e expressão, elemento decisivo na composição de *Sargento Getúlio*, vira também método importante de leitura deste romance. Daí porque devemos procurar o significado das falas do narrador em seus silêncios, em seus negaceios, em sua brincadeira com a linguagem, nos episódios aparentemente deslocados da tensão narrativa, por sua natureza fantástica e, por fim, no diálogo, clivado, que o sargento compõe para travar com o seu chefe.

A experiência que leva à desconfiança para com a

linguagem dominante vem de muito tempo, estando presente em qualquer parte: Menocchio, o moleiro perseguido pela Inquisição, faz esta observação surpreendente aos seus inquisidores, no belo estudo de Carlo Ginzburg: “Começou denunciando a opressão dos ricos contra os pobres através do uso de uma linguagem incompreensível como o latim nos tribunais: ‘Na minha opinião, falar latim é uma traição aos pobres. Nas discussões os homens pobres não sabem o que se está dizendo e são enganados. Se quiserem dizer quatro palavras, têm que ter um advogado.’”¹⁴ Pensando nessa experiência secular, concluímos que não é por mera ignorância ou brutalidade que o sargento não quer soltar o preso antes de se entender com o chefe. Mesmo que se livrasse dos pistoleiros, teria a justiça e todo o seu aparato em seu desfavor, em função de uma conjuntura de desprestígio político da parcela dominante a quem servia.

Do que se disse até aqui, sobre a linguagem do *Sargento Getúlio*, pode-se concluir pela sua necessária aderência ao pensamento e à experiência do narrador: o diálogo cada vez mais monólogo, como uma espécie de elaboração discursiva para si; a oralidade da fala como conduta de estruturação narrativa, as modulações entre narrar o fato, dissimular versões e recompor histórias são os recursos mobilizados para traduzir uma experiência fragmentada, um aprendizado ávido e lacunar, uma busca ansiosa por entender a ambigüidade de uma situação em se sentia, ao mesmo tempo, incluído e excluído. No entanto, a maior lacuna desse aprendizado é, sem dúvida, a falta de uma experiência

compartilhada. Getúlio refere uma vaga, distante e imprecisa família; e vão sendo suprimidos um a um todos aqueles com quem iniciara breve comunhão: Tárccio, de quem sente saudades; a mulher, assassinada em consequência da noção de honra aceita, no início da narrativa, como princípio de vida; Amaro, que de motorista passa a amigo, e por fim Luzinete, a amante. São estes poucos seres com quem *conviveu* Getúlio, em convívio ligeiro, em circunstâncias precárias, marcadas de riscos e limites. Portanto, é desencontrada a sua fala, é lacunar seu aprendizado e é ansiosa a sua busca, porque ele vai percebendo que suas possibilidades de participação vão sendo solapadas. Na linguagem do poder, há uma área clivada a seu acesso. Entende sua missão: a necessidade de ir buscar o preso com discrição, para manter o poder de mando mas também a imagem pública do chefe; entende a mudança que ocorrera, caindo o chefe em desprestígio; compreende a investigação federal em torno dos crimes do governo, em atendimento aos reclames da UDN. Só não entendia (e por isso mesmo queria ir até o fim para entender) por que lhe era vetado o direito de encarar o chefe e discutir com ele o novo estado de coisas, o erro e a culpa que eram de ambos. Daí porque, mesmo o chefe, a quem dedica a maior parte da sua vida profissional, é excluído do mundo dos seus: ao decidir ir até o fim na tarefa que iniciara por mando deste, perde o seu poder, sente-se espoliado, e então, numa atitude conscientemente digna, reivindica espaço e afirma que tem direito à terra que é sua; e reconhece que está só, “porque morreu todo mundo que prestava.”

Precisamos estudar mais a natureza desta experiência transposta na linguagem do velho sargento. Verificar a natureza desta experiência é estar no centro mesmo da narrativa, do seu sentido maior. É também questionar afirmações parciais e distorcidas acerca do sentido deste romance inquietante, presentes em algumas leituras: na base de tais leituras, está a interpretação de que o sargento empreende uma viagem cujo sentido desconhece, é o responsável por uma missão política que não entende. Como já disse o próprio autor do romance, “(...) transporta um preso de um lugar para outro – cuja razão e objetivos ele não entende.” Deriva daí a noção errônea de que o livro coloca dois mundos em conflito inconciliável, dois espaços que se entrechocam, sendo um deles anulado; uma época histórica sendo superada – o atraso surpreendido e ultrapassado pelo progresso. Um dos contendores, aí, é o protagonista que não aceita mudanças históricas por ser incapaz de compreendê-las, porque pertence a outro tempo, seus métodos tradicionais ficaram num passado perdido. Então, ele caminha, ingênua e inexoravelmente, para a autodestruição. Nada mais ilusória do que esta interpretação do *Sargento Getúlio*.¹⁵

Já iniciamos a demonstração deste erro, ampliemos nossa leitura indo direto ao centro da missão do personagem. Afirmamos, já, que a narrativa do sargento Getúlio, apesar de breve, é intensa o suficiente para nos dar a clara sensação de que conhecemos bem a vida do narrador. Apesar, também, da fragmentação de sua fala. É que a fala em fragmentos é uma fala que vai e volta, se explica pela recorrência; completa-se pela circularidade, avança

como que em espiral, contemplando o centro de partida. A certa altura de sua viagem, o sargento conversa com Luzinete, contempla a vida agitada que leva e as possibilidades que o pouso na casa da amiga lhe suscita, ele que antes já decidira aposentar-se. No meio de suas cogitações, está o problema do preso a resolver, a cada momento com mais urgência, vez que o sargento é agora um desertor: carece de astúcia e de ação. Quase delira, pensa no cangaço, o que é plenamente compreensível, para quem, ex-policial e jagunço, é perseguido pela polícia. Neste instante afirma que “ia falar pouco e fazer muito.” (SG, p. 122). Ora, esta definição de nova conduta pode ser entendida em duas direções: primeiro, pode se referir à missão sob a sua responsabilidade e sob a do chefe. Neste caso, a *ação* era a parte diretamente sua. Mas ele dependia da decisão de outrem, da *fala* do chefe, da “política de prosa”, enfim, que ele acusava e entendia como falsa porque era *escusa*, porque mascarava responsabilidades. Em consequência, por estar subordinado a um chefe de polícia também político, estivera em algum momento sujeito a essa mesma política. Em segundo lugar, como uma forma de agir contamina a outra, sua narrativa pode ser igualmente uma história com muita fala e pouca ação, pelo menos para o seu modo de compreender. No momento em que narra, então, não só reavalia sua trajetória como propõe novo rumo daí em diante. Em suas palavras, estaria dito que o narrador faz um balanço, avalia sua experiência como executante de ordem alheia.

Já vimos que o lugar ocupado pelo romance *Sargento*

Getúlio é vizinho de narrativas igualmente de busca, de experiência e de entendimento, cujo paradigma é *Grande sertão: veredas*. Concordamos, em parte, com tal aproximação. Julgamos também simpática a leitura da fala de Riobaldo, com quem, aliás, o sargento Getúlio já foi identificado, como uma confissão. Embora esta leitura, de Walnice Nogueira Galvão, sofra pesada contestação no erudito ensaio da professora Kathrin Rosenfield. Creio mesmo que esta é uma boa idéia para a leitura do romance em estudo: depoimento e confissão constituem sua narrativa. O sargento exercita seu depoimento como tentativa de ordenar e de reconstituir os fatos que o cercam, para compreender o papel que lhe cabe na missão que lhe é dada cumprir. Depoimento, portanto, entra como forma de contar e modo de compreender. Não depõe por inteiro; não confessa tudo que sabe e pensa. Ele mesmo explicita sua artimanha. E conduz bem de perto um inimigo como interlocutor atento, embora lhe seja negada a fala. Nem por isso sua confissão é menos aguda. Aliás, é a mesma circunstância de ter aliados e inimigos como ouvintes que faz do seu monólogo uma confissão sincera e penetrante, às vezes mesmo parece conversa de íntimos compadres. O velho sargento confessa para entender. Confissão vira avaliação e busca. Não, principalmente, aquela busca metafísica de compreensão do estar-no-mundo, mas a busca de compreensão de uma trajetória histórica, de uma conjuntura política que o compromete e da qual entende ser o excluído em extrema desvantagem. É no fio da navalha que corre o narrador. É sob o risco do fogo que vive e conta sua experiência dramática. Contar é avaliar e, ao mesmo tempo, preservar a vida.¹⁶

“Enquanto isso eu prosando aqui prosando, como se vosmecê fosse meu compadre e a gente tivesse na beira do batistério. An-bem, não posso dizer que fosse do seu gosto conversar comigo, pois se vosmecê, se eu cochilasse, me sacava a garruchinha de fé e me socava um balaço nas fontes.” (SG, pp. 26/27)

A idéia da narrativa de Riobaldo como confissão está apoiada nas palavras deste narrador: “O concurso de outra cabeça, de outra experiência de vida, e sobretudo de uma experiência de letrado maior, é aquilo com que Riobaldo conta para a elaboração de um texto finalmente significativo [...] É praticamente um julgamento o que ele pretende, talvez mesmo uma absolvição.” E a ensaísta cita falas do personagem que comprovam seu juízo: “Fosse bom, fosse ruim, meu julgamento era. Assim, desde depois, eu me estava: rogava para minha vida remir – da outra banda de um outro sossego...”(GSV). “Quero é armar o ponto dum fato, para depois lhe pedir um conselho.”(idem) “Com o senhor me ouvindo, eu deponho. Conto.”(idem) “O senhor é homem de pensar o dos outros como sendo seu, não é criatura de pôr denúncia”(idem). A Bíblia apõe um apêndice – “Dos textos da Bíblia Sagrada que constituem o dogma católico contra os erros protestantes” – com indicações que remetem à confissão: “a obrigação da confissão é uma consequência do poder judiciário de atar e desatar, de reter os pecados, dada aos pastores da Igreja de Cristo: Mat. XVIII,18. João, XX, 22,23.” Confissão implica, no pensamento bíblico, depoimento, julgamento, culpa e perdão; supõe

a audiência e a concorrência de outro, atribuído do poder de sanção: este vai do conselheiro ao juiz. Kathrin Rosenfield apresenta posição divergente da de Walnice Galvão: a relação entre Riobaldo e o senhor afasta-se sensivelmente da representação realista e não pode ser interpretada como ‘depoimento’ de uma ‘vida pregressa’. Ela se aproxima muito mais da representação ficcional de uma errança, daquela travessia que visa menos a chegada no assunto particular (vida de sertanejo, etc.) do que o livre ‘perder-se na errança da letra’, no labirinto das múltiplas versões nas quais o assunto particular apenas se insinua para revelar uma ordem universalmente válida. Não consideramos que o dado particular – a experiência que vai da vida jagunça ao estabelecimento como proprietário – se dilua em tanta metafísica. Da mesma forma que a imaginação do sargento Getúlio não o livra da contingência de jagunço refugado e de policial perseguido. Contar para se preservar; narrar para resistir e continuar vivendo, esta a fórmula que resume o comportamento do narrador sargento Getúlio: queria contar a todos, depois de se entender com o chefe, a sua versão dos fatos.¹⁷

Sigamos, a partir de agora, passo a passo, as pegadas do sargento; atentemos a cada palavra de sua confissão, do seu depoimento. Logo no primeiro capítulo, há uma afirmação que surpreende o leitor, pois antecipa situações que somente mais tarde serão entendidas. Na página 12, há uma afirmação que coloca a viagem, mal iniciada para o leitor, já bem avançada: no mínimo, depois daquele ponto em que Elevaldo, enviado do chefe Acrísio

Antunes, intercepta o sargento e pede para que ele se esconda, juntamente com Amaro e o preso, na fazenda do aliado Nestor Franco: a prisão era agora indesejada, inoportuna e comprometedora. O narrador reflete sobre a situação e informa:

“Mesmo agora que eu perdi a autoridade, sempre, fica o prestígio. Em Aracaju tenho as costas quentes e não é assim que Getúlio vai se ver de uma hora para outra. Principalmente depois de entregar vosmecê. Tem ambientes em Aracaju, gente a seu favor. Coisas. Não gosto desse serviço, não gosto de levar preso. Avexame. Depois de levar vosmecê lá, assento os quartos num lugar e largo essa visa de cigano. Só se doutor Zé Antunes pedir muito. Mesmo assim. Me aposento-me.”(SG,p.12/13).

Já ficamos sabendo que o sargento Getúlio conduz um preso numa missão policial delicada, que vai se convertendo em situação política especial. Não fosse assim e o sargento não falaria em perda da autoridade. A informação indica que esta parte da viagem, embora contada logo nas primeiras páginas do romance, ocorre talvez após a fuga da casa de Nestor Franco, em que o sargento é informado de que era um desertor, uma vez que se recusava a entregar o preso a outra força policial. Aliás, durante os entendimentos entre o tenente e o dono da fazenda, na tentativa daquele de escoltar o preso, retirando-o da guarda do sargento Getúlio, este é acusado de desertor, o que até então desconhecia. Isto mostra o quanto sua missão era perigosa, quanta mudança política ocorrera entre a ordem recebida do chefe policial e o

presente momento – a conjuntura mudara, com certeza o chefe estava destronado a essa altura dos acontecimentos. Sem dúvida, a prisão que ordenara tinha sua componente arbitrária, trazia a marca da vingança particular. O sargento sabia disto porque percebe que as coisas mudam; mas ainda duvida de que a mudança haja sido tamanha que não possa ser sustentado pelo chefe. Sabe do prestígio que tem junto a este. E tanto sabe das mudanças e da natureza política da missão que, desde o início, desconfia de tocaias para resgatar o preso sob suas ordens: “Ô Amaro, porventura onde estamos? Me avise-me quando chegar em Curitiba Velha, arreceio tocaias.”(SG, p. 14). Conhece claramente a margem de mando de que dispõe, compara sua atividade com a do trabalhador submisso, alugado (p. 14); confessa as atividades do chefe, seu poder de mando, sua influência (p.16). Demonstra, enfim, plena consciência da conjuntura política, ao identificar com precisão aliados e inimigos, ao decidir e agir em nome do chefe, prevendo seu aval, como ocorre quando da quebra do jornal comunista (p.18). Sua consciência conhece os limites, sabe que dispõe de apenas uma faixa de mando, distingue com clareza os que mandam dos que fazem. Em *conversa* com o preso, pondera: “Vosmecê não acredito que tenha visto um homem resistindo da morte, porque o que me dizem é que vosmecê manda, não faz.”(SG, p. 23)

A essa altura, o leitor vai pasmando: diante de tanta morte e violência, tranqüilo depoimento, como uma confissão apaziguadora. Eis que o velho sargento reserva artimanhas, começa a buscar a simpatia do leitor, mesmo com tanto crime praticado.

Diz que não é um matador qualquer: “Eu sou político, não mato à toa”(SG, p 24). E insiste nesta avaliação. Num dos momentos agudos de sua recusa em interromper a missão, considera a capacidade de cada um dos interlocutores que lhe são enviados à casa do padre e sentencia: “Não gosto deles, recebem dinheiro para fazer isso, não acho direito.”(SG, p.95). E *isso* era matar, friamente, sob encomenda. Colocando-se a serviço de um poder político, na atividade *necessária* de punição que o estado ordena (“Depois os urubus, que a tarefa aí já não é mais de punição. É de limpeza”). (p. 10), o narrador busca justificar o seu papel. Situa-se do lado da justiça, mesmo sabendo do poder político que tudo controla. Sabe tanto que até justifica o uso particular desse poder de justiça, que o chefe faz por seu intermédio. Daí porque não tem dificuldades em concluir que é um profissional no uso político das atividades. E o primeiro capítulo se encerra com lúcida avaliação da situação política que envolve a comitiva, em declaração que abre o jogo do uso da força policial em benefício privado, mostrando que, fosse outra a conjuntura, o caráter da prisão e o destino do preso seriam outros:

“Sua sorte é que vão querer julgamento, tem jornalista a seu favor, está um sistema. Por mim era tranchã, cabeça num bocapio, entrega embrulhadinha, com papelotes. Agora, pegando menos de trinta, vai você, promotor, juiz, adevogado, não tem esse. E pegando mais de trinta, quando sair morre também. Sua vida faz uma volta, entra e sai no mesmo fim.” (SG, p. 28).

Duma coisa o sargento tem certeza absoluta: a missão sob sua responsabilidade não é uma prisão qualquer. Trata-se de um fato com dimensão política capaz de, junto a outros de idêntica natureza, afetar o jogo do poder no estado de Sergipe. É o que transparece no entendimento que tem do preso, quando pensa em puni-lo por tentar agarrar-se com a filha de Nestor Franco: “Isso é boi de matadouro é animal cheio de idéias. Não pode morrer no mato.” (SG, p. 56)

Além de compreender a situação de jagunço-policial que vive, o sargento Getúlio demarca uma diferença entre as suas ações e a de pistoleiros pagos para matar. É necessário que verifiquemos se há confusão ou clareza em sua percepção. Se ele tiver razão, é preciso verificar a natureza desta distinção. Pois tanto ele quanto os outros são profissionais. Onde estaria a distinção? Pela insistência do velho sargento em marcar a diferença, por sua intransigência no cumprimento da missão, e pelas exigências que vai acumulando ao longo do seu percurso, só poderemos concluir que a distinção está na responsabilidade de cada um. Ele tem responsabilidade institucionalmente atribuída, conjunturalmente cobrada, como agora; o outro, o pistoleiro de aluguel, não carrega esse nível de cobrança mais localizável, além da sanção social; mantém uma relação de compromisso ocasional. É contra isto que se volta o sargento Getúlio, contra o anonimato e a impunidade, com que o pistoleiro se acoberta mais facilmente. E ele está no meio de uma situação que lhe exige cobrar responsabilidades com intransigência. Aqui, tocamos ponto

importante da leitura do *Sargento Getúlio*: Vários leitores atestaram a simpatia que o livrinho desperta, especialmente pelo protagonista, mesmo que a simpatia para com o policial violento seja algo incômodo, injustificável para alguns. Sem dúvida, este grau de cobrança radical mobiliza e explica a estranhável simpatia que os leitores vão tendo pelo velho policial, e não apenas a fidelidade ao trabalho, como quer o autor do romance: “É que o sargento Getúlio é um autêntico bandido, mas muito fiel ao seu trabalho e por isso consegue ganhar a simpatia dos leitores.”¹⁸

Prossigamos. Já falamos que o narrador vai logo no início do romance pontuando uma certa vocação para o confronto, ou o seu faro vai indicando a inevitabilidade do entrechoque entre a sua percepção e a prática do poder político. Ele vai percebendo o desgoverno, vai vendo que o exercício do poder é proporcional ao poder da força bruta (ver episódio do cerco a Ribeirópolis, por exemplo, da página 32 à página 37). Por isto, aguça o seu senso crítico, que cresce ao lado da necessidade constante de se precaver; estabelece a indignação como marca, como medida de precaução, tática contra qualquer descuido, vendo na morte alheia um exercício cotidiano da profissão: “Me dá uma raiva por dentro, acho que careço ter raiva. Demais, não me incomoda mais um ou mais outro, mais um ou mais outro eu vejo pelaí toda hora. A coisa que mais tem é morte, e o mais certo que tem. Desde nasce começa a morrer.”(SG, p. 37). E é na sua preocupação constante, na tensão do risco freqüente que o sargento começa a acompanhar a mudança política que vai alterando a natureza de sua missão.

Cedo é informado das mudanças, seja por Eivaldo, seja pelo padre de Japoatã, seja pelos emissários que a esta cidade são enviados para negociar a soltura do homem. O sargento percebe que a mudança vai lhe tirando o poder de agir. Com isto, vai adquirindo consciência de que está sendo traído. A partir, aliás, de poucas informações, vai compondo sua própria versão dos fatos e das alterações conjunturais; e é a originalidade de sua versão, que muitas leituras têm reduzido à honra e à teimosia, que lhe fornecerá a medida da traição sofrida e a radicalidade da atitude que deve tomar: primeiro, o sargento é surpreendido, a caminho, por Eivaldo, que lhe traz recado do chefe para se esconder e aguardar nova ordem. Aí, começa a construção da versão pelo personagem: o sargento começa a formar sua opinião própria dos novos rumos. Inicia delimitando as responsabilidades: Eivaldo diz que é necessário que a comitiva se esconda, o sargento exige explicação, o emissário responde:

“– Os jornais estão fazendo um barulho danado, vai chegar força federal em Aracaju. O chefe disse na rádio que não prendeu ninguém.”

“– Ele mesmo não prendeu, quem prendeu foi eu.”(SG, p. 46)

Mais adiante, é Amaro que conclui, demonstrando perceber a nova situação política:

“– Se a gente levar o homem agora para Aracaju, vai ser uma poteose de tiros.”

Comentando a nova ordem, o narrador pensa e pondera: “Possa ser que Eivaldo não tem culpa nesse assunto, possa ser que o

melhor é aquietar, mas a cara dele me deixa com essa vontade de ficar na violência, não sei o que é que ele tem na cara.” (SG, p 48).

Esta é a forma do sargento expressar sua dúvida, dizer que ainda não decidiu: compara as palavras do aliado e a atitude do inimigo, observa o preso atentamente e parece antecipar uma decisão. Mas ele é discreto no ir explicitando sua dúvida e as suas atitudes que daí derivam, a profissão ensina a ser taticamente manhoso. É tanto que, apesar de sua desconfiança, não titubeia ao se apresentar ao padre de Jopoaã:

“Getúlio, pois não. Getúlio de Acrísio Antunes, Antunes do pécidê, pécidê desse Sergipe, Sergipe desse mundão, mundão que está esquentando, esquentando que vai derreter, ora merda, seu padre; (...)”

Não deixa qualquer dúvida sobre o lado em que está, mas também não deixa de pontuar sua visão de uma conjuntura corrente, em plena mudança. Da mesma forma, em nada trai suas disposições, que talvez já elaborava, perante o chefe, ao relatar ao padre o confronto com a polícia na fazenda de Nestor Franco. Conversando com este, aliás, é informado de uma novidade, que não soubera por Eivaldo, o primeiro mensageiro do chefe: “Vem força, que peste é essa? Eivaldo não contou, disse Nestor, mas acho que a política entrou pelos contrários, mandaram buscar o homem.” (SG, p. 70). O sargento não só tem uma avaliação clara da situação de mudança na conjuntura como parte, na sua análise, das informações que vai recebendo. Sabe por Nestor Franco que vem força policial resgatar o preso; é informado pelo tenente desta força de que o governo vive uma situação de vigilância da imprensa,

da opinião pública e das forças federais, por isso não tolera arbitrariedades. Sabe, portanto, que ou mudou o governo ou mudou o comportamento deste. De modo que o PSD não manda sozinho, agora é cobrado a prestar contas. A certa altura da abordagem tensa, afirma o tenente, respondendo a uma provocação de Nestor Franco: “Não, disse o tenente, eu sou é desse governo mesmo daqui, o governo do senhor e desse sargento. Meu mesmo não, disse Nestor; só às vezes; às vezes nem é.”(SG, p.72). Nova informação da mudança o sargento recebe do padre de Japoatã, em casa de quem se hospeda, após a fuga da fazenda: o sargento pensa em decidir sozinho e levar o preso a qualquer custo; mas é informado de que vão chegar algumas pessoas para negociar uma saída. O padre antecipa que não é mais possível ao sargento levar o homem para Aracaju, certeza logo confirmada pelos emissários do chefe. Antecipa ainda ao sargento: “Não acredito que Antunes possa lhe sustentar.” Este reage instantaneamente: “Ah, isso não, se Antunes não me sustenta, o que é que me sustenta?” (SG, p 83). É neste episódio que ficamos sabendo que o padre, mais que o narrador, é um homem resistente às mudanças, incomodado diante da nova ordem, sentindo a perda de rumos.

Atingimos um dos momentos mais tensos do romance: a negociação entre o sargento e os homens enviados pelo chefe para resolver a soltura do preso. Os homens propõem que o sargento fuja, ele manobra, ganha tempo, mas já decidira; recusa qualquer acordo que o desvie da necessidade de ir até Aracaju. É isto mesmo: ir até Aracaju, entregar o preso e entrevistar-se com o

chefe vira necessidade para o cidadão Getúlio Santos Bezerra. Vejamos por quê. Enquanto espera uma decisão, o sargento aguarda na casa do padre de Japoatã, com indisfarçável impaciência, que os emissários apareçam. Pensa em várias maldades contra o preso, alvo imediato de sua irritação. Exaspera-se:

“Vou lhe dizer, uma pessoa pode ficar maluco, numa missão que não ata nem desata, e esses misteriosismos todos, não pode isso, não pode aquilo, por que não pode? Por que não pode, por que não pode? Tudo não pode, tem sempre algum para informar que não pode. Pois pode.” (SG, p. 91).

A fala do sargento não revela somente indignação. Revela sua avidez, sua vontade de conhecer por dentro o centro das manobras políticas, o centro das novas determinações. Mais ainda, sua fala indica um caminho para chegar a isto, indica que pode conhecer de onde se originam as mudanças: indo até o fim. Espera, mas já decidira o que fazer. Por isto mesmo faz-se de bobo, mistura impaciência e credulidade, representa sua própria teimosia. Numa palavra, finge. Diz até que não sabe conversar direito, mas dá uma aula de firmeza, esperteza e manobra, durante as negociações, chega a envolver até o padre:

“An-bem, fico, mas só até amanhã, depois eu vou, não sei conversar direito mesmo e só devo satisfação a uma pessoa, graças a Deus, e dessa pessoa nada ouvi até agora, a não ser o que ficam me dizendo, só que eu não emprenho pelos ouvidos. Tenho que ver, ali, pronto.” (SG, p. 93).

Os momentos que antecedem a negociação compõem uma narrativa tensa e de rara revelação do modo de pensar e de agir do velho sargento: ele está no meio de grave situação, faz-se centro de importante decisão, não sabe ainda com quem vai negociar, sente-se por um fio. Precisa pensar e agir rapidamente. Pensar, dialogar e decidir, na qualidade, ao mesmo tempo privilegiada e incômoda de *dono* da decisão, não era uma coisa fácil para o sargento, homem de ação, profissional de cumprir ordem. Aliás, numa conjuntura política delicada, a tarefa não é fácil para ninguém. Daí porque não podemos fazer uma leitura parcial e concluir pela teimosia infantil do narrador, ou por sua mentalidade bronca, incapaz de pensar situações novas. O sargento começa especulando sobre o centro do mando, sobre quem tem poder. Mede as coisas e verifica o seu lugar na engrenagem: é ou não sargento da polícia militar de Sergipe? Verifica que perdeu esse *poder*, que, no jogo político que vive, nada representa de importante. Conclui que é o cidadão Getúlio: “Não sou nada, eu sou é Getúlio.” (SG, p.94). Ora, como simples cidadão, Getúlio não teria mais missão a cumprir, poderia aceitar a alternativa que lhe ofereceram – soltar homem e fugir. Então por que ele insiste em sua *teimosia*? Somente porque, no seu raciocínio, permanece um termo constante, sua palavra empenhada ao chefe, sua responsabilidade perante este? Não cremos. E a surpreendente atitude do velho sargento nos dá razão, ilude o leitor desavisado: diz que não sabe pensar, e vai pensando; diz que não sabe decidir, e vai decidindo. Diz até que não gosta

das mudanças, mas sabe que elas existem e vai buscando e querendo compreendê-las:

“Chegasse lá, sentava, historiava e esperava a decisão. Era muito melhor. Assim como está, não sei. Não gosto que o mundo mude, me dá uma agonia, fico sem saber o que fazer. É por isso que eu só posso ter de levar esse traste para Aracaju e entregar. Tem que ser. Depois resolvo as outras coisas e tal.” (SG, pp. 94/95).

Primor de raciocínio no ato mesmo em que se processa: tem de decidir, duvida; tem de cumprir uma missão, segue adiante. Enfrenta a mudança; mesmo ela sendo desfavorável, sabe o narrador que é também inevitável. O que se pode ler como teimosia, como resistência à mudança, é uma decisão que parte mesmo da avaliação de que as coisas mudaram:

“Tu se lembra do chefe? esse também agora é deputado, eu acho, me mandou eu buscar esse traste em Paulo Afonso e agora vieram me dizer que não levasse mais ele para Aracaju, ordem do chefe. Não acredito nisso, tu crê? Possa ser, mas agora eu levo de qualquer jeito. Ontem eu disse que levava, hoje eu nem sei bem, porque me dá mesmo uma moleza isso aqui, mas como é que eu posso viver assim? É como eu digo: muitas vezes, numa hora como essa, a gente pensa que o mundo pára. Mas não pára nada, se sabe. Tem uma porção de gente se mexendo, e eu aqui no meio, parado. Mas parado como um peixe junto das pedras dum riacho, que se você quiser mexer perto ele dá uma rabanada e some.” (SG, pp.123/124).

As hesitações e ambigüidades da fala do sargento não

autorizam a sua avaliação como um homem alienado, por fora do que se passava à sua volta. Ele está num redemoinho de uma conjuntura política em mudança, difícil de avaliar para qualquer cidadão. A sua indecisão quanto ao cargo do chefe Acrísio Antunes (se chefe de polícia, se deputado, se as duas coisas) é plenamente justificável: como vimos na primeira parte deste capítulo, a situação histórica que serve de referência à narrativa, e por esta representada em sua complexidade, faz em curto prazo o cidadão passar de deputado a secretário e novamente a deputado.

Insistimos e anotemos a complexidade da resolução firme do narrador em conduzir o preso, a despeito de sua simplicidade aparente: por que persiste o protagonista em ir adiante? A resolução se torna mais complexa porque o narrador insiste em levar ao fim sua empresa mesmo percebendo que as mudanças o isolam, que os fatos lhe são desfavoráveis. Numa conjuntura de mobilização popular, de exigência democrática, as cobranças pelos direitos e pelas responsabilidades civis vêm à tona; formam um discurso que passa a circular livremente, após os períodos de arbítrio e de mando indisputado da força bruta. O sargento tem exata consciência disto. Quando reflete, antes de receber os emissários do chefe, avalia a repercussão da morte do tenente e acaba por revelar, de um lado, a prática histórica da violência, normal do ponto de vista de quem manda, e, de outro, a conjuntura de mudança, em que a intolerância do poder é apontada e o desprestígio da força bruta é visível:

“Ora, estou estranhando isso, nunca vi tanta besteira por causa de uma merda duma

cabeça de tenente cortada. Nem que fosse patente mesmo, que ninguém anda respeitando galão mais.” (SG, p. 93).

O sargento percebe que não tem alternativa após a fuga da casa de Nestor Franco. Não é outra a conclusão que ele tira: “Essas alturas, eu digo, essas alturas Sergipe inteiro já sabe que vosmecês estão aqui e que eu estou aqui.” (SG, p. 96). A partir das informações de Nestor Franco e do Padre, o sargento vai desconfiando de que está só, de que o chefe quer encobrir suas responsabilidades. A desconfiança vira certeza pelas informações dos emissários:

“O doido se levantou: sargento, olhe sargento, o problema é que foi um engano, sargento, um engano que foi mandar o senhor buscar o homem em Paulo Afonso. Agora temos complicação. Quem disse isso, foi o chefe? Foi o chefe que disse, não tem mais condição de cobertura, a coisa mudou. Foi o chefe que mandou o recado? Foi, foi. E por que não veio ele? An, responda essa. Não veio porque não quer deixar ninguém saber que foi mandado dele. Vem força federal, vem tudo. Então o senhor solta o homem e some e pronto. E o resto se ajesta em Aracaju.” (SG, p. 97).

O diálogo acima é o centro mais nervoso da negociação tensa. Uma a uma, as dúvidas do sargento vão sendo atendidas: foi o chefe quem disse que a missão foi engano; foi ele mesmo quem disse que não lhe podia mais dar cobertura; foi ele mesmo que não pôde vir para não comprometer mais ainda sua conduta

política. Apesar da clareza do recado e da proposta, o sargento desconfia, ganha tempo, pensa e não transige: ilude os emissários, faz crer a todos que acredita nas informações, diz que eles podem ir, o preso será solto logo que ele, o sargento, perceba que está em segurança, com os homens por longe: “Vosmecês me contaram que o chefe não quer mais saber disso, creio, creio. Assim sendo, eu posso soltar o homem, mas com vosmecês aqui não solto, de formas que espero vosmecês ir saindo na mesma paz que entraram e depois que vosmecês sair eu solto o homem e vou embora.” (SG, p. 98). O sargento hesita um tanto, reflete muito, mas não cumpre este trato:

“Não gosto dessa folia de recado, não é meu jeito. Mas possa ser que é verdade tudo, e então eu estou só no mundo, eu mais Amaro.”
 “Que foi que ele me disse? Me disse, me traga esse homem aqui, pelo menos meio inteiro.”
 “Agora, se eu tomo o recado e não levo o homem, fico sem graça e possa ser que nem seja verdade. Se eu levo, pelo menos vejo com meus próprios olhos, e morrer assim ou assado é a mesma coisa. Mas o chefe pode não gostar. Não sei. Não gosto.”
 (SG, P. 99).

O sargento pondera atos e fatos e conclui que há, no meio de tudo, “os espotismos e as ordens falsas”. E vai em frente na sua decisão. Sua intransigência não tem limites; sua recusa é radical, recusa-se a ser o único prejudicado na situação, recusa-se a ser um foragido: “Do mais, se vosmecês estão querendo que eu solte o homem e suma, é porque depois ele e vosmecês vão atrás de

mim, me arrancar dos infernos para me botar a culpa do negócio.” (p. 97) E como faz parte de um negócio em que não está sozinho, o sargento quer mais, quer compreender de perto por que foi um engano sua missão, quando, recorda bem, o chefe lhe incumbiu, com todas as palavras, de prender o homem que conduzia. Numa palavra, recusa-se a ser enganado; noutra, cobra responsabilidade, recusa ser o único culpado numa missão que tem muitos implicados, o chefe principalmente. É nessa situação que toma o rumo da casa de Luzinete, sua amante. Aí, vive o remanso de doce aprendizado comunitário, chega quase a admitir um filho que recusara sempre desde a morte da primeira mulher. Aprende a gostar de Amaro; empreende talvez o mais longo balanço da sua vida, faz um percurso interior de humanização. Mas não larga a idéia de ir a Aracaju e entregar o preso, única forma de compreender os desdobramentos que sua ação desencadeara e, assim, entender a história que protagonizava. História que não era somente sua, mas de todo o estado de Sergipe, da vida política de muita gente.

A certa altura do caminho rumo à casa de Luzinete, perto de Japarutuba, o sargento xinga o preso, considera suas atitudes e opina que ele “só dá para política de prosa”. (SG, p. 103). Ora, para quem estava no centro de uma ação política com desdobramentos imprevisíveis, imputado como culpado e percebendo que o chefe se esconde, “política de prosa” somente pode se opor à política de ação, em que os homens decidem, mandam e não se escondem. Há, portanto, uma distinção fundamental na sua visão do mundo político: de um lado, o

falseamento das decisões, o anonimato dos chefes e, de outro, a coragem de assumir os atos, que ele exige como atitude verdadeira. Com esta percepção, verifica que não tem alternativa, que não lhe resta lugar no mundo dos outros, num mundo político de mascaramentos. É quando decide atacar a delegacia de Japarutuba para roubar uma metralhadora. Sem dúvida que esta peça ajudaria na sua decisão firme de entregar o preso em Aracaju, embora ele nem acredite muito que haja uma arma dessa naquele destacamento, e apesar, também, de não enxergar, numa luta de escaramuças e negaceios, quase corpo a corpo, muita serventia numa peça como a metralhadora. Na verdade, o assalto é quase um ritual de mudança de credo: definitivamente, passa para o outro lado, não se considera mais um policial. Daí a falta de alternativa, porque não deseja passar de caçador a caça, não aceita ser um perseguido, um bode expiatório para mascarar a culpa de muitos. Ele assinala esta mudança, esta fina percepção da conjuntura e de sua decisão, a partir de um código de resistência próximo de sua experiência vivida, alternativo à atividade policial: “Antigamente, eu tinha raiva de cangaceiro, acho que até ontem, tresantonte, antes do antes, mas agora não tenho mais, que é que eu posso fazer. Pois podia ser do cangaço, depois, se tivesse cangaço. Como não tem fico aqui.” E o *aqui* é aguardar, na casa de Luzinete, a melhor oportunidade para levar o preso, protegido da perseguição que se vai estreitando. O cangaço é a medida de resistência e a compensação simbólica de uma força que o sargento busca arregimentar para substituir a força de que não dispõe mais, a

força de um policial a serviço de um chefe prestigiado. Imaginariamente, o sargento figura invencível cangaceiro, comanda um exército imbatível.

Já falamos das disposições do sargento Getúlio frente ao cangaço: sua indisposição, sua simpatia e a conclusão de que já não mais existia cangaço na forma como imaginava. Sem dúvida, uma pré-consciência de que a violência particular, em nome do poder individual, não se sustenta, tende a ser superada pela história. Lembramos, apenas, que o seu delírio de poder, ao imaginar-se comandante de um bando imbatível, tem referência concreta na história recente da região: as ações de Lampião, a fama adquirida e as manobras políticas em que se envolveu este chefe cangaceiro o conduziram a atitudes delirantes do ponto de vista do poder político institucional.¹⁹

Entre as alegorias do poder que imagina, porém, uma deve merecer mais atenção do que as fantasmagorias quixotescas. Imagina-se deputado, o que é mais próximo, por fazer parte do universo em que agia. Compõe uma imagem patética e grotescamente fiel do político autoritário, violento e rude. Apesar do insólito, a cena revela que o poder se exerce dispondo do corpo do outro, seja pelo controle das vontades, seja pelo aniquilamento direto.²⁰

“Aí quando eu chegasse na câmara com esse traste dali amarrado pelo pescoço, eu dizia a meus corligionários, olhe aqui esse presente e sabe o que é que eu vou fazer com esse presente? Vou enforçar esse presente para todo mundo ver, e enforcava ele no pé da mesa da sala. E dizia: esse

palmo de língua de fora eu dou à mulher do governador, que fala muito e nem repara. Esse pescoço quebrado eu dou aos doutores de medicina que é para ver como é um pescoço bem quebrado. Esses braços dependurados eu dou ao povo, que é para o povo me abraçar. Essas perna assim bambas eu também dou ao povo, que é para o povo andar. E por aí eu ia, dava o trempe todo e depois saía e ia na rádio difusora e botava um lenço no bolso e um duque de diagonal e sapato carrapeta marron e branco e ia jogar baralho a dinheiro.” (SG, p. 123).

O sargento identifica exatamente o centro do poder político; conhece que o chefe perdera o mando naquela conjuntura. Um poder exercido de maneira indisputada, somente com o assentimento de correligionários, a hegemonia, enfim, sustentada pela controle político das instituições e pela força policial arbitrária, porém inquestionada. E vai além da caracterização grotesca do poder político: assinala a maneira como este poder deveria ser exercido: diretamente, às claras, sem mascaramentos. Ou seja, na sua percepção, quem exerce o poder deve ser claramente identificável. Não deve mascarar sua participação, deixando a responsabilidade exclusiva aos outros; deve, sim, dividir a responsabilidade com os seus pares. É isto o que está dito na cena acima: o narrador reclama contra a ausência de um poder que se esconde impune, acovardado frente a uma situação que provocou. Por outro lado, ocorre que, para a compreensão que o sargento vai adquirindo do jogo político, a cobertura desse poder não lhe

interessa mais. Como não tinha ele mesmo nenhum poder, seu poder derivava do poder alheio. Conhece que, de qualquer maneira, era um subordinado, não dispunha de liberdade. Começa, então, a perceber a noção de liberdade, e lembra de que é capaz de decidir por si próprio, como fizera ao negociar na casa do padre: “Sendo eu cabresteiro, já tinha me livrado de tudo isso. Não tem ninguém por trás de mim, essas alturas.” Mas ele não mais deseja sujeitar-se ao cabresto de ninguém, tampouco quer viver como trabalhador de eito, semi-escravizado. A noção de honra, antes vaga e imprecisa, coloca-se agora como defesa da dignidade. E a única alternativa para isso era tirar a limpo as disposições do chefe, saber em que consistia o engano que fora sua missão; era verificar, por fim, qual a sua real situação naquele novo contexto: tinha de levar o preso a qualquer custo, porque crescia a necessidade de conversar com o chefe. Este sim, o seu maior desejo. Estas conclusões não chegaram ao sargento assim de uma vez. Chegaram a custo de muito pensar. Como tem de decidir sozinho o seu destino, sente necessidade de análise. E analisa muito bem o seu lugar naquele universo de violência e luta pelo poder.

“Eu era sargento, veja vosmecê, do enfiador do sapato até o emblema.” São estas as palavras finais do protagonista com relação à profissão anterior. Exatas e definitivas, com tais palavras abdica da hierarquia que lhe dava poder de mando e impunidade. Ele sabe que fora dado como desertor, era do interesse político que não mais integrasse a instituição militar. Mas uma coisa é ser exonerado, outra é excluir-se, assimilar a exclusão como recusa

da ordem social. É desse modo que o sargento se sente, porque avalia e conclui: “O que é que eu fiz até agora? Nada. Eu não era eu, era um pedaço de outro, mas agora eu sou eu sempre e quem pode?” (SG, p.141).

A imaginação delirante cede espaço a um raciocínio de uma lucidez desesperada como este. Aí não há dúvida quanto à recusa do protagonista em continuar uma relação vicária, pensada apenas pela vontade de outros. Nada mais revelador de sua formação até então, que ele expressa tão bem no modo de pensar e de falar. Dissemos que seu pensamento e sua linguagem são marcados pelo fragmentário, porque fragmentária é sua experiência, sua atividade profissional e, junto a tudo isto, sua percepção das coisas. Nada mais lúcido, porém, do que este auto-reconhecimento da fragmentação que fora sua vida até aquele momento: “pedaço de outro”, diz ele de si mesmo. E vai o sargento no seu percurso inexorável, porque sua recusa à alienação não lhe deixa alternativa. Claro que a tarefa que decide levar até o fim é demais para suas forças. Por um lado, passa a ser o único responsabilizado por uma prisão arbitrária, impossibilitando, com sua insistência, a resolução dos fatos a contento dos chefes políticos em desprestígio; por outro, é esta mesma determinação que, no limite, resultaria no desmascaramento do poder discricionário. Sua desistência da missão possibilitaria uma investigação pautada pela camuflagem de responsabilidades. Sua recusa a isso, pela determinação de ir às últimas conseqüências, é o melhor caminho para a verificação honesta dos crimes políticos que estão em torno daquela missão.

O sargento Getúlio sabe disto, verifica suas reais forças e contempla seu isolamento; então fantasia e delira. Somente com um exército fantástico, como o que imagina, poderia entrar em Aracaju e levar até o fim seu propósito. Assim termina o penúltimo capítulo, o sétimo.

Poderíamos encerrar aqui. Estamos bem pertinho de Barra dos Coqueiros, termo da viagem insólita que o sargento Getúlio empreende. Só, acossado por força policial numerosa, está à margem (emblemática a sua disposição espacial) do Rio Sergipe; está também à margem de Aracaju, onde tanto desejou chegar para compreender a história que co-protagonizava. Permanece, sobretudo, à margem nesta mesma história. Sua imaginação delirante assinala, então, a nota melancólica da sua própria derrota.

Com a lição do personagem, nos recusamos nós a achar que o fim está aí. O sargento, está visto, não completa sua missão, é derrotado à margem do rio Sergipe, mirando Aracaju. No entanto há, no capítulo final de sua narração, um diálogo que ele compõe com esmero, um diálogo que teria com o chefe, preparado com a certeza do seu vigor otimista, caso lhe fosse dado encará-lo. Diálogo que pode muito bem ser lido como nova profissão de fé, como sinal da *conversão*, da transformação que se operou no velho sargento. Mudança esta marcada pela lucidez com que ele passa a avaliar os papéis sociais que as pessoas representam na história política que o envolve, e que ele recompõe para compreender. Temos de acreditar neste diálogo imaginário como acreditamos, actualmente, na narração do sargento. Ou seja, para nossa leitura,

o diálogo é tão verossimilmente pertinente quanto toda a narrativa. Não é porque não se efetivou que sua existência perde importância no romance. Tem existência ficcional como todo o resto que, rigorosamente fora do universo da representação, não poderia ter sido contado pelo sargento, se concluíssemos, com o final do romance, pela morte do narrador. Aliás, este modo de narrar reforça nossa opinião de que a narração é um depoimento voluntário, uma conversa no calor dos acontecimentos. Não esqueçamos de repassar o diálogo final imaginado pelo narrador.

O sargento vai com o preso se aproximando de Barra dos Coqueiros, e compõe o cenário de sua chegada à capital. O primeiro sentimento que assinala é a sua indignação diante da covardia de que é alvo, a impostura dos que forjaram a situação política responsável pelo seu isolamento.

“De lá espio Aracaju e fico lá olhando, curtindo raiva e uma bela hora arrasto isso para lá, jogo no meio da rua e faço a entrega e espero. Entreguei, cambada de capadoços, entreguei. Agora quero ver. An-bem, nunca pensei no que eu vou fazer depois, comigo agora não tem depois.” (SG, p. 147).

A fala do sargento ainda reforça a sua opção única, a cobrança da co-responsabilidade de que o chefe quer se livrar; a defesa de sua dignidade. Imagina a melhor maneira de se apresentar em Aracaju:

“Mas na hora de chegar, pode ter uma mortalidade muito grande e aí se atrapalha-se as coisas, porque até vosmecê pode receber o seu,

no melhor do gosto, e vosmecê não vai assim não. Vai até a casa do chefe, que eu quero levar e quero olhar a cara dele e dizer: olhe aí sua encomenda, poder fazer o que quiser; por mim, pegava esse ordinário e aplicava um merecido logo, que aprontava as coisas, mas não tenho nada com isso mesmo. É isso que eu quero fazer, e quero botar as vistas bem dentro das dele que é para ele dizer na minha cara que não mandou buscar e aí eu digo a ele: quem o senhor mandou em Paulo Afonso, que eu me lembro, aqui mesmo nessa sala, quem o senhor mandou em Paulo Afonso, numa noite, aqui nessa sala mesmo, eu, Getúlio Santos Bezerra, tomando um vermute vermelho, que o senhor mandou para Paulo Afonso para buscar esse criaturo, não foi nem eu.” (SG, p. 151).

Aqui o sargento parece contradizer-se, mas é somente aparência mesmo: diz não ter nada com o desdobramento dos fatos quando sabe que está metido até o pescoço na história. Ambigualmente, o final do parágrafo parece negar o que todo o resto afirma; como a querer negar sua participação no uso da violência e do arbítrio. Na verdade, o que afirma com todas as letras é que o chefe o está implicando cada vez mais, livrando a cara para safar-se sozinho. Sua fala revela o jeito incomodamente ambíguo de sua inserção na história toda: ao mesmo tempo, dentro e fora da situação, no centro e à margem dos fatos. Incômodo que luta por superar invadindo o miolo das decisões. Analisa as reações do chefe: “Possa ser que ele diga oxente Getúlio, mas você não recebeu o meu recado, que é isso, Getúlio, vá sentando aí e vamos

resolver esse assunto, você é meus pecados, seu Getúlio. Uma coisa dessas.” À fala negaceada do chefe, o protagonista opõe sua convicção inabalada e desfaz a aparente contradição, o discurso de afirmação e de negação a um só tempo, como tática de melhor expressar perante o chefe a sua independência, a mudança de qualidade na percepção do uso da violência:

“Eu digo: o senhor não entendeu o que eu falei. Eu falei que o homem que o senhor mandou em Paulo Afonso – e me diga logo, mandou ou não mandou? Me diga logo, me diga logo! Mandei, seu Getúlio, mas a coisa correu diferente, vamos conversar. Após estou lhe dizendo que o homem que o senhor mandou em Paulo Afonso, numa noite aqui nessa sala mesmo, tomando um vermute, aquele homem que deixou o quepe pendurado nas costas de uma cadeira e pediu permissão para desabotoar a túnica e o senhor deixou e seu filho ficou olhando as duas cartucheiras e eu pedi um copo d’água e ele chamou a empregada e eu tomei a água e até na hora a barriga me coçou do lado e eu fiquei coçando e escutando, depois que bebi a água. Aquele homem que o senhor nessa condição, no hudso preto com Amaro, que nem estava lá na hora e estava dormindo na Chefatura ou olhando os crentes na rua duque de Caxia, que ele apreciava os cantos dos crentes, eu acho, pois então, aquele homem que o senhor mandou não é mais aquele. Eu era ele, agora eu sou eu. Hum, seja homem, sustente o seu, que eu sustentei o meu, tome seu pacote e não rode essa manivela desse telefone para chamar nada, que não adianta, porque eu vou atravessar essa porta, com sua licença, estimo recomendação a seus parentes, muito agradecido por tudo, qualquer coisa estou

às ordens, ainda não sei onde, muito prazer, passe bem, muito obrigado, viva nós, qualquer coisa estou na sua disposição, agora aquele cabo na porta é melhor que ele não me pare, estou lhe dizendo, doutor, não sou mais aquele que o senhor mandou para Paulo Afonso, eu era ele e agora eu sou eu.” (SG,p.152).²¹

Do começo ao fim da fala do protagonista, é inequívoca sua postura de cobrança e de independência frente ao chefe de polícia. Inequívoca também o seu conhecimento da mudança na conjuntura, razão porque exige que o chefe assuma a parte da responsabilidade que lhe cabe. Há ainda outra intenção claramente explicitada neste diálogo: atencioso e até polido, porém inflexível na sua determinação, o protagonista, mais de uma vez, diz estar à disposição do chefe; além da formalidade de ocasião, não resta dúvida de que, daí para diante, o relacionamento entre o narrador e o chefe seria em bases diferentes. No mínimo, com a divisão clara e prévia das responsabilidades, incluindo a cobrança pública em caso de negligência.

Para o velho sargento, agora outro homem, a sinceridade e a honestidade profissionais devem dignificar a vida. Para ele, missão e vida se confundem: “Tinha minha missão, isso tinha. E fiz. Tinha minha vida, isso também, e vivi (...)” (SG, p. 153). O caráter conseqüente de sua radicalidade é incompatível, naquela conjuntura, com a pretensão política do chefe Acrísio Antunes e seus aliados do PSD, homens de governo e mando. Sua honestidade batia na desfaçatez do jogo político autoritário, fechado à discussão

e à participação democrática. Ele agora falava linguagem diferente, recusara continuar sendo mero capacho. Por isso calcula a força policial que vem à sua captura e anota: “E só vem fardado, veja bem, coisa, não vem paisano para remédio com certeza, só vem mesmo os mandados, os mandadores não vem.” (SG, p.154). Por isso mesmo reavalia sua trajetória, buscando refazer o percurso de sua vida: “Quero ficar olhando muito Aracaju, curtindo minha raiva e pensando em minha vida e querendo saber o que é que faz tanto povo lá, amuntado lá, naquelas ruas grandes. Quando eu falo ninguém entende lá, quando um fala lá eu não entendo. É, depois disso, nunca mais eu piso lá.” (SG, p.153). Fica mirando Aracaju, o palco do seu desconcerto, o centro político fechado à sua participação, mesmo estando ele protagonizando fato histórico capaz de afetar a vida política do Estado. Percebe a inutilidade em tanta gente desgarrada, apesar de tão próximas no mesmo espaço físico. Parece especular sobre outra função para tanta gente, amontoada na cidade grande, enquanto o poder arbitra suas vidas. É quando sua indignação reencontra a dignidade; sua mudança de visão indica o lado da história em que deveria estar, o espaço social que deveria ocupar daí por diante. E esta convicção, adquirida ao longo de dura experiência, ganha a força de conduta programática, em momento de melancólica autocrítica: (...) “e tem tanta coisa que eu não pude fazer porque eu não sabia e o mundo inteiro parou aqui, hem Amaro?” (SG, p. 156).

“Eu era sargento, veja vosmecê, do enfiador do sapato até o emblema.”(SG, p.140) “Agora eu sei quem sou eu.” (SG, p.

154). Com estas palavras, de um agudo senso de auto-reconhecimento, o protagonista resume o percurso por que passara sua compreensão do mundo político a que servira: o sargento Getúlio vai adquirindo consciência de que o poder público é utilizado em benefício privado e de que, para a manutenção deste arbítrio, a violência é o meio eficaz. Claro que ele não chega de uma vez a esta análise. Primeiro, adquire a noção da *superioridade* pela vontade e aptidão físicas que tem, qualidades valorizadas pela instituição policial. Tudo isto resulta no exercício da violência como critério e modo de vida, como sobrevivência, literalmente, no sentido animal e social. Com isto, não queremos justificar o sargento violento; bem ao contrário, não desejamos é justificar a sociedade política de que ele faz parte. Deste ponto de partida até o ponto a que chega sua compreensão, sua experiência de vida, historicamente plena, esbarra a todo momento com um vazio – a extrema carência de uma vida política compartilhada, já que não chega a exercitar um diálogo político, sempre obliterado pelo mando autoritário dos chefes; sendo clivado o espaço político entre o povo e o poder.²²

Com relação à violência do poder local, vazio de lastro democrático, Walnice Nogueira Galvão situa um quadro da vida política da república que se reproduz na tensão narrativa do Sargento Getúlio:

“Via de regra, o governador prudente acatava de antemão o direito da força, só nomeando prefeitos que dispusessem de maior contingente de homens armados no município. Era a maneira de garantir a ordem, através do reforço

da opressão, e era também a maneira de garantir resultados favoráveis nas eleições, fossem elas legislativas ou executivas.”

“Este processo, originário no município, podia se encontrar a meio caminho com deliberações que vinham de cima. Quando um grupo já estava no poder há demasiado tempo, gerando insatisfações no grupo de oposição, o governo federal intervinha como aliado das oposições locais para dar a estas o poder.”²³

O mundo oligarca, em seu trânsito com os poderes nacionais, tal qual aí colocado, não passou despercebido a Graciliano Ramos, tão avesso às várias formas de autoritarismo: “Para pagar esse trabalhinho, a falsificação do voto que produzia o Governador e o deputado, o sindicato político da capital dava ao coronel da roça plenos poderes para matar, roubar, queimar, violar. A vontade do chefe do interior, quase sempre um analfabeto de maus bofes, não encontrava obstáculos.”²⁴

Com a experiência formada neste mundo, que agora se voltava contra ele para eliminá-lo, como já eliminara pessoas que lhe eram caríssimas, a persistência na missão faz parte de um esforço de compreensão e de enfrentamento que o sargento empreende, esforço maior que a vaga teimosia de um temperamento intempestivo. A recusa do sargento excluído vira convicção programática: sua recusa à perda da dignidade. Até mais: sua recusa é uma atitude radical de questionamento da violência privada acobertada pelo poder público. Aí, se encontra o ponto mais alto da virtude do velho sargento. Como desertor, continuaria a confirmar uma falsa idéia, repetida como verdade: indivíduos violentos

comprometem a vida social, daí sua iniquidade. Com a recusa, acusa a iniquidade da violência como instituto a serviço da política e da conquista privada do poder público. Sua recusa tem a virtude de desmascarar. Por isto é perseguido implacavelmente. Sabe que não há saída naquele *pequeno mundo* político.²⁵ O diálogo final é a promessa, a saída que não se efetiva. Sargento Getúlio cumpre um itinerário perdido e, do ponto de vista de sua individualidade, uma vida perdida. Interrompe-se a fala, corta-se o diálogo potencial da auto-avaliação mais sincera e honesta que o narrador empreende: a constatação de que os mundos, o da violência, atrasado, e o do poder que se quer moderno, estão mais imbricados do que desejaria o chefe Acrísio Antunes ou qualquer governante. A fala do narrador, no parágrafo final, entrecortada e ofegante, mimetiza, dramática e precisamente, o fim, o diálogo clivado, sua interrupção brutal. O velho sargento, por fim, quase chega a conhecer completamente que lutou do lado errado, que a luta era sua, porém noutra campo. Sabe mais, talvez mais que alguns de seus leitores, indicados neste trabalho. Com certeza, mais do que arriscariam declarar chefes políticos como Acrísio Antunes: sabe que, com sua derrota, a tempestade conjuntural passará mais rápido. Outros sargentos surgirão a mando de outros chefes para mascarar suas responsabilidades. Com faro atento, no diálogo que compõe localiza um cabo de polícia na casa de Acrísio Antunes. Como ele, aquele cabo seria outro sargento Getúlio: o cangaço teria chegado ao fim, ou sofisticado suas formas de permanência; ter-se-ia incorporado insidiosamente ao aparelho do estado, controlado pelo

poder de um grupo político; instalado como adjuvante do poder. Sua extinção talvez esteja apenas no discurso do poder.²⁶

O enredo de *Sargento Getúlio* se configura como um desses felizes momentos históricos que, de forte tensão conjuntural, resumem e definem a estrutura da sociedade que lhes deu expressão. Ou seja, seu enredo traduz uma conjuntura que explica a estrutura da sociedade que representa; o enredo, situação particular, confere à ação do romance uma natureza estrutural, como representação da sociedade que o romance tematiza. Desta forma, a história do sargento Getúlio não pode ser lida como o *choque* de cultura, como a existência de *dois mundos* historicamente incompatíveis. Essa idéia de confronto opõe o antigo ao moderno, além de justificar a exclusão: moderno é o que está do lado do poder, do controle do aparelho do estado; antigo é o outro, o inimigo que, fora do poder, disputa espaço político, os excluídos. O confronto, este sim, que existe mesmo como marca estrutural da nossa sociedade, está nas relações diretas de mando, no mesmo espaço de poder e de derrota, na exclusão como princípio político e social. O velho sargento expõe sem meias palavras um mundo só, no qual o arcaico e o moderno estão implicados, um é gerado pelo outro. O moderno nasce do arcaico e o recria a cada momento, dele e nele sobrevivendo.

Foi Levi-Strauss, em *Tristes trópicos*, quem lembrou o percurso do atalho que o Brasil fez “da barbárie à decadência sem conhecer a civilização”. Mas a própria constatação do pensador vai atestando a *construção da ruína* como marca desta mesma

civilização que se imaginava ausente. É a ambigüidade da presença e da ausência, do moderno e do arcaico, do progresso e do atraso, contraditoriamente no mesmo lugar. Antes dele, porém, Euclides da Cunha já denunciara o descompasso histórico do Brasil republicano. Em sua obra, encontram-se cara a cara os brasis que teimavam em não se olhar; nela, inscreve-se a alegoria do país como palco único, estreitamente ligado pela carência das relações democráticas de gerência social. Sua obra, enfim, lança a pergunta inescapável, resumida assim por Willi Bolle: “Na encruzilhada imaginária da Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, com a rua do Monte Alegre, em Canudos, é construída a obra de Euclides, levantando uma pergunta, aberta até hoje: onde está o centro e onde está a periferia da barbárie?”²⁷

Desse modo, atraso e progresso têm uma simbiose, complacentemente consentida, na estruturação do nosso modelo de desenvolvimento social e econômico; no funcionamento do poder político, entrando pelo modo de pensar e de agir das nossas classes dominantes.²⁸

Nada pode ser mais expressivo dessa simbiose, dessa ligação efetiva, no plano da composição literária do romance de João Ubaldo Ribeiro, do que a viagem do sargento Getúlio, motivo que estrutura a narrativa, viagem que é o lugar do depoimento que compõe sua história – viagem e discurso perfazem o romance, numa relação íntima de um narrador que se cria com a cartografia da afeição e da rejeição. Viagem é o entre-lugares, o percurso da busca, alegoria do percurso histórico a cumprir. E o romance,

potencializando a viagem como alegoria, recoloca em cena uma outra alegoria, não tão velha que não possa ser protagonizada pelos camponeses excluídos e perseguidos nos ermos do latifúndio, por tantos sargentos getúlios ainda na ativa: a viagem da caatinga ao litoral, que o narrador faz, ligando a mesma geografia, pode religar o passado ao presente; recupera a utopia de Antônio Conselheiro, da mesma forma que é revivida pelos agricultores sem terra de Eldorado dos Carajás, surpreendidos e mortos no meio do caminho, em sua viagem da mata ao mar.²⁹

Para nossa leitura, portanto, o sargento opera um salto de consciência, o mesmo a que chega outro militar, também em lida com jagunços e com eles se confundindo. Este militar é Zé Bebelo, que um dia se iludiu com o discurso político republicano para depois concluir: “Ah, este norte em remanência: progresso forte, fartura para todos, a alegria nacional! Mas, no em mesmo, o afã de política, eu tive e não tenho mais... A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro.”³⁰

A esta altura, aquela virtude de que fala o romance, antes mesmo de iniciado, somente poderá estar no percurso de transformação, na travessia do sargento Getúlio. Neste percurso, ele é um bandido; mas é também um cidadão que cobra dignidade, ao perceber que a mudança da ordem não significa mudança de nada; recusa a nova ordem porque ela é velha. Vira então outro homem em busca de outro lugar na história, mesmo compondo a história de uma derrota.³¹

Notas

Viajar e punir: virtude e experiência:

1. “Não temos na língua portuguesa um equivalente exato para o termo; mas a palavra ‘virtude’, na sua acepção não acentuada pelo uso puramente moral, e como expressão do mais alto ideal cavaleiresco unido a uma conduta cortês e distinta e ao heroísmo guerreiro, talvez pudesse exprimir o sentido da palavra grega.” É assim que o *Paidéia* começa a falar de *arete*. Depois completa, dizendo que a noção tem origem no ideal de educação da nobreza helênica, da aristocracia antiga dos tempos homéricos. *Arete*, portanto, é a virtude e a honra da nobreza: “Ao contrário, o homem comum não tem *arete* e, se o escravo descende por acaso de uma família de alta estirpe, Zeus tira-lhe a metade da *arete* e ele deixa de ser o que era antes. A *arete* é o próprio atributo de nobreza.” E conclui: “Senhorio e *arete* estavam inseparavelmente unidos. A raiz da palavra é a mesma (...)” JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. Trad. de Artur M. Parreira; adaptação para a edição brasileira de Mônica Stael; revisão do texto grego de Gilson Cesar C. de Sousa. 3. edição, São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 25,26.

Stella Costa de Mattos faz uma leitura do *Sargento Getúlio* a partir do seu vínculo com tradição épica e do aproveitamento que ele tira da tragédia clássica, colocando o romance como caudatário de contribuições que vão do *Édipo Rei* ao *Rei Lear*. Inclusive, em favor de sua leitura, a autora traz à cena textos do *Hamlet* para comparar com estruturas sintáticas e narrativas do romance de João Ubaldo Ribeiro. Não conhecíamos este trabalho ao fazermos nossa análise, concluída em maio de 1996; somente em dezembro é que lemos a dissertação de Stella Mattos. Mas mantemos nossa leitura, mesmo agora (ainda dezembro) ao revisar o capítulo sobre *Sargento Getúlio*: cremos que o romance tem referência histórica e estética mais próxima - a história política recente, na sua versão nacional e local; e a contribuição crítica de obras que vão de *Os sertões* a *Grande sertão: veredas*. Cf. Mattos, Stella Costa de. *Sargento Getúlio - Uma história de aretê*. Porto Alegre: PUCRS/ BCE, 1985. (Dissertação de mestrado).

A experiência acumulada pelos homens, sobre o uso da punição e da violência, é estudada por Michel Foucault em *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987. Neste estudo, o pensador francês pesquisa a institucionalização da

violência pública e sua passagem para formas mais distanciadas de punição, propiciando práticas veladas e particulares de violência contra o corpo dos condenados.

2. A citação é de José Hildebrando Dacanal, no prefácio *Sargento Getúlio*, abreviado para SG, ao longo deste nosso trabalho. *Sargento Getúlio*. 3. edição, Rio de Janeiro: Artenova, 1978, p. 10. Este prefácio já fora publicado como capítulo de livro do mesmo autor - *Nova narrativa épica no Brasil*. Porto Alegre/ Brasília; Sulina/INL, 1973.

Laranjeiras foi importante centro produtor de cana-de-açúcar e de frutas. No período representado no romance - anos 40 e 50 - está em decadência.

3. "Até os dezoito anos gastei muita enxada ganhando cinco tostões por doze horas de serviço. Aí pratiquei o meu primeiro ato digno de referência. Numa sentinela, que acabou em furdunço, abreequei a Germana, cabritinha sarará danadamente assanhada, e arrochei-lhe um beliscão retorcido na popa da bunda. Ela ficou-se mijando de gosto. Depois botou os quartos de banda e enxeriu-se com João Fagundes, um que mudou o nome para furtar cavalos. O resultado foi eu arrumar uns cocorotes na Germana e esfaquear João Fagundes. Então o delegado de polícia me prendeu, levei uma surra de cipó de boi, tomei cabacinho e estive de molho, pubo, três anos, nove meses e quinze dias na cadeia, onde aprendia leitura com Joaquim Sapateiro, quem tinha uma bíblia, dos protestantes." (RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*; posfácio de João Luiz Lafeté. 3 edição, Rio de Janeiro: Record, 1978, cap. 3, p. 13.)

Dos crimes que pratica, o sargento diz, com palavras suas, o mesmo pensamento de Riobaldo: "A velha questão da responsabilidade atormenta Riobaldo; ele recebeu ordens e deve cumpri-las; por isso, se exime da responsabilidade e da culpa? 'O senhor acha que é natural? Osgas, que a gente tem de enxotar da idéia: eu parava ali para matar os outros - e não era pecado? Não era, não era, eu resumi: - Osgas...'" (GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: veredas*. 2 edição, São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 112).

4. Sobre a base religiosa da punição à pessoa que comete adultério, diz a Bíblia: "Se algum (homem) se tornar réu de fornicção com a mulher do outro, e cometer adultério com a mulher do próximo, sejam punidos de morte, assim o adúltero como a adúltera." (*Bíblia Sagrada*.

Trad. da vulgata e anotada pelo Padre Matos Soares. 9. edição, São Paulo: Edições Paulinas, 1955. “Levítico”, 20,10. O “Levítico” integra o *Pentatêuco*, que forma o conjunto dos cinco livros das leis, no Antigo Testamento.

Sobre honra e tradição, conferir Renato Janine Ribeiro, em *A etiqueta do antigo regime - do sangue à doce vida*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Anota o autor que a honra, na tradição ocidental, está ligada ao campo sexual, à reputação da esposa e das filhas, daí ser a honra do homem a “mais perigosa”. A honra, ademais, é particularmente cultivada nas ostes militares, entre os que têm as armas como profissão. Na verdade, a luta pela reputação implica nas relações pela conquista do poder.

Kathrin H. Rosenfield, em seu ensaio sobre *Grande Sertão: veredas*, escreve sobre a presença feminina no romance: “A ‘regra de ferro de Joãozinho Bem-Bem’ - o celibato em nome da valentia - não significa apenas o destino trágico do mais corajoso dos jagunços, mas também a figura poética de uma falha fatal do sertão. Nela aparece a incapacidade de conceder ao feminino, ao universo simbólico da mulher, o seu devido lugar.” (ROSENFELD, Kathrin H. *Os descaminhos do demo: tradição e ruptura em Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Imago Editora; São Paulo: Edusp, 1993, p. 75). Esta pode ser uma verdade para algumas representações da mulher, para alguns textos. Cremos que é por demais temeroso afirmar que este seja o pensamento *do sertão*. No limite, talvez seja este o modo de pensar de nossa sociedade em seu conjunto. Na literatura, ao menos, não é assim que age Fabiano, por exemplo. O próprio sargento Getúlio, submetido a essa “regra” por muito tempo, opera uma superação, ao compartilhar breve convivência com Luzinete, brutalmente interrompida.

5. Ainda Renato Janine, no mesmo livro citado acima: “A recordação faz parte de qualquer concepção mais exaltada de honra.” Aliás, é este processo de recordação como avaliação do prestígio e da honra o responsável por grandes momentos da literatura, em textos como “A hora e a vez de Augusto Matraga”, *Grande Sertão: veredas*, para ficar somente com G. Rosa. Nas andanças de Matraga e nas perquirições de Riobaldo (ou do sargento Getúlio), o que está no centro é a busca da fama, do mando, do poder enfim.

Ver o ensaio “Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa” em: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

Cf. Jaime Ginzburg, “A violência em *Grande sertão: veredas*” em: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: número 34,

1992, p. 90. É importante, neste particular, a leitura de *As formas do falso*, de Walnice Nogueira Galvão. A reflexão de que fala o ensaísta acima está na página 18 da 2 edição, Editora Perspectiva, 1986.

6. Arendt Hannah. *Sobre a violência*; tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Alfredo Bosi, "O nacional e suas faces" em: V.V.A.A. *Eurípedes Simões de Paula: in memoriam*. São Paulo: FFLCH-USP, 1983, p. 37.

7. José Hildebrando Dacanal, ensaio citado, p. 16.

8. As palavras de Leandro Maciel estão em RIBEIRO, J. Freire. *Leandro Maciel perante a história*. Aracaju: Livraria Regina, 1955, p. 46.

Em discurso de denúncia contra os crimes políticos praticados em Sergipe, no início dos anos 50, o Sr. Afonso Arinos, presidente nacional da UDN, revela, entre outras formas de proteção a policiais criminosos, a ligação direta ao chefe de polícia: "O soldado Jonas Lino da Costa, envolvido em vários crimes, em Sergipe, inclusive no assassinato de Agapito Silva, membro do Diretório Municipal da UDN de Aracaju, deixou a polícia, entrando para a guarda civil e é, no momento, membro guardacostas do chefe de polícia." (*Correio de Aracaju*, 27 de junho de 1953.

9. Na revista *Isto é*, de 01 de junho de 1983, lemos: "Os sargentos - segundo João Ubaldo, 'fascinantes facinoras' - freqüentavam sua casa e cumpriam ordens de seu pai, político de Aracaju. Faziam, ele lembra, indiferentemente o matador ou o pajem." (Matéria assinada por Marta Góes, p. 61).

Quanto às declarações e informações biográficas de João Ubaldo Ribeiro e de seu pai, conferir entrevista do romancista à *Folha de São Paulo*, de 02 de outubro de 1977: "Realmente, '*Sargento Getúlio*' é um livro que se deriva da minha vivência de infância. Então, meu pai é um homem, é um intelectual, um homem de uma dimensão intelectual bastante elevada, realmente. Não é um homem capaz de ser facinoroso como o chefe que tem lá no '*Sargento Getúlio*', mas, na realidade, aquilo é o processamento, na minha cabeça, de tudo aquilo que eu vivi na infância porque eu vivi, realmente, em companhia de sargentos da Polícia Militar de Sergipe, por que meu pai foi... (...) Foi chefe de Polícia duas vezes." Ainda sobre a aproximação entre o autor e o sargento Getúlio, na sua infância, ver o *Jornal do Brasil* de 03 de junho de 1978.

A certa altura da mesma entrevista, acrescenta João Ubaldo

Ribeiro: “Havia. Havia um sargento Getúlio. Na realidade, a figura que eu penso, quando escrevi o *Sargento Getúlio*, a figura física que eu imagino é de outro sargento, que também aparece no livro, chamado Tárccio. (...) Esse sargento era alagoano, sargento Tárccio, que era um dos sargentos do meu pai, digamos assim, que também era alagoano. O sargento Getúlio, o verdadeiro Getúlio, não tinha muito a ver com a personagem, a não ser no nome, porque esse sargento era meu favorito de infância?” (Folha de São Paulo, 02 de outubro de 1977). Falando da composição do seu romance, o autor explica onde foi buscar sua matéria: “- Daí por diante, todas as lembranças da minha infância, quando morava no interior de Sergipe e meu pai era Deputado Federal pelo PSD, começaram a se processar.” (*Jornal do Brasil*, 09 de abril de 1983, caderno B, p. 10). A ligação entre romance e experiência histórica testemunhada e soberbamente confessada, até ganhou mundo, como na entrevista do autor a *La Quinzaine Littéraire* número 484, de abril de 1987: “Dans *Sergent Getúlio* - un roman également très engagé - j’ai poursuivi cette sorte d’autobiographie fantasmagorique, mais avec plus de distance. C’est un peu un retour à mon enfance, à l’univers du Sergipe (un petit Etat au nord de Bahia), sa brutalité, son primitivisme, auquel j’ai donné une portée plus large - éthique, politique.”

10. Ver o *Jornal do Brasil* de 03 de junho de 1978 e de 09 de abril de 1983.

11. Conferir revista a *Isto é* de 01 de junho de 1983, p. 61.

12. “O livro se deriva da vivência de infância, em Sergipe, mas João Ubaldo rejeita a idéia de uma biografia do próprio pai, chefe de polícia nesse período. Seu pai, explica, era um intelectual incapaz das atitudes de Getúlio.” (*Folha de São Paulo*, 11 de novembro de 1984.)

À *Tribuna da Imprensa* de 16 de julho de 1988, o romancista declara, em entrevista a Mauro Trindade: “- Nasci na Bahia de pai alagoano e mãe baiana, de família tradicional desta ilha, Itaparica. E meu pai, o coronel Ubaldo Osório, um homem muito patriota, escrevia sobre a ilha, exigiu que eu nascesse em Itaparica. Então minha mãe foi ter na ilha e depois voltou para Sergipe, onde meu pai era pretor.” Informação da mesma natureza está repetida em matéria da revista *Playboy*, de abril de 1991.

13. Para uma caracterização geral dos partidos oligárquicos, ver

CARONE, Edgard. *A república liberal - I (Instituições e classes sociais, 1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985, p. 292 a 311. No caso da história de Sergipe, é indispensável o importante trabalho de DANTAS, Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 153 a 270.

14. Cf. Zerrafa, Michel. *Romance e sociedade*; trad. de Ana Maria Campos. Lisboa: Editora Estúdios Cor, 1974, p. 64)

15. Cf. o livro acima citado do professor Ibarê Dantas, p. 217.

16. Cf. o ensaio já citado de Dacanal. Destacamos, entre os estudos que seguem esta direção, o ensaio de Malcolm Silverman – “As distintas facetas de João Ubaldo Ribeiro”, em *Moderna ficção brasileira 2: ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 89 a 109.

17. *Correio de Aracaju*, 27 de fevereiro de 1950. O mesmo texto foi primeiramente publicado no Rio de Janeiro pelo *Diário de Notícias*, em 26 de fevereiro de 1950. O artigo lista a avassaladora ocupação dos vários cargos públicos pela facção que detém o poder – o PSD, nada escapando ao seu controle político, exercido pela força.

18. “ ‘Processo de produção’ é apenas o nome do conjunto de traços que as condições de produção deixaram no textual, na forma de operações discursivas.” (Verón, Eliseo. *A produção de sentido*; tradução de Alceu Dias Lima e outros. São Paulo: Cultrix, 1980, p. 106.) É do mesmo autor a opinião de que a dimensão ideológica é inerente à elaboração discursiva e não característica de um tipo de discurso, seja ou não o do poder. (Cf. op. cit. p.109)

19. Nos anos 40, o PCB era referência absoluta no campo da oposição ao poder central, chegando a conquistar a adesão e a simpatia das classes populares, principalmente nos centros urbanos.

Durante os meses de setembro e outubro de 1945, o *Correio de Aracaju* publica denúncias da oposição contra os abusos da interventoria, ligada ao PSD. Na conjuntura pré-eleitoral, são acusados o uso dos cofres públicos, de automóveis oficiais, além das ações violentas e arbitrárias praticadas por delegados do interior de Sergipe.

Correio de Aracaju, 28 de março de 1947. Ver ainda WINNE, Pires. *História de Sergipe, 1930-1972*, vol. II. Rio de Janeiro, Ponjetti,

1973, p. 172, 173.

“Em Sergipe, onde o partido (PCB) já contava com uma influência ponderável, as reações se desencadearam desde a cassação do seu registro pelo TSE, em maio de 1947. Na tribuna da Assembléia, o deputado Armando Domingues leu o recurso interposto pelo partido, ao tempo em que protestou contra a decisão do TSE, sendo aparteadado por situacionistas, como Manuel Ribeiro, que tentavam justificar o ato.” (Ibarê Dantas, op. cit. p. 185.

“Cassado o registro do partido e estabelecida a intervenção em alguns sindicatos, desenvolveu-se a montagem do processo para a cassação dos parlamentares. Contra esse estado de coisas, o partido organizou manifestações nos principais centros urbanos do país. Em Sergipe, um comício pacífico, marcado para 1. de dezembro, foi proibido pelo governo estadual. Além de não autorizar a realização, o Secretário de Segurança mandou desmontar o palanque e fez circular carro com altofalante, pedindo ao povo que não comparecesse ao evento. Determinados, os comunistas resolveram realizá-lo de qualquer maneira, transferindo-o para a frente do cine-teatro Rio Branco. O esquadrão de Cavalaria investiu conta a massa no sentido de dispersá-la. Na investida, um tiro atingiu um militante comunista, Anísio Dário, que logo faleceu, enquanto vários dos seus correligionários foram presos.” (Idem, ibidem, p. 185)

A posição da igreja é ostensiva: “A UDN preferiu ficar com o comunismo a ficar com a igreja. Por isso, os católicos não podem votar nos candidatos da UDN. Quem não está com a igreja está contra ela.” (*Correio de Aracaju*, 29 de janeiro de 1947. Havia mais sectários, além do velho sargento.

20. Tânia Pellegrini em *Gavetas Vazias: ficção e política nos anos 70*. São Paulo: Edufscar - Mercado de Letras, 1996, p. 23.

Segundo Jacques Le Goff: “O romance não é produzido para descrever a sociedade e ele não a reflete, pois é parte dela.” (Esta citação está em: Teles, Gilberto Mendonça. *A escrituração da escrita: teoria e prática do texto literário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 355. O autor não anota de onde tirou a informação que põe como epígrafe de um capítulo sobre a ficção).

21. A declaração do Sr. João de Araújo Monteiro, secretário de segurança à época dos acontecimentos comentados, foi dada em entrevista a Ibarê Dantes, em 05 de agosto de 1987 (op. cit., p. 211)

22. Tânia Pellegrini, Op. cit. p. 23.

23. Cf. Ibarê Dantas op. cit., p. 187 a 190.

24. “Contudo, o maior complicador de sua administração (a de Arnaldo Rolemberg Garcez – 1951/1955) foi o atendimento ao pedido de setores do exército para realizar uma sindicância, em Sergipe, dentro da onda repressiva promovida por militares anti-varguistas.” (Ibarê Dantas, op. cit., p. 196).

25. Idem, ibidem, p. 196, 197. Ainda sobre a repressão ao movimento sindical, ver o jornal *A Verdade*, 13 de maio de 1951.

26. Desastrosa intervenção com ranço oportunista e pela prática detestável: “No curso do processo, os presos foram submetidos a longos depoimentos, entremeados não raras vezes de tortura. Além dos atos de violência e a imposição de constrangimentos aos prisioneiros, oficiais do exército encarregados da operação estenderam seus abusos até o comércio de Aracaju, realizando compras que jamais seriam saldadas.” (Idem, ibidem, p. 197). A pilhagem não é recurso apenas das “multidões enfurecidas”, é também dos disciplinados homens da *ordem*, treinados e pagos para *defender* a pátria.

27. “Conta-se que a vítima do assassinato, Agapito José da Silva, havia agredido o Dr. Manuel Ribeiro, quando este deixou pela primeira vez o cargo de Secretário de Segurança Pública. Na sua segunda gestão, fora substituído por Pedro Barreto de Andrade, que teria se desentendido com o mesmo Agapito, dando margem a comentários. O jornal da UDN, ao noticiar o crime, afirmou que o então Secretário de Segurança Pública havia trazido do Rio de Janeiro três policiais, mas não explicou para quê...” (Ibarê Dantas, op. cit. p. 217).

Sobre o envolvimento dos nomes de autoridades do PSD em crimes políticos, conferir ainda o *Correio de Aracaju*, 29 de setembro de 1952. Nos anos 50 se acentuou tanto o clima de violência em Sergipe, que este mesmo jornal, em 13 de abril de 1951, indagava em manchete - Quem morrerá amanhã?

28. Discurso de denúncia do Sr. Afonso Arinos, presidente nacional da UDN, na Câmara dos Deputados: “Tenho fornecido, pela seção do meu partido naquele Estado, uma lista de ocorrências que, sem

qualquer comentário, são suficientes para demonstrar até que ponto impera, em Sergipe, a lei do trabuço, a lei do terror.

Em rápida leitura, poderei dar conhecimento à Câmara de vários episódios, todos eles referentes a indivíduos que fazem parte da Força Policial do Estado, na sua maioria criminosos de direito comum e que continuam o exercício de atribuições da Polícia Estadual, em pleno exercício, em diferentes municípios do interior

‘O sargento Jaime de Jesus matou um cidadão em Japoatã. Está à disposição da Secretaria de Segurança Pública.

O soldado Manuel Barbosa dos Santos atirou num civil na praça da Catedral, em Aracaju, ferindo-o mortalmente. Acha-se à disposição da Secretaria de Segurança.

O sargento Gilberto Francisco dos Santos, quando destacava em Cristinápolis, baleou dois filhos do tenente reformado Ulisses Vieira dos Santos, elemento prestigioso da UDN local. Continua na polícia.

O sargento José Raimundo de Brito atirou num civil de “parabelum”, numa pensão, em Aracaju, tendo sido, logo depois, nomeado delegado de Polícia no interior do Estado. Na cidade de Riachuelo, atirou, ferindo gravemente, o ex-sargento Tasso.

O soldado José Sérgio de Santana matou um civil de Tobias Barreto e lá continua destacado.

O soldado Jonas Lino da Costa, envolvido em vários crimes, em Sergipe, inclusive no assassinato de Agapito Silva, membro do Diretório Municipal da UDN de Aracaju, deixou a polícia, entrando para a guarda civil e é, no momento, membro guarda-costas do chefe de polícia. O tenente Amintas Barreto, juntamente com o sargento Erasmo da Silveira Linhares, matou, na cidade de Canhoba, o comerciante Adilson ferreira. Não houve processo, o tenente foi promovido e o sargento foi reformado para ser depois nomeado delegado no interior.

O sargento José Batista Santana matou em Siriri o chefe do PTB local de nome José Maurício. Continua na Polícia Militar e está como auxiliar na guarda penitenciária.

O sargento Fraga matou Djalma Oliveira em Frei Paulo, acompanhado do destacamento policial. Foi reformado e continua a serviço da Polícia Civil.

O soldado João José de Araújo feriu um civil a faca, no interior de Simão Dias. Ele e seu companheiro de destacamento continuam na Polícia.

O soldado Leonel e o subdelegado de Aquidabã mataram um lavrador, nas proximidades da cidade de Aquidabã. Não houve punição.

O soldado é um facínora conhecido e continua na polícia Militar, destacado na cidade de Canhoba.

Em Capela foi assaltada uma residência, sendo assassinadas quatro pessoas, ficando constatadas as presenças de soldados da Polícia e de uma guarda civil.

Em Propriá o cabo Aparício Gomes e uma patrulha do destacamento balearam de fuzil duas pessoas, pai e filho. Os criminosos continuam no destacamento.

O subdelegado de Samambaia e um soldado do destacamento prenderam o cidadão Anacleto, arrancando-lhe as unhas para conseguirem uma confissão. Anacleto faleceu, o subdelegado não foi demitido e o soldado continua no destacamento.

E Itabaiana, o maior colégio eleitoral do Estado, mantém um cidadão dentro da casa do prefeito, que é udenista. Os criminosos não foram presos e são vistos na cidade a ameaçar o juiz de Direito, que decretou a prisão preventiva.

Em Salgado, cidade balneária do Estado, são assassinados, em plena sessão, dois vereadores da UDN. O grande destacamento local, comandado por um tenente, afastou-se de Salgado, na manhã do crime.

Aí estão, senhor presidente, os fatos relatados na sua terrífica nudez, na sua simplicidade bárbara, na sua singeleza verdadeiramente espantosa.

O Sr. Amando Fontes – Sergipe seria, realmente, um Estado bárbaro, se todos esses fatos referidos por V. Excia. fossem a expressão da verdade. Mas veja V. Excia.: aí se diz que fulano matou, que sicrano atirou em alguém. Entretanto, Sergipe não é só o Poder Executivo. Lá existem o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, que funcionam com inteira independência, como V. Excia. sabe; por causa de uma mandado de segurança, requereu-se a intervenção federal, em Sergipe, de maneira que o Poder Judiciário estaria acumpliciado com o Governo do Estado, se todos esses crimes não fossem levados à barra dos tribunais. Não conheço as pessoas referidas por V. Excia. - sargento, soldados, etc. Posso, porém, dar referência a um nome, o de alguém que atirou no sargento Tasso, dizer que a informação que tive foi a seguinte: O sargento Tasso atirou num outro sargento da Polícia, na cidade de Riachuelo, quando este estava fazendo a barba, e este, depois de ter-se recuperado fisicamente, tornou à cidade de Riachuelo e procurou o sargento Tasso para vingarse. Assim vieram os fatos ao meu conhecimento.

O Sr. Luis Garcia – O deputado Amando Fontes realmente pouco

convive em Sergipe e não está a par dos acontecimentos; não conhece quase as pessoas envolvidas, no Estado, nessa grande luta política que lá se está travando. Dou razão a V. Excia. e o desculpo por ignorar os fatos. Mas tanto o Poder Judiciário se vê impotente para proibir esses abusos e punir os criminosos, que acaba de pedir força federal ao Supremo Tribunal para garantir decisões suas, uma das quais determina a prisão preventiva de sargentos e soldados de polícia da cidade de Itabaiana.

O Sr. Amando Fontes – Esses sargentos e soldados que cometeram crimes fugiram; são desertores da polícia. Foi publicado edital, assim declarando. Não se pode inculpar o Governo do Estado porque esses homens não foram ainda presos. Agora, quero dizer a V. Excia. o seguinte: quando o Estado de Sergipe conseguiu efetuar a prisão, através da polícia de Pernambuco e de São Paulo, de cinco bandidos que, em Sergipe eram membros executantes das ordens do sindicato de morte, foram advogados do partido de V. Excia. que requereram *habeas-corpus* para pôr em liberdade esses homens. E, não contentes com isso, em seus automóveis particulares, foram receber à porta do tribunal e deram-lhes lugar. Assim se contam os fatos, em Sergipe.

O Sr. Luís Garcia – É que – permita o nobre orador mais esta intervenção – estavam esses criminosos na penitenciária do Estado, passando a bacalhau sem água – V. Excias., Srs. Deputados, podem registrar – a fim de que a polícia arrancasse deles confissão que lhes incutia no espírito, para incriminar possíveis mandantes de crimes com que ela, a polícia, queria acobertar-se.

O Sr. Amando Fontes – Vê V. Excia. que o fato por mim narrado é verdadeiro. (*Correio de Aracaju*, 27 de junho de 1953)

29. Além deste expressivo relato, o jornal *Correio de Aracaju*, de 23 e 27 de junho de 1953, e de 19 de janeiro de 1954, divulgou matéria sobre a repercussão dos crimes de Sergipe na capital federal e sobre as iniciativas da sociedade civil sergipana contra a violência no estado.

A expressão “dualismo enfraquecedor” aparece na avaliação daquela conjuntura feita por Ibarê Dantas. Op. cit. p., 200, 201.

Manuel Ribeiro é substituído, na sua segunda gestão como Secretário de Segurança Pública, em 1952, justamente pela interferência do deputado federal Leite Neto, de quem era inimigo político (cf. Ibarê Dantas, op. cit., p. 195.)

30. O clima de comoção, com a morte de Vargas, atingiu várias cidades brasileiras, as capitais especialmente. Houve manifestações

populares contra os inimigos de Getúlio, iniciadas mesmo no Rio de Janeiro, capital da república. Cf. Ibarê Dantas, op. cit., p. 204 e 221. Ver ainda: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. edição, São Paulo: Editora da USP/ Fundação do Desenvolvimento da Educação. 1995, p. 417 a 419: *Nosso Século* (1945/1960: A era dos partidos - 1. parte (vol 7). São Paulo: Abril Cultural/ Círculo do Livro, 1988, p. 150 a 155.

Cf. Stella Costa de Mattos, trabalho citado, pp. 111 e seguintes. Não queremos a pretensão de substituir a leitura de Stella Mattos; nem aqui nem quanto ao referido na nota 1. Queremos somente marcar a diferença nos modos de ler o mesmo livro no tocante às suas motivações históricas.

31. Vejam-se o relato e a avaliação seguintes sobre a violência do período:

“O prefeito udenista de Ribeirópolis, Josué Modesto dos Passos, é assassinado. Os pessedistas locais – os Ceará – são acusados de autoria intelectual. Há recrudescimento de prisões, fugas, violências por todo o Estado. Instaura-se o duro processo de homicídio. Sou com Pedro (Barreto) os advogados dos réus. Travamos, então, terrível combate, denunciando novas arbitrariedades e crimes contra indiciados, ou simples amigos de Pedro Barreto, considerados seus capangas, ao tempo da Secretaria de Segurança.”

“No quadriênio, na Assembléia Legislativa, um fato grave denunciado sucede outro em Itabaiana, Ribeirópolis, Boquim, Lagarto, Japoatã, etc. Depois vem a posse de Baltasar Francisco dos Santos, processado como co-autor do crime de Ribeirópolis, e por isso foragido, homiziado em Serra Negra, Bahia. Baltasar, nosso primeiro suplente de deputado, após a morte do deputado Martinho Guimarães, teria de assumir o mandato. Não podia, porém, sem risco de morte ou prisão, aparecer em Sergipe. De Salvador, por ação de Manoel Ribeiro, requereu segurança perante o Supremo Tribunal Federal. De posse da segurança, viria assumir mandato. Uma tarde, Pedro me comunica: ‘Amanhã Garcez Dória e eu vamos de automóvel buscar Baltasar em Serra Negra.’ Chegaram de madrugada, escondendo-o na casa do sogro, o Sr. Mesquita. A notícia, parece-me, se espalha. Comunicamos o fato ao Presidente da Assembléia, o cel. Francisco Porto, velho e honrado político sergipano, amigo do governador e que, com dignidade e sem subserviência, presidia o Legislativo. Então, chegando de surpresa, Baltasar consegue tomar posse. Há tumultos, tiros na praça depois, mas tudo volta à normalidade”... (Manoel Cabral Machado, artigo publicado no Jornal da Cidade, Aracaju,

28 e 29 de outubro de 1984).

“Enfim, o crime de Ribeirópolis, além de resultar em conseqüências danosas para membros das duas famílias, muitos dos quais emigraram (sobretudo os Ceará), tumultuou e desgastou sobremodo o governo Leandro Maciel. As tentativas de punir os culpados, em perseguições desordenadas, marcaram sua administração pelo signo da violência e da insegurança, especialmente para os adversários políticos. Essa imagem acentuou-se na medida em que chefes políticos de vários municípios, tais como Capela, Boquim, Canhoba, Lagarto e, especialmente Itabaiana, abusavam do seu respaldo, fazendo da força policial instrumento para penalizar adversários com prisões, espancamentos e, em alguns casos, mortes, diante de uma justiça impotente e, às vezes, conivente.” (Ibarê Dantas, op. cit., p. 227). Do mesmo autor, ver ainda *Coronelismo e dominação*. Aracaju, UFS, 1987. Estudando o fenômeno político da dominação local em Sergipe, o historiador se detém nos crimes praticados em Itabaiana, de repercussão marcante na política estadual.

32. Silvano Santiago, op. cit. p. 31.

33. Ver Antonio Candido. “Crítica e sociologia (tentativa de esclarecimento)” em: *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5 edição revista, São Paulo: Editora Nacional, 1976.

34. A avaliação da violência no período, registrada na “memória popular”, é feita por Ibarê Dantas: “Diante de tantos acontecimentos dramáticos, a representação que se inscreveu na memória popular (sobretudo entre seus adversários políticos e descendentes) a respeito do governo Leandro Maciel foi do período mais violento da segunda fase populista. É questionável se essa imagem se justifica pelo número de assassinatos de responsabilidade do grupo udenista, não apenas pela dificuldade em concluir qual o governo que liderou em número de mortes, mas também pela eficácia que os pessedistas demonstraram em provocar baixas nos adversários.” (op. cit., p. 230)

35. Agradeço a confirmação deste dado, narrado pelo sargento Getúlio à página 105 do romance, a um funcionário da prefeitura de Tacaratu, PE, em informação prestada pelo telefone, em setembro de 1985. Escapou-me o nome deste servidor.

O lugar do livro, o não-lugar do personagem:

1. Cf. BOSI, Alfredo. "Permanência e transformação do regionalismo". Op. cit., p.478 a 488. Ver especialmente a leitura da obra de Guimarães Rosa.

2. DACANAL, José Hildebrando. *Nova narrativa épica no Brasil*. Porto Alegre: Sulina/ Instituto Estadual do Livro, 1973. O ensaio dedicado ao Sargento Getúlio foi reproduzido na 3 edição do romance, feita pela Editora Artenova, em 1978. Sobre os romances regionalistas de apelo pitoresco, ver ainda o texto de Bosi acima indicado.

3. As palavras do autor situam historicamente a sua narrativa. Veja-se a revista *Isto é*, de 03 de junho de 1983: "Eu simplesmente retratei um tipo que existe e cuja função social era tão reconhecida quanto a do padeiro ou a do farmacêutico."

E ainda: "Sargento Getúlio, na realidade, é tão herói quanto qualquer tomador de ônibus aqui na Bahia, que mora em Castelo Branco, trabalha na Liberdade e tem de receber dinheiro no centro administrativo. É a mesma coisa. Ele enfrenta o mesmo dilema." Palavras do autor ao jornal *Folha de São Paulo*, em 02 de outubro de 1977.

Um outro baiano, coincidentemente também nascido em Itaparica, escreveu sobre outro sargento. Trata-se de Xavier Marques e do seu romance de caráter histórico – *O Sargento Pedro* (1910), este sim, um herói das lutas pela Independência. João Ubaldo não se refere em momento nenhum, ao que sabemos, a este livro; mas talvez tenha sido a sua leitura que o inspirou a escrever *Viva o povo brasileiro*, claro que numa perspectiva pelo avesso, em boa parte pelo menos.

Ver o *Jornal do Brasil*, de 29 de abril de 1978: "Sargento Getúlio, 'uma vítima da autoridade'". O artigo noticia a repercussão do romance nos Estados Unidos, onde é resenhado por Barbara Solomon, na *The New York Times Book Review*.

Cf. *Folha de São Paulo*, em 12 de junho de 1978.

Os exageros, fruto de opiniões fragmentárias referentes a episódios isolados do livro, estão no ensaio – "As distintas facetas de João Ubaldo Ribeiro", em SILVERMAN, Malcolm. *Moderna ficção brasileira 2: ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 88, 89, 109, por exemplo.

4. Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Op. cit. BRONZEADO, Sônia Lúcia Ramalho de Farias. Op. cit. No primeiro trabalho, ler particularmente o capítulo II – “Espaço da saudade”. No segundo, é indispensável a parte 6 do capítulo I – “A representação do espaço regional”, e a parte 5 do segundo capítulo – “A representação do espaço regional: o reino do sertão ou a monarquia de esquerda”.

As indicações não substituem a leitura dos trabalhos completos, apenas referem, em caráter particular, os problemas apontados na representação ficcional do espaço nordestino.

5. Consideramos que, mesmo em livros como *O quinze*, por exemplo, ocorre a desvinculação entre espaço e ação. A supervalorização mítico-telúrica destaca o espaço, erigido a quase personagem: “Novamente a cavalo no pedrês, Vicente marchava através da estrada vermelha e pedregosa, orlada pela gralharia negra da caatinga morta. Os cascos do animal pareciam tirar fogo nos seixos do caminho. Lagartixas davam carreirinhas intermitentes por cima das folhas secas do chão que estalavam como papel queimado.

O céu, transparente que doía, vibrava, tremendo feito uma gaze repuxada.

Vicente sentia por toda parte uma impressão ressequida de calor e aspreza.

Verde, na monotonia cinzenta da paisagem, só algum juazeiro ainda escapo à devastação da rama; mas em geral as pobres árvores apareciam lamentáveis, mostrando os cotos dos galhos como membros amputados e a casca toda raspada em grandes zonas brancas.

E o chão, que em outro tempo a sombra cobria, era uma confusão desolada de galhos secos, cuja agressividade ainda mais se acentuava pelos espinhos.” Não precisa de muito esforço de interpretação para verificar, no pequeno trecho, que o personagem tem presença secundária, diante do espaço natural, espécie de vítima e algoz de si mesmo. (Cf. QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 42. edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 7.

Sobre a opinião de João Ubaldo Ribeiro quanto ao regionalismo, ver o *Jornal do Brasil* de 31 de julho de 1978. Indagado sobre se se considerava um escritor regionalista, o romancista responde: “– Não, não...agora, eu acho...olha, eu nunca me preocupei em rotular o que eu faço...nem...nem...Aliás, eu não posso evitar fazer o que faço. Nunca planejei.”

A avaliação crítica do regionalismo, nos inícios dos anos 70, é

feita por Antonio Candido no ensaio “Literatura e subdesenvolvimento”, op. cit., p. 157,159.

O uso político conservador de um discurso de defesa regional, aparentemente crítico, é analisado, entre outros estudos literários ou não, neste trabalho indicados, por CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992. O livro analisa o período que vai dos anos 40 aos anos 80, cobrindo o tempo histórico representado no romance que estudamos.

A expressão “cor local e valores telúricos básicos” é de M. Silverman, que dela se vale para caracterizar o espaço do romance *Sargento Getúlio*. Op. cit. p. 50 e 51.

6. “Espaço atópico”, expressão usada por Salvatore D’Onofrio, em *O texto literário: teoria e aplicação*. São Paulo: Duas Cidades, 1983. Espaços tópico e atópico correspondem, para o autor, à noção que Bachelard apresenta de espaço *feliz* e espaço *hostil*. Cf. BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Col. Os pensadores), p. 107 a 110).

Sobre o homem e a demarcação do espaço de mando territorial, ver COULANGES, Fustel de. *A cidade Antiga*; trad. de Fernando Aguiar. 3 edição, São Paulo: Martins Fontes, 1995. Particularmente a parte que trata de “O direito de propriedade”, p 63 a 74. Segundo este autor, os marcos de uma propriedade eram definidos a partir de ritual religioso incorporado à tradição familiar. Neste ritual, a família colocava os *termos*, marcos sagrados irremovíveis que delimitavam seus domínios.

7. Cf. o ensaio já citado de M. Silverman, p. 98.

O estudioso e militante faz um relato pungente de um camponês preso no interior de São Paulo, acusado de curandeirismo e depois de subversão. Face à dificuldade de provar tais responsabilidades, e diante da incompreensão da justiça militar, foi mandado para o manicômio, considerado “esquizofrênico paranóide”, onde é visitado pelo ensaísta: “Na visita, o que me chamou a atenção, imediatamente, foi que Galdino falava, de modo diferente, duas coisas ao mesmo tempo - uma fala audível e outra visível. Com a boca, falava a ‘nossa’ língua com as mãos falava a língua de ‘seu mundo’ e de ‘seus’ iguais. Em situação dramática, confirmava observações de campo que eu fizera durante muitos anos entre trabalhadores rurais. Aqui e agora, minha mãos acompanham o que estou falando com a minha boca. No caso dele, a mão ia numa direção

diferente, fazendo gestos diversos do que a fala dizia. A oposição era clara nas expressões do rosto pacífico e irônico. Foi esse desencontro que os médicos consideraram esquizofrenia paranóide. Na verdade, estavam em face de um duplo código de linguagem. Galdino desdizia com as mãos, e com os gestos e as expressões do rosto, o que estava dizendo com a boca.” (MARTINS, José de Souza. “Tempo e linguagem nas lutas do campo”, em: *A chegada do estranho*. São Paulo, Editora Hucitec, 1993, p. 35 e 35)

Seja ao sociólogo, seja ao romancista, este duplo código comparece como forma de resistência muda. É assim também que o escritor Francisco J. C. Dantas assinala a raiva que o camponês pobre tem do patrão: “Remígio conhece bem as velhas táticas de Mané Piaba. Compreende a sua natureza suspeitosa, as idas e vindas eivadas de insegurança, manifestadas na mais estúpida submissão. Na vista do patrão, está de acordo com tudo, descombina o que sente com o que fala. Deve guardar muito despeito, ressentimento, por não poder rebater as injustiças de modo firme e declarado. Por debaixo do focinho que figura sério e respeitoso, desenvolve uma astúcia quase imperceptível, mas que ele, desde menino, aprendeu a entrever.” A existência do duplo código é anotada pelo próprio filho do patrão, agora no lugar deste, segundo as palavras do narrador. Na mesma cena, logo mais adiante na narrativa, Mané Piaba recorda que, depois da *revolução* de 1964, os fazendeiros, antes “com medo do comunismo”, “tornaram a levantar o pescoço”. Ver o romance *Cartilha do silêncio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 235 e seguintes.

8. Sobre o sonho do espaço moderno e a construção da ruína, remetemos para a leitura do livro de Francisco Foot Hardman, que surpreende, em fina leitura da nossa história, a tragédia que tem significado para milhares de pessoas a gestação, no mesmo espaço e ao mesmo tempo, da modernização fáustica e conservadora. Ao fim do capítulo 3 do seu livro - “Brasil na era do espetáculo: Figuras de fábrica nos sertões” - o convite o leitor: “Do espaço da *exhibitio* urbana e cosmopolita para o espetáculo da selva: sucederão, a seguir, algumas imagens sobre ‘o mínimo e o escondido’ num desses cenários. Exibições do supérfluo e ferrovias de ruína: operários sonham, com o ultra-leve de Santos Dumont, viajam em navios negreiros a vapor, constróem trilhos e trens no fim da linha, são também consumidos em meio ao desmoronamento precoce da paisagem e, nesse passo, colecionam bilhetes de entrada para o avesso do céu.” (*Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia

das Letras, 1988, p. 96.)

Para o tema do desenvolvimento fáustico e a tragédia que ele representa, indicamos ainda o ensaio de Marshall Berman: *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*; trad. de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Sobre o assunto, ver especialmente o primeiro capítulo: "O Fausto de Goethe: A tragédia do desenvolvimento"

9. Na cadeia, Fabiano pensa e sofre: "Lembrou-se da casa velha onde morava, da cozinha, da panela que chiava na trempe de pedras. Sinha Vitória punha sal na comida. Abriu os alforjes novamente: a trouxa de sal não se tinha perdido. Bem. Sinha Vitória provava o caldo na quenga de coco. E Fabiano se aperreava por causa dela, dos filhos e da cachorra Baleia, que era como uma pessoa da família, sabida como gente." (*Vidas Secas*, p. 36)

"O soldado amarelo era um infeliz que nem merecia um tabefe com as costas da mão. Mataria os donos dele. Entraria num bando de cangaceiros e faria estragos nos homens que dirigiam o soldado amarelo. Não ficaria um para semente. Era a idéia que lhe fervia na cabeça. Mas havia a mulher, havia os meninos, havia a cachorrinha." (*Vidas Secas*, p. 40)

Ver REIS, Zenir Campos. "Tempos Futuros", em: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 35, p. 81.

10. Cf. *Revista Isto é*, 01 de junho de 1983, p. 60 e jornal *Folha de São Paulo*, 02 e 3 outubro de 1977.

11. "Mas não senti diferença/ entre o agreste e a Caatinga,/ e entre a Caatinga e a Mata/ a diferença é mais mínima./Está apenas em que a terra/é por aqui mais macia;/está apenas no pavio,/ou melhor, na lamparina:/pois é igual o querosene/que em toda parte ilumina,/ e quer nesta terra gorda/ quer na serra, de caliça,/a vida arde sempre com/a mesma chama mortíça." (Fala de Severino retirante. MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina e outros poemas em voz alta*. 25 edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 91,92.

"O sertão está em toda parte", porque: "O senhor sabe: o sertão é onde manda quem é quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado." (ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 10 edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, p. 9, 16, e 17.

"- ... É, é o mundo à revelia!... - isso foi o fecho do que Zé Bebelo

falou.” A fala de Zé Bebelo, registrada por Riobaldo, é pronunciada ao ser preso pelos homens de Joca Ramiro, antes do julgamento a que foi submetido. (Op. cit., p. 195)

12. Referimos particularmente o livro de AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*; trad. de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994 (col. Travessia do Século).

Ver ainda KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*; trad. de Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994., p. 15)

13. MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Identidade cultura e arqueologia”, em BOSI, Alfredo (org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987, p. 188.

14 “Cada ano mais de mil folhetos são impressos no interior do Brasil e espalhados como folhas por todo o território, em mais de 200.000 exemplares. Uma dezena de editoras exclusivas não cessa a impressão, sempre renovada, desses folhetos que têm público fiel e complexo. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão são os maiores centro irradiadores.” (CASCUDO, Câmara. *Cinco livros do povo*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994. p. 11.

Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. Verbetes: *Galalau, Manjaléu, Manjolão*.

Erich Auerbach, ao falar da épica medieval, afirma que é ela produção e representação da classe alta feudal: “Contudo, a *chanson de geste* e, sobretudo a *Canção de Rolando*, era evidentemente popular. Esta poesia, não obstante tratar exclusivamente dos atos da classe alta feudal, dirige-se também, sem dúvida, ao povo. Isto, evidentemente, pode ser assim explicado: apesar das importantes diferenças materiais e jurídicas existentes entre as diferentes camadas da população leiga, ainda não havia uma diferença fundamental entre os seus graus de instrução. Mais ainda do que isso, ou, pelo menos, outras representações terrenas ideais, afora as cavalheirescas e heróicas, não podiam ainda ganhar forma e palavras. É prova da força e da eficácia da *chanson de geste* em todas as classes o fato de que o clero, que antes não estivera em posição favorável diante da poesia profana em língua vulgar, procurou aproveitar em benefício próprio, a partir do fim do século XI, a épica heróica. A

sobrevivência durante séculos dos temas, que foram constantemente retrabalhados e que logo desceram à categoria de produtos de feira, comprova o seu duradouro favor justamente nas camadas mais baixas da população.” (AUERBACH, Erich. *Mimesis: A representação da realidade na literatura*. 2 edição revisada, São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 105)

Sugerimos também o curto mas instrutivo estudo desta gesta medieval em D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura ocidental: Autores e obras fundamentais*. São Paulo, Ática, 1990. p. 156.

Ao fim do seu livro, acima citado, Câmara Cascudo traz alguma “Informação sobre a História do Imperador Carlos Magno e do Doze pares de França.” Entre estas anotamos: “A História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França foi, até poucos anos, o livro mais conhecido pelo povo brasileiro do interior. De escassa popularidade nos grandes centros urbanos, mantinha seu domínio nas fazendas de gado, engenhos de açúcar, residências de praia, sendo, às vezes, o único exemplar impresso existente em casa. Raríssima no sertão seria a casa sem a História de Carlos Magno, nas velhas edições portuguesas. Nenhum sertanejo ignorava as façanhas dos pares ou a imponência do Imperador de barba florida.”

“Os Doze Pares de França”, glosados no cordel, comparecem, com seu heroísmo invencível, em várias versões populares da obra épica, impressas em cordel. Eis a matriz de um heroísmo que o velho sargento não pôde seguir, pois os tempos eram outros, de homens sem poderes extraordinários que não os historicamente acumulados: daí porque os pares que imagina, para compor um exército invencível, ficam só mesmo na imaginação.

15. A dialética da ordem e da desordem é estudada por Antonio Candido, no ensaio “A dialética da malandragem”, em: *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio, LTC, 1978, p. 317 a 342.

Viagem a lugar algum:

1. A propósito de violência, indivíduo e poder, remetemos para as notas 4, 5 e 6 da primeira parte deste capítulo. Sobre a formação de nossa violência estrutural, peguemos alguns exemplos históricos:

a) Na nota vinte e oito, referente à primeira parte deste capítulo, vimos o número de policiais envolvidos em crimes no estado de Sergipe,

espaço representado no romance. Os crimes envolviam chefes políticos em consórcio com a instituição policial;

b) Recuemos na história: No início dos anos 50, do século XIX, a polícia da Paraíba é mobilizada para reprimir o movimento de resistência popular no campo, conhecido como “O ronco da abelha”, em algumas cidades do brejo paraibano, por ordem do Presidente da Província: (...) “Por outro lado, atento à necessidade de preservar a disciplina militar, o Chefe de Governo, ao ter conhecimento de faltas graves cometidas por elementos da Corporação, não hesitou em propor ao Comandante da mesma a punição dos culpados, observando inclusive o rigor do Regulamento, então vigente e que incluía, desde o rebaixamento do posto, até o castigo corporal.”

E a proposta se concretiza: Em ofício de 13 de fevereiro de 1951, o Presidente da Província envia ao Comandante do Corpo Policial uma ordem de punição:

“Cumpre que V. Mce. mande castigar corporalmente na forma do artigo 85 do Regulamento aos Guardas do Corpo Policial a seu commando José Maria de Paiva, por se haver embriagado e dormido na sentinella, estando de guarda na Alfândega, ao soldado que estava de sentinela a porta do hospital as mesmas horas, por estar dormindo, e rebaixar para soldado até segunda ordem os cabos Candido José de Araujo e Jacinto Pereira Dutra que commandarão as guardas d’Alfandega e hospital. Deus guarde a V. Mce. Palácio do Governo da Paraíba 13 de Fevereiro de 1951.” (Cf. TAVARES, Eurivaldo Caldas. *Século e meio de bravura e heroísmo: Documentário histórico sobre a origem e evolução da Polícia Militar da Paraíba*. 1. volume (da criação na época Regencial (1832) aos primórdios da República (1892)). João Pessoa, s/d, p. 228 e 229.

c) O castigo corporal não poderia ser previsto, de maneira isolada, somente num regulamento policial de uma província. Tem raiz mais profunda: Luiz Felipe de Alencastro, situando historicamente a formação institucional violenta do Brasil, coloca que a prática da escravidão, vinda da colônia, penetrou a legislação imperial, aí introduzindo o açoite como punição aos escravos que praticavam delitos e crimes: “se o escravo não tivesse sido condenado à morte, circunstância em que a pena era logo aplicada, as penas – todas as outras penas – seriam transformadas em chicotadas. Para evitar que delegados sádicos matassem o réu, causando prejuízo ao seu dono, os juristas do Império estabeleciam o limite das cinquenta chicotadas por dia, até que fosse atingido o total fixado em julgamento.” Pelo mesmo código criminal do Império, depois de sofrer os açoites, o escravo “será entregue ao seu senhor, que se obrigará a trazê-

lo com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz designar”. (*Veja*, Editora Abril, 23 de abril de 1997, Ensaio, p. 148.

2. Cf. CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 17
Ver *Memórias do Cárcere*, vol. I, p. 50

3. É dessa forma caracterizada “A violência contextual” por Arturo Gouveia. Op. cit., p. 6.

Em estudo recente sobre a violência atual no Brasil, Paulo Sérgio Pinheiro destaca uma entre as causas de seu recrudescimento: “O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, além de permanecerem militarizados, continuam a contar com a proteção do foro especial da justiça das polícias militares estaduais, Como durante o regime militar, após o retorno à organização democrática, tem ficado patente que essa justiça tem servido para proteger policiais militares em ações criminosas - em vários governos estaduais mesmo depois do retorno às eleições diretas - (...)” (Em DIMENSTEIN, Gilberto. *Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.28.

Antes já assinalara: “Essa violência de caráter endêmico, implantada no sistema de relações sociais profundamente assimétricas, não é um fenômeno novo no Brasil: é a continuação de longa tradição de práticas de autoritarismo, das elites contra as ‘não-elites’ e nas interações entre as classes, cuja expressão foi dissimulada pela repressão e censura imposta pelos governos militares.” (Op. cit., p. 7)

A revista *Veja*, ano 22, n. 44, de 01 de novembro de 1995, estampa na capa – TORTURA. E não se trata de castigo a preso político: a matéria fala da incorporação da violência como método de investigação e de tratamento dispensado aos cidadãos pelas polícias de todos os níveis, civis ou militares, em vários estados do país. A tortura como prática sistemática do trabalho policial.

4. Cf. *Isto é*, de 01 de junho de 1983, p. 60: texto de Marta Góes sobre o filme *Sargento Getúlio* e seu diretor, Hermano Penna. Ver ainda o *Jornal do Brasil*, de 12 de junho de 1983, matéria de José Carlos Avelar – “O homem que virou suco”, p. 8-B. Ver também M. Silverman, no ensaio citado.

Cf ainda Walnice Nogueira Galvão, op. cit., p.17

5. A opinião de que a narrativa do *Sargento Getúlio* é um caos, do ponto de vista da sua composição, é de Dacanal, reforçada por M. Silverman.

6. Ver “O autor de *Sargento Getúlio* escreve para não ficar louco”, entrevista a Lena Frias, *Jornal do Brasil*, 31 de julho de 1978.

Cf. *Folha de São Paulo*, 02 de outubro de 1977.

7. Sobre o discurso seqüestrado na cultura brasileira, conferir *Chonos*, revista da Universidade de Caxias do Sul, n. 20, março de 1980.

8. Refletindo sobre um momento histórico de rica discussão do tema, indicamos o trabalho de Sebastião Uchoa Leite – “*Cultura popular: esboço de uma resenha crítica*”, em: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1 (4), setembro de 1965.)

Um bom esforço de sistematização das várias posições, na abordagem da cultura popular, está no livro *Cultura popular no Brasil*, de Marcos Ayala e Maria Ignez Novais Ayala, editado pela Ática, em 1987.

9. Desde há muito, há iniciativas para trazer ao centro da cena a cultura do povo, trabalho que ganha êxito, na literatura, com Guimarães Rosa, em que, em termos de representação artística, o modo de pensar do povo assume a voz narrativa; seu produto cultural é ação e elaboração no contexto narrado. É esta a forte conexão entre a obra de Guimarães Rosa e o *Sargento Getúlio*.

Sobre a redondilha maior (verso de sete sílabas) como componente da maior parte dos estilos poéticos, na literatura popular, consultar: SOBRINHO, José Alves. *Glossário da poesia popular*. Campina Grande: Editel, 1992.

Cf. Kathrin Rosenfield, op. cit., p. 193.

“E foi se saber: o Suzarte e o Tipote, e outros, com o João Vaqueiro, rastreavam em redobrados, onde em redor, remedindo o mundo a olho e faro. Tudo eles achavam, tudo sabiam; em pouquinhos horas, tudo traduziam. O chão, em lugares, guardava molde marcado dos cascos de muitíssimas reses, calcados para um rumo só – um caminho oito. Aqueles rastros tinham vigorado por cima da derradeira lama da derradeira chuva. E – de quantidade e de quanto tinha chovido - eles liam, no capim e nos regos de enxurradas. Pelo comido pastado das reses, também, muito se conhecia. Aos passos dos cavaleiros e cachorros. As pessoas

da casa tinham viajado para a banda de oestes. Mas o gado, escolhendo por si e sem tocada, mas depois de solto por boa regra, pegara ida espaçada mais virante acima, aonde devia haver, para se lamber, salinas de barreiro. E bastantes outras coisas eles decifravam, vendo espiado o que de regra no geral não se vê. Capaz de divulgarem até usos e costumes das criaturas ausentes (...) (*Grande sertão: veredas*, p. 303, 302)

10. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*; trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (1. reimpressão), p.179)

11. “Radiomania”: a era da eletrônica fabrica novos astros e estrelas: Nos anos 40 e 50, o rádio era a grande janela para o mundo: trazia para quase todos os lares as últimas notícias; moldava a opinião pública; vendia produtos; lançava modas; e alimentava os sonhos dos ouvintes com a voz de atores e atrizes, astros e estrelas.” (*Nosso Século – 1945/1960*, vol I, p. 61).

“A melhoria dos transportes e dos meios de comunicação como: os correios, os jornais de circulação nacional e, principalmente, a presença do rádio como grande veículo de comunicação de massas desde a década de trinta, tornam as notícias de outras terras, do Sul, de suas oportunidades, que são constantemente propagandeadas por governos e instituições interessadas na atração dessa mão-de-obra, um estímulo crescente para a migração.” (Durval Muniz, op. cit., p. 214, 215).

O trecho em latim, reproduzido na prosódia estropiada do narrador, é a oração do catecismo católico – “Eu pecador”: Oremus: confiteor Deo omnipotenti Beatae Marie semper virgini, Beato Michaeli Archangelo, Beato Johannes Baptistae, sanctis apostolis Petro et Pauli, omnibus sanctis el tibi, pater, quia pecavi nimis cogitatione, verbo et opere, mea culpa, mea culpa, orate pro me ad Dominum Deum nostrum. Amen.”

“Indulgentiam, absolutionem et remissionem peccatorum nostrorum tribuat nobis omnipotens et misericors Deus Dominus.”

(Cf. *Devocionário escolhido: lembrança de minha primeira comunhão*. São Paulo: Oficinas Graphics da “Ave Maria”, 1933 (Monsenhor Pereira Barros – Vigário Geral)

Agradeço, pela decifração do latim “bárbaro” do sargento Getúlio, ao professor Nivaldo Rodrigues, amigo de muito saber.

12. Cf. BOSI, Alfredo. “Palavras inúteis”, em: *Céu, inferno:*

ensaios de crítica literária e ideologia. São Paulo, Ática, 1988, p. 12.

13. Ver MARTINS, José de Souza. "Tempo e linguagem nas lutas do campo", em: *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec, 1993, p. 32 e 33.

14. A cultura da desconfiança para com a linguagem dominante parece intemporal, estando presente em qualquer parte. Menocchio, o moleiro perseguido pela Inquisição, faz esta observação surpreendente aos seus inquisidores, no belo estudo de Carlo Ginzburg: "Começou denunciando a opressão dos ricos contra os pobres através do uso de uma língua incompreensível como o latim nos tribunais: 'Na minha opinião, falar latim é uma traição aos pobres. Nas discussões os homens pobres não sabem o que se está dizendo e são enganados. Se quiserem dizer quatro palavras, têm que ter um advogado.'" (*O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*: trad. de Betania Amoroso, São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.51.

15. É uma afirmação impensada do próprio autor, no meio de uma entrevista em que identifica a perplexidade do sargento Getúlio com o que ele mesmo sente em relação à realidade brasileira, também uma busca perplexa de compreensão.

Insistimos em que essa interpretação está presente nos ensaios mais bem elaborados sobre o romance: o de Dacanal e o de Malcolm Silverman, já citados. Deles saíram, talvez, para a maior parte dos artigos e opiniões espalhadas por jornais e revistas. Essa interpretação dualista tem forte apadrinhamento no pensamento sócio-econômico brasileiro e, ao se falar do Nordeste, vem logo à cena, invadindo até a crítica literária. Encontra formulação *acabada* no planejamento oficial: "O problema dos desníveis regionais ganha o interesse da sociedade brasileira, impulsionado ainda mais pelo recrudescimento das tensões sociais no Nordeste, projetadas através de diversos movimentos populares (...). Nos anos 50/60, ultrapassando o discurso regionalista dos grupos agrários locais, o Nordeste torna-se 'questão nacional'. A ideologia desenvolvimentista encontra expressão na teoria da sociedade dual, que tem em Celso Furtado o seu grande intérprete, e cujas análises caracterizam 'dois brasis', sendo o espaço do Nordeste homogeneizado enquanto 'área de subdesenvolvimento', arcaica e agrária. Para a superação dos 'desequilíbrios' regionais que ameaçam a 'unidade nacional', é proposta a utilização do planejamento para a promoção do 'progresso'. Dessa

forma, a ação do Estado consolida-se em novos atos de demarcação da região e na criação da SUDENE como órgão de intervenção planejada.” (PENA, Maura. *O que faz ser nordestino: Identidades sociais, interesses e o ‘escândalo’ Erundina*. São Paulo, Cortez, 1992, p. 28.)

16. A recorrência como argumento estilístico e narrativo foi estudada pela Prof.a Sônia Lúcia Ramalho de Farias, nos romances *Pedra Bonita* e *Cangaceiros*, de José Lins do Rego. Cf. op. cit.

A identificação do sargento Getúlio com Riobaldo é de Malcolm Silverman: “Muitos traços que nele se associam podem ser encontrados nas figuras literárias e históricas mais conhecidas do país, do Teobaldo de Guimarães Rosa a Lampião – com que Getúlio freqüentemente se identifica.” (Op. cit., p. 97). O ensaísta acerta na aproximação, mas ainda erra no nome de Riobaldo.

17. Ver o trabalho já citado de Walnice Nogueira Galvão, p. 85 e 88, e Kathrin Rosenfield, ensaio cit., p.183. Sugerimos uma leitura comparativa dos dois trabalhos.

Cf. a edição da *Bíblia Sagrada* citada em nota constante da primeira parte deste capítulo.

A respeito da relação íntima entre narrativa e vida, lembramos a breve mas rica resenha – “O fio da estória”, primeira parte do livro *Teoria do conto*, da Nádia Batella Gotlib. São Paulo. Ática, 1985, p. 5 a 8.

18. Cf. palavras do autor, em “Sargento Getúlio, de João Ubaldo Ribeiro, sucesso de crítica nos Estados Unidos, mas pouco conhecido no Brasil”. *Jornal do Brasil*, 03 de junho de 1973.

O incômodo com a simpatia que o sargento Getúlio desperta pode ser resumido na reação contida em comentário ao filme, baseado no romance: “Filme de cores populistas, com discutível simpatia pelo personagem-título, cujo mérito é a interpretação marcante de Lima Duarte (Cf. *Guias práticos Nova Cultural – Vídeo 1993*), p. 419.

O diretor do filme Sargento Getúlio, Hermano Penna, sem dúvida um leitor privilegiado, não esconde a simpatia pelo personagem. Segundo matéria de Marta Góes: “Desde o instante em que fechou a última página do romance de João Ubaldo Ribeiro, constatou que a história do Jagunço que tentava sustar a murro o progresso era mais que o argumento de seus sonhos - ‘foi quase como descobrir meu inconsciente’ – assegura.” (Cf. *Isto é*, 01 de junho de 1983, p. 61).

Esse incômodo é perceptível nas avaliações por vezes

contraditórias do protagonista, feitas por Dacanal, Malcolm Silverman, entre outros. (Cf. os ensaios citados).

19. O próprio pai do romancista, Sr. Manuel Ribeiro, era deputado e exerceu, por duas vezes, o cargo de secretário de segurança pública. Cf. Ibarê Dantas, op. cit. 184, 195, 217, 263.

“Em janeiro de 1926, Lampião comprou uma fazenda em Barreiros, perto de Vila Bela, em Pernambuco. Dizia sempre que seu grande sonho era voltar a ser vaqueiro e criador de gado.

Mas não era fácil resistir às tentações. Saindo um dia de sua fazenda, acompanhado por dois cabras, Lampião encontrou na estrada um automóvel com dois viajantes, um representante da Standard Oil Company e outro da Cia. de Cigarros Sousa Cruz. Fez parar, exigiu pagamento de um resgate e deu-lhes uma mensagem para ser transmitida ao governador do Estado de Pernambuco. Entre outras coisas, propunha ao governador a divisão do Estado em duas partes: o governador reinaria sobre o litoral, e Lampião dominaria o sertão...” (Cf. Maria Isaura Pereira de Queiroz, op. cit., p. 107)

20. Sobre a utilização do corpo do outro, da relação entre o corpo e o poder; da punição, tortura e morte como ritual político, ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violências nas prisões*; tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. 10. edição, Petrópolis, Vozes: 1987. Particularmente o capítulo II – “A ostentação dos suplícios.”

Sugerimos também ARASSE, Daniel. *A guilhotina e o imaginário do terror*. São Paulo, Ática, 1989. Neste livro, o autor analisa a espetacularização da morte que, durante a Revolução Francesa, operou a transformação da vontade revolucionária, expressa nos confrontos da rua, no teatro da guilhotina: o controle racional do corpo canalizou o entusiasmo popular, pela exibição da violência, para a curiosidade mórbida.

21. Tiekō Yamaguchi Miyazaki, no estudo “Sargento Getúlio: o um e o outro”, coloca como ponto central de leitura a identificação e a simbiose entre o sargento e o chefe Acrísio Antunes. Seu ensaio se serve da semiótica greimasiana, da análise do discurso e da psicanálise: “Esta identificação está fundamentada na ilusão do amor do líder pelos seus membros que, segundo Freud, explica a coesão do grupo.” Este instrumental teórico é, às vezes, levado a sério demais e invade o texto dando lugar a conclusões como esta, em que a ensaísta comenta um episódio do romance em que o sargento recorda ter presenteado o chefe

com um pássaro preto que foi, por sua vez, dado pelo chefe a um amigo: “Deixando de lado o costume bárbaro de cegar-se o pássaro para, assim, obter mais belo canto, a suspeita de dubiedade na relação em pauta se instala quando se atina com a ironia observável no gesto do subordinado: o pássaro cego que agora canta melhor para agrado do outro pode metaforizar a submissão de Getúlio. Por outro lado, a cegueira é, muitas vezes, uma metáfora de castração. Isto pode-se entender numa relação entre líder/filho de horda, do pai primevo que castra os filhos pela proibição de acesso às mulheres. Metaforicamente, o sargento é um eunuco, que se identifica com o pai, garantindo, desta maneira, uma convivência pacífica. É com ele que o sargento quer viver o prazer narcísico da autoridade intocável e o orgulho de quem alcançou êxito. Ele é o superego objetivado, exteriorizado, cujos preceitos e ordens o sargento se preocupa em obedecer, com cuja harmonia ele entende manter a sua estabilidade interior, dentro do mundo da violência.” (Cf. Miyazaki, Tiekô Yamaguchi. *Um tema em três tempos: João Ubaldo Ribeiro, João Guimarães Rosa, José Lins do Rego*. São Paulo: Fundação Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, pp. 46-49).

22. Em *Viva o povo brasileiro*, há um episódio de brutal e covarde violência que muito bem alegoriza a exclusão social no Brasil; a interrupção absurda e absoluta do diálogo político entre as elites e o povo: durante as lutas pela Independência, na Bahia, um certo Perilo Ambrósio, filho mal-caráter de um proprietário português, é expulso de casa e deserdado pelo pai. Planeja vingar-se da família e tomar-lhe a propriedade. Sai de casa na companhia de dois escravos, fareja a vitória dos brasileiros; mata um dos negros e se tingem com o seu sangue, para simular participação e bravura em combate. Apresenta-se, feito bravo ferido, a um militar patriota, conta bravatas e denuncia o pai como inimigo dos brasileiros. Torna-se herdeiro das terras e dos escravos da família, prospera como empresário. Mais adiante, como o segundo escravo divulgasse a real versão de sua *bravura* patriótica, corta-lhe a língua – a metáfora mais cruel da interdição do diálogo. (Cf. RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 24, 25 e 112, 113).

Cenas como esta migram entre realidade e ficção, na tradição histórica do Brasil: José de Souza Martins registra abominável prática de fazendeiros contra populações marginais: “Há alguns anos fui convidado pelos *Xocó*, da ilha de São Pedro, em Sergipe, para estar presente na celebração que fariam da retomada da ilha, um século depois de terem sido expulsos dela. Não há mais nenhuma palavra da língua *xocó*, eles

não conhecem mais nenhuma palavra de sua língua. Sobrou de sua cultura apenas uma dança, o Toré, que era feita às escondidas, no mato, pelas mulheres. Cada vez que um índio abria a boca e dizia uma palavra em sua língua, levava uma surra dos jagunços do fazendeiro. O mesmo ocorreu com as populações camponesas, que têm uma origem indígena em muitas regiões.” (Op. cit. p. 35).

23. Cf. Walnice Nogueira Galvão, op. cit., p. 47

24. Ver o ensaio de Graciliano Ramos – “Pequena História da República”, especialmente a parte intitulada “Oligarquia”, Em *Alexandre e outros heróis*. 15 edição, Rio, São Paulo: Record, 1978.

25. Sobre o escamoteamento da responsabilidade criminal dos mandantes, é interessante o episódio a seguir, exemplo dado pela autoridade maior do país: José Lins do Rego solicita a Herman Lima, secretário interino da presidência, que este diga ao presidente da injustiça que é a prisão de Graciliano Ramos, que precisava ser solto. Transmitida a solicitação, responde Getúlio Vargas: “- Você diga ao Zé Lins que neste caso de comunismo eu não mandei prender ninguém, mas também não mando soltar. Isso é lá com a polícia. Mas, autorizo-o a falar com o General Pinto, dizendo-lhe da minha parte que indague do Filinto Müller se há alguma coisa apurada contra o Graciliano, e, do contrário, naturalmente, que soltem o homem.” (Cf. LIMA, Herman. *Poeira do tempo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. Apud RAMOS, Clara. *Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 108 e 109. Impressionante a *confissão* do presidente: exime-se da responsabilidade e, ainda, reconhece que há presos sem processo formado, sem apuração de crime algum. Além da desfaçatez de colocar a polícia como uma competência que se auto-exerce, fora das decisões políticas do executivo, fora de controle até. O que em parte é verdade: em conjuntura de exceção, a regra é o poder de polícia absoluto.

Para a análise do “pequeno mundo” e a política, ver Carlos Nelson Coutinho, no ensaio “Graciliano Ramos”, em: BRYNER, Sônia (org.). *Graciliano Ramos*. 2 edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (col. *Fortuna Crítica*, vol. 2), p. 73-122. Sugerimos, também a respeito do mesmo tema, a leitura que Marshall Berman faz do *Fausto* de Goethe. Op. cit., p. 37-84.

26. Sobre o fim do cangaço: “No início da década de quarenta, é

anunciado, com estardalhaço, o fim do cangaço. Corisco seria o símbolo de sua derrota. A explicação para o fim deste fenômeno quase sempre se prende ao maior poder de polícia presente na região, além nas mudanças nas formas de produção. Na verdade, mais do que isto o Estado Novo pôs a funcionar toda uma maquinaria de esquecimento do cangaço. A grande imprensa é intimada a silenciar sobre seus feitos; a gritar, em grandes manchetes, o seu fim. Os cangaceiros, a partir desse momento, são tratados como criminosos comuns. Estes não passam de hostes de bandidos que ainda perambulam pelo sertão. O Estado oferece empregos para quem 'deixasse a profissão' após cumprir pena. Além de que o valente nordestino é conclamado a enfrentar outro grande desafio, que é encarar de frente a cidade grande do Sul." (Cf. o trabalho citado de Durval Muniz, p. 273).

Riobaldo é dos que duvidam da propaganda estadonovista: "Ah, tempo de jagunço tinha mesmo de acabar, cidade acaba com o sertão. Acaba?" (*Grande sertão: veredas*, p. 129)

27. "Imagine-se um território do tamanho da França, três quartos inexplorados; percorrido somente por pequenos bandos de indígenas nômades que estão entre os mais primitivos que se possam encontrar no mundo; e atravessado de ponta a ponta por uma linha telegráfica. (...)" (Cf. Levi-Strauss, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa, Edições 70, 1986 (distribuição no Brasil da Martins Fontes, São Paulo).

Cf. Willi Bolle, Revista USP 24, dez., jan., e fev. São Paulo: USP, 1994-1995.

28. Levantado o problema da peculiaridade do nosso modelo político e social, vejamos a reflexão em diferentes momentos históricos:

"Ao contrário, na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo sempre surge como um desdobramento do velho: (...)" (Cf. MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec. 1994, p. 30).

"Passando ao esforço nacional de acumulação, o que se vê são sacrifícios fantásticos para instalar usinas atômicas que nunca irão funcionar, estradas que não vão a parte alguma, ferrovias imensas entregues à ferrugem, edificações-fantasma que entretanto não se desmancham com as ilusões ou negociatas que as tiraram do

nada.”(Roberto Schwarz, “Fim de século”, *Folha de São Paulo*, 04 de dezembro de 1994, 6-9).

“Os prenúncios do Brasil moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classe em formação. O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política.” (Octavio Ianni, em: *A idéia de Brasil moderno*. 2 edição, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 33)

As oligarquias, como vemos, não desapareceram, ao contrário, sobreviveram e tomaram conta, por dentro, desse modelo desastroso e contraditório de progresso: sugerimos sobre a permanência do poder oligárquico na nossa história recente, os ensaios “Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo”, de José de Souza Martins, op. cit. p. 19-51 e “Coronelismo, poder burguês e movimento populares”, de Paulo Henrique N. Martins, em: *Presença: revista de política e cultura*. N.5, Janeiro 1985. p. 139-147.

Finalmente, um dado curioso e concreto dessa *insidiosa permanência e justamente* atinente às referências históricas que discutimos: “Sergipe, 1974. Eleições para governador do Estado. Pelo PSD, José Rolemberg Leite. Pela UDN, Leandro Maciel. Vence José Rolemberg Leite.

Sergipe, 1974. Eleições para governador do estado. Pela Arena, José Rolemberg Leite. Indicado, nomeado. Eleições para senador. Pela Arena, Leandro Maciel. Indicado, derrotado.” (Cf. Sebastião Nery em: *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975, p. 119). Como fantasmas, as mesmas figuras das disputas políticas dos anos 40 e 50, agora sob a mesma sigla – a Arena dos militares.

29. No sul do Pará, os camponeses sem terra faziam uma longa caminhada com destino a Belém, onde cobriam do Governador daquele Estado a desapropriação de terras: “Na terça-feira passada [17/04/96], 1.500 deles ocupavam uma rodovia do Pará para protestar contra a demora do governo federal em assentar suas famílias. Na tarde daquele dia, o governador Almir Gabriel tomou uma decisão que mudou sua biografia e envergonhou o Brasil.”: mandou a PM desocupar a estrada. Conseqüência deste ato de força: “uma carnificina com duas dezenas de sem-terra mortos e 51 feridos.” (*Veja*, Editora Abril, 24 de abril de 1996).

30. *Grande sertão: veredas*, p. 212.

31. Esta é a opinião de um crítico americano sobre o romance: “a história de uma derrota”. (Cf. P. S. Prescott – “Sargeant Getúlio”, *Newsweek*, vol. 91, 30 de janeiro de 1978, p. 68.)

“E João Ubaldo opõe a estória à história, no sentido de que sua ficção aponta para um mundo como ele não deveria ser.” (Cf. Franklin de Oliveira, *Folha de São Paulo*, 04 de julho de 1982.

BIBLIOGRAFIA GERAL

(inclui os livros citados e os diretamente consultados)

1. *Ficção, crônica, poesia e teatro*

AGUIAR, Luiz Cláudio. *Caldeirão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. 5 edição, São Paulo: Ática, 1991.

ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 15 edição, Rio de Janeiro: José Olympio; João Pessoa: Secretaria de Educação do Governo do Estado da Paraíba, 1978.

_____. *O boqueirão*. 2 edição, Rio de Janeiro: INL, Editora leitura 1971.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara, Rio: LTC, 1978.

AMADO, Jorge. *Seara Vermelha*. São Paulo: Martins (Obras de Jorge Amado, vol. 2)

_____. Jorge. *Cacau*. São Paulo: Martins (Obras Escolhidas de Jorge Amado, vol. 10)

_____. Jorge. *Suor*. São Paulo: Martins (Obras Escolhidas de Jorge Amado, vol. 10)

_____. *Terras do sem fim*. São Paulo: Martins (Obras Escolhidas de Jorge Amado, vol. 7.

_____. *São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo: Martins
(Obras Escolhidas de Jorge Amado, vol. 8.

ANJOS, Augusto dos. *Eu*. 30 edição, Rio de Janeiro:
Livraria São José.

ÂNGELO, Ivan. *A festa*. 3 edição: São Paulo: Summus
Editorial, 1978.

ARINOS, Afonso. *Os jagunços*. 3 edição, Rio de Janeiro:
Philobiblion; Brasília: INL, 1985.

BEZERRA FILHO, José. *Fogo!* João Pessoa: Tipografia
Chaves, 1970.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões (Campanha de
Camudos)* Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica Editora,
1967.

DANTAS, Francisco. *Coivara da memória*. São Paulo:
Estação Liberdade, 1991.

_____. *Os desvalidos*. São Paulo: Companhia das
Letras, 1993.

_____. Francisco J. C. *Cartilha do silêncio*. São Paulo:
Companhia das Letras, 1997.

DANTAS, Paulo. *Capitão Jagunço*. 3 edição revista e
definitiva. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

DIAS, Gonçalves. *Poemas de Gonçalves Dias*. Seleção,
introdução e notas de Péricles Eugênio da Silva Ramos. Rio de
Janeiro: Ediouro.

HOMERO. *Odisséia*. Introdução e notas de Médéric
Dufour; tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Nova
Cultural, 1993.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2 edição, São Paulo: Brasiliense, 1978.

MACIEL, Geraldo. *Aquelas criaturas tão estranhas*. Contos. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1995.

MAINARDI, Diogo. *Polígono das secas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARQUES, Xavier. *O Sargento Pedro (Tradições da Independência)*. 3 edição, São Paulo; GDR; Brasília: INL, 1976.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina e outros poemas em voz alta*. 25ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

PATROCÍNIO, José do. *Os retirantes*. São Paulo: Editora Três, 1972.

QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 42 edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

_____. *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Editora Siciliano, 1992.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*; posfácio de João Luiz Lafetá, 30 edição, Rio de Janeiro: Record, 1978.

_____. *Vidas secas*; posfácio de Álvaro Lins; ilustração de Aldemir Martins. 39 edição, Rio: Record, 1978.

_____. *Memórias do cárcere*; prefácio de Nelson Werneck Sodré, ilustrações de Percy Deane. 11 edição, Rio, São Paulo: Record, 1978.

_____. *Alexandre e outros heróis*. 15 edição. Rio, São Paulo: Record, 1978.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas: obra póstuma*. 6 edição, Rio de Janeiro: Record, 1978.

REGO, José Lins do. *Ficção Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1987 (3 volumes).

_____. *Pedra bonita*. 11 edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *Fogo morto*. 26 edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

_____. *Cangaceiros*. 8 edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Sargento Getúlio*. 3 edição, Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

_____. *Vencecavalo e o outro povo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

_____. *Vila Real*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

_____. *Livro de histórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. *Vida e paixão de Pandonar, o cruel*. 5 edição, il. de Marcelo Barreto de Araújo e Ivan Baptista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986a.

_____. *Vida e paixão de Pandonar, o cruel*. Il. de Helena Alexandrino. São Paulo: Clube do Livro, 1986b.

_____. *Setembro não tem sentido*. 2 edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

_____. *Sempre aos domingos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

_____. *O sorriso do lagarto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1989.

_____. *A vingança de Charles Tiburone*. Il. de Gerson Conforto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1990.

_____. *Já podeis da pátria filhos e outras histórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

_____. *Um brasileiro em Berlim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

_____. *O feitiço da Ilha do Pavão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

ROSA, João Guimarães. *Tutaméia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. *Grande sertão: veredas*. 10 edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

_____. *Primeiras estórias*. 14 edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SANTOS, João Felício dos. *João Abade*. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

SUASSUNA, Ariano. *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do sangue do Vai-e-Volta: romance armorial popular brasileiro*. 4 edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. São Paulo: Ática, 1988.

TORRES, Antônio. *Os homens dos pés redondos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1973.

_____. *Um cão uivando para a lua*. 2 edição, Rio de Janeiro: Ed. Brasília/Rio, 1977.

_____. *Essa terra*. 3 edição, São Paulo: Ática, 1979.

_____. *Carta ao bispo*. São Paulo: Ática, 1979.

_____. *Balada da infância perdida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *Um táxi para Viena d'Áustria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Adeus, velho*. 4 edição. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *O cachorro e o lobo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VEIGA, José J. *A casca da serpente*. 2 edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

2. Dicionários

CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 5 edição, Belo Horizonte: Itatiaia, 1994.

CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)* Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, com a colaboração de: André Barbault et. al.; coord. de Carlos Sussekind; trad. de Vera Costa da Silva et. al. 9ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio: 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova

Fronteira.

GUIMARÃES, Ruth. *Dicionário da mitologia Grega*. São Paulo: Cultrix.

HARVEY, Paul. *Dicionário de literatura clássica grega e latina*; trad. de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 4 edição, São Paulo: Cultrix, 1985.

_____, e PAES, José Paulo (org.). *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. 2 edição, São Paulo: Cultrix, 1980.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa, tomo II (Nomes Próprios)*. Segunda tiragem da 1ª edição, Rio de Janeiro, 1955.

REIS, Carlos e CRISTINA, M. Lopes. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

3. Crítica, história literária e linguagem

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

ARAÚJO, Arturo Gouveia de. *Os homens cordiais: a representação da violência oficial na literatura dramática brasileira pós-64*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1995.

ARRIGUCCI Jr., Davi. *Achados e perdidos*. São Paulo: Ed. Poli, 1979.

_____. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: A representação da realidade na literatura*. 2 edição revisada, São Paulo: Perspectiva, 1976.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo (os anos 20 em Pernambuco)*. João Pessoa, SEC, PB, 1984.

_____(org.). *100 anos: Graciliano Ramos*. João Pessoa: Idéia/CCHLA, 1992.

BARBOSA FILHO, Hildeberto. *Os desenredos da criação (livros e autores paraibanos)*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*; trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*; trad. de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília, Ed. da UNB, 1987.

_____. *Questões de literatura e de estética (a teoria do romance)*; trad. de Aurora Fornoni Bernardini e outros. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1988.

BERN, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2 edição, São Paulo: Cultrix, 1976.

_____. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

BRYNER, Sônia (org.). *Graciliano Ramos*. 2 edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (Col. Fortuna Crítica, vol. 2)

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5 edição revista, São Paulo: Editora Nacional, 1976.

_____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____. *Tese e antítese: ensaios*. 3 edição, São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

_____. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 6 edição. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

_____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Brigada ligeira e outros estudos*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CASTELO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo: Edart, 1961.

CHAVES, Flávio Loureiro. *História e literatura*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Mec/Sesu/Proed, 1988.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 3 edição, Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF – Universidade Federal Fluminense, 1986. Vol. 5: era modernista.

COUTINHO, Carlos Nelson e outros. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

DACANAL, José Hildebrando. *Nova narrativa épica no Brasil*. Porto Alegre/Brasília: Sulina/INL, 1973.

D'ANDRÉA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992.

D'ONOFIRO, Salvatore. *O texto literário: teoria e aplicação*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

_____. *Literatura Ocidental: Autores e obras fundamentais*. São Paulo: Ática, 1990.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Natal: UFRN, Editora Universitária, 1995.

FERREIRA, Jerusa Pires. *Cavalaria em cordel: o passo das águas mortas*. 2 edição, Hucitec, 1979.

FREITAS FILHO, Armando e outros. *Anos 70 2, Literatura*. Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica Ltda., 1979/1980.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos em jornais*. 4 edição, São Paulo: Ática, 1977.

_____. *As formas do falso: um estudo sobre a*

ambigüidade no Grande Sertão: veredas. 2 edição, São Paulo: Perspectiva, 1986.

GARBÚGLIO, José Carlos e outros. *Graciliano Ramos: antologia e estudos*. São Paulo: Ática, 1987.

GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*; trad. de Álvaro Cabral. 2 edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GOMES, Heloísa Toller. *O poder rural na ficção*. São Paulo: Ática, 1981.

GOTLIB, Nádía Batella. *Teoria do conto*. São Paulo: Ática, 1985.

GUINSBURG, J. (org.) *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Ática, 1978.

LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

LUKÁCS, Georg. *Ensaio sobre literatura*; coord. e prefácio de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*; sel. e trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Teoria do romance*; trad. de Alfredo Margarido. Porto: Editorial Presença.

MACHADO, Janete Gaspar. *Constantes ficcionais em romances brasileiros dos anos 70*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

MAGALHÃES JR., Raimundo. *José de Alencar e sua época*. 2 edição corrigida e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

MALARD, Letícia. *Ensaio de literatura brasileira: ideologia e realidade em Graciliano Ramos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1993.

MARX-ENGELS. *Sobre literatura e arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

MIYAZAKI, Tiekô Yamaguchi. *Um tema em três tempos: João Ubaldo Ribeiro, João Guimarães Rosa e José Lins do Rego*. São Paulo: Fundação Editora de Unesp, 1996.

PORTELLA, Eduardo e outros. *O romance de 30 no Nordeste*. Fortaleza: Edições Universidade federal do Ceará, Proed, 1993.

PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. São Paulo: Eduscar-Mercado de Letras, 1996.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *Estudos literários*. 2 edição, Rio/Brasília: José Olympio; INL, 1974.

REIS, Roberto. *A permanência do círculo: hierarquia no romance brasileiro*. Niterói: Eduff; Brasília: INL, 1987.

ROSENFELD, Cathrin H. *Os descaminhos do demo: tradição e ruptura em Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Imago Editora; São Paulo: Edusp, 1993.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

_____. Silviano. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros ensaios*. 2 edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 2 edição, São Paulo: Duas Cidades, 1981.

_____. (org.) *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SILVERMAN, Malcolm. *Moderna ficção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

SOBRINHO, José Alves. *Glossário da poesia popular*. Campina Grande, PB: Editel, 1992.

SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

TELES, Gilberto Mendonça. *A escrituração da escrita: teoria e prática do texto literário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TERRA, Ruth Brito Lemos. *Memória de lutas: literatura de folhetos no Nordeste (1893 a 1930)*. São Paulo: Global Ed., 1993.

VASSALO, Lúgia. *O sertão medieval: origens européia do teatro de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*; trad. de Alceu Dias Lima e outros. São Paulo: Cultrix, 1980.

VIANA, Chico. Pseudônimo de Francisco Gomes Correia. *O evangelho da podridão: culpa e melancolia em Augusto dos Anjos*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1994.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de José de Alencar*. 2 edição, Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1979.

ZERRAFA, Michel. *Romance e sociedade*; trad. de Ana Maria Campos. Lisboa: Editora Estúdios Cor, 1974.

ZÍLIO, Carlos, LAFETÁ, João Luiz e LEITE, Lúgia Chiappini M. *O nacional e o popular na cultura brasileira: artes plásticas e literatura*. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1983.

4. Artes e história, idéias e sociedade

AYALA, Marcos e Maria Ignez Novais. *Cultura popular no Brasil*. São Paulo: Ática 1987.

ARASSE, Daniel. *A guilhotina e o imaginário do terror*. São Paulo: Ática 1889.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*; trad. de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*; trad. de Maria Lucia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BAER, Werner. *O Brasil da década de 70*. Rio: Zahar Editores, 1978.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Col. Os Pensadores).

BARROS, Monsenhor Pereira (Vigário Geral). *Devocionário escolhido: lembrança da minha primeira comunhão*. São Paulo: Oficinas Graphics da "Ave Maria", 1933.

BARROS, Souza. *A década 20 em Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: 1985.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, vol. I; trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 3 edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____, *Sociologia: textos de Walter Benjamin*; org. de Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*; trad. de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDET, Jean-Claude. *Brasil em tempo de cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. da vulgata e anotada pelo Padre Matos Soares. 9 edição, São Paulo: Edições Paulinas, 1955.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. (org.) *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987.

CAMARGO, Aspásia. *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora da UNB, 1993.

CARONE, Edgard. *A república liberal - I (Instituições e classes sociais, 1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASCUDO, Câmara. *Cinco livros do povo*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*; trad, de

Fernando Aguiar. 3 edição, São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DANTAS, Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

_____. *Coronelismo e dominação*. Aracaju: UFS, 1987.

_____. *Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Paulo: Cortez; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1983.

DA SILVA, Marcos (coord.) *República em migalhas (história regional e local)*. São Paulo: Marco Zero, MCT/CNPq, 1990.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*; trad. de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, Unicamp, 1977.

FABRIS, Annateresa (org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1994.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. 3 edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2 edição, São Paulo: Editora da USP/ Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FAVARETTO, Celso. *Tropicália – Alegria, Alegria*; prefácio de Luiz Tatit. 2 edição revista, São Paulo: Ateliê Editorial,

1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 5 edição, Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, FUNDARPE, 1985.

_____. *Manifesto Regionalista*. 6ª edição, Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.

_____. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 27 edição, Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Saco de gatos: ensaios críticos*. 2 edição, São Paulo: Duas Cidades, 1976.

GARCIA, Carlos. *O que é Nordeste brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*; trad. de Federico Caroti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (1ª reimpressão).

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*; trad. de Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. e GONÇALVES, Marcus A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

IANNI, Octavio. *A idéia de Brasil moderno*. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense 1994.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. Trad. de Artur M. Pereira; adaptação para a edição brasileira de Mônica Stael; revisão do texto grego de Gilson Cesar C. de Sousa. 3ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*; trad. de Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*; trad. de Bernardo Leitão et. ali. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1994.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa, Edições 70, 1986.

MAMEDE, M^a Amélia B. *A construção do Nordeste pela mídia*. Fortaleza: IOCE, 1996.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MATOS, Cláudia. *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MEYER, Marlyse. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

MENESES, Adélia Bezerra de. *Desenho mágico: poesia e política em Chico Buarque*. São Paulo: Hucitec, 1982.

MENESES, Djacir. *O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da "civilização do couro" e suas implicações históricas nos problemas gerais*. 3ª edição, Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 1995.

MENESES, Marilda Aparecida de (org.). *Histórias de migrantes*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MOFFATT, Alfredo. *Psicoterapia do oprimido: ideologia e técnica da psiquiatria popular*. 2 edição, São Paulo: Cortez, 1992.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 4 edição, São Paulo: Ática, 1980.

MST - *Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1986)*. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo: Global, 1987.

NERY, Sebastião. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste: A construção da memória regional*. Fortaleza: Secult, 1994.

NOVAIS, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

NOSSO SÉCULO (1945/1960) – *A era dos partidos* – 1ª parte (vol. 7). São Paulo: Abril Cultural/ Círculo do Livro, 1988.

OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno: Uma reflexão sobre a tortura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____, *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5 edição, São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____, *A moderna tradição brasileira*. 5 edição, São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil, 1955-1964*; trad. de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Editora Record.

PANKON, Gisela. *O homem e seu espaço vivido: análises literárias*; trad. de Flávia Cristina de Souza Nascimento. Campinas, SP: Papirus, 1988.

PENA, Maura. *O que faz ser nordestino.: Identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina*. São Paulo, Cortez, 1992.

PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros*; trad. da autora. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

RAMOS, Clara. *Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

RIBEIRO, J. Freire. *Leandro Maciel perante a história*. Aracaju: Livraria Regina, 1955.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Política; quem manda, por que manda, como manda*. 2 edição rev. pelo autor, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta do Antigo Regime – do sangue à doce vida*. São Paulo: Brasiliense, 1897 (col. Tudo é História).

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1994.

SUASSUNA, Ariano. *O movimento armorial*. Recife: Departamento de Extensão Cultural. Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários. Ed. Universitária, 1974.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras: 1990.

TAVARES, Eurivaldo Caldas. *Século e meio de bravura e heroísmo: Documento histórico sobre a origem e evolução da Polícia Militar da Paraíba*. 1º volume (da criação na época Regencial (1832) aos primórdios da República (1892)). João Pessoa: s/d.

VILAÇA, Marcos Vinícios e ALBUQUERQUE, Roberto

Cavalcanti de. *Coronel, Coronéis*. 3 edição, Rio de Janeiro: Tampo Brasileiro; Niterói: Universidade federal Fluminense/EDUFF, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*; trad. de Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WINNE, Pires. *História de Sergipe, 1930-1972*, vol II. Rio de Janeiro: Ponjetti, 1973.

XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

XIDIEH, Oswaldo Elias. *Narrativas populares: Estórias de Nosso Senhor Jesus Cristo e mais São Pedro andando pelo mundo*. São Paulo: Editora da USP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

XIMENES, Tereza. *Novos paradigmas e realidade brasileira*. Belém, UFPA/NAEA, 1993.

ZÍLIO, Carlos. LAFETÁ, João Luiz e LEITE, Lígia Chiappini M. *O Nacional e o popular na cultura brasileira: artes plásticas e literatura*. 2 edição, São Paulo: Brasiliense, 1983.

5. *Dissertações e teses*

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Unicamp, 1994 (tese de doutorado)

_____. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução*.

Campinas, SP: 1987 (dissertação de mestrado)

FARIAS, Sônia Ramalho de. *Messianismo e cangaço na ficção nordestina: análise dos romances Pedra Bonita e Cangaceiros, de José Lins do Rego, e A Pedra do Reino, de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: PUC, 1988 (tese de doutorado)

MATTOS, Stella Costa de. *Sargento Getúlio – uma história de aretê*. Porto Alegre: PUCRS/BCE, 1985 (dissertação de mestrado).

RIBEIRO BASTOS, Ana Regina Vasconcelos. *Geografia e os romances das décadas de 30 e 40: uma contribuição ao ensino*. São Paulo: USP, 1993 (dissertação de mestrado).

6. Jornais, revistas suplementos e arquivos

AYALA, Maria Ignez Novais (org.) *Caderno de textos 8 - A representação do oprimido*. João Pessoa, Mestrado em Letras, UFPB, 1992.

A verdade (jornal). Sergipe, 13 de maio de 1951.

Boca Bitingüê (revista). Lisboa: Embaixada de Espanha, junho/dezembro de 1991.

BRONZEADO, Sônia Lúcia Ramalho de Farias (org.) *Caderno de Letras 3 - Regionalismo e literatura*. João Pessoa: Mestrado em Letras, 1990.

Caderno de textos - 2001 Cursos. João Pessoa, 1977.

Cadernos Populares no 1. Edições da Fundarpe; Recife,

PE, março de 1995.

Civilização Brasileira 1 (4), setembro de 1965. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

Correio de Aracaju. Sergipe, 29 de janeiro de 1947.

Correio de Aracaju. Sergipe, 28 de março de 1947.

Correio de Aracaju. Sergipe, 27 de fevereiro de 1950.

Correio de Aracaju. Sergipe, 29 de setembro de 1952.

Correio de Aracaju. Sergipe, 23 de junho de 1953.

Correio de Aracaju. Sergipe, 27 de junho de 1953.

Chronos nº 20, março de 1980. Revista da Universidade de Caxias do Sul.

Debates Regionais. História e identidade(s) regional(is), Número 2. João Pessoa: Editora Universitária/NDIHR, 1995.

Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1950.

D. O. Leitura. São Paulo 12 (142), março de 1994.

Estudos Avançados. Vol. 11, número 29, São Paulo: IEA/USP, 1997.

Garatuja nº 4, agosto/setembro, Campina Grande, PB: 1978.

Folha da Tarde. São Paulo, 06 de setembro de 1976..

Folha de São Paulo. São Paulo, 26 de maio de 1976 (entrevista)

Folha de São Paulo. São Paulo, 02 de outubro de 1977 (entrevista).

Folha de São Paulo. São Paulo, 12 de junho de 1978.

Folha de São Paulo. São Paulo, 04 de julho de 1982.

Folha de São Paulo. São Paulo, 11 de novembro de 1984.

Folha de São Paulo. São Paulo, 04 de dezembro de 1994.

Guias Práticos Nova Cultural - Vídeo 1993.

História V. 13. São Paulo: Unesp, 1994.

Isto é. Editora Três, São Paulo, 01 de junho de 1983

(artigo).

Jornal da Cidade. Aracaju, 28 de outubro de 1948.

Jornal da Cidade. Aracaju. 29 de outubro de 1948.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1978.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 03 de junho de 1978

(artigo).

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1978

(entrevista).

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1981

(artigo)

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1983,

Caderno B (entrevista)

Jornal do Brasil. (caderno *Idéias*) Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1988

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1991(artigo)

La Quinzaine Littéraire, número 484. Paris, abril de 1987
(entrevista)

Newsweek, vol. 91, 30 de janeiro de 1978.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 11 de maio de 1984
(artigo)

O Estado de São Paulo. São Paulo, 26 de maio de 1984
(artigo)

O Estado de São Paulo. São Paulo, 09 de dezembro de
1984 (artigo)

O Globo. Rio de Janeiro, 04 de julho de 1976 (artigo)

Playboy. Rio de Janeiro, abril de 1991 (entrevista)

Presença: revista de política e cultura. Nº 5, Rio: Janeiro
de 1995.

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Número
34, São Paulo, 1992

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Número
35, São Paulo, 69-93, 1993.

Revista da Universidade de Aveiro/Letras (separata,
nº 2, 1985.

Revista de Letras V. 32. São Paulo: Unesp, 1992.

Revista de Letras V. 34. São Paulo: Unesp, 1994.

Revista USP 20, dez., jan., fev. São Paulo: USP, 1993-
1994.

Revista USP 24, dez., jan., e fev. São Paulo: USP, 1994-
1995.

Revista USP 23, set., nov. São Paulo: USP, 1994.

SEDOC (Serviço de Documentação), 797/814, João
Pessoa, PB, 1979.

Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1988.

Veja. Editora Abril, São Paulo, 30 de junho de 1976.

Veja. Editora Abril, São Paulo. 01 de novembro de 1995.

Veja. Editora Abril, São Paulo, 24 de abril de 1996.

Veja. Editora Abril, São Paulo, 23 de abril de 1997.

7. Discos e outros

LP de Caetano Veloso, R 765.026 L, Philips, 1968.

Geraldo Vandré. *História da música popular brasileira*.
Abril Cultural, número 34.

Central do Brasil (filme), Direção de Walter Sales Jr.,
1998.

Sargento Getúlio (filme). Direção e produção de Hermano
Penna. Roteiro de Hermano Penna, Flávio Porto e João Ubaldo
Ribeiro. Embrafilme, 1983.

Programa Globo Rural, TV Globo, 26 de setembro de 1997.

Diagramação e Impressão



PERFIL
GRÁFICA
Sua melhor impressão

(81) 3339.3636